

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE HISTÓRIA

DAS MUITAS QUALIDADES: LAVRADORES DE CANA NUMA FREGUESIA RURAL
DO RIO DE JANEIRO (CAMPO GRANDE, 1740-1799)

Jerônimo Aguiar Duarte da Cruz

Rio de Janeiro
2018

Das muitas qualidades: lavradores de cana numa freguesia rural do Rio de Janeiro (Campo Grande, 1740-1799)

Jerônimo Aguiar Duarte da Cruz

Dissertação de mestrado apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de História da UFRJ como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em História Social.

Linha de pesquisa: Sociedade e Economia

Orientador: Professor Doutor João Luís Ribeiro Fragoso

Rio de Janeiro

2018

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação de mestrado apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de História da UFRJ como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em História Social.

Linha de pesquisa: Sociedade e Economia

Orientador: Professor Doutor João Luís Ribeiro Fragoso

Aprovada por:

Prof. Dr. João Luís Ribeiro Fragoso - Presidente

Prof. Dr. Thiago Nascimento Krause

Prof. Dr. Roberto Guedes Ferreira

Prof. Dr. Sheila Siqueira de Castro Faria (Suplente)

C955m

Cruz, Jerônimo Aguiar Duarte da.

Das muitas qualidades: lavradores de cana numa freguesia rural do Rio de Janeiro (Campo Grande, 1740-1799) / Jerônimo Aguiar Duarte da Cruz; orientador João Luís Ribeiro Fragoso. - Rio de Janeiro, 2018. 165 f.

Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Rio de Janeiro Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História, Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social.

1. Lavradores de cana-de-açúcar. 2. Engenhos. 3. Partidistas. 4. Qualidades sociais. I. Fragoso, João Luís Ribeiro, orient. II. T. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Social.

Resumo

Este estudo procura analisar o perfil socioeconômico dos lavradores de cana da freguesia de Campo Grande durante a segunda metade do século XVIII. A região era caracterizada pelo sistema de partido de cana, sistema agrário no qual ao lado dos escravos dos senhores de engenhos, a cana de açúcar era cultivada por lavradores livres, sendo esses partidistas com o domínio da terra. Tal forma de acesso à terra englobava mais da metade de sua população livre. Nesse cenário, busca-se apresentar as especificidades das qualidades sociais desses lavradores, enfatizando suas organizações domiciliares, no que diz respeito ao estado matrimonial e a posse de escravos, além das estratégias de reprodução social dessas famílias.

Esse conjunto de lavradores deve ser compreendido no bojo das transformações que impactavam a cidade do Rio de Janeiro, transformada na principal praça mercantil do Atlântico Sul. A constante chegada de africanos cativos e o crescimento de uma população de forros também é visível em Campo Grande, inclusive, entre os lavradores de cana, num contexto de pluralização das qualidades sociais.

Abstract

This study seeks to analyse the socioeconomic profile of cane farmers in the parish of Campo Grande during the second half of the 18th century. The region was characterized by the production of sugar cane, which comprised more than half of the population free. In this scenario, the aim is to present the specifics of social qualities of these farmers, emphasizing their family organizations, with regard to marital status, possession of slaves and social reproduction strategies.

This group of farmers must be understood in the midst of transformations that impacted the city of Rio de Janeiro, at the time, the main market square in the South Atlantic. The constant arrival of African captives and the growth of a population of descendants of slaves is also visible in Campo Grande, including, the farmers of sugar cane, in a context of pluralization of the social qualities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - UMA AÇUCAREIRA FREGUESIA: UM MUNDO DO AÇÚCAR NOS RINCÕES DO RIO DE JANEIRO (CAMPO GRANDE, 1750-1800)	15
DAS MUITAS QUALIDADES	18
CENÁRIO ECONÔMICO DO RIO DE JANEIRO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII	24
A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII: A PLURALIZAÇÃO DE QUALIDADES .	32
A FREGUESIA DE CAMPO GRANDE: POPULAÇÃO E ECONOMIA.....	35
OS PARTIDOS DE CANA.....	49
A DESCOBERTA DE UMA POPULAÇÃO EGRESSA DA ESCRAVIDÃO	51
CAPÍTULO 2	66
AS QUALIDADES DOS DOMICÍLIOS: COMPORTAMENTOS DIFERENCIAIS	66
TIPOLOGIA DOS DOMICÍLIOS	72
POSSE DE ESCRAVOS NOS DOMICÍLIOS DA FREGUESIA DE CAMPO GRANDE EM 1797.....	89
A LEGITIMIDADE NO TEMPO	101
CAPÍTULO 3	112
A ANTIGUIDADE NA TERRA: AS FAMÍLIAS E OS PARTIDOS DE CANA	112
A TRANSMISSÃO DOS PARTIDOS DE CANA.....	118
A FAMÍLIA MOREIRA DA COSTA	123
A FAMÍLIA MATTOS	143
CONCLUSÃO	154
BIBLIOGRAFIA.....	159

ABREVIATURAS E LEGENDAS

ACMRJ – Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro

AGCRJ – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

AN – Arquivo Nacional

BN – Biblioteca Nacional

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E IMAGENS

QUADROS

Quadro 1. Taxa de crescimento da população de mães livres na segunda metade do século XVIII – Freguesia de Campo Grande

Quadro 2. Quantidade de filhos batizados por categoria de mãe entre 1750-1799

Quadro 3. Quantidade de maridos por tipo de naturalidade – Freguesia de Campo Grande (1750-1799)

Quadro 4. Freguesias do Distrito de Guaratiba no relatório de 1797

Quadro 5. Quantidade de escravos por Engenho de açúcar da Freguesia de Campo Grande.

Quadro 6. Quantidade de domicílios nas freguesias do Distrito e suas taxa de crescimento no período 1779-1797

Quadro 7. Distribuição de domicílios por tipo de acesso à terra – Freguesia de Campo Grande, 1797

Quadro 8 Distribuição populacional da Freguesia de Campo Grande em 1797

Quadro 9. Quantidade de chefes de domicílio identificados a partir do cruzamento de dados (1750-1800)

Quadro 10. Quantidade de lavradores por indicativo de qualidade nas fichas familiares - 1750 e 1800.

Quadro 11. Distribuição de lavradores na terra (em 1797), de acordo com seus indicativos de qualidade (entre 1750-1800) – Freguesia de Campo Grande, RJ.

Quadro 12. Distribuição dos partidistas por área – Freguesia de Campo Grande, 1797.

Quadro 13. Produção e exportação das 210 famílias partidistas de Campo Grande em 1797

Quadro 14. Demonstração da organização das informações no Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba de 1797

Quadro 15. Distribuição do sexo e Estado dos Chefes de Domicílio em 1797.

Quadro 16. Tipologia de domicílios na freguesia de Campo Grande (1797)

Quadro 17. Distribuição populacional nos tipos de domicílios – Freguesia de Campo Grande (1797)

Quadro 18. Quantidade total e média de agregados por tipo de chefe de domicílio – baseado nas fichas familiares

Quadro 19. Relação entre fogos com agregados e fogos com escravos no mapa de 1797

Quadro 20. Presença de agregados por faixa de posse de escravos dos domicílios na lista nominativa de 1797

Quadro 21. Distribuição dos filhos nos domicílios por faixa etária

Quadro 22. Média de filhos por tipo de chefe de domicílio – baseado nas fichas familiares

Quadro 23. Presença de escravos por domicílio de acordo com o tipo de acesso à terra (1797)

Quadro 24. Média de escravos por domicílios a partir da forma de acesso à terra – Freguesia de Campo Grande, 1797

Quadro 25. Total de partidistas por indicativo de qualidade (entre 1750-1800) e total de escravos por tipo (1797) – Freguesia de Campo Grande – RJ. Baseado nas fichas familiares.

Quadro 26. Faixas de posse de escravos entre partidistas de 1797 de acordo com o indicativo de qualidade dos chefes entre 1750-1800, Freguesia de Campo Grande-RJ. Baseado nas fichas familiares

Quadro 27. Quantidade e média de pessoas por tipo de chefe de domicílio – Baseado nas fichas familiares

Quadro 28. Total e média de pessoas por tipo de acesso à terra na lista nominativa de 1797

Quadro 29. Lavradores segundo estado civil na lista de 1797, tendo em vista seus indicativos de qualidade nas fichas (excluindo os senhores de engenho) – Baseado nas fichas familiares

Quadro 30. Legitimidade dos nascimentos da freguesia nas décadas de 1750 e 1790.

Quadro 31. Principais padrinhos da freguesia de Campo Grande na década de 1790.

Quadro 32. Características das uniões por tipo de filiação dos cônjuges. Freguesia de Campo Grande (1744-1798)

Quadro 33. Perfil de legitimidade dos noivos da Freguesia de Campo Grande nas décadas de 1750 e 1790.

Quadro 34. Indicativos de qualidade das mães das noivas filhas ilegítimas nas décadas de 1750 e 1790.

Quadro 35. Legitimidade dos nascimentos da freguesia nas décadas de 1750 e 1790.

Quadro 36. Indicadores gerais da população livre

Quadro 37. Naturalidade dos nubentes – Freguesia de Grande – 1744-1798.

Quadro 38. Perfil de casamento por naturalidade dos cônjuges entre 1744-1798.

Quadro 39. Naturalidade dos maridos nos livros de casamentos entre 1744-1798

Quadro 40. Naturalidade dos chefes de domicílio em 1797 – com base nas fichas de família

Quadro 41. Número de casamentos por perfil de naturalidade dos cônjuges.

Quadro 42. Naturalidade e indicativo de qualidade dos Chefes de Domicílio identificados

GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução do desembarque de escravos na América Lusa - Principais regiões (1676-1800)

Gráfico 2. Quantidade de escravos desembarcados nos portos do Rio de Janeiro e adjacências (1741-1815)

Gráfico 3. Quantidade de mães livres e crianças batizadas por década – 1750-1800

Gráfico 4. Quantidade de casamentos por década na freguesia de Campo Grande – 1750-1798

Gráfico 5. Quantidade de filhos batizados por categoria de mãe entre 1750-1799

Gráfico 6. Quantidade de maridos por tipo de naturalidade – Freguesia de Campo Grande (1750-1799)

Gráfico 7. Quantidade de engenhos por data e freguesia

Gráfico 8. Quantidade de escravos por Engenho de açúcar da Freguesia de Campo Grande em 1779 e 1797

Gráfico 9. Quantidade de domicílios nas freguesias do Distrito em 1779 e 1797.

Gráfico 10. Distribuição original dos indicativos de qualidade dos chefes de domicílio em 1797 – Freguesia de Campo Grande

Gráfico 11. Distribuição dos indicativos de qualidade dos lavradores chefes de domicílio em 1797, após a elaboração das fichas familiares – Freguesia de Campo Grande

Gráfico 12. Quantidade de filhos batizados por categoria de mãe entre os anos 1750 - 1759

Gráfico 13. Quantidade de filhos batizados por categoria de mãe entre os anos 1760 - 1769

Gráfico 14. Quantidade de filhos batizados por categoria de mãe entre os anos 1780 – 1789

Gráfico 15. Quantidade de filhos batizados por categoria de mãe entre os anos 1790 - 1799

Gráfico 16. Contratos de partido de cana nas escrituras públicas da cidade do Rio de Janeiro, por década – 1650-1780

Gráfico 17. Número de casamentos por perfil de naturalidade dos cônjuges.

IMAGENS

Imagem 1. Áreas produtoras de açúcar no Rio de Janeiro, em inícios do século XVIII, segundo Maurício

Imagem 2. Trecho do Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba de 1797

À Dilene.

INTRODUÇÃO

De certo modo, este trabalho busca analisar a vida dos homens livres e pobres. Segmento que abrange pequenos posseiros, sitiantes, partidistas, agregados, foreiros ou minúsculos lavradores que compunham o cenário rural de muitas áreas da América Lusa.

As interpretações a seu respeito são fartas. Márcia Motta analisa a questão em livro recente, passando por vários nomes da historiografia.¹ Dentre os autores, destaca-se Nelson Werneck Sodré. Para ele, os homens livres e pobres são marcados por um caráter incompleto, fracassados quanto às tentativas de ocupação do solo, destituídos de propriedade, tendo em vista a força do latifúndio.²

Para Alberto Passos Guimarães, esses homens também aparecem obstaculizados pelo latifúndio, desprovidos da propriedade da terra, mas com um papel ativo na condição de intruso, posseiro, que se apropria de uma faixa de terra a despeito do latifundiário.³

Caio Prado Jr. também sublinha as possibilidades de reprodução social desses homens. O autor afirmava que a colonização portuguesa no Brasil teve o aspecto de uma empresa comercial, voltada para o mercado externo, em que “a grande maioria dos colonos estava assim nos trópicos condenada a uma posição dependente e de baixo nível”, pois “para cada proprietário [grande senhor de plantations] haveria muitos trabalhadores subordinados e sem propriedade”.⁴ Dedicavam-se à desimportante agricultura de subsistência e teriam pouquíssima relevância para a formação do país – que se sustentava sobre o latifúndio e a escravidão. A ideia de que os homens livres e pobres se reproduziam social e economicamente de maneira subordinada, sem propriedade da terra, existia ao lado da premissa de que estes não tinham grande destaque socioeconômico na organização da sociedade aqui inaugurada.

Na década de 1970, uma série de trabalhos voltam-se para a questão. Superando as leituras anteriores, antropólogos e sociólogos buscam compreender esses homens através das suas lógicas internas, suas posturas frente ao parentesco, transmissão do patrimônio, migração, etc. Destacam-se os trabalhos de Moacir Palmeira sobre a figura do morador nos engenhos pernambucanos, Maria Isaura de Queiróz sobre a autonomia dos sitiantes, Margarida Moura

¹ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *O Rural à la Gauche: campesinato e latifúndio nas interpretações de esquerda (1955-1996)*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

² SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 13 ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

³ GUIMARÃES, Alberto P. *A formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros* In: WELCH, Clifford A.; MALAGOGLI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de N. B. (orgs.) *Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, vol 1. São Paulo: Editora UNESP. 2009.

⁴ PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996. p. 29.

sobre suas modalidades de herança, Ligia Fukui sobre a relação entre vizinhança e parentesco – para citar alguns.⁵

Na perspectiva desses últimos trabalhos, Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira desenvolveram novas possibilidades analíticas no campo da história, propondo estudos sobre o setor de abastecimento, a produção de alimentos na América Lusa - região caracterizada, tradicionalmente, pela agroexportação. Dentre os eixos de pesquisa, destacam-se os homens livres e pobres das áreas rurais, dedicados à pequena produção sobre a terra, muitas vezes, apoiados no trabalho familiar.⁶

Essa proposta teve forte impacto na historiografia, incentivando autores como Hebe Mattos, Sheila de Castro Faria, Márcia Motta e Antônio Carlos Jucá Sampaio, por exemplo. Os sitiantes são colocados em destaque, por suas próprias lógicas e possibilidades de reprodução – proposta bastante incentivada pela leitura teórica de Chayanov.⁷

Superando uma interpretação em que a ênfase sobre os homens pobres e pequenos lavradores estava na desclassificação social e na marginalização dentro dos sistemas explicativos⁸, estes historiadores chamam atenção para os esquecidos, famílias de pobres e libertos, ressaltando as dinâmicas internas de organização da sociedade colonial e indicando o papel destes segmentos naquelas estruturas sociais.⁹

Recentemente, alguns trabalhos têm estudado essa parcela da sociedade através das suas múltiplas classificações sociais, ressaltando a categoria qualidade como ferramenta analítica. Recorrem ao estudo das estratégias por detrás das classificações, das disposições jurídicas de

⁵ PALMEIRA, M. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. *Contraponto* (Rio de Janeiro), v.2, n.2, 1977. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Camponato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1973. FUKUI, Lia Freitas Garcia. *Sertão e Bairro rural. Ensaios 58*. São Paulo: Ed. Ática, 1979. MOURA, Margarida. *Camponeses*. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

⁶ LINHARES, M. Y., TEIXEIRA DA SILVA, F. C. A questão da agricultura de subsistência. In: *História da agricultura brasileira: debates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁷ CASTRO, Hebe M. Mattos. *Ao Sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. RJ: Ed. FGV, Faperj, 2009. CASTRO, Hebe M^a Mattos. *As cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista, século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995. Ver os dados de FÁRIA, Sheila. *A Colônia em Movimento, Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. SAMPAIO, A. C. J. *Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos, 1850-1888*. Niterói: Dissertação de Mestrado - UFF, 1994. MOTTA, M. M. M. *Pelas bandas d'além: fronteira fechada e arrendatários-escravistas em uma região policultora (1808-1888)*. Niterói: Dissertação de Mestrado - UFF, 1989. CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

⁸ Cf. PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996. p 29. SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro - a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

⁹ Cf. também LIMA, Carlos A. M. *Roças de libertos e seus descendentes nas partes meridionais da América Portuguesa (Castro, 1804-1835)*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. n. 426, jan/mar.2005. EISENBERG, Peter L. *Homens Esquecidos: Escravos e trabalhadores livres no Brasil (séculos XVIII e XIX)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989.

sucessão (e herança) e dos níveis de riqueza vigentes no interior da Monarquia portuguesa para análise dos agentes históricos.¹⁰

Dentre os homens livres e pobres, destacam-se os forros como objeto de estudo, enfatizando suas hierarquias internas.¹¹ O grupo de forros não seria homogêneo. Embora isto tenha sido apontado por Mattos há 23 anos¹², os trabalhos mais recentes refinam a análise desse segmento, ressaltando as distintas possibilidades de mobilidade social para pardos forros a partir do expediente do trabalho ou para mulheres pretas forras solteiras, por exemplo.¹³

Nesse cenário, a noção de qualidade social, utilizada no Brasil por nomes como Roberto Guedes e Eduardo França Paiva, é fundamental.¹⁴ As diferenças no interior dos segmentos não podem ser medidas apenas por critérios étnicos, mas antes por valores construídos cotidianamente pelos agentes.

O atual trabalho busca aprofundar essas discussões, enfatizando a pluralidade de classificações sociais entre os homens livres e pobres – expressão, por sinal, bastante simplista. Havia uma infinidade de lugares sociais entre livres e entre forros. E essa forte hierarquia estaria diretamente relacionada com o tamanho das famílias, posse de escravos, perfil da chefia familiar, lógicas matrimoniais, modalidade de acesso à terra e lógicas parentais. Essas diferenças comportamentais dão vida às múltiplas qualidades sociais nas comunidades em questão, ao menos é isto que buscaremos demonstrar.

Tentaremos percorrer essas discussões a partir do estudo do conjunto de lavradores de cana ao redor dos engenhos de açúcar de uma freguesia rural do Rio de Janeiro, no recôncavo

¹⁰ FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social – Rio de Janeiro, séculos XVII-XVIII. In: Arquivos paroquiais e história social na América Lusa. Guedes, Roberto; Fragoso, João; Sampaio, Antônio Carlos Jucá de (org.). Ed.: MAUADX. Rio de Janeiro, 2014.

¹¹ FARIA, S. de C. Sinhás Pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Tese para professor Titular. Niterói: UFF, 2004. GUEDES, Roberto. Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850). Rio de Janeiro: Ed. MAUADX, 2008. FRAGOSO, João. Efigênia angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. Topoi, v. 11, n. 21, jul-dez., 2010. MACHADO, Cacilda. A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. LIMA, Carlo Alberto M. Pequenos patriarcas: pequena produção e comércio miúdo, domicílio e aliança na cidade do Rio de Janeiro (1786-1844). Tese de doutorado, UFRJ, 1997.

¹² A autora aponta as diferenças entre pardo, preto, crioulo e cabra, por exemplo. CASTRO, H. M^a M. As cores do silêncio, século XIX. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

¹³ PAIVA, Eduardo França. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995. FARIA, S. de C. Op. Cit. 2004.

¹⁴ PAIVA, E.F. Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI-XVIII. BH: Ed. Autêntica, 2015. GUEDES, Roberto. Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850). Rio de Janeiro: Ed. MAUADX, 2008.

da Guanabara,¹⁵ durante a segunda metade do século XVIII – tendo em vista a disponibilidade de fontes. Todos acessam à terra através dos partidos de cana, no entanto, manifestam muitas qualidades sociais, muitas diferenças socioeconômicas – inclusive nas estratégias de reprodução social.¹⁶ Lembrando que, classicamente, historiadores consagraram tal segmento socioeconômico como membros da elite açucareira do século XVII e começo do XVIII. Para Ferlini, por exemplo, o mundo dos lavradores de cana era composto por brancos e por clivagens da classe dominante.¹⁷ Da mesma forma, Schwartz e Peter Eisenberg afirmam que eram setores da elite, compartilhando as mesmas origens dos senhores engenho, tanto em São Paulo de fins do século XVIII, quanto na Bahia do século XVII e XVIII.¹⁸ Ainda que já tenham apontado a existência de ex-escravos nesse grupo.¹⁹

O capítulo 1 procura apresentar o cenário socioeconômico em que tais personagens vivem, investigando indícios sobre a demografia e economia da pequena freguesia de Campo Grande, situada nos sertões do grande centro mercantil que era a cidade do Rio de Janeiro de fins do século XVIII. A compreensão desse ambiente é fundamental para identificarmos o perfil dos lavradores de cana locais, especialmente, para refletirmos sobre a relação dos libertos com a terra, muitas vezes relacionados à condição de posseiros e sitiantes.²⁰

O capítulo 2 propõe um estudo mais apurado dos lavradores de cana no que diz respeito à sua composição domiciliar, leia-se tamanho das famílias, perfil matrimonial, posse de escravos e presença de agregados. Ressalta-se os comportamentos diferenciais desses agentes, de acordo com suas qualidades sociais.

¹⁵ Termo utilizado por Monsenhor Pizarro para descrever a região ao redor da baía da Guanabara. ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, Livro III, 1822. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182898>>.

¹⁶ O acesso à terra entre os lavradores se fazia através de partidos de cana ou do foro. O partido é um contrato de no qual o lavrador está obrigado a pagar pelo uso da terra uma dada quantidade de cana, enquanto o aforamento é um contrato pelo qual o senhor de um prédio ou terra concede a um foreiro o domínio útil da coisa, com reserva do domínio direto, através do pagamento de uma taxa em dinheiro. Sobre a transmissão do aforamento. Código philippino ou Ordenações e leis do reino de Portugal. Livro IV, Títulos XXXVI ao XL. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. Não há referências aos partidos de cana nas ordenações. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. SP: Companhia das letras, 1988.

¹⁷ FERLINI, Vera L. A. A subordinação dos lavradores de cana aos senhores de engenho: Tensão e conflito no mundo dos brancos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo. v. 6, n. 12, p. 151-168. 1986. p. 152.

¹⁸ Sobre o prestígio social dos lavradores de cana. Cf. SCHWARTZ, Stuart. *A Commonwealth within Itself: The early brazilian sugar industry, 1550-1670*. In: *Tropical Babels: sugar and the making of the Atlantic World, 1450-1680*. North Carolina: University of North Carolina Press. 2004, p. 183. EISENBERG, Peter L. *Homens Esquecidos: Escravos e trabalhadores livres no Brasil (séculos XVIII e XIX)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989, p. 350. RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: *Civilização Brasileira*, 2005, p. 254. SCHWARTZ, Stuart B. *Op. Cit.* 1988. SCHWARTZ, Stuart *Op. Cit.* 1988, p. 253-254.

¹⁹ BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano, Açúcar, Fumo, Mandioca e Escravidão no Recôncavo 1780-1860*. Rio de Janeiro: *Civilização Brasileira*, 2003.

²⁰ FARIA, Sheila. *Op. Cit.* 1998.

O capítulo 3 apresenta algumas trajetórias de famílias com distintas qualidades. Procura traçar indícios sobre as diversas noções de propriedade, construídas pelos próprios lavradores, através das formas de transmissão patrimonial e das dinâmicas de parentesco.

CAPÍTULO 1 - UMA AÇUCAREIRA FREGUESIA: UM MUNDO DO AÇÚCAR NOS RINCÕES DO RIO DE JANEIRO (CAMPO GRANDE, 1750-1800)

Em 1792, o lisboeta e cirurgião-mór Manoel Caetano de Mattos roga por umas terras nas bordas da Serra do Gericinó, na freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, termo da cidade do Rio de Janeiro. Segundo ele, as terras solicitadas eram devolutas, nunca cultivadas, nem povoadas. Solicita, por isso, meia légua de terra de testada mais meia de sertão, afirmando que isto contribuirá para a Real Fazenda com dízimos reais.²¹ No mesmo ano, seu irmão Alberto Caetano de Mattos também implora por umas terras na mesma região.²²

Sobre este pedido de sesmaria, o Capitão do Distrito, Ayres Pinto de Camelo Miranda, escreve parecer favorável. Segundo ele, "as terras estariam devolutas há tempos perdidos" devendo "ser medidas e demarcadas para evitar contendas". Além disso, sua ocupação seria útil não só para o cultivo, mas para evitar distúrbios de escravos refugiados naqueles sertões.²³

Mesmo residindo na freguesia de São João de Meriti, o capitão de ordenanças conhecia bem a freguesia de Campo Grande, pois, além da importância de seu posto, o sujeito já circulava por ali há pelo menos quarenta anos. Ele aparece como padrinho em alguns batismos e como testemunha em alguns casamentos da freguesia desde a década de 1750. Vale ressaltar que Ayres Pinto de Camelo Miranda era parente de Dona Anna Francisca de Castro e Moraes Miranda, dona do Engenho do Bangu, em Campo Grande. E nessa freguesia ele era compadre de forros.²⁴

O argumento da existência de negros fugidos e refugiados naqueles sertões não seria uma exceção expressa no parecer daquele Capitão. Segundo Dona Anna Francisca de Castro e Moraes Miranda, seu pai teria comandado tropas num enfrentamento contra "negros fascinadores" que se juntavam numa montanha e desciam para as estradas "matando e roubando os passageiros, forçando mulheres brancas e obrigando com seus insultos aos moradores e não

²¹ N° 01926, BI 16.60, Microfilme: 063-2000. Sesmarias, município do Rio de Janeiro – Inventário analítico (1731-1858). Código do Fundo: BI/ Seção de Guarda: SDE, Instrumento SDE 035. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro.

²² N° 01925, BI 16.59, Microfilme: 063-2000. Sesmarias, município do Rio de Janeiro – Inventário analítico (1731-1858). Código do Fundo: BI/ Seção de Guarda: SDE, Instrumento SDE 035. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro.

²³ N° 01926, BI 16.60, Microfilme: 063-2000. Sesmarias, município do Rio de Janeiro – Inventário analítico (1731-1858). Código do Fundo: BI/ Seção de Guarda: SDE, Instrumento SDE 035. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro.

²⁴ Cito dois casos. Ayres Pinto de Camelo Miranda aparece como testemunha do casamento do pardo forro Inácio Gomes Torres com a parda forra Florinda Amorim Soares em 01/11/1750. Livros de Casamentos dos livres da Freguesia de Campo Grande 1744-1798. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. E aparece como padrinho no batismo de Ana, filha de Francisco Barbosa Alfradique e Mariana Correia em 25/06/1778. Livros de Batismo de Livres de Campo Grande 1704-1810. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Em 1779, Ayres Pinto é senhor do engenho do Bananal, na freguesia de São João de Meriti, vizinha à Campo Grande. Relação do Marquez de Lavradio: Parte II, RIHGB, Tomo LXXVI, 1913, p. 320.

podendo fazer comunicação com a cidade”.²⁵ Dona Anna Francisca buscava mercê pelos serviços prestados por seu pai.²⁶ Ela era filha de ninguém menos que o fidalgo da casa real e Brigadeiro do Segundo Regimento de Infantaria da guarnição do Rio de Janeiro, Gregório de Moraes Castro Pimentel, que lutou contra os espanhóis e os índios bravos na América meridional. Entre os muitos serviços prestados por seus ancestrais, que colaboraram para alçá-lo à principal patente da tropa paga no período e ao título de fidalgo da casa real, estava a defesa da cidade contra a invasão de franceses na década de 1710.²⁷

Segunda Dona Anna Francisca, Gregório de Moraes teria matado o cabeça daquele corpo de negros furiosos, mesmo perdendo o seu pai no conflito, o Coronel Mathias de Castro Moraes.²⁸

Em 1752, Gregório Moraes tinha utilizado esse mesmo serviço como argumento para ser alçado ao posto de capitão de infantaria. Nessa solicitação, diz ainda que colocou muito de sua fazenda no conflito, inclusive seus escravos, que se feriram na tentativa de desbaratar aquele

“quilombo de 200 negros, que se achavam fortificados e armados com armas de fogo e arcos e flechas nos matos das vizinhanças do Rio de Janeiro, donde estavam acometendo muitos insultos e roubos e mortes, largando por esta causa muitos dos moradores as suas fazendas, em cuja diligência que durou mais de cinco meses por estarem fortificados”.²⁹

Esses relatos em muito se assemelham ao que Flávio Gomes descreveu como um cenário de tensão, provocado por escravos durante o período colonial.³⁰ No entanto, a complexidade desta sociedade se manifesta quando o mesmo Brigadeiro Gregório de Moraes Castro Pimentel é chamado para ser padrinho de duas filhas do casal de pardos forros José de Barcelos e Josefa

²⁵ MIRANDA, Anna Francisca de Castro e Moraez. Coleção de documentos geográficos. C- 0314, 009. Manuscritos, Biblioteca Nacional.

²⁶ Sobre o sistema de mercês e sua lógica de prestação de serviços e expectativa de remuneração dos mesmos, ver: OLIVAL, Fernanda. As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar Editora, 2001. Sobre a importância do sistema de mercês na constituição de uma elite na América Lusa, ver: FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro, Topoi, Rio de Janeiro, UFRJ, /7 letras, n.1, 200, p. 45-122.

²⁷ Carta do [governador do Rio de Janeiro] Francisco de Castro de Moraes ao rei [D. João V], sobre o ataque de corsários franceses [...]. 1710, Outubro, 12. Conselho ultramarino, Projeto Resgate - Rio de Janeiro, Avulsos - AHU_ACL_CU_017, Cx. 8/Doc. 898.

²⁸ MIRANDA, Anna Francisca de Castro e Moraez. Coleção de documentos geográficos. C- 0314, 009. Manuscritos, Biblioteca Nacional.

²⁹ AHU RJ - Castro Almeida cx. 66. doc. 15.465.

³⁰ GOMES, Flávio dos Santos. Uma tradição rebelde: notas sobre os quilombos na capitania do Rio de Janeiro (1625-1818). Afro-Ásia. Salvador: CEAO, UFBA, n.17, 1996. Sobre a crescente tensão provocada por negros e forros na segunda metade do século XVIII, ver: LARA, Silvia Hunold. Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

de Andrade, em 1762 e 1763.³¹ Ou mesmo quando ele é padrinho do pequeno Ignácio, filho do escravo Luiz e da cabra forra Joaquina.³²

Esse parentesco ritual estabelecido entre o Brigadeiro e os forros e escravos da freguesia de Campo Grande não é uma atipicidade.³³ Fragoso aponta que a influência da elite senhorial fluminense passava por práticas de legitimação social junto à população livre e escrava de suas freguesias, especialmente através do compadrio entre senhor e escravo. Isto é, as hierarquias das sociedades organizadas na América não se esgotavam nos títulos concedidos pelo Reino, mas eram forjadas em meio às especificidades locais, possuíam um aspecto costumeiro. E um dos costumes desta elite era apadrinhar forros e escravos, moldando pactos de “lealdade e proteção”, de negociação hierarquizada, ainda que se restringissem a um seletivo grupo de famílias escravas – fato que provocava, conseqüentemente, estratificações no interior das senzalas (alguns escravos teriam mais recursos que os demais).³⁴

Logo, ainda que escravos fugissem e impusessem tensão, deve-se ter em mente que a construção das intensas desigualdades daquela sociedade era fruto das relações cotidianas entre os diferentes estratos que a compunham, provocando múltiplas hierarquizações que extrapolavam a tensão provocada pelas fugas e revoltas. E, no decorrer do século XVIII, ao invés de uma tendência à homogeneização das designações dos escravos e forros³⁵ ressalta-se o movimento no sentido oposto, a maior pluralidade das classificações sociais entre escravos e entre forros.

Nesse sentido, buscamos dar atenção às diferenças socioeconômicas que os próprios personagens desenharam. Visa-se esmiuçar suas diferentes designações, estratégias de casamento, formas de acesso à terra, modalidades de transmissão patrimonial, de residência e composição domiciliar.

³¹ Livros de Batismo de Livres de Campo Grande 1760-1779. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, folhas 74 e 80.

³² Livros de Batismo de Livres de Campo Grande 1780-1799. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, p. 142 verso.

³³ Sobre o apadrinhamento de escravos por seus senhores há divergências historiográficas. Fragoso demonstra a importância destes compadrios para a legitimação da elite e para formação de hierarquias entre escravos. Schwartz não encontra o mesmo padrão para a Bahia. FRAGOSO, João. Elite das senzalas e nobreza da terra numa sociedade rural do Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1741. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). O Brasil colonial, v.3 (ca.1720-ca.1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das letras, 1988, p. 331.

³⁴ FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre a hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, M. F. (Orgs.). Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 263.

³⁵ LARA, Silvia Hunold. Op. Cit. 2007, p. 271.

Para demonstrar isso, analisaremos o conjunto de lavradores de cana da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande na segunda metade do século XVIII, tendo em vista que “assim como nos patamares mais elevados da pirâmide social havia nobres mais nobres do que outros, nas faixas intermediárias havia forros e forros, assim como na base também havia escravos e escravos”.³⁶

DAS MUITAS QUALIDADES

As organizações sociopolíticas fundadas pela monarquia portuguesa ao redor do mundo podem ser lidas através de seu traço corporativo e de suas intensas clivagens. Este traço pressupõe a sociedade como um corpo. Neste organismo, a cada órgão compete uma função e “estas funções estavam hierarquizadas segundo a sua importância para a subsistência do todo”.³⁷ A ordem daquela sociedade consistia na preservação das desigualdades das coisas e na relação harmônica dos desiguais visando o bem comum. No entanto, mais do que uma representação simplista de três estados (clero, nobreza e povo), tais sociedades do período moderno manifestavam “uma estrutura estatutária muito mais complicada”,³⁸ já que havia clivagens dentro do povo e no interior da nobreza, por exemplo.

Além disso, tal organização não era estática. Havia algum espaço para transitar entre as esferas sociais. Segundo Hespanha, tal mecanismo não era dos mais frequentes na arquitetura jurídico-política da monarquia lusa, mas ocorria. Ou seja, ainda que tal configuração discursiva fosse sedimentada em princípios, como a naturalidade da ordenação das coisas e pessoas no mundo, havia espaço para uma espécie de mobilidade social.³⁹ E estas mobilidades não residiam, exclusivamente, em estratégias sociais de indivíduos e suas famílias, mas também no próprio sistema normativo: da mesma maneira que todo indivíduo atua na ordem segundo sua natureza, havia possibilidade de enobrecer através de obras, serviços e atitudes cotidianas que externalizassem sua qualidade.⁴⁰

³⁶ GUEDES, Roberto; SOARES, Márcio. Tensões, comportamentos e hábitos de consumo na sociedade senhorial da América portuguesa. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). O Brasil colonial, v.3 (ca.1720-ca.1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 577.

³⁷ HESPANHA, António Manuel. A Ordem. In: Imbecillitas. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. SP: Ed. AnnaBlume, 2010, p. 57

³⁸ Ver: HESPANHA, A. M. e XAVIER, Ângela Barreto. "A representação da sociedade e do poder", In: História de Portugal, IV ("O Antigo Regime", dir. A. M. Hespanha), Lisboa, Circulo de leitores, 1993, p. 131.

³⁹ Ressalte-se que tal ordem naturalizada consistia no pressuposto da desigualdade das coisas e na relação justa entre os desiguais. HESPANHA, Op. Cit., 2010, p. 54.

⁴⁰ HESPANHA, António Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. Tempo, v. 11, n 21, 2009, p. 121-143. Ver a dissertação de Thiago Krause sobre a remuneração de serviços a personagens de baixa qualidade.

Mesmo a nobreza não era uma coisa só. Nuno Monteiro cita o alargamento de uma baixa nobreza a partir do século XVII, muito distinta da primeira nobreza do Reino. Esta nobreza seria heterogênea, composta por elementos variados e alcançada a partir do serviço à Coroa.⁴¹ Acrescenta-se que, no decorrer do século XVIII, as coisas tornam-se ainda mais complexas. Segundo Raminelli, a monarquia portuguesa passa a receber os súditos enriquecidos pelo comércio e inseri-los na nobreza.⁴²

Neste cenário, a América Lusa é compreendida como parte constitutiva desta monarquia ao compartilhar parâmetros como aquela noção corporativa de sociedade. No entanto, a América Lusa somava nuances àquela organização, com elementos próprios às suas práticas costumeiras, distintas do Reino e das outras paragens da monarquia.⁴³ No Brasil, os nobres titulados da alta nobreza eram escassos. Logo, destacam-se os descendentes dos conquistadores da terra como elite local, ligados ao governo dos municípios e entendidos como nobreza política, ainda que de origem plebeia, pois rogam a si a prerrogativa de ocupar os cargos honrosos das conquistas. Estes constituem a nobreza da terra.⁴⁴

Somam-se, ainda, classificações hierárquicas próprias à conquista, tal qual a categoria dona, utilizada para se referir às mulheres da elite local. Sobre isto, Fragoso afirma que

“expressões como Donas e pardos não eram, na América, classificações dadas pela Coroa [...] estas eram prerrogativas, nas repúblicas americanas, de suas gentes, e com isto elas ordenavam uma dada estratificação social.”⁴⁵

Note que esta estratificação social tinha em vista a qualidade dos sujeitos ou de suas famílias no interior das comunidades. Ou seja, a presença de elementos que indicavam a forma

KRAUSE, Thiago Nascimento. Em Busca da Honra – a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das ordens militares (Bahia e Pernambuco, 1641 -1683). São Paulo: Annablume, 2012.

⁴¹ Sampayo, ainda no século XVII, já mencionava as clivagens no interior da nobreza, com as ideias de nobreza política e de sangue. SAMPAYO, Antonio de Villasboas e. “Nobiliarchia Portvgvesa: Tratado da nobreza hereditária, e política”. Officina de Francisco Villela. 1676. Lisboa. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O “ethos” nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. Revista Almanack braziliense, n.2, nov./2005, p. 17.

⁴² RAMINELLI, Ronald. Nobreza e riqueza no Antigo Regime ibérico setecentista. Revista de História, São Paulo, n. 169, Jul./Dez., 2013, p. 101.

⁴³ FRAGOSO, João. Monarquia Pluricontinental, repúblicas e dimensões do poder no Antigo Regime dos Trópicos. Séculos XVI-XVIII. In: FRAGOSO, J. SAMPAIO, A. Monarquia Pluricontinental e a Governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Editora MauadX, 2012.

⁴⁴ Para um resumo sobre o tema, ver: FRAGOSO, João. Nobreza Principal da terra nas repúblicas de Antigo Regime de base escravista e açucareira: RJ, séc. XVII-XVIII. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (orgs.). O Brasil Colonial, Vol. 3 (1720-1821). RJ: Civilização Brasileira. 2014. p. 159-240. Evaldo Cabral de Mello desenvolve a questão em: MELLO, Evaldo Cabral de. A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1714. São Paulo, Editora 34, 2003 Para uma noção de nobreza mais circunscrita, ver: RAMINELLI, Ronald. Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015, p. 16.

⁴⁵ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de F. S. Op. Cit. 2009. p. 45.

como eram reconhecidos pelos outros: a antiguidade de sua família, seu passado escravo, o papel desempenhado na Monarquia, etc.⁴⁶

Acrescentamos a escravidão como elemento importante na produção de taxionomias locais da América Lusa. A inserção de ex-escravos e suas famílias no mundo dos livres colabora para a tal complexidade das organizações sociais ao destacarem as qualidades de cor e as condições jurídicas como parâmetros indicativos do status daqueles personagens.⁴⁷ Cabe ressaltar que esta mobilidade parece ser mais frequente nos territórios lusos da América se comparados com áreas da América do Norte.⁴⁸

Algumas dessas categorias próprias às conquistas atuam nos interstícios do sistema normativo trazendo à tona personagens que se movem entre as estratificações sociais anteriormente dadas. O surgimento de novas classificações pode indicar manipulações e inovações das formas sociais, já que os atores podem construir espaços de influência e prestígio alternativos às regras até então existentes.⁴⁹

Desta forma, buscamos compreender como aquela sociedade construía as suas identidades, suas diferenças e em quais bases tais elementos se sustentavam. Este aspecto é fundamental para compreendermos a reprodução social. Segundo Stolke, “os modos de classificação e identificação social que estruturam uma sociedade determinam também a forma pela qual sua reprodução social é organizada”.⁵⁰

De alguma maneira, este quadro intrincado e nuançado que serve como pano de fundo para essas dinâmicas sociais pode ser percebido entre os lavradores de cana de açúcar da freguesia rural de Campo Grande, recôncavo da Guanabara, em fins do século XVIII. Tais personagens e suas famílias podiam viver sob o mesmo regime de acesso à terra, embora manifestassem qualidades tão distintas: descendentes da nobreza da terra, membros de uma

⁴⁶ PAIVA, Eduardo França. Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI-XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2015, p. 33.

⁴⁷ Cf. MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). RIO DE JANEIRO: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 2001. Sobre as qualidades: GUEDES, Roberto. Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850). Rio de Janeiro: Ed. MAUADX, 2008, p. 69-126.

⁴⁸ Cf. KLEIN, Herbert S. The colored freedmen in brazilian slave society. Journal of Social History, vol 3, n. 1, California, 1989, p. 30-52. TANNENBAUM, Frank. El negro en las Americas: esclavo y ciudadano. Buenos Aires: Paidós. 1968.

⁴⁹ Sobre essa abordagem teórica, ver a análise da trajetória de Giulio Cesare Chiesa. LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do séc. XVII. RJ: Civilização Brasileira, 2000.

⁵⁰ STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. Estudos Feministas, Florianópolis, 14(1): 15-42, janeiro-abril/2006, p. 26.

elite advinda do comércio, pretos e pardos forros sem patentes militares e simples plebeus livres.

Nesse ponto é interessante chamar atenção para duas questões: 1º) é difícil conferir a uma ocupação “um significado preciso em termos de riqueza”, vide as variações dos níveis econômicos no interior de uma mesma profissão; ⁵¹ 2º) as estratificações sociais que organizavam a vida das pessoas não se definiam só pela extensão da riqueza. ⁵² Apesar de não apresentarem riquezas, alguns sujeitos podiam gozar de prestígio e legitimidade social através das teias de relacionamento em que estavam inseridos ou por meio das obras dos seus antepassados.

Com efeito, os atributos que dão forma às classificações sociais daquelas sociedades são bastante discutidos pela historiografia.

Stolke chama atenção para a origem genealógica na definição das classificações sociais em áreas da América Espanhola. Para a autora, a posição social de um sujeito podia ser condicionada pela genealogia – embora houvesse margens para driblar isso. Daí muitas famílias das elites coloniais no intuito de preservar a honra ou pureza social costumavam casamentos com famílias de mesmo status ou superior. Essa origem genealógica relacionava-se à religião, no caso de antepassados judeus e muçulmanos, ou à escravidão, no caso de descendentes de escravos, podendo legar vícios ou defeitos. ⁵³

Raminelli, Olival e Figueirôa chamam atenção para as hierarquias baseadas em critérios de cor da pele nos provimentos de cargos da monarquia portuguesa. Os trabalhos possuem recorte até os anos de 1750 e 1773, já que as exigências de pureza de sangue para ocupação de cargos foram abolidas ou arrefecidas por Pombal. ⁵⁴ No entanto, são indicações interessantes sobre os critérios de hierarquização social, pois:

“O provimento de cargos para o Império – fossem eles eclesiásticos, administrativo-judiciais ou militares – constituía um momento importante da apreciação da cotação social e política dos indivíduos a quem se atribuía tal função”.

Olival e Figueirôa apontam para tolerância à cor em tropas pagas e cargos da república de forma variável em diversas áreas do império como Cabo Verde, São Tomé e do Brasil.

⁵¹ LIMA, Carlo Alberto M. Pequenos patriarcas: pequena produção e comércio miúdo, domicílio e aliança na cidade do Rio de Janeiro (1786-1844). Tese de doutorado, UFRJ, 1997, p. 5.

⁵² FRAGOSO, João. Op. Cit, 2010, p. 263.

⁵³ STOLKE, Verena. Op.Cit., p. 30.

⁵⁴ BOXER, Charles. O império colonial português -1415-1825. Lisboa: Edições 70, 1981, p.283.

Muitas vezes, mercês retribuía o serviço de mulatos e descendentes de africanos através do recebimento de hábitos de ordens militares.⁵⁵

Segundo os autores, a existência de cor preta não constituiu um empecilho para ascender a posições de estima. O grande empecilho era a ascendência escrava,⁵⁶ ainda que as cores preta ou parda pudessem ser associadas a um passado na escravidão.

Enquanto isso, Raminelli afirma que a cor também aparece como elemento importante nas classificações sociais, no momento da concessão de cargos e títulos no reino e nas conquistas ultramarinas portuguesas. Embora, segundo ele, os mulatos não sofressem a mesma resistência que os pretos para o ingresso às Ordens Militares, por exemplo.⁵⁷ O autor acrescenta que algumas mercês eram concedidas a pretos e mulatos porque eles não teriam impedimento por defeito de sangue, mas podiam ter falta de qualidade. Muitos desses pardos ou mulatos que recebiam mercê eram reconhecidos como homens honrados, ocupando postos e patentes importantes, distintos por seus méritos, não se confundindo com “pessoas de baixa sorte”.⁵⁸

A cor podia ser um indicativo da qualidade de um personagem, mas não o único. Do mesmo modo, Schwartz acredita que o estudo das cores das gentes da América Lusa deve ser guiado mais como uma questão social do que biológica.⁵⁹

Acreditamos que o conceito de qualidade consegue abarcar todas essas nuances das classificações sociais mencionadas acima. E isto fica muito claro na definição de Rappaport:

“La calidad abarcaba todo un abanico de características, que iban desde el color y linaje de un individuo, a su estado de legitimidad, religión, lugar de residencia, oficio, género, estado moral, la ropa que vestía y su condición de noble o plebeyo, de libre o esclavo [...] había características tan - o más - importantes que el color, que determinaban la calidad de una persona”.⁶⁰

A forma como aqueles agentes históricos eram classificados não se esgotava na cor de sua pele, nem em seu nascimento, ainda que ambas pudessem pesar na definição de seu lugar social. Twinam ressalta inclusive documentos sobre compra da brancura por parte de pardos e

⁵⁵ FIGUEIRÔA-RÊGO, João de; OLIVAL, Fernanda, “Cor da pele, distinções e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVI a XVIII)”, *Tempo*, Niterói, 2011, Vol. XVI, nº 30, p. 142.

⁵⁶ *Idem*, p. 138-140.

⁵⁷ RAMINELLI, Ronald. Impedimentos da cor. Mulatos no Brasil e em Portugal c. 1640-1750. *Varia Historia*, vol. 28, núm. 48, jul-dez., 2012, pp. 699-723, p. 713.

⁵⁸ *Idem*, p. 714.

⁵⁹ SCHWARTZ, Stuart. Brazilian ethnogenesis: mestiços, mamelucos, and pardos. In: GRUZINSKI, Serge, WACHTEL, Nathan (org.). *Le Nouveau Monde, Mondes nouveaux: L'expérience américaine*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1992.

⁶⁰ RAPPAPORT, Joanne ¿Quién es mestizo? descifrando la mezcla racial en El Nuevo Reino de Granada, siglos XVI y XVII. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p.43-60, jan/jun, 2009, p. 46-47.

mulatos em diversas regiões da América Espanhola.⁶¹ Tais classificações eram permeadas por uma série de elementos que podiam variar, inclusive a partir do contexto do classificado e do classificador.⁶²

Uma ressalva extremamente importante é a ideia, desenvolvida por Roberto Guedes, que a qualidade não é categoria engessada, mas que pode variar no decorrer da vida dos agentes, de acordo com as circunstâncias relacionais em que estes se envolvem - um casamento que leve à mobilidade social pode modificar a qualidade de um sujeito numa dada sociedade, daí em diante o sujeito passa a ser percebido com mais prestígio social e pode perder a menção à cor junto ao seu nome. Ou seja, a menção à qualidade pode ser circunstancial e não se confundir com aspectos étnicos, necessariamente.⁶³ Indivíduos e grupos eram hierarquizados e classificados a partir de suas qualidades e podiam mesclar atributos fenotípicos, como também ascendência familiar, origem religiosa, redes de relacionamento, parentesco, etc.

Desta maneira, as análises das dinâmicas de mestiçagem têm indicado menos para cor da pele dos agentes e mais para qualidade de determinados sujeitos em alguns contextos. E essa qualidade podia ser fluida, podendo ser alardeada numa circunstância e não em outra, ou mesmo ser modificada no decorrer da vida.⁶⁴ Assim, a categoria ganha uma dimensão relacional em que o forjar de identidades ocorre nas interações sociais.⁶⁵

Do ponto de vista teórico, buscamos reconhecer as designações classificativas das personagens que chegam à condição de lavrador de cana e como as relações que estabelecem com os agentes que os cercam, com a terra e com as escolhas familiares colaboram para suas próprias categorizações sociais.

Com isso, problematizamos as relações entre as qualidades dos lavradores de cana e acesso à terra. As diferenças sociais se manifestavam em estratégias distintas na posse de escravos, composição domiciliar e reprodução sobre a terra? É possível ressignificar tais categorias a partir do objeto estudado? Dentro desta perspectiva geral, se impõe a necessidade de compreender as dinâmicas de acesso à terra da área estudada a partir de instituições do Antigo Regime, em suas versões nos trópicos.

⁶¹ Para uma atual discussão historiográfica a este respeito, ver o Capítulo 1 de: TWINAM, Ann. *Purchasing Whiteness: Pardos, Mulattos, and the Quest for Social Mobility in the Spanish Indies*. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 2015.

⁶² RAPPAPORT, Joanne. Op. Cit., p. 60.

⁶³ No capítulo 2, Guedes desenvolve estes aspectos teóricos. GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850)*. Rio de Janeiro: Ed. MAUADX, 2008.

⁶⁴ PAIVA, Eduardo França. Op. Cit., 2015. GUEDES, R. Op. Cit., 2008.

⁶⁵ BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. LASK, Tomke (Org.). In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa. 2000, p. 54-56.

A noção de qualidade é encarada de maneira ampla, pois se refere a múltiplos lugares sociopolíticos ocupados. Portanto, sugiro que o exercício de cargo de chefia militar estava ligado ao prestígio de seus ocupantes e que, nestes cargos, a questão da qualidade do sujeito (e de sua família) era fundamental para nomeação de postos mais destacados nas milícias.⁶⁶ Os altos postos nas companhias de ordenança eram sintomas de distinção e autoridade, distribuídos aos mais notáveis das localidades.⁶⁷ Por conseguinte, acreditamos que o fato de um sujeito ser capitão de ordenança e socialmente branco, por exemplo, seja um indicativo do prestígio de sua qualidade. Trabalhos recentes têm indicado o prestígio destas altas e médias patentes nas tropas auxiliares e das ordenanças, inclusive nas solicitações de brasão de armas na América Lusa de meados do século XVIII.⁶⁸ O posto de Capitão de Ordenanças não determina a qualidade de um sujeito, mas atrelado a outras variáveis pode ser um indicativo daquela. Por isso, utilizamos a noção de “indicativo de qualidade” para nos aproximarmos desse universo de classificações sociais.

CENÁRIO ECONÔMICO DO RIO DE JANEIRO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

De antemão, devemos sinalizar a ínfima quantidade de trabalhos de fôlego sobre a economia açucareira fluminense da segunda metade do Setecentos. Ao analisar a produção econômica do Rio de Janeiro deste período, Pesavento indica esta deficiência.⁶⁹ Há alguns textos sobre o tema e período em questão. No entanto, não avançam muito.⁷⁰ Enquanto sabemos

⁶⁶ COSTA, Fernando Dores. Fidalgos e plebeus. HESPANHA, António Manuel (Org). Nova História Militar de Portugal. Vol. II – séculos XVI-XVII. Lisboa: círculo de leitores, 2003, p. 106-107. Apud COSTA, Ana Paula Pereira. Recursos e estratégias dos oficiais de Ordenanças: reflexões acerca de sua busca por autoridade e mando nas “conquistas”. *Locus revista de história, Juiz de Fora*, v. 12, n. 2, p. 75-88, 2006. p. 76. Disponível em: <http://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/viewFile/2699/1952>. Acessado em 01/03/2016. Guedes também desenvolve esta questão parcialmente. Ver: GUEDES, R. Op. Cit. 2008, p. 152-159.

⁶⁷ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *A terra e seus homens: roceiros livres e senhores no longo século XVIII*. Rio de Janeiro: Ed. 7Letras. 2016, p. 87.

⁶⁸ RAMINELLI, Ronald. Justificando nobrezas: velhas e novas elites coloniais 1750-1807. *História (São Paulo)*, v. 35, 2017, p. 26.

⁶⁹ PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. Niterói: Tese de doutorado, UFF. 2009.

⁷⁰ Sobre produção açucareira: WEHLING, Arno. O açúcar fluminense na recuperação agrícola do Brasil. *Revista do IHGB*, N. 337, Brasília – Rio de Janeiro, 1982, p. 7-18. COSTA, Iraci del Nero. Nota sobre a posse de escravos nos engenhos e engenhocas fluminenses (1778). *Revista Instituto Estudos Bras.*, São Paulo, n. 28, 1988, p. 111-113. Sobre elite senhorial açucareira: PEDROZA, Manoela. *Engenhocas da moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (RJ, séc. XIX)*. RJ: Ed. AN, 2011. Para uma análise da açucareira Campos dos Goytacazes de fins do século XVIII, ver: FÁRIA, Sheila. *A Colônia em Movimento, Fortuna e Família*. RJ: Nova Fronteira, 1998. O trabalho de Fragoso apresenta sugestões de análise: FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social – Rio de Janeiro, séculos XVII-XVIII. In: *Arquivos paroquiais e história social na América Lusa*. Guedes, Roberto; Fragoso, João; Sampaio, Antônio Carlos Jucá de (org.). Ed.: MAUADX. Rio de Janeiro, 2014.

bastante para São Paulo e Bahia,⁷¹ exploramos muito pouco para o Rio de Janeiro, pois os trabalhos não tocam nos aspectos sociais da produção, nem nas dinâmicas de propriedade que a sustentam. Dito isso, este trabalho busca traçar indícios sobre o universo agrário e produtivo dessa freguesia rural, historicizando esta formação socioeconômica gerada pelo açúcar.

*

As freguesias rurais ao redor da cidade do Rio de Janeiro eram áreas marcadas pela produção do açúcar desde fins do século XVI. No entanto, a montagem de engenhos no Rio de Janeiro começa a se consolidar nos primeiros anos do século XVII, nas redondezas da cidade,⁷² mas também em áreas mais distantes, como nas bordas da Serra do Gericinó, em área da futura freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande.⁷³ O Recôncavo da Guanabara cresce dos 14 engenhos, em 1612, até os 130 registrados pela câmara em 1680,⁷⁴ alcançando os 136 engenhos em inícios do século XVIII.⁷⁵

Segundo Abreu, o Rio de Janeiro seiscentista era um “mundo do açúcar”.⁷⁶ O autor apresenta 8 áreas produtoras de açúcar no século XVII (imagem 1). Destacam-se as áreas de Irajá/Meriti e Banda d’além com mais engenhos. A primeira com 39 e a segunda com 32 em 1700. Números distantes da área Campo Grande/Guaratiba, que contava com 11 engenhos neste momento.⁷⁷ Sampaio também indica a importância do setor açucareiro na economia fluminense

⁷¹ Cf. Para Bahia, ver: SCHWARTZ, Stuart. A Commonwealth within Itself: The early brazilian sugar industry, 1550-1670. In: Tropical Babels: sugar and the making of the Atlantic World, 1450-1680. North Carolina: University of North Carolina Press. 2004, p. 183. RUSSEL-WOOD, A. J. R. Escravos e libertos no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 254. SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. SP: Companhia das letras, 1988, p. 253-254. BARICKMAN, B. J. Um Contraponto Baiano, Açúcar, Fumo, Mandioca e Escravidão no Recôncavo 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. FERLINI, Vera Lúcia Amaral. A subordinação dos lavradores de cana aos senhores de engenho: Tensão e conflito no mundo dos brancos. Revista Brasileira de História, São Paulo. v.6, nº 12, 1986. Para São Paulo, ver: FERLINI, Vera Lucia Amaral. Sociedades Açucareiras no Mundo Ibérico: estudo comparativo. XXVIII Simpósio Nacional de História. ANPUH: Florianópolis, 2015. EISENBERG, Peter L. Homens Esquecidos: Escravos e trabalhadores livres no Brasil (séculos XVIII e XIX). Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989, p. 350. GUEDES, Roberto. Op. Cit.

⁷² ABREU, Mauricio de Almeida. Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502 – 1700). Volume 1. Rio de Janeiro, Ed. Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010, p. 246-248.

⁷³ ABREU, Mauricio de Almeida. Op. Cit., vol. 2, 2010, p. 79.

⁷⁴ Segundo Fragoso, no século XVII, os engenhos fluminenses serão dominados pela elite política local. FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

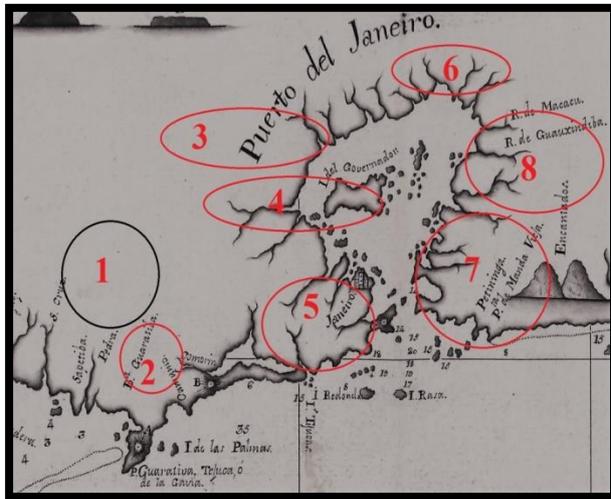
⁷⁵ ABREU, Mauricio. Op. Cit., vol. 2, 2010, p. 95.

⁷⁶ Idem, p. 77.

⁷⁷ Ibidem, p. 92.

de fins do século XVII. Engenhos e partidos de cana corresponderiam a mais de 70% do valor total transacionado nas escrituras públicas do período.⁷⁸

Imagem 1. Áreas produtoras de açúcar no Rio de Janeiro, em inícios do século XVIII, segundo Maurício Abreu.



1. Campo Grande/ Guaratiba;
2. Baixada de Jacarepaguá;
3. Irajá/ Meriti
4. Inhaúma/ Ilha do Governador;
5. Arredores da Cidade;
6. Fundo da Baía;
7. Banda d'além;
8. Tapacurá/ Cacerebu

Imagem: 18th-Century map of the coastline of Rio de Janeiro [gmap] by mysteriously-named cartographer "J M L". Disponível em: <http://www.bigmapblog.com/2011/map-of-the-coast-of-rio-de-janeiro-1780/> ABREU, Maurício de Almeida. Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502 – 1700), Volume 2. Rio de Janeiro, Ed. Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.

No entanto, devemos salientar que, segundo Fragoso, o açúcar do Rio de Janeiro era preterido em relação ao produzido nas regiões de Pernambuco ou da Bahia, tido como de melhor qualidade.⁷⁹ Este é um dado importante porque a produção do açúcar fluminense terá menos escravos e engenhos de menores proporções em termos produtivos do que os engenhos da costa norte da América Lusa.⁸⁰ Este padrão se manteria durante o século XVIII.⁸¹

Esta organização das áreas parece ter se mantido setecentos adentro, mas não de maneira uniforme, pois haveria uma queda da produção açucareira em meados do século. E isto porque o início do século XVIII trouxe mudanças no perfil agrícola do Rio de Janeiro.

A necessidade de alimentar a cidade, que via crescer o seu número de habitantes, e a necessidade de prover as rotas que levavam para as Minas Gerais resultam no crescimento da produção de alimentos nas freguesias rurais da cidade. Segundo Sampaio, em fins da primeira metade do XVIII, a elite mercantil fluminense opta por comprar fazendas que produziam alimentos, o que colabora para que estas unidades superem os engenhos como principal

⁷⁸ SAMPAIO, Op.Cit., 2003, p. 106.

⁷⁹ FRAGOSO, João. À espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, 1600 – 1750). Tese para professor Titular de Teoria da História. Rio de Janeiro: Instituto de História-UFRJ, 2005, p.11.

⁸⁰ ABREU, Maurício. Op. Cit., vol. 2, 2010, p. 99-104. MOTTA, José Flávio. Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: FAPESP: Anablume, 1999, p. 79-84.

⁸¹ COSTA, Iraci del Nero. Nota sobre a posse de escravos nos engenhos e engenhocas fluminenses (1778). Revista Instituto Estudos Bras., São Paulo, n. 28, 1988, p. 111-113.

elemento em valores transacionados nas escrituras públicas da cidade. De acordo com o autor, em 1750 “a produção de alimentos comanda o sistema agrário da capitania”.⁸²

Na década de 1740, indica que os bens urbanos superam os rurais em valor, demonstrando o crescimento da cidade e a necessidade de abastecimento local.⁸³ O caráter mercantil supera o caráter agrário. Por isso, a cidade é ponto final de um vigoroso mercado de abastecimento.

Essa forte demanda é demonstrada nas escrituras públicas de comercialização das unidades produtoras e no interesse provocado entre os negociantes.⁸⁴ Mesmo após o arrefecimento aurífero, a cidade se destaca por sua intensa circulação de mercadorias, importações e exportações.⁸⁵ Outros trabalhos indicam a importância do fornecimento de alimentos também na segunda metade do Setecentos. Tavares demonstra a importância do comércio de carne verde para alimentar a povoação urbana. O gado vinha de longas distâncias geralmente de Minas Gerais e São Paulo, por terra, cortando muitas freguesias até ser abatido nos matadouros das ruas do Rio. Os animais descansavam e engordavam em alguns campos pelo caminho. No extremo termo da cidade, a Fazenda Santa Cruz era um desses pontos de parada para pastagem.⁸⁶

Acrescenta-se que analisamos a segunda metade do século XVIII através do conceito de colonial tardio, na versão proposta pelo professor João Fragoso.⁸⁷ Enquanto a cidade do Rio de Janeiro efervescia com o movimento de gentes e mercadorias, as freguesias rurais da cidade iam encaminhando seu cotidiano, entremeadas por rotas de viandantes que atravessavam suas terras, escravos africanos que chegavam constantemente e os consequentes movimentos de mestiçagem, migração ou de mudança dos nomes de membros da elite local. É um momento de graves mudanças na estrutura socioeconômica do Rio de Janeiro.⁸⁸

⁸² SAMPAIO, Op.Cit., 2003, p. 117. Para fins do século XVIII, cf. FRAGOSO, João, Op. Cit. 1998.

⁸³ Idem, p. 84-85.

⁸⁴ Ibidem, p. 124-126.

⁸⁵ FRAGOSO, João. Op. Cit. 2000, p. 26-28.

⁸⁶ TAVARES, Geórgia da C. A atuação dos marchantes no Rio de Janeiro Colonial: Estratégias de mercado e redes de sociabilidade no comércio de abastecimento de carne verde (1763-1808). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012, p.65-68. Destaco mais um trabalho sobre o tema. Embora não cubra o século XVIII, o livro descortina aspectos sobre o mercado interno de abastecimento entre Minas Gerais e a cidade do Rio de Janeiro. LENHARO, Alcir. As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993.

⁸⁷ FRAGOSO, João. Algumas notas sobre a noção de colonial tardio no Rio de Janeiro: um ensaio sobre a economia colonial. Revista de História Locus, v. 6, n.1, 2000.

⁸⁸ Cf., por exemplo, FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 41-70; SAMPAIO, Antônio C. J. Na encruzilhada do império. Rio de Janeiro: Ed. Arquivo Nacional, 2003.

O período é compreendido, aqui, como momento da consolidação da cidade como a maior praça mercantil do Atlântico Sul, como ponto de encontro de várias rotas comerciais e a consequente ascensão de uma nova elite econômica local. Nas palavras do professor Sampaio, o Rio de Janeiro é a encruzilhada para uma série de rotas comerciais, vindas do Rio Grande, Sacramento, São Paulo, Minas Gerais, de África ou Índia.⁸⁹ Tais transformações, impulsionadas desde descoberta de ouro nas Minas Gerais, em inícios do XVIII, convertem a cidade no porto de destino do ouro, mais importante abastecedor daquela área e, no decorrer do Setecentos, como grande centro para o movimento de mercadorias de todas as partes do Império.

Tal cenário se manifesta também com mudanças no perfil da elite política e econômica local.⁹⁰ Segundo Fragoso, a nobreza da terra continua a ocupar postos chave da república,⁹¹ mas em constante conflito com um grupo de negociantes, ansiosos em ascender aos principais cargos da república, através da câmara municipal. Soma-se a entrada desses homens de negócio nas atividades rurais e o empobrecimento de algumas antigas famílias importantes da nobreza da terra,⁹² num contexto em que elementos como riqueza são valorizados como motor da ascensão social, inclusive, sob a promoção da própria Coroa portuguesa, na segunda metade do século XVIII.⁹³ Como já dissemos, as lógicas de hierarquização social estariam se tornando mais complexas. Contudo, a cidade, cada vez mais dominada economicamente pelos negociantes, ainda via o domínio político da nobreza da terra, via câmara.

Entre 1750 e 1800, ao redor da cidade, as freguesias rurais são caracterizadas pela produção agrícola, com predominância da mandioca e cana de açúcar. Segundo Pesavento, Pombal implementa uma política de diversificação agrícola que é desenvolvida pelos Vice-reis, Marquês do Lavradio e Luís de Vasconcelos. Tendo por base inventários e dados sobre exportação, o autor demonstra a presença de novas culturas sendo plantadas nestas áreas. A partir de incentivos da Coroa, como apoio técnico e isenção de taxas, destacam-se produtos

TOSTES, Ana P. C. O lugar social dos homens “pardos” no cenário rural da Cidade do Rio de Janeiro (Recôncavo da Guanabara, Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, século XVIII). Dissertação de mestrado. UFRJ/IH, 2012.

⁸⁹ A cidade estaria vinculada a um intenso mercado de abastecimento. FRAGOSO, João. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 117-152.

⁹⁰ Cf. principalmente, SAMPAIO, Antônio C. J. Op. Cit., 2003.

⁹¹ A nobreza da terra fluminense pode ser definida como a elite política e econômica da cidade formada a partir de fins do século XVI e no decorrer do século XVII. Eles monopolizam a propriedade dos engenhos de açúcar e se consolidam como nobreza política, controlando a Câmara de vereança. FRAGOSO, João. Op. Cit., 2002, p. 54.

⁹² FRAGOSO, João. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1660-1750). In: Conquistadores e Negociantes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 35-39, p. 105.

⁹³ RAMINELLI, R. Op. Cit., 2013, p. 101.

como anil e arroz. Segundo o autor, esta diversificação agrícola visava aumentar as receitas da Coroa.⁹⁴

De acordo com Pesavento, um levantamento intensivo das escrituras públicas da cidade demonstra uma estagnação da economia a partir da década de 1750 até 1780, através da queda dos valores médios dos bens transacionados e outros indicadores. Esta estagnação poderia ter sido provocada pela queda da extração do ouro de Minas Gerais. De todo modo, o autor nota uma recuperação da economia somente a partir da década de 1780, mas demonstra a importância do mercado de crédito fluminense para todo o período – era ponto fundamental nas dinâmicas imperiais do Atlântico Sul.⁹⁵

Além disso, a cidade vai se consolidando como o importante centro mercantil desde a primeira metade do século XVIII. As receitas da alfândega são indicadores da circulação de mercadorias em determinada região. Fragoso compara tais receitas para a Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro e demonstra que esta última ultrapassa as demais e aparece com os maiores rendimentos após 1729, ou seja, aparece como principal núcleo comercial da América Portuguesa.⁹⁶

Portanto, a cidade se assenta de forma proeminente em termos mercantis, com novas formas de acumulação através de negociantes cujas redes comerciais interligam-se com várias partes do Império desde a primeira metade do século XVIII.⁹⁷ Mais do que isso, torna-se a sede do Estado do Brasil em 1763, além de receber o Tribunal da Relação em 1751. Ainda que possa ter havido uma estagnação da atividade econômica, conforme sugere o trabalho de Pesavento, demonstra-se a centralidade da urbe fluminense e sua importância mercantil num prazo longo de desenvolvimento.

Em fins do século XVIII e inícios do XIX, a cidade do Rio de Janeiro torna-se também a principal região de desembarque de escravos africanos da América Portuguesa e se consolidaria na maior das Américas.⁹⁸ Segundo Florentino, a cidade era, na verdade, um centro de distribuição de escravos para várias partes: Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Campos dos Goytacazes, etc. Dentre os pontos que demandavam escravos, Florentino destaca

⁹⁴ PESAVENTO, Fábio. Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos. Niterói: Tese de doutorado, UFF. 2009, p. 62-69.

⁹⁵ PESAVENTO, Fábio. Op. Cit. 163, 181. Alguns autores salientam um período de baixa da atividade econômica na América Lusa da segunda metade do dezoito, dentre eles cito dois: SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das letras, 1988, p. 342.

⁹⁵ BARICKMAN, B. J. Um Contraponto Baiano, Açúcar, Fumo, Mandioca e Escravidão no Recôncavo 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 51.

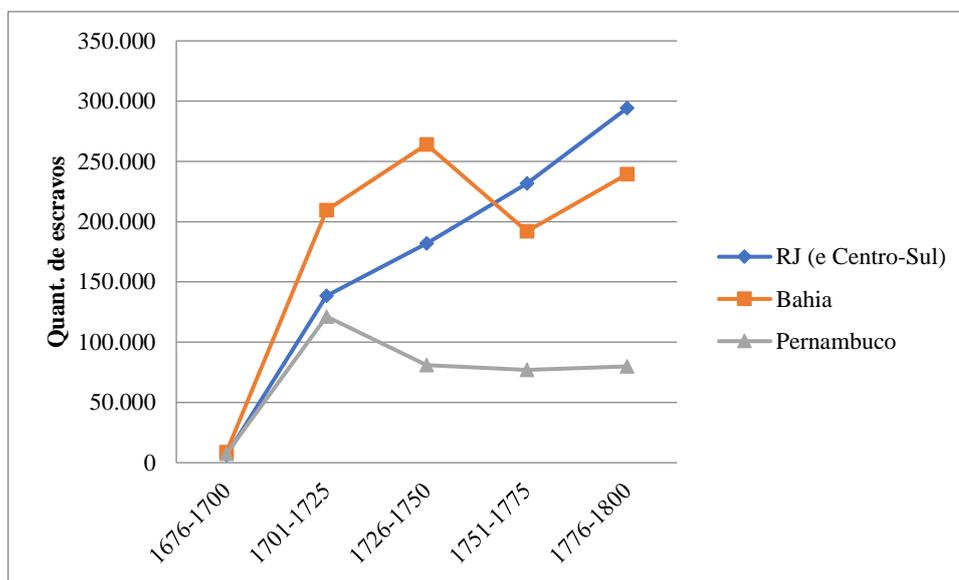
⁹⁶ FRAGOSO, João. Algumas notas sobre a noção de colonial tardio... Op. Cit., 2000, p. 23.

⁹⁷ SAMPAIO, Antônio C. J. Op. Cit., 2003. FRAGOSO, João. Op. Cit., 1998.

⁹⁸ FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII-XIX). Ed. UNESP. 2014, p. 65-69.

a própria cidade e o seu entorno, qual seja, as freguesias rurais do recôncavo da Guanabara.⁹⁹ O gráfico abaixo demonstra a predominância mercantil do Rio de Janeiro na segunda metade do século, superando Bahia e Pernambuco no movimento de escravos.

Gráfico 1. Evolução do desembarque de escravos na América Lusa - Principais regiões (1676-1800)



Fonte: Dados coletados em The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível: <http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acessado em 20/04/2017.

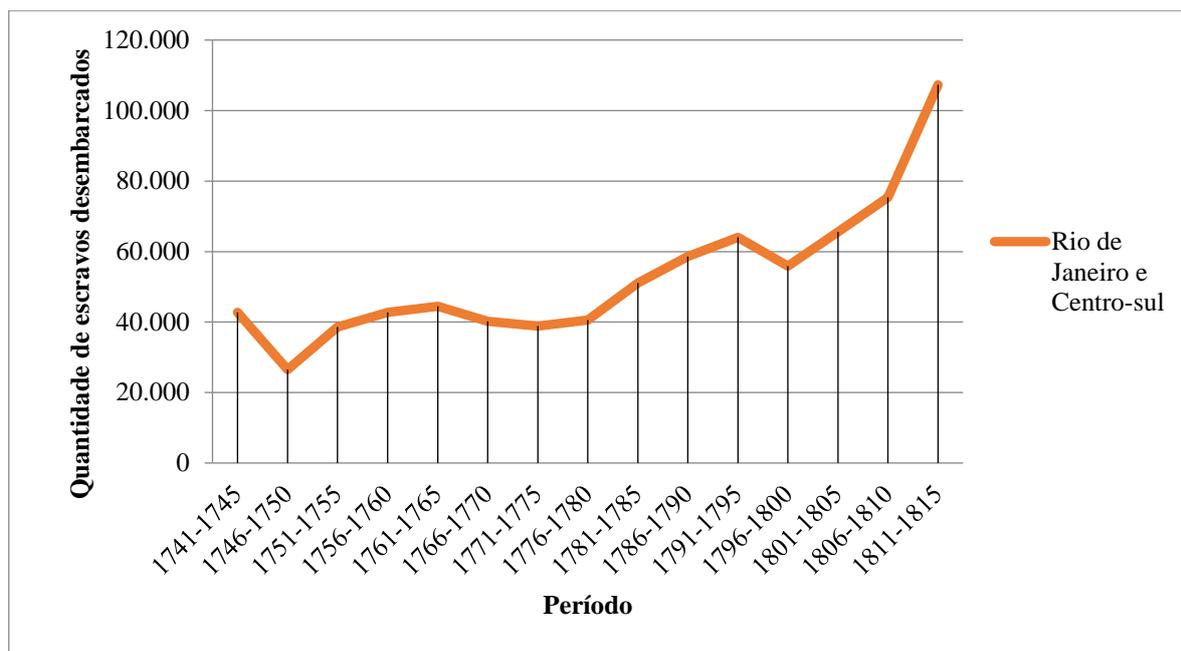
Acreditamos que caso analisemos a entrada de escravos no Rio de Janeiro por espaços de cinco anos entre 1740-1815, poderemos compreender melhor esse processo. Com isso, buscamos aferir indícios da demanda por escravos naquele porto e mesmo a oferta disponível.

O gráfico abaixo indica que a entrada de escravos fica praticamente estável entre 1740 e 1779, o que poderia confirmar a tese da estagnação econômica indicada por Pesavento. Em cada bloco de cinco anos entravam cerca de 40.000 escravos no porto do Rio. As explicações para isto podem ser muitas: estagnação da economia, problemas de apresamento e negociação de escravos em solo africano, instabilidade do cenário internacional, etc. No entanto, para nosso trabalho pouco importam. Sublinhamos que a entrada de escravos começa a crescer a partir da década de 1780 até metade da década de 1790 e volta a crescer assustadoramente após 1800, quando o Rio de Janeiro se torna a principal área de desembarque de cativos das Américas, como demonstra Florentino.¹⁰⁰

⁹⁹ Idem, p. 35-42.

¹⁰⁰ FLORENTINO, Manolo. Op. Cit. 2014, p. 65-69.

Gráfico 2. Quantidade de escravos desembarcados nos portos do Rio de Janeiro e adjacências (1741-1815)



Fonte: Dados coletados em The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível: <http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acessado em 02/02/2018.

Esse contexto de entrada frequente de escravos e aumento progressivo depois de 1780 modifica intensamente a parte de baixo da sociedade.

A população da cidade cresce muito. Em 1799, as freguesias do centro da cidade do Rio de Janeiro contavam com 43.376 almas, sendo 14.986 escravos.¹⁰¹ Segundo Southey, em 1749, a cidade somava 24.397 vizinhos.¹⁰² O censo de 1799 revela um dos impactos deste processo. Neste levantamento há significativa presença de pardos e pretos entre a população livre (8.813 sujeitos ou 32% da população livre).¹⁰³ São dados que confirmam a integração de ex-escravos ao mundo livre, apontando para traços da mobilidade social local e para processos de mestiçagem.

Segundo Schwartz, o período que compreende o fim do século XVIII e início do século XIX foi marcado por um significativo aumento da população. Dentre as circunstâncias que explicam tal fenômeno estariam a demonstrada entrada maciça de escravos - que superaria a mortalidade dos mesmos - e o aumento natural de pessoas livres, em especial pardas.¹⁰⁴

¹⁰¹ IHGB. Almanaque Histórico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 1799. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, volume 267 – abril/junho, 1965, 93-214.

¹⁰² SOUTHEY, Robert. História do Brasil, Tomo VI. 1862, p. 460.

¹⁰³ População do Rio de Janeiro, 1799-1900. IBGE. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RJ1799_1900.pdf>. Acesso em 30 set.15, 20:19:00.

¹⁰⁴ SCHWARTZ, Stuart B. Escravos, roceiros e rebeldes. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 131-132.

Estaríamos, portanto, falando de um momento dramático nas dinâmicas de mestiçagem da América Lusa.

“Na Bahia, em Goiás, Pernambuco e Minas Gerais, os pardos compunham 30 por cento ou mais da população, e em toda a colônia a população se aproximava desse índice (27,8). Quando somada a população escrava, a população de cor perfazia um total de dois-terços da população colonial brasileira.”¹⁰⁵

Para termos uma ideia, a população livre descendente de escravos nos Estados Unidos em 1820 representava menos de 4%, enquanto no Brasil em 1822 girava em torno de 28%.¹⁰⁶

A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII: A PLURALIZAÇÃO DE QUALIDADES

A freguesia rural de Campo Grande se situa no interior destas dinâmicas, às bordas da cidade. Na primeira metade do século XVIII, a região é dominada por senhores de engenho oriundos da nobreza da terra, grupo formado no decorrer do século XVII que monopoliza a vereança da cidade e assume grande parte dos engenhos de açúcar no recôncavo da Guanabara. Em texto recente, Fragoso demonstra que esses nobres possuem papel importante na formação de hierarquias costumeiras na freguesia de Campo Grande de inícios do XVIII, pois aparecem como patronos de alguns escravos e forros, contribuindo para a geração de uma hierarquia no interior das senzalas e entre os demais forros.¹⁰⁷

Em fins do século XVIII, a pequena freguesia situada nos sertões da cidade já não possuía tantos figurões da nobreza da terra, nem os homens mais ricos da conquista.¹⁰⁸ No entanto, ainda abrigava uns, agora, desprovidos descendentes da nobreza política, como também umas famílias enriquecidas através de funções como procurador do ouro, como o advogado Manoel Antunes Suzano – os Antunes Suzano se tornam importantes senhores de engenho na região, a partir de 1750.¹⁰⁹

¹⁰⁵ SCHWARTZ, Stuart B. Op. Cit. p. 133. Schwartz cita dados de mapas populacionais trabalhados por Dauril Alden em *Late Colonial Brazil*, texto da coleção *Cambridge History of Latin America*. Vol 2. p. 607.

¹⁰⁶ SCHWARTZ, Stuart. Op. Cit., 1992, p. 10.

¹⁰⁷ FRAGOSO, João. Elite das senzalas e nobreza da terra numa sociedade rural do Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1741. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil colonial*, v.3 (ca.1720-ca.1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 281.

¹⁰⁸ Sobre a redução das donas nas freguesias rurais fluminenses. FRAGOSO, João. Efigênia angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. *Topoi*, v. 11, n. 21, jul-dez., 2010, p. 98. TOSTES, Ana P. C. Op. Cit. 2012.

¹⁰⁹ Sobre a trajetória de Manoel Antunes Suzano, ver: MATHIAS, Carlos Kelmer. Participação de segmentos sociais fluminenses nas procações passadas na capitania de Minas Gerais (1711-1730). *História e Perspectivas*,

Além da compra dos engenhos, os homens de negócio solicitavam sesmarias na freguesia. Em 1789, o Tenente e homem de negócio José Alves de Azevedo solicita terras. Para isso, afirma possuir escravos e capacidade de cultivo. Tem como testemunha Manoel Pires Barbosa, que vive de negócio na cidade.¹¹⁰

Textos recentes têm se debruçado sobre as áreas do recôncavo da Guanabara destacando, dentre outras coisas, a pluralidade de nomeações sociais e políticas de vários agentes: pardos, pretos, crioulos, etc. Tais trabalhos têm recorrido a pressupostos da microanálise para compreender aspectos sobre o tecido social daquelas comunidades, retomando a linguagem dos atores que estuda e, assim, reconstruindo critérios classificatórios da composição social. Assim, estes trabalhos trazem à tona com fôlego renovado, uma série de classificações sociais e de novos contornos para as relações interpessoais dos personagens estudados. Buscam destrinchar o sentido das solidariedades e dos conflitos forjados no interior das próprias comunidades. Com efeito, a partir da reconstrução de trajetórias de gente de carne e o osso tem se buscado os porquês dos contatos sociais e os sentidos das designações sociais.

Estes estudos inspiram o atual trabalho na medida em que demonstram a pluralidade de qualidades e de possibilidades de ação nas brechas dos sistemas de normas vigentes em áreas rurais da América lusa. As múltiplas categorias sociojurídicas, não raro, construídas pelo costume local no seio das populações daquelas comunidades indicam a existência de viscosas organizações sociais e econômicas próprias daquele império ultramarino.

Nessa perspectiva, cabe salientar texto seminal de João Fragoso para a análise das comunidades rurais fluminenses. Em capítulo intitulado “Elite das senzalas e nobreza da terra numa sociedade rural”, o autor apresenta o cenário de organização social dos forros na freguesia de Campo Grande da primeira metade do século XVIII. Ao demonstrar as relações umbilicais entre um reduzido grupo de escravos e forros com seus senhores da nobreza da terra apresenta o ethos paternalista dessa elite. Expõe ainda a importância desse vínculo para a definição de um segmento privilegiado de forros como compadres de outros forros e de escravos, além de já indicar a relevância das uniões mistas entre escravos e livres, que frequentemente eram acompanhadas de padrinhos proeminentes e que possuíam mais recursos sociais (tendência à alforria). Mais do que isso, esses grupos de forros e escravos, compadres da nobreza da terra,

Uberlândia, 40, Jan/Jun 2009. P.229. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19213/10350>>.

¹¹⁰ N° 01946, BI.16.79 Microfilme: 063-2000. Sesmarias, município do Rio de Janeiro – Inventário analítico (1731-1858). Código do Fundo: BI/ Seção de Guarda: SDE, Instrumento SDE 035. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro.

tenderiam à estabilidade no acesso à terra entre gerações.¹¹¹ Seriam oriundos de uma elite das senzalas.

Antes de Fragoso, destaca-se também a análise empreendida por Roberto Guedes. O autor analisa processos de mobilidade social de egressos do cativo dando atenção às qualidades dos agentes e ressaltando o lugar social dos pardos entre os demais libertos. Chama atenção para o peso demográfico dos pardos em fins do século XVIII, ressaltando-os em laços de compadrio tanto com a elite quanto com outros pardos, em teias de solidariedade familiar e por suas escolhas de trabalho. Além disso, já assinalava lógicas matrimoniais entre os pardos, especialmente, tendências ascendentes, como casamentos com livres.¹¹²

Muitas das inquietações desses textos são desenvolvidas em trabalhos posteriores. Entre eles, a dissertação de Ana Paula Tostes que analisa a forte presença do “elemento pardo” entre a população livre da nossa freguesia de Campo Grande no século XVIII. Através da reconstrução de trajetórias familiares, a autora demonstra como a classificação “pardo forro” ia além da dimensão da cor da pele e mesmo da condição de forro. A cor indicava o lugar social daqueles personagens no interior da dita comunidade e mostrava indícios de mobilidade social e/ou relativos privilégios aos sujeitos assim nomeados. Confundiam-se aspectos de ordem jurídico e social.¹¹³

Esta autora demonstrou o crescimento de pardos forros em Campo Grande no século XVIII,¹¹⁴ indicando elementos de prestígio e mobilidade social de pardos a partir da agência de mulheres escravas/forras pardas e solteiras nos processos de miscigenação e mobilidade.¹¹⁵

Da mesma maneira, a dissertação de Julia Ribeiro desenvolve alguns daqueles apontamentos. Em trabalho sobre a freguesia de São Gonçalo (na Banda d’além) demonstra a “produção” de forros e mestiços através dos crescentes índices de relacionamentos entre mães escravas e livres/forros e mesmo de mães escravas solteiras com pais incógnitos (potencialmente livres) entre os séculos XVII e XVIII. Além disso, destaca que o fenômeno da cor, nos registros de batismo, começa a se destacar de forma mais evidente apenas no século XVIII. Segundo ela, os filhos bastardos destas uniões mistas se destacariam no interior das senzalas com mais recursos para alcançar a alforria e, depois de forros, acessar à terra.¹¹⁶

¹¹¹ FRAGOSO, João. Elite das senzalas e nobreza da terra... Op. Cit., 2014.

¹¹² Sobre essas questões, ver Capítulo 2 e 5. GUEDES, Roberto. Op. Cit., 2008.

¹¹³ TOSTES, Ana P. C. Op. Cit. 2012.

¹¹⁴ Idem, 2012, p. 40.

¹¹⁵ Segundo a autora, os pardos forros tinham mais opções de compadrio. Seus filhos teriam como padrinhos membros da elite local e os pardos seriam escolhidos como padrinhos para os filhos de escravos. Ibidem, 2012, p. 48-50, p. 91-95.

¹¹⁶ RIBEIRO, Julia. Por entre as frestas das normas: nobreza da terra, elite das senzalas e pardos forros em uma freguesia rural do Rio de Janeiro (São Gonçalo, sécs. XVII-XVIII). Dissertação de mestrado – PPGHIS/UFRJ,

Nosso trabalho se situa no diálogo destas pesquisas, mas busca avançar nas relações entre a terra, população e classificações sociais.

A FREGUESIA DE CAMPO GRANDE: POPULAÇÃO E ECONOMIA

A freguesia rural de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande estava situada no recôncavo da cidade do Rio de Janeiro, tal como diria Joze de Souza Azevedo Pizarro e Araújo.¹¹⁷ Era uma área de colonização antiga cujas terras já passaram pelas mãos da nobreza da terra e que, em fins do século XVIII, via o estabelecimento de novos elementos na elite senhorial.¹¹⁸ Além do mais, pôde ver o crescimento de sua população e a consequente pluralização de suas gentes.

Assim como a cidade, a freguesia passa por um interessante aumento populacional na segunda metade do século XVIII. Podemos apontar indícios sobre esse fenômeno, pois com a nossa documentação é impossível calcular a evolução total ou o crescimento vegetativo da população livre da freguesia, já que não temos os registros de óbito da região. Portanto, sugerimos perseguir pistas sobre este fenômeno a partir da análise da população de mãos livres.¹¹⁹

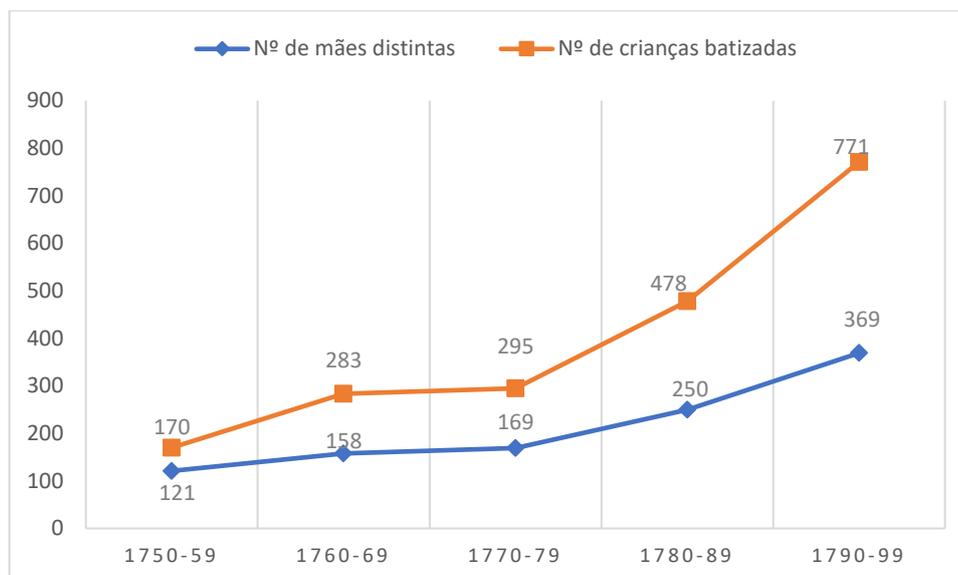
2015, p. 70. Sobre a elite das senzalas, ver também: FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social – Rio de Janeiro, séculos XVII-XVIII. In: Arquivos paroquiais e história social na América Lusa. Guedes, Roberto; Fragoso, João; Sampaio, Antônio Carlos Jucá de (org.). Ed.: MAUADX. Rio de Janeiro, 2014, p. 98.

¹¹⁷ ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro. Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI, Livro III, 1822. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182898>

¹¹⁸ Engenhos da freguesia já foram de propriedade de sujeitos como Manoel Freire Alemão, listado entre os principais da terra em 1697. Ou mesmo de Manoel Antunes Suzano, procurador do ouro na cidade do Rio de Janeiro em meados do século XVIII. Sobre Manoel Freire Alemão, Cf. Disponível em <http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=2420>. Acessado em 07/02/2016. Sobre Manoel Antunes Suzano, Cf. MATHIAS, Carlos Kelmer. Participação de segmentos sociais fluminenses nas procurações passadas na capitania de Minas Gerais (1711-1730). História e Perspectivas, Uberlândia, 40, Jan/Jun 2009. P.229. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19213/10350>>.

¹¹⁹ Neste texto, Fragoso propõe o uso desses indicativos demográficos como meio de driblar a falta de documentação. FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social – Rio de Janeiro, séculos XVII-XVIII. In: Arquivos paroquiais e história social na América Lusa. Guedes, Roberto; Fragoso, João; Sampaio, Antônio Carlos Jucá de (org.). Ed.: MAUADX. Rio de Janeiro, 2014.

Gráfico 3. Quantidade de mães livres e crianças batizadas por década – 1750-1800



Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1705-1811. Disponível em <<http://familysearch.com>> Acesso em 03/02/18, 18:00:00.

Significado do termo mães distintas: cada mãe recebeu uma espécie de matrícula. Ou seja, ainda que uma mesma mãe tenha batizado 2 crianças na década de 1750, ela só foi contabilizada uma vez.

A partir da leitura do gráfico acima identificamos um pequeno aumento do número de mães entre as décadas de 1750 e 1770. No entanto, a partir da década de 1770 a curva cresce de forma mais abrupta. Em outras palavras, a taxa de crescimento da população de mães entre as décadas de 1750 a 1770 é de 39%. Partindo do decênio 1770 a 1790 o crescimento desta população é de 118%!

Olhando mais de perto notamos o seguinte comportamento da população de mães livres na freguesia:

Quadro 1. Taxa de crescimento da população de mães livres na segunda metade do século XVIII – Freguesia de Campo Grande

Décadas	Taxa de Crescimento
1750 - 1760	+ 30%
1760 - 1770	+ 6%
1770 - 1780	+ 47%
1780 - 1790	+ 47%

Fonte: Dados coletados em Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1750-1799. Banco de dados do grupo de pesquisa Antigo Regime nos Trópicos.

As taxas indicam um crescimento deste segmento populacional em quase toda a segunda metade do século XVIII. No entanto, nota-se uma estagnação entre as décadas de 1760 e 1770.

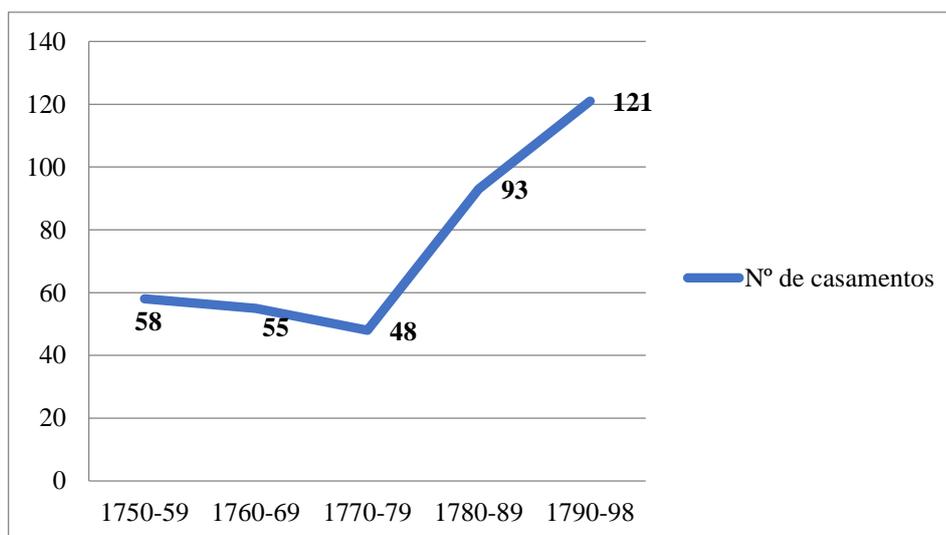
Enquanto a recuperação da população de mães livres se dá a partir da década de 1770. Devemos tomar cuidado com os dados, pois o acréscimo no número de mães livres pode se dar por migração, por jovens locais que alcançam idade fértil ou por escravas que recebem alforria. No entanto, os dados podem servir como indício e indicam um movimento ascendente daquele conjunto de habitantes.

Quanto ao número de crianças batizadas também devemos ter algumas precauções. Alguns recém-nascidos podiam ser filhos de casais casados, de mães solteiras, outros eram expostos, outros alforriados na pia batismal, então os índices significam variáveis distintas.

Segundo estes frágeis indicadores, a população livre da freguesia cresce durante a segunda metade do século, com um crescimento baixíssimo na década de 1770 e com uma expansão mais destacada a partir da década de 1780.

Podemos fazer o mesmo exercício para a “população de noivos” da freguesia do período.

Gráfico 4. Quantidade de casamentos por década na freguesia de Campo Grande – 1750-1798



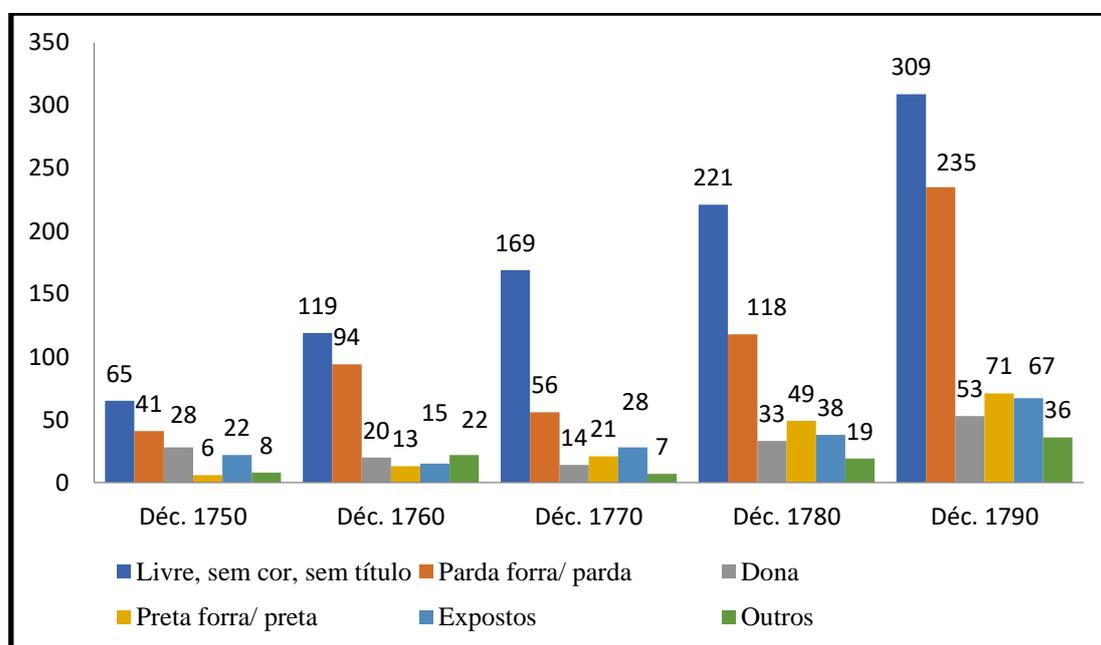
Livros de Casamentos dos livres da Freguesia de Campo Grande 1744-1798. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

O gráfico desenha indicadores próximos ao que encontramos na população de mães. No entanto, aqui o contínuo crescimento populacional, aferido pelo número de progenitoras, é substituído por uma queda no número de casamentos na década de 1770 e com um aumento a partir da década de 1780.

Neste caso, a freguesia de Campo Grande também apresenta tendência de crescimento populacional na maior parte da segunda metade do século XVIII, mas com indícios de retração na década de 1770 e de um aquecimento populacional, especialmente, a partir de 1780.

De qualquer maneira, como já dissemos acima, o crescimento populacional da América Lusa é acompanhado por uma pluralização das qualidades dos agentes. Em Campo Grande não é diferente. Trabalhos recentes e relatos de meados do século XVIII, como de Jaboaão,¹²⁰ indicam a crescente inserção de libertos nas dinâmicas sociais da América Lusa. O aumento do número de alforrias por compra ou doação colabora para o aumento desta população de libertos.¹²¹

Gráfico 5. Quantidade de filhos batizados por categoria de mãe entre 1750-1799



Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1705-1811. Disponível em <<http://familysearch.com>> Acesso em 03/02/18, 18:00:00.

¹²⁰ Sobre a exaltação dos pardos em Frei Jaboaão, ver: BEZERRA, Janaína dos S. ALMEIDA, Suely C. C. “Pompa e circunstância” a um santo pardo: São Gonçalo Garcia e a luta dos pardos por inserção social no século XVIII. Revista de História Unisinos. Vol. 16, n. 1, Jan/Abr 2012, pp. 118-129. Sobre a pluralização das classificações sociais, ver: RIBEIRO, Julia. Op. Cit. 2015. TOSTES, Ana Paula. Op. Cit. 2012. FRAGOSO, João. Op. Cit. 2014. GUEDES, Roberto. Op. Cit. 2008. SCHWARTZ, Stuart. Op. Cit. 2001.

¹²¹ Sobre modalidades de alforria, ver o Capítulo 2: PAIVA, Eduardo França. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.

Quadro 2. Quantidade de filhos batizados por categoria de mãe entre 1750-1799

Indicativo de qualidade das mães	Déc. 1750	%	Déc. 1760	%	Déc. 1770	%	Déc. 1780	%	Déc. 1790	%
Livre, sem cor, sem título	65	38	119	42	169	57,2	221	46,2	309	40
Parda forra/parda	41	24	94	33,2	56	18,9	118	24,6	235	30,5
Dona	28	16	20	7	14	4,8	33	7	53	6,9
Preta forra/preta	6	4	13	4,6	21	7,2	49	10,2	71	9,2
Expostos	22	13	15	5,3	28	9,5	38	8	67	8,7
Outros	8	5	22	7,9	7	2,4	19	4	36	4,7
Total	170	100	283	100	295	100	478	100	771	100

Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1705-1811. Disponível em <<http://familysearch.com>> Acesso em 03/02/18, 18:00:00.

Afora algumas oscilações, nota-se que as designações das qualidades de cor das mães (parda, parda forra, preta, preta forra) crescem proporcionalmente de 28% para 39,7% nos batizados de crianças. A década de 1770 aparece como período em que as designações de cor conseguem o menor indicador 26%. As donas também diminuem em importância, corroborando tendência indicada por Fragoso, a mudança do perfil da elite senhorial local.¹²²

De acordo com esses dados, uma população de forros aparece gerando filhos de forma razoável desde a década de 1750, progredindo em importância até o final do período. Notamos que a maior parte da população forra é formada por pardos, os pretos compõem um pequeno contingente entre os livres.

Cabe ressaltar, no entanto, que a gestação destes forros pode ter origens no século XVII.¹²³ O aparecimento dos forros em áreas do Recôncavo da Guanabara foi analisado para período anterior a 1750 em freguesias como Irajá, São Gonçalo e mesmo Campo Grande. Foram interpretados como indivíduos originários de um grupo privilegiado de escravos (classificados como elite das senzalas), conforme apresentamos acima, forjados numa relação de subordinação com a nobreza da terra, que alcançaria prestígio e conseguiria mais recursos entre os cativos, alcançando a liberdade.

¹²² FRAGOSO, João. Efigênia angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. Topoi, v. 11, n. 21, jul-dez., 2010, p. 98.

¹²³ Segundo Ribeiro, os mestiços seriam “uma variável do sistema demográfico da plantation seiscentista”. Sobre isso, ver o Capítulo 1: RIBEIRO, Julia. Op. Cit., 2015.

Parte desses forros surge das relações entre livres e escravas. No conjunto dos escravos destacam-se: 1) filhos naturais mestiços, oriundos das relações entre escravas e senhores (da nobreza da terra, ou não), que se tornam forros com mais recursos sociais e aparecem como ramos bastardos das famílias nobres;¹²⁴ 2) escravas solteiras ou casadas que geravam filhos com homens livres angariavam padrinhos de status superior para seus filhos, caso comparados com as escravas casadas com outros escravos.¹²⁵ 3) forros e escravos em proximidade com os senhores através de compadrio sobressaíam entre os demais, conseguindo mais recursos, dentre eles a alforria.¹²⁶ A geração dos filhos naturais e a mestiçagem caminhariam lado a lado indicando que estes grupos tinham maior tendência à mobilidade social, alcançando alforria e melhores condições relacionais para seus filhos.¹²⁷

Alguns trabalhos destacam também a importância dos casos em que ambos os cônjuges são escravos. Segundo Guedes, o casamento potencializava a alforria.¹²⁸ Samara aponta a predominância de casais escravos. Segundo ela, esta condição propiciava a liberdade: primeiro um dos cônjuges se alforriava e depois comprava a alforria para o outro.¹²⁹ Slenes também chamou atenção para o fato de que a formação de família estável os destacaria na senzala.¹³⁰

A relação entre a configuração das famílias escravas e o processo de liberdade podia ser bastante complexa. Cacilda demonstrou famílias em que alguns membros já eram forros, enquanto outros ainda se mantinham escravos. Muitas vezes, os forros saíam da casa do antigo senhor para se agregar na casa dos parentes do mesmo.¹³¹

Estes trabalhos demonstram a complexidade do processo de liberdade. Por enquanto, nos contentamos em demonstrar apenas os dados do aumento proporcional desta população com qualidades de cor.

Analisando a população de mães notamos crescimento de vários segmentos, livres ou forros. Para nos aproximarmos do universo dos livres analisamos os perfis de naturalidade dos maridos que se casam na freguesia de Campo Grande como um indício do perfil populacional.

¹²⁴ FRAGOSO, João. Op. Cit., 2010, p. 86.

¹²⁵ Idem, p. 90. RIBEIRO, Julia. Op. Cit. p. 15.

¹²⁶ Ibidem, p. 85.

¹²⁷ Fragoso, Ribeiro e Tostes refinam os argumentos encontrados em Freyre sobre os filhos ilegítimos mestiços. FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003, p. 525, 531.

¹²⁸ GUEDES, Roberto. Op. Cit., 2008, p. 179.

¹²⁹ SAMARA, Eni. A família negra no Brasil: escravos e libertos. VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Anais. Olinda: APEB, 1988.

¹³⁰ Sobre a importância do casamento entre escravos para o cotidiano nas senzalas, ver: SLENES, Robert W. Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

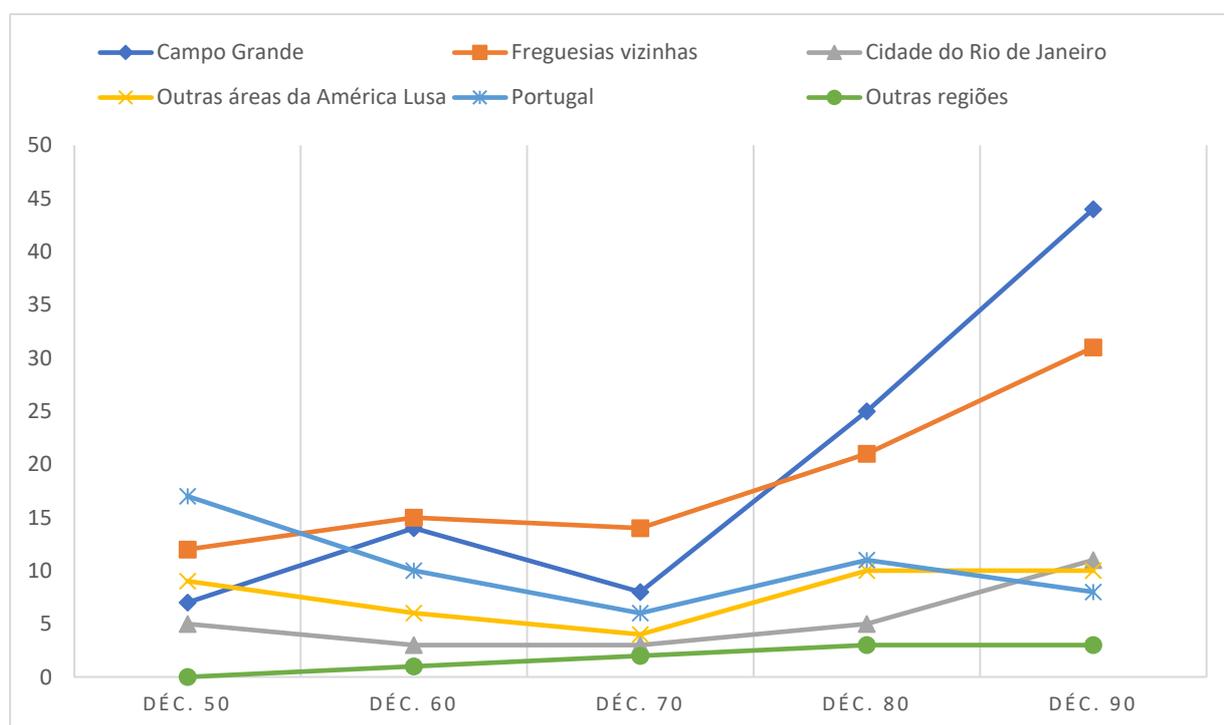
¹³¹ MACHADO, Cacilda. A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 383.

Os dados podem ajudar a refinar o perfil do crescimento populacional verificado através da análise das mães. Ressalto que o método possui limitações, já que pode dizer mais sobre as estratégias matrimoniais ou formas de transmissão patrimonial local do que sobre o perfil da população. De todo modo, cremos que é um indício razoável para termos uma ideia dos contornos daquele conjunto de habitantes.

A partir do manejo dos dados notamos que os migrantes ou forasteiros chegam à freguesia constantemente durante toda a segunda metade do século XVIII. E esta é uma marca demográfica da região.

Como vemos no gráfico abaixo, a análise por década indica a relevância dos reinóis e açorianos na década de 1750. No entanto, vão se casando cada vez menos na freguesia. Eram os principais noivos na década de 1750 e vão perdendo importância até a década de 70, se recuperando na década seguinte, mas voltando a cair, sendo superados por noivos de outras áreas da América Lusa ou da cidade do Rio de Janeiro.

Gráfico 6. Quantidade de maridos por tipo de naturalidade – Freguesia de Campo Grande (1750-1799)



Livros de Casamentos dos livres da Freguesia de Campo Grande 1744-1798. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Quadro 3. Quantidade de maridos por tipo de naturalidade – Freguesia de Campo Grande (1750-1799)

Naturalidade dos maridos	Déc. 50	Déc. 60	Déc. 70	Déc. 80	Déc. 90
Campo Grande	7	14	8	25	44
Freguesias vizinhas	12	15	14	21	31
Cidade do Rio de Janeiro	5	3	3	5	11
Outras áreas da América Lusa	9	6	4	10	10
Portugal	17	10	6	11	8
Outras regiões	0	1	2	3	3

Livros de Casamentos dos livres da Freguesia de Campo Grande 1744-1798. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Proporcionalmente, há um domínio dos noivos de fora entre os maridos, indicando um constante fluxo migratório para região durante todo o período. Mais ainda, na década de 1750, os maridos naturais de Campo Grande praticamente não se casam na freguesia, já que sujeitos de freguesias vizinhas e portugueses ou mesmo migrantes de outras áreas da América Lusa dominam o cenário.

Os noivos em Campo Grande começam a crescer em importância a partir da década de 1760, sendo os principais noivos na década de 1790 – ainda que todos os sujeitos de fora da região, somados, sejam mais numerosos do que os campo-grandenses. Destaca-se ainda o papel dos noivos das freguesias vizinhas, que chegam em maior número nas décadas de 60 e 70 e se mantêm importantes nas décadas seguintes, como o principal segmento vindo de fora.

As décadas de 1760 e 1770 parecem ter sido momento de menor atração de migrantes vindos de longas distâncias. Caem os números de maridos oriundos de Portugal e Açores e de outras áreas da América lusa. Além disso, nos últimos 20 anos do século, a distância proporcional entre os maridos de freguesias vizinhas e de campo grande frente aos migrantes de áreas mais distantes aumenta muito. Os noivos de áreas longínquas se casam menos nas últimas décadas, indicando o predomínio de pequenas migrações (cidade do Rio de Janeiro e freguesias vizinhas). No capítulo três, tentaremos entender o seu impacto sobre as dinâmicas de acesso à terra entre os lavradores.

A tentativa de compreender esses indícios populacionais é complicada pela falta de documentação para a freguesia. Talvez uma solução seja atrelar indicadores econômicos aos populacionais. Nossos dados sobre a evolução da economia local também são poucos. Por isso, uma pista seria um levantamento da quantidade de engenhos na região ao longo do século XVIII.

Já salientamos, acima, que Sampaio demonstra uma baixa da atividade açucareira em meados do século, frente à produção voltada para o abastecimento interno. De todo modo, os

engenhos campo-grandenses resistem durante todo o século, continuam dando nome aos lugares da região e atraindo senhores vindos das atividades mercantis.

Para termos uma ideia, dos dezoito lugares da freguesia, quatorze possuem os nomes dos engenhos. Ou visto de outro ângulo, quatorze dos dezoito lugares da freguesia possuem engenhos de açúcar, dado que revela a presença dessas fábricas no cotidiano local. Estão presentes em praticamente todas as áreas.

Ainda que os engenhos tenham perdido valor durante o Setecentos, constatamos que sua quantidade parece ter crescido levemente na segunda metade do século XVIII (Campo Grande vai 10 engenhos em 1779 para 15 engenhos em 1798). Embora se saiba que no Rio de Janeiro como um todo, o número de engenhos tenha caído na primeira metade do século XVIII,¹³² podem ter voltado a crescer no Rio de Janeiro de fins do século, ao menos na freguesia de Campo Grande.

A historiografia indica tendência de crescimento da atividade açucareira em fins do século. Barickman e Schwartz indicam que na Bahia surgem novos engenhos e nota-se aumento no número de exportações, processo, em grande medida, impulsionado pela crise em Saint-Domingue.¹³³ Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, também vê um substancial crescimento de engenhos no período, assim como regiões de São Paulo.¹³⁴

Segundo Wehling, há um aumento no preço do açúcar que se manifesta numa maior renda com exportações do produto em fins do século. Teria havido um boom do preço do açúcar a partir da década de 1790 até 1810, visível no crescimento das exportações do produto, tanto quanto na renda adquirida com esta movimentação mercantil no Rio de Janeiro.¹³⁵

Podemos dizer que, na freguesia de Campo Grande, os engenhos aparentam continuar tendo alguma força, aparecem como elemento importante nas dinâmicas econômicas. Assim como no começo do século, em 1779 as áreas continuam baseadas na produção de açúcar, segundo relatório do Marquês do Lavradio.¹³⁶ Mais do que isto, em 1710, a área Campo

¹³² FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social – Rio de Janeiro, séculos XVII-XVIII. In: Arquivos paroquiais e história social na América Lusa. Guedes, Roberto; Fragoso, João; Sampaio, Antônio Carlos Jucá de (org.). Ed.: MAUADX. Rio de Janeiro, 2014, p. 118.

¹³³ SCHWARTZ, Stuart B. Op. Cit., 1988, p. 342-351. BARICKMAN, B. J. Um Contraponto Baiano, Açúcar, Fumo, Mandioca e Escravidão no Recôncavo 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹³⁴ FARIA, Sheila. A Colônia em Movimento, Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. SP: Edusp, 2005. EISENBERG, Peter L. Homens Esquecidos: Escravos e trabalhadores livres no Brasil (séculos XVIII e XIX). Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989,

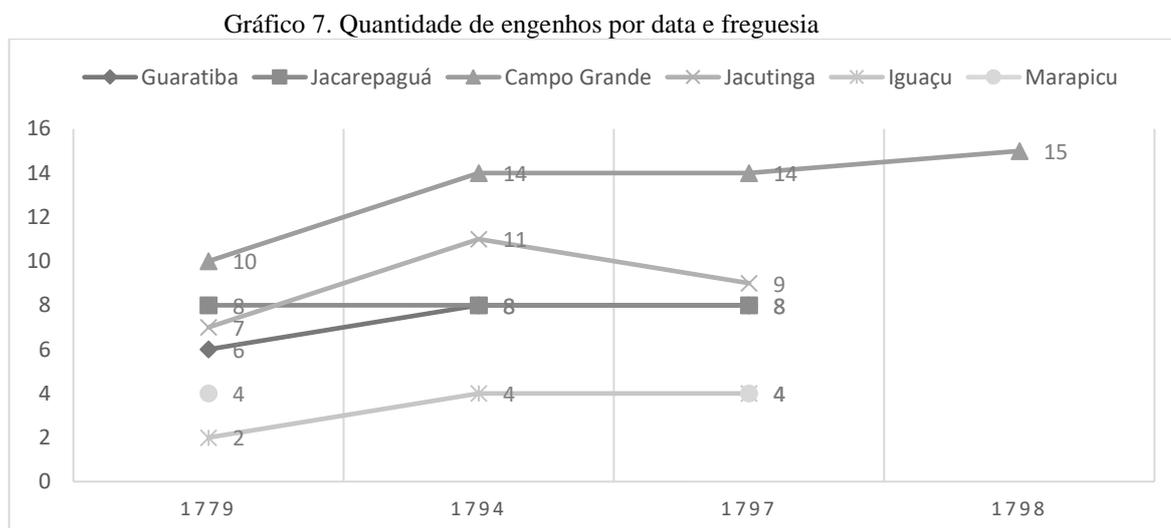
¹³⁵ WEHLING, Arno. Op. Cit.

¹³⁶ Relação do Marquez de Lavradio: Parte II, RIHGB, Tomo LXXVI, 1913. p. 318-328.

Grande/Guaratiba contava com 11 engenhos, em 1779 possuía 16 e entre 1797 e 1798 somava 22.¹³⁷

De fato, o Distrito de Guaratiba possuía números modestos, 50 engenhos em 1797, caso comparemos com áreas mais dinâmicas, como Campos dos Goytacazes – que vai de 55 para 278 fábricas, entre os anos de 1768 e 1788.¹³⁸ Este ponto não pode ser esquecido. De todo modo, na dinâmica econômica daquelas bandas do Recôncavo da Guanabara, Campo Grande é a freguesia que mais tinha engenhos e vê surgir mais engenhos no período.

No gráfico abaixo destacamos a freguesia de Campo Grande e suas vizinhas tendo como critério a quantidade de engenhos em cada uma das regiões comparativamente entre 1779 e 1798. Campo Grande possui o maior número de engenhos em 1779 e vê este número crescer até 1798.



Fonte: Dados coletados em Relação do Marquez de Lavradio: Parte II, RIHGB, Tomo LXXVI - Parte I, 1913. p. 318-32

ABREU, Mauricio de Almeida. Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502 – 1700), Volume 2. Rio de Janeiro, Ed. Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010. Relato descrevendo o Distrito de Guaratiba em 1797, pelo Capitão Sebastião José Guerreiro Franca. Acervo: Alberto Lamego, Código de Ref.: AL-022-002, Caixa 34 - Códices 022 e 023 (Sala 1). 1797. Documento cedido pelo colega Vitor Oliveira, doutorando da UFRJ.

Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

¹³⁷ ABREU, Mauricio de Almeida. Op. Cit. 2010. Relato descrevendo o Distrito de Guaratiba em 1797, pelo Capitão Sebastião José Guerreiro Franca. Acervo: Alberto Lamego, Código de Ref.: AL-022-002, Caixa 34 - Códices 022 e 023 (Sala 1). 1797. Documento, gentilmente, cedido pelo colega Vitor Oliveira, doutorando da UFRJ.

¹³⁸ FARIA, Sheila. Op. Cit., 1998, p. 242.

Quadro 4. Freguesias do Distrito de Guaratiba no relatório de 1797

Freguesias	Nº fogos	Engenhos de açúcar	Exportação de açúcar (em arrobas)
Campo Grande	357	15 ¹	20.391
Jacotinga	294	9	8.409
Agoasu	273	4	1.315
Marapicu	152	4	4.188
Itaguahy	122	3	3.082
Guaratiba	324	7	6.577
Jacarepaguá	252	8	8.894

¹ No mapa populacional, são mencionados apenas 14 engenhos. O 15º engenho da freguesia parece ter sido montado no decorrer de 1797.

Relato descrevendo o Distrito de Guaratiba em 1797, pelo Capitão Sebastião José Guerreiro Franca. Acervo: Alberto Lamego, Código de Ref.: AL-022-002, Caixa 34 - Códices 022 e 023 (Sala 1). 1797.

Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

O quadro acima confirma que Campo Grande era a principal freguesia do ponto de vista da produção de açúcar entre suas vizinhas, já que todas as freguesias produziam alguma quantidade de açúcar. Tentamos demonstrar que talvez a freguesia aqui estudada faça parte de uma espécie de complexo agrário que abranja todas as freguesias vizinhas. A maior parte destas possui engenhos de açúcar e aguardente desde inícios do século XVII, compondo uma espécie de sistema agrário ¹³⁹ que define, inclusive, as formas de acesso à terra. Logo, a organização fundiária da freguesia em fins do século XVIII só pode ser entendida se referida a esta moldura secular. Tais engenhos permanecem ao tempo e entram o século XIX.¹⁴⁰ Como disse Fróes, no fim do setecentos, “a cultura da cana já estava no recôncavo há dois séculos”.¹⁴¹

Advertimos que será necessário um trabalho que compare as sete freguesias da região e analise a produção de seus domicílios e as formas de acesso à terra para termos uma ideia mais precisa sobre as características da produção agrícola destas áreas. Por enquanto, ficamos com a hipótese de que os domicílios de Campo Grande tinham seu cotidiano organizado pela cana de açúcar, ainda que acrescentassem às suas plantações, a produção de alimentos como farinha, feijão e milho.

Creemos que ocorre uma dinamização da economia açucareira de Campo Grande a partir da década de 1780. Isto se torna mais confiável quando analisamos a quantidade de escravos

¹³⁹ Cf. CARDOSO, Ciro F. Agricultura, Escravidão e Capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979. FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social... Op. Cit., 2014.

¹⁴⁰ PEDROZA, Manoela. Engenhocas da moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (RJ, séc. XIX). RJ: Ed. AN, 2011.

¹⁴¹ FRÓES, José N. de S.; GELABERT, Odaléa R. E. Rumo ao Campo Grande: por trilhos e caminhos. Rio de Janeiro s.n. 2004, p. 158.

dos engenhos comparativamente, entre os anos de 1779 e 1797. Deve-se ter em vista que muitos engenhos mudam de mãos no período. No entanto, não é nosso objetivo analisar as dinâmicas de propriedade dos engenhos. Dito isso, vejamos a distribuição de cativos entre os engenhos nos períodos propostos:

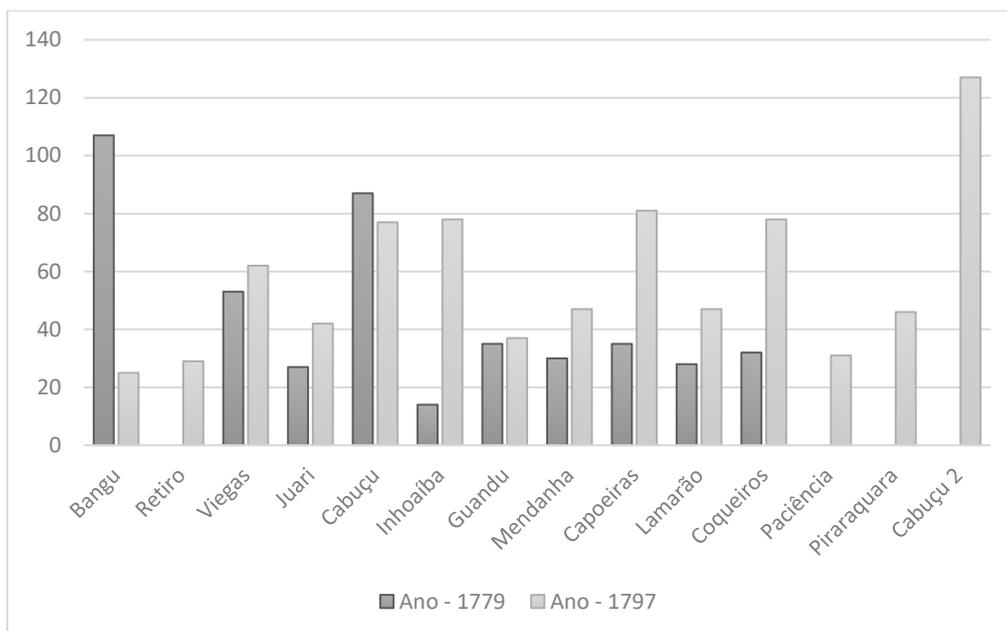
Quadro 5. Quantidade de escravos por Engenho de açúcar da Freguesia de Campo Grande.

Engenhos	Ano - 1779	Ano - 1797
Bangu	107	25
Retiro	-	29
Viegas	53	62
Juari	27	42
Cabuçu	87	77
Inhoaíba	14	78
Guandu	35	37
Mendanha	30	47
Capoeiras	35	81
Lamarão	28	47
Coqueiros	32	78
Paciência	-	31
Piraraquara	-	46
Cabuçu 2	-	127
Totais	448	807

Fonte: Dados coletados em Relação do Marquez de Lavradio: Parte II, RIHGB, Tomo LXXVI - Parte I, 1913. p. 318-32

Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Gráfico 8. Quantidade de escravos por Engenho de açúcar da Freguesia de Campo Grande em 1779 e 1797



Fonte: Dados coletados em Relação do Marquez de Lavradio: Parte II, RIHGB, Tomo LXXVI - Parte I, 1913. p. 318-32

Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Nota-se que praticamente todos os engenhos aumentam a sua posse de escravos no intervalo entre as duas datas, com exceção do Engenho Bangu e Cabuçu, além do surgimento de quatro novos engenhos. Se em 1779 os engenhos somavam 448 escravos, em 1797 somam 807, um crescimento de 80%. Suas escravarias quase dobram de tamanho.

Segundo relatório feito para freguesia em 1797, até 1792 os engenhos estavam em ruínas na região, mas após a alta dos preços do açúcar, os engenhos retomaram suas forças.¹⁴² Relato que fortalece a hipótese do aumento da produção. Esses dados demonstram os impactos das rebeliões dos escravos de Saint-Domingue.¹⁴³

Além disso, abaixo podemos observar que neste ambiente ocorre uma alta na quantidade de domicílios da freguesia. Campo Grande tem a maior evolução do número de domicílios entre os anos de 1779 e 1797 - de 170 para 357. Enquanto o número de residências de pessoas livres nas freguesias vizinhas cresce no máximo 44%, em Campo Grande este crescimento é da ordem de 110%. Ou seja, a freguesia parece atrair mais engenhos e mais pessoas livres do que as demais áreas.

¹⁴² Relato descrevendo o Distrito de Guaratiba em 1797, pelo Capitão Sebastião José Guerreiro Franca. Acervo: Alberto Lamego, Código de Ref.: AL-022-002, Caixa 34 - Códices 022 e 023 (Sala 1). 1797.

¹⁴³ BARICKMAN, B. J. Um Contraponto Baiano, Açúcar, Fumo, Mandioca e Escravidão no Recôncavo 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 71.

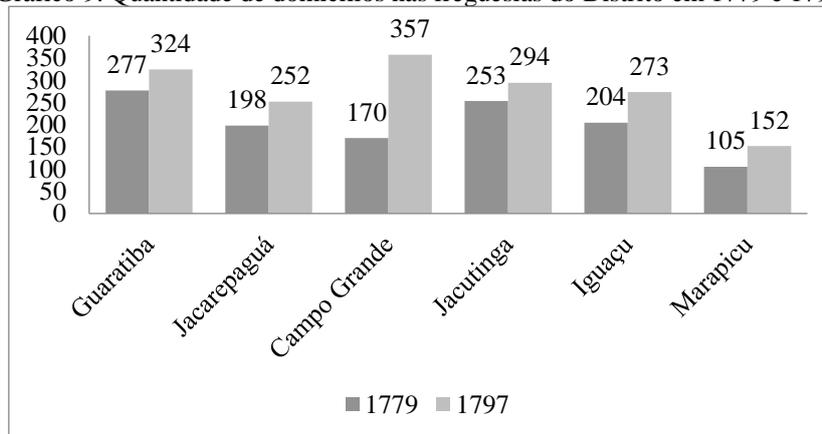
Quadro 6. Quantidade de domicílios nas freguesias do Distrito e suas taxa de crescimento no período 1779-1797

Anos	Guaratiba	Jacarepaguá	Campo Grande	Jacutinga	Iguaçu	Marapicu
1779	277	198	170	253	204	105
1797	324	252	357	294	273	152
Taxa de crescimento	17%	27%	110%	16%	33%	44%

Fonte: Dados coletados em Relação do Marquez de Lavradio: Parte II , RIHGB, Tomo LXXVI - Parte I, 1913. p. 318-32

Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Gráfico 9. Quantidade de domicílios nas freguesias do Distrito em 1779 e 1797.



Fonte: Dados coletados em Relação do Marquez de Lavradio: Parte II , RIHGB, Tomo LXXVI - Parte I, 1913. p. 318-32

Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Mais acima, quando analisamos a população de mães livres e de maridos livres, notamos um indício de alta populacional durante toda a segunda metade do século XVIII – com uma leve retração do crescimento em 1770 e uma forte retomada a partir da década de 1780. Como pudemos ver, este avanço da população livre é acompanhado da pluralização das qualidades sociais, com o aumento proporcional das mães pardas e pretas forras. Além disso, identificamos que tal crescimento populacional foi baseado também numa tendência de chegada constante de migrantes na região. Estes sujeitos vindos de fora dominam o mercado matrimonial local, embora a partir de 1780 venham cada vez mais de regiões próximas (freguesias vizinhas e/ou da cidade) e menos de outras áreas distantes da América Lusa ou de Portugal e Açores.

Agora, vemos que o aumento do número de engenhos e escravos entre as décadas de 1780 e 1790 indica uma crescente alocação de recursos na atividade açucareira. E coincide com a fase de expansão populacional da freguesia (evolução do número de domicílios, de mães livres e casamentos na região). Dito de outra forma: creio que com esta quantidade de indícios podemos aferir que a pluralização de qualidades sociais da população livre, que já vinha

ocorrendo desde inícios do século, ocorrerá no último quartel do século XVIII em meio a maior produtividade açucareira e ao crescimento populacional.

OS PARTIDOS DE CANA

Cabe ressaltar que os cinquenta engenhos do Distrito representam números muito modestos se comparados aos encontrados nos polos mais dinâmicos do açúcar, como Campos dos Goytacazes;¹⁴⁴ mas nem tão diminutos se comparados com regiões do Oeste paulista, como Porto Feliz que, em 1798, contava com 51 engenhos.¹⁴⁵ Isto é, ainda que produzisse para exportação, a freguesia de Campo Grande não pode ser confundida com as áreas de alta produtividade econômica – embora este ponto mereça mais atenção no futuro. No entanto, acreditamos que pode servir como laboratório para compreensão das relações entre a terra e as mudanças sociais que caracterizam a segunda metade do século XVIII.

Em fins do Setecentos, os engenhos de açúcar são baseados tanto no aumento do número de escravos, quanto na presença de lavradores livres que contribuía com cana-de-açúcar. Os dados que demonstraremos a seguir indicam que o açúcar tinha uma importância para além dos engenhos locais e definiam as modalidades de acesso à terra da maior parte da população livre local. Em 1797, o recenseador da freguesia dispôs mais da metade dos domicílios como partidistas, ou seja, estariam diretamente ligados à produção açucareira.

Em 1794, Pizarro contou 3243 pessoas na freguesia.¹⁴⁶ Em 1797, o mapa de população indica um crescimento populacional: 3589 pessoas. Desse total, em 1797, Campo Grande possuía mais de $\frac{3}{4}$ da população livre vivendo nos 274 domicílios de lavradores partidistas ou foreiros.¹⁴⁷ Estes não possuíam a propriedade absoluta da terra e estavam sujeitos a tipos de contratos de arrendamento.¹⁴⁸ Enquanto isso, apenas cerca de 10% vivia em terras das quais tinham o domínio útil baseados na propriedade direta ou na posse.¹⁴⁹

¹⁴⁴ ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro. Op. Cit. 1822.

¹⁴⁵ GUEDES, R. Op. Cit., 2008, p. 40.

¹⁴⁶ ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro. Op. Cit.

¹⁴⁷ Cf. Livro IV, Títulos XXXVI ao XL. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004..

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Quadro 7. Distribuição de domicílios por tipo de acesso à terra – Freguesia de Campo Grande, 1797

Tipologia de acesso à terra	Quant.	%
Partidistas	210	58,8
Foreiros	64	17,9
Senhores de engenho	14	3,9
Título de compra/posseiros/sesmeiros	27	7,6
Grátis	18	5,1
Sem informação	24	6,7
Total	357	100

Fonte: Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Em Campo Grande, 58% dos domicílios são partidistas de cana, ocupam terras diretamente “amarradas” aos engenhos. Essa organização sobre a terra remete a um modelo presente em outras áreas açucareiras do Império ultramarino português, como Madeira.¹⁵⁰ Consistia num sistema que separava o cultivo da cana e o fabrico do açúcar entre senhor de engenho e lavradores. Schwartz afirma que este sistema se disseminara na produção açucareira de Pernambuco e Bahia a partir do século XVI. No entanto, tal *modus operandi* não era comum a todas as áreas açucareiras do Atlântico. Divergia do sistema caribenho, por exemplo. No Caribe prevaleciam as unidades integradas de produção, onde apenas uma grande quantidade de mão-de-obra escrava trabalhava em plantations para somente um proprietário.¹⁵¹

Segundo Maurício Abreu, este modelo descrito por Schwartz para a Bahia é estabelecido também no Rio de Janeiro, de modo geral, desde o alvorecer do século XVII.¹⁵² Tais lavradores plantavam suas canas e estabeleciam suas famílias em “parcelas de terra do senhor de engenho, os “partidos”, por isso eram chamados partidistas. Em pagamento pelo uso do solo e beneficiamento de suas canas dividiam com o senhor de engenho uma parte do seu açúcar”.¹⁵³

Em fins do século XVIII, não mais haveria terras devolutas na freguesia de Campo Grande, por isso, a maior parte da população vivia em terra alheia.¹⁵⁴ Era isso ou a migração.

Como podemos ver abaixo, 55% da população da freguesia era composta por escravos. Se tivermos em vista que a quantidade de escravos na freguesia quase dobrou entre 1779 e

¹⁵⁰ Evaldo Cabral de Mello postula esta tese que é compartilhada por Schwartz. A organização da terra entre partidistas aparece também em São Paulo. MELLO, E. C. Um imenso Portugal: história e historiografia. SP: Ed. 34, 2002, p. 71-72. SCHWARTZ, S. O nordeste açucareiro no Brasil Colonial. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (orgs.). O Brasil Colonial (1580-1720). RJ: Civilização Brasileira, 2014. p. 337-378. GUEDES, R. Op. Cit. 2008, p. 43-48. FERNÁNDEZ, Ramón V. G. Os lavradores de cana de São Sebastião. Revista Inst. Est. Bras. São Paulo, n 40, 1996.

¹⁵¹ SCHWARTZ, S. Op. Cit. 2014. p. 337-378.

¹⁵² ABREU, Op. Cit., 2010. p. 108.

¹⁵³ Idem, p. 104-111.

¹⁵⁴ Relato descrevendo o Distrito de Guaratiba em 1797, pelo Capitão Sebastião José Guerreiro Franca. Acervo: Alberto Lamego, Código de Ref.: AL-022-002, Caixa 34 - Códices 022 e 023 (Sala 1). 1797.

1797, grande parte desta mão de obra deve ter sido abastecida via tráfico africano,¹⁵⁵ o que coloca a região como dependente das teias comerciais da cidade. Por outro lado, os outros 45% da população da freguesia era composta por livres e forros. Tendo em vista a organização da nossa fonte, entre os livres e forros classificamos: 1) os indivíduos e suas famílias que viviam enquanto agregados no domicílio de alguém; 2) os indivíduos que chefiavam um domicílio e seus cônjuges; 3) os filhos de um chefe de domicílio. Entre os chefes de domicílios, 76% eram compostos de foreiros ou partidistas.

Quadro 8 Distribuição populacional da Freguesia de Campo Grande em 1797

Tipo	Quant. da população por tipo	%	Pop. Livre	Pop. escrava
Domicílios livres	1309	36,4	44,5%	
Agregados livres	287	8		
Escravos do domicílio	1935	54		55,5%
Escravos de Agregados	58	1,6		
Total	3589	100		

Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Como vimos, segundo Pizarro, desde 1794, a freguesia de Campo Grande era das áreas mais povoadas do Distrito, com 3243 pessoas.¹⁵⁶ Demonstra-se também a importância da escravidão para esta comunidade rural do recôncavo que cercava o importante porto atlântico que era a cidade do Rio de Janeiro em fins do século XVIII,

A DESCOBERTA DE UMA POPULAÇÃO EGRESSA DA ESCRAVIDÃO

“É longo, parece um pouco fastidioso, rapidamente se torna divertido porque passamos a conhecer toda a gente, na paróquia, e dizemos: “olha, tiveram um novo filho, não tinham tido sorte, tinham perdido o precedente”. Acabamos por entrar na familiaridade destes seres, distraímo-nos algumas vezes a adivinhar suas reações”.¹⁵⁷

Agora que compreendemos razoavelmente de que maneira esta comunidade rural distribuía suas famílias sobre a terra podemos avançar alguns aspectos sobre o perfil social desses lavradores de cana.

¹⁵⁵ FLORENTINO, Manolo. Op. Cit. p. 63

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ GOUBERT, Pierre. História social e demografia. In: LABROUSSE, E. (org.). A história social: problemas, fontes e métodos. Lisboa: Ed. Cosmos. 1973, p. 264.

O mapa populacional da freguesia apresentou quase todos os lavradores como livres e sem cor. Impõe-se uma advertência: em todas as documentações da região, quando o sujeito era classificado como branco não havia menção nenhuma ao lado de seu nome. Era como se sua brancura fosse evidente, logo, não havia cor. Isso ocorria tanto nos registros de batismo, como nos de casamento e na lista nominativa. No entanto, como já falamos, as qualidades eram fluidas e contextualmente condicionadas.

De todos os 357 domicílios, apenas 23 foram classificados com qualidade de preto. Todos os outros 334 eram sem cor, logo, brancos.

De imediato, esse cenário parece nos indicar que a pluralização de qualidades sociais vislumbrada através da população de mães não repercute no acesso à terra. Todavia, um simples exercício de cruzamento de dados indicava para uma maior complexidade do assunto. Com isso, buscamos soluções na literatura especializada para contornar o problema.

Em texto recente de caráter metodológico, Fragoso orienta que se mescle o manejo de fontes paroquiais com listas nominativas. Além da identificação de séries estatísticas, propõe a organização de genealogias de famílias para que a partir disso se apreenda mudanças sociais, comportamentos demográficos da população, etc.¹⁵⁸

Num cenário de maior disponibilidade de fontes, Amorim desenvolve um método de cruzamento de dados que possui como eixo a biografia de todos os indivíduos de uma dada paróquia. A base de dados é cruzada com qualquer tipo de documentação que permita vincular o indivíduo a suas ligações geracionais.¹⁵⁹ Segundo a autora, sua proposta metodológica supera a ideia de reconstituição de famílias, já que sua meta não se restringe à análise demográfica. Desta maneira, desenvolve o que ela chama de reconstituição de paróquia, que busca reconstituir todos os dados possíveis para todos os residentes possíveis de uma dada área.¹⁶⁰

Em parte, a proposta de Amorim é semelhante à de Jacques Dupâquier sobre a necessidade de expandir o método de Louis Henry. Segundo ele, havia necessidade de que o método de reconstituição de famílias utilizasse toda sorte de documentação. Henry reagruparia apenas as informações das páginas dos livros paroquiais.¹⁶¹

Fato é que no seu manuel brésilien, Henry afirma a necessidade de adaptar a análise à diversidade de situações. Neste momento, inclusive, propõe associar a investigação dos

¹⁵⁸ FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social... Op. Cit., 2014, p. 28-29.

¹⁵⁹ AMORIM, Maria Norberta; SANTOS, Maribel Y; SALGADO, Filipe; FERREIRA, Antero. Da reconstituição de famílias ao Repositório Genealógico. Uma via aberta para as ciências sociais. Cádiz: Conference: XI Congreso de la ADEH. 2016

¹⁶⁰ AMORIM, Maria Norberta. Uma metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvidas sobre registros portugueses. Boletim da ADEH. IX -1. 1991.

¹⁶¹ DUPÂQUIER, Jacques. Histoire et démographie. Population, 32 année, n° 1, 1977, p 311.

registros paroquiais com listas nominativas. Apesar disso, se detêm em orientar métodos para alcançar indicadores demográficos (natalidade, nupcialidade, fecundidade, etc.), sem o apego ao aspecto genealógico.¹⁶²

Ainda que Henry não tenha a preocupação genealógica, o seu trabalho nos é útil quanto à proposição de fichas familiares.¹⁶³ Estes cadastros agrupariam informações como nome, residência, estado civil, nome dos cônjuges, as datas de nascimento, casamento e morte ou mesmo a profissão. Consiste na ideia de que os dados dispersos poderiam ser reagrupados, reconstituídos.¹⁶⁴

Do mesmo modo, Pierre Goubert orienta a feitura de fichas familiares. O autor alerta para uma demografia social diferenciada, ou seja, tal método pode elucidar comportamentos populacionais diferentes de acordo com o grupo social.¹⁶⁵

Esse conjunto de proposições nos foi útil, ainda que não pudéssemos seguir à risca nenhum dos métodos, devido às lacunas da nossa documentação. Em vista disso, construímos uma metodologia possível, fundada na lista nominativa de 1797 e nos registros de batismo e casamento referentes ao período 1750 e 1799.¹⁶⁶

A ideia foi desenhar fichas individuais para todos os chefes de domicílio da freguesia, com ênfase na reconstituição de informações básicas, possíveis a partir do nome dos chefes de domicílio¹⁶⁷: 1) nome do chefe, 2) estado matrimonial, 3) indicativo de qualidade do chefe, 4) naturalidade do chefe, 5) nome do cônjuge, 6) indicativo de qualidade do cônjuge, 7) naturalidade do cônjuge, 8) nome dos pais, sogros, 9) indicativo de qualidade e naturalidade dos pais e sogros, 10) relação genealógica entre os domicílios, 11) quantidade de escravos, 12) quantidade de agregados, 13) quantidade de filhos e 14) forma de acesso à terra.

Antes da elaboração das fichas familiares, o mapa populacional de 1797 nos apresenta os 357 chefes de domicílios com os seguintes indicativos de qualidade: 23 domicílios chefiados por indivíduos classificados como pretos, 4 alferes sem menção à cor, 5 tenentes sem menção

¹⁶² HENRY, Louis. Técnicas de análise em demografia histórica. Curitiba: Ed. Universidade Federal do Paraná, 1977.

¹⁶³ Amorim também propõe a elaboração de fichas familiares, mas com eixo nos indivíduos e não nos casais, como propunha Henry. AMORIM, Maria Norberta. Op. Cit. 1991.

¹⁶⁴ HENRY, Louis. O levantamento dos registros paroquiais e a técnica de reconstituição de famílias. In: MARCÍLIO, M. L. (Org.) Demografia histórica. São Paulo: Pioneira, 1977, p.55.

¹⁶⁵ GOUBERT, Pierre. Op. Cit. 1973, p. 266.

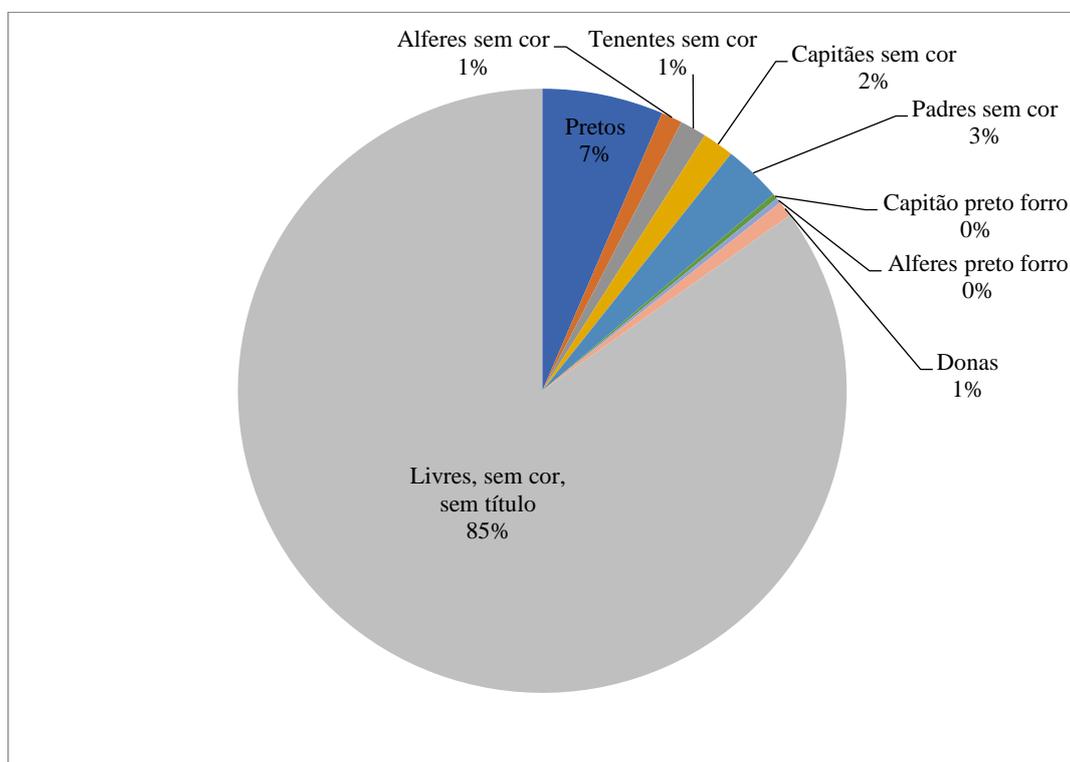
¹⁶⁶ Ocasionalmente, alguns destes personagens foram encontrados em escrituras públicas e requerimentos sesmarias.

¹⁶⁷ Sobre o método onomástico, ver: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico. A micro história e outros ensaios. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

à cor, 6 capitães sem menção à cor, 11 padres, 1 capitão dos Henriques, 1 alferes dos Henriques e 3 donas. Todos os outros domicílios aparecem sem menção à cor, supostamente, todos seriam socialmente brancos. Advirto que entre os chefes com patentes militares há alguns senhores de engenho, tendo em vista o prestígio social envolvido em ter altas patentes e não ter menção à cor.

Abaixo podemos observar a representação gráfica deste conjunto de chefes de domicílio. Concluimos que 85% dos homens e mulheres são livres sem menção à cor ou a qualquer tipo de cargo ou título indicativo de prestígio, enquanto 7% foram classificados como pretos.

Gráfico 10. Distribuição original dos indicativos de qualidade dos chefes de domicílio em 1797 – Freguesia de Campo Grande



Fonte: Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203. Obs.: os casos que aparecem com 0% referem-se a situações que não alcançam 1%.

Após a construção das fichas familiares, o perfil dos chefes de domicílio sofreu grave transformação. Optamos por apontar os indicativos de qualidade dos agentes para que se possa ter uma ideia de que entre 1750 e 1800 tais personagens circularam por alguns lugares sociais

na comunidade estudada, indo de pardos forros a personagens livres e sem cor, por exemplo.¹⁶⁸ Era isso, ou ignorar a complexidade daquelas famílias.

Quadro 9. Quantidade de chefes de domicílio identificados a partir do cruzamento de dados (1750-1800)

Chefes de domicílio	Quant.	%
Identificados	251	70%
Não identificados	106	30%
Total	357	100

Fonte: Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Como se vê acima, a partir deste cruzamento de dados preenchemos fichas para 70% dos domicílios da freguesia de Campo Grande em 1797, ao menos com o nome do cônjuge, naturalidade e indicativo de qualidade do chefe e cônjuge. Deste total, identificamos redes de parentesco consanguíneo para 179 domicílios citados no mapa populacional (52% dos 343 lavradores):¹⁶⁹ seus sogros e pais, primos, etc. Com isso, pudemos reconstruir genealogias e teias de parentesco entre os domicílios e ter indícios das fluidas qualidades que permearam a vida daqueles personagens. Note que fizemos uma ficha para cada chefe de domicílio da região, somente quando sua identidade podia ser confirmada de forma inequívoca.

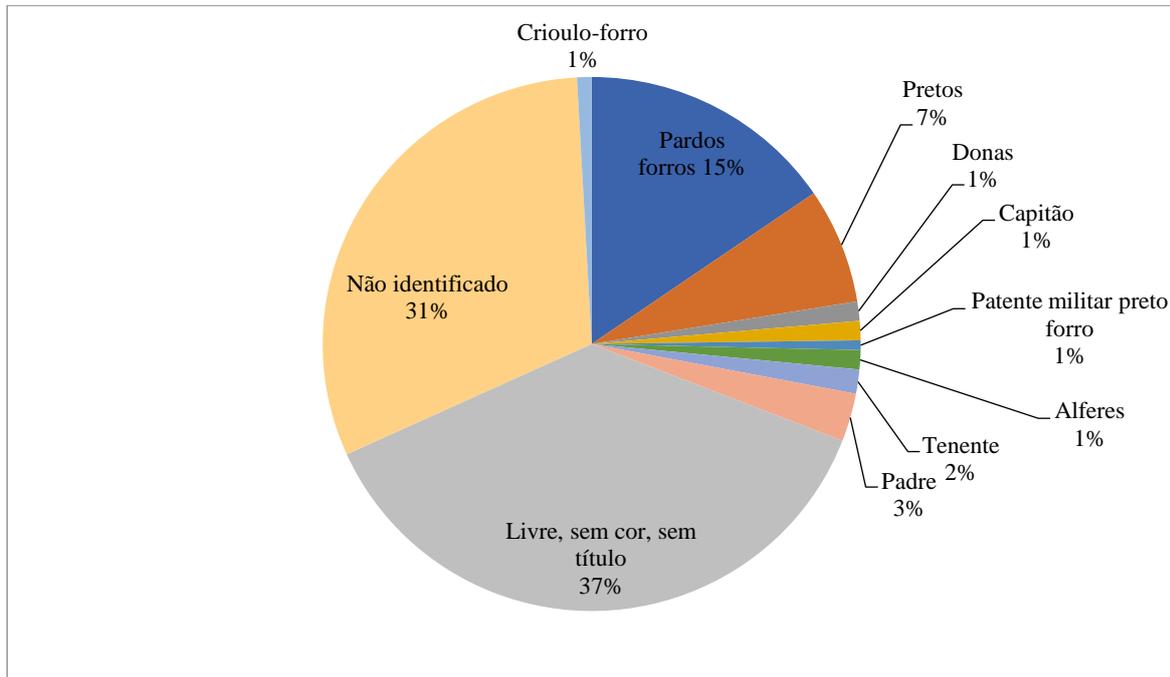
Por exemplo, o chefe do domicílio número 197 chama-se André Moreira da Costa e conta com cerca de 48 anos na lista de 1797, morando na fazenda Santo Antônio do Juari. Neste caso, não havia homônimos nos registros de batismos e seu perfil pôde ser confirmado. Em contrapartida, o chefe do domicílio 304, Salvador da Silva, não foi encontrado em nenhum registro. Ou a chefe do domicílio 229, Rita Maria, devido à presença de homônimos não pode ser precisada. Ou seja, quando houve dúvidas quanto ao perfil, ele foi caracterizado como “não identificado”. Por isso, há um número considerável de chefes que foram taxados como: “indicativo de qualidade não identificado”.

O uso desta metodologia nos aproximou do perfil populacional encontrado para a população de mães, que tinha nos indicado uma pluralização de qualidades sociais na segunda metade do século XVIII. Veremos abaixo a representação gráfica das categorizações sociopolíticas dos lavradores. Ou seja, excluímos os senhores de engenho.

¹⁶⁸ Além de Donas e/ou capitães que não eram assim mencionados em fins do século, mas que já o tinham sido entre 1750 e 1800.

¹⁶⁹ De um total de 357 domicílios, em 164 casos não foi possível identificar parentesco, e em 179 casos foi possível identificar algum nível de parentesco. Em 14 casos, os chefes de domicílio são senhores de engenho.

Gráfico 11. Distribuição dos indicativos de qualidade dos lavradores chefes de domicílio em 1797, após a elaboração das fichas familiares – Freguesia de Campo Grande



Fonte: Fichas populacionais baseadas no Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Quadro 10. Quantidade de lavradores por indicativo de qualidade nas fichas familiares - 1750 e 1800.

Indicativo de qualidade	Quantidade	%
Alferes	4	1,2
Capitão	4	1,2
Crioulo-forro	3	0,8
Donas	4	1,2
Livre, sem cor, sem título	128	37,4
Não identificado	106	30,9
Padre	10	3
Pardos	53	15
Pretos	24	7
Patente militar preto forro	2	0,6
Tenente	5	1,5
Total	343	100

Fontes: Dados coletados em: Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203

Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1705-1811. Disponível em <<http://familysearch.com>> Acesso em 23 jun.15, 18:00:00.

Livro de casamentos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1798. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, 1700-1795.

Livro de batismos de Livres da freguesia de São Salvador do Mundo de Guaratiba, 1762-1788.

O cruzamento de dados trouxe à luz um grupo significativo de chefes e famílias que eram classificados como pardos forros em distintos momentos na freguesia. Além disso, conseguimos identificar familiares que nunca tiveram menção à qualidade de cor entre 1740 e 1800. Enquanto 31% dos chefes não puderam ter indicativos de qualidade identificados, devido à existência de homônimos ou a sua inexistência nas fontes consultadas.

Entre os 343 domicílios de lavradores, mais de 20% eram chefiados por personagens que transitavam pelas qualidades de cor. Caso restringirmos a proporcionalidade apenas para as 237 fichas construídas, aquelas 82 famílias de pardos e pretos representam 34,5% dos lavradores. Como não temos outro mapa populacional para detectar possíveis mudanças nos indicativos de qualidade dos chefes de domicílio preferimos não os tratar como simplesmente “livres e sem cor”,¹⁷⁰ demonstrando que esses personagens aparecem com outras qualidades no período que vai de 1750 a 1800.

A expansão da produção açucareira e o crescimento populacional que caracterizam a segunda metade do século XVIII culminam em um significativo contingente de forros e/ou famílias pretas e pardas com acesso à terra, fundados em relações contratuais e/ou costumeiras (foro e partido de cana).

O quadro abaixo apresenta o resultado do cruzamento dos dados e a presença de famílias de distintas qualidades sob a condição de partidista. Vemos que os chefes possuem indicativos de qualidade variados em todas as formas de acesso à terra. Havia pardos foreiros, capitães foreiros, partidistas pretos, etc.

Destacam-se os gratuitos como majoritariamente pretos e pardos. Enquanto os capitães e tenentes tem uma alta participação principalmente na posse da terra (sesmaria ou compra).

Numa soma dos pardos, pretos e crioulos temos uma porcentagem próxima a 28% do total de partidistas. Vale ressaltar, que o mapa populacional de 1797 enumera 343 domicílios de lavradores dentre eles partidistas, foreiros, proprietários, posseiros e gratuitos somando, a partir de um cruzamento de dados, um total de 81 famílias com qualidades de cor. O número é, minimamente, significativo.

¹⁷⁰ Marcílio já indicava que a classificação de cor nas listas nominativas deve ser relativizada, já que o branqueamento de indivíduos se confundia com formas de ascensão social. MARCÍLIO, Maria Luiza. Op. Cit. 2000, p. 117.

Quadro 11. Distribuição de lavradores na terra (em 1797), de acordo com seus indicativos de qualidade (entre 1750-1800) – Freguesia de Campo Grande, RJ.

Tipo de acesso à terra	Nº total	Pardo-forro		Preto-forro ¹		Livre, sem cor, sem título		Não identificado		Capitão tenente alferes		Padre		Dona		Crioulo -forro		
		%	N	%	N	%	Nº	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Partidos	210	61,3	37	17,7	20	9,5	71	33,8	64	30,4	7	3,3	6	2,9	3	1,4	2	1
Foros	64	18,6	4	6,3	3	4,7	34	53,2	21	32,8	1	1,5	1	1,5	-	-	-	-
Possuem	27	7,9	2	7,4	-	-	12	44,4	6	22,2	5	18,6	2	7,4	-	-	-	-
Grátis	18	5,2	7	38,8	3	16,7	2	11,1	3	16,7	-	-	-	-	2	11,1	1	5,6
s/i	24	7	3	12,5	-	-	9	37,5	11	45,8	-	-	1	4,2	-	-	-	-
Totais	343	100	53	15,5	25	7,3	128	37,3	106	30,9	13	3,8	10	3	5	1,4	3	0,8

¹ Incluímos 1 capitão preto forro e 1 alferes preto forro. Legenda: “s/i: sem informação”.

Fontes: Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1705-1811. Disponível em <<http://familysearch.com>> Acesso em 23 jun.15, 18:00:00.

Livro de casamentos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1798. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, 1700-1795.

Livro de batismos de Livres da freguesia de São Salvador do Mundo de Guaratiba, 1762-1788.

O quadro acima demonstra que pardos forros e pretos forros não frequentavam muito a terra através de pagamentos de foros. Numericamente, acessavam mais a terra através dos partidos de cana; proporcionalmente, acessavam mais de forma gratuita (classificada, literalmente, como grátis). Este último segmento é dos mais interessantes, pois concentra 18 domicílios e todos juntos possuem apenas 1 escravo. Além disso, o perfil dos chefes também chama atenção: 11 deles possuem qualidades de cor (7 pardos forros, 2 pretos forros, 1 alferes preto, 1 crioulo forro. Destes 9 eram casados e 3 solteiros). Os lavradores grátis são pobres do ponto de vista da posse de escravos e majoritariamente possuem qualidades de cor.

A figura do posseiro quase não existe em Campo Grande e quando existe é em situação litigiosa. Faria indica que forros, pretos, pardos forros na condição de posseiros teriam mais autonomia frente aos senhores e mais possibilidades de conseguir escravos do que aqueles que pagavam foro, por exemplo.¹⁷¹ De modo geral, a literatura especializada tendeu a conceber o posseiro como uma figura autônoma, livre do poder do senhor e, então, com um tipo de

¹⁷¹ FARIA, Op. Cit. 1998, p. 134.

propriedade superior ao arrendatário ou meeiro.¹⁷² A própria Faria diz que estar em terra sem ônus (sem foro) era condição para ser um lavrador forro com riqueza, com escravos.¹⁷³

Como se viu, em Campo Grande, os pardos forros e pretos forros atuam, majoritariamente, pela condição de partidista. Na verdade, ser partidista era a realidade da maior parte dos moradores. Ressalto que não ter um título de compra sobre a terra, numa sociedade de antigo regime, não negava a existência de múltiplos direitos sobre a terra.¹⁷⁴ Logo, estar em terra alheia não era, necessariamente, depreciativo, negativo, já que, talvez, fosse possível ter alguma estabilidade ou autonomia nas transmissões patrimoniais e na distribuição dos parentes pelas redondezas. Viver em terra alheia fazia parte do jogo. E os partidos englobavam uma diversidade de gentes.

Por outro lado, os sujeitos que tinham comprado terras ou possuíam sesmarias estavam proporcionalmente mais atrelados aos indicativos de qualidade de prestígio.

Cabe ressaltar ainda que estudos sobre estratégias de reprodução social entre famílias de senhores de engenho são mais comuns, para o Rio de Janeiro, do que entre lavradores de cana. João Fragoso dá indícios de que, a despeito da pobreza, uma família de lavradores podia basear-se no seu passado privilegiado para casar suas filhas com os senhores de engenho locais.¹⁷⁵ Mais do que isto, ramos das famílias da nobreza da terra podiam se estabelecer na terra enquanto lavradores partidistas a partir de dotes, por exemplo.¹⁷⁶ No mesmo sentido, Manoela Pedroza analisa formas de reprodução social de algumas famílias senhoriais no século XVIII e XIX. A autora analisou formas de transmissão patrimonial entre as elites senhoriais da mesma freguesia de Campo Grande. Embora trate dos excluídos senhoriais e de alguns lavradores pobres, o trabalho se debruça sobre a parentela dessas famílias de senhores de engenho.¹⁷⁷

¹⁷² GUIMARÃES, Alberto P. A formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros In: WELCH, Clifford A.; MALAGOGI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de N. B. (orgs.) Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas, vol 1. São Paulo: Editora UNESP. 2009.

¹⁷³ FARIA, Op. Cit. 1998, p. 158.

¹⁷⁴ Margarida Sobral Neto disserta sobre o complexo sistema de relações de propriedade (aforamentos e outras múltiplas rendas) em comunidades rurais da Idade Moderna em Portugal. NETO, Margarida Sobral. Propriedade e renda fundiária em Portugal na Idade Moderna. In: MOTTA, Márcia M. M. (Org.) Terras Lusas: a questão agrária em Portugal. Niterói: Editora UFF, 2007.

¹⁷⁵ FRAGOSO, João. Nobreza Principal da terra nas repúblicas de Antigo Regime de base escravista e açucareira: RJ, séc. XVII-XVIII. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (orgs.). O Brasil Colonial, Vol. 3 (1720-1821). RJ: Civilização Brasileira. 2014. p. 159-240. p. 122.

¹⁷⁶ FRAGOSO, João. And the plantations went up in smoke: aristocracy (nobreza da terra), Ancien Regime and slavery. História [online]. 2015, vol.34, n.2, pp. 58-107. p. 66.

¹⁷⁷ PEDROZA, Manoela. Engenhocas da moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (RJ, séc. XIX). RJ: Ed. AN, 2011, p. 64-78.

Estes trabalhos nos ensinam que as estratégias de reprodução social dos lavradores podiam variar de acordo com a qualidade e com as redes pessoais de parentesco dos sujeitos envolvidos, mais do que com a capacidade econômica dos mesmos agentes.

Muitas perguntas são colocadas. A primeira delas é por que se omite a cor e condição jurídica de tantas famílias no mapa populacional? A segunda é por que famílias de qualidade preta são mencionadas no mapa e os pardos forros não?

A omissão da cor ou condição jurídica dos chefes de domicílio foi percebida por Costa em mapas populacionais de Vila Rica, Minas Gerais.¹⁷⁸ No entanto, no nosso caso, a omissão é seletiva. O capitão Sebastião José Guerreiro França foi o responsável por levantar as informações relativas aos domicílios entre Abril e Agosto de 1797. Não se pode dizer que o sujeito não conhecesse a freguesia de Campo Grande, pois ele morava ali pelo menos desde 1791, quando se casa na região. Inclusive era genro de Dona Maria Ignácia, senhora do engenho de Piraquara. Tentaremos responder essas questões nas páginas seguintes.

A partir destes critérios estaríamos falando de uma organização produtiva semelhante ao modelo consagrado para Bahia. Schwartz aponta um número médio de 4 partidistas por engenho na região de São Pedro do Rio Fundo, em 1788, com um máximo de 11 partidistas num engenho.¹⁷⁹ Em outras regiões, o mesmo já adverte que podia chegar a 30 lavradores em um engenho.¹⁸⁰ Rae Flory aponta, para a Bahia, uma média de 15 lavradores de cana por engenho.¹⁸¹ Ou seja, os lavradores partidistas estariam presentes em todos os cenários.¹⁸² Campo Grande possui média de 11 partidistas por engenho/fazenda.

Em Campo Grande, os partidistas representam cerca de 60% dos domicílios em 1797. Em 1798, no Oeste Paulista, freguesia de Porto Feliz, representam 17,9% do total de domicílios, chegando a 7,4% em 1843.¹⁸³ Em São Paulo, que estaria em fase de montagem do açúcar em fins do século XVIII, constata-se que os partidistas vão sumindo com a consolidação da

¹⁷⁸ COSTA, Iraci del Nero. A estrutura familiar e domiciliária em Vila Rica no alvorecer do século XIX. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 19, 1977, p. 17-34.

¹⁷⁹ SCHWARTZ, S. Op. Cit. 1988, p. 253-254.

¹⁸⁰ SCHWARTZ, Stuart. Brazilian Sugar Planters as Aristocratic Managers. 1550–1825 In: JANSSENS, Paul; YUN, Bartolomé (orgs.). European Aristocracies and Colonial Elites. Patrimonial Management Strategies and Economic Development, 15th-18th Centuries. Aldershot, England: Ashgate, 2005, p. 236.

¹⁸¹ SAMPAIO, A. Op. Cit., 2003, p. 106.

¹⁸² Schwartz chama atenção para uma “multidão descalça de camponeses pardos” na Bahia de fins do século XVIII. Estes personagens seriam agregados, presentes em grande número nos engenhos baianos, ou agricultores de subsistência. No entanto, não diz mais do que isso. SCHWARTZ, S. Op. Cit. 1988, p. 352.

¹⁸³ GUEDES, Roberto. Op. Cit. 2008, p. 41-48.

produção nas primeiras décadas do XIX.¹⁸⁴ Segundo Luna e Klein “em todas as localidades e em todos os anos que examinamos, encontramos um total de 1831 pessoas que possuíam engenhos e apenas 111 que eram lavradores de cana de açúcar, mas não tinham engenhos”. Os lavradores de cana seriam minoria na lógica açucareira de São Paulo.¹⁸⁵

Convém indicar que na freguesia de Campo Grande, ainda que se note áreas com 4 ou 10 partidistas, destaca-se a presença de engenhos com incríveis 38 partidistas por engenho ou mesmo 24 por engenho. Dado que reforça o caráter da organização de partidos para a área aqui analisada. Os partidistas de um único engenho equivalem, por exemplo, a todos os partidistas da freguesia de Porto Feliz em 1798. E o mais significativo é que, ao contrário de Schwartz ou Flory em suas análises para o século XVII e XVIII, nessa amostra não incluímos os lavradores proprietários que também produziam cana para os engenhos, ainda que, teoricamente, debaixo de contratos mais favoráveis de divisão do açúcar.

¹⁸⁴ Conferir, especialmente, o capítulo 5. LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Op. Cit. 2005, p. 135-166.

¹⁸⁵ Cf. LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. SP: Edusp, 2005, p. 55-80. PETRONE, A lavoura canavieira em São Paulo. Expansão e Declínio (1765-1851). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p. 55-56. Embora Fernandez aponte para a Vila de São Sebastião, São Paulo de fins do século XVIII, uma média mais de 9,7 lavradores por engenho, esta não foi a tônica do açúcar em São Paulo. FERNÁNDEZ, Ramón V. G. Os lavradores de cana de São Sebastião. Revista Inst. Est. Bras. São Paulo, n 40, 1996, p. 186.

Quadro 12. Distribuição dos partidistas por área – Freguesia de Campo Grande, 1797.

Área	Nº de partidistas
Bangu (engenho)	6
Cabuçu (engenho)	4
Campinho (engenhoca)	24
Campo Grande	2
Capoeiras (engenho)	38
Caroba	4
Coqueiros (engenho)	9
Guandu (engenho)	10
Guandú do Mendanha (engenho)	11
Inhoaíba (engenho)	24
Joary (engenho)	13
Lamarão (engenho)	4
Mendanha (engenho)	16
Piraraquara (engenho)	4
Retiro (engenho)	5
Rio da Prata	19
Santo Antônio	4
Viegas (engenho)	13
Total	210

Fonte: Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Como afirmam as historiadoras cubanas Aisnara e Fuentes, as listas nominativas só dão informações sobre a “morfologia do grupo residencial, "y no sus funciones o las formas de transmisión patrimonial e explotación".¹⁸⁶ Por isso, devemos somar aos mapas, todos os dados que indiquem movimento no objeto estudado, objetivando compreender as dinâmicas das famílias no tempo a partir de outras fontes como registros de batismo, matrimônios, testamentos, etc – veremos isto com mais calma no próximo capítulo.

¹⁸⁶ MERIÑO, Maria de los A.F.; PERERA, A. D. Familias, agregados y esclavos. Los padrones de vecinos de Santiago de Cuna (1778-1861). Ed. Oriente: Santiago de Cuba, 2011, p. 29.

Acreditamos que a perspectiva metodológica proposta torna possível uma compreensão mais apurada da plantation açucareira. Afirmamos isto, especialmente, num momento em que esta concepção de escrita da história tem sofrido críticas,¹⁸⁷ pois acreditamos que o entendimento das lógicas de produção econômica e social desta freguesia marcada pela produção do açúcar, pode ser alcançada ao darmos prioridade às dinâmicas dos atores e às especificidades da organização em questão.

Tentaremos demonstrar nas próximas páginas que a organização dos lavradores não pode ser explicada exclusivamente por seu vínculo com a exportação. Por enquanto, podemos adiantar que, embora os nossos lavradores estivessem ligados aos engenhos e sua produção à exportação, eles produziam alimentos em número expressivo. Em texto recente Victor Oliveira demonstrou que, em fins do século XVIII, algumas freguesias rurais do Distrito de Guaratiba (Rio de Janeiro), inclusive a freguesia de Campo Grande, produziam soma razoável de alimentos ao lado das canas, ainda que exportassem parcela irrisória.¹⁸⁸ Segundo o autor, o pouco que era exportado devia ir para o abastecimento da cidade, afirmação que não é desenvolvida, tendo em vista o caráter inicial e pioneiro da investigação se tratando da área em análise. De todo modo, aqueles lavradores mesclavam gêneros agrícolas em suas terras.

¹⁸⁷ Cf. SALLES, R. MARQUESE, R. (org.) *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. MARQUESE, Rafael. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de História (USP)*, v. 169, 2013, p. 223-253.

¹⁸⁸ OLIVEIRA, Victor L. A. A Zona Oeste colonial e os mapas de população de 1797: algumas considerações sobre lavradores partidistas e produção agrária de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba no século XVIII. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n.º. 10 e 11. 2016, p. 250-251.

Quadro 13. Produção e exportação das 210 famílias partidistas de Campo Grande em 1797

	Arrobas de açúcar	Pipas de aguardente	Alqueires de farinha	Alqueires de feijão	Alqueires de milho	Alqueires de arroz	Libras de café	Libras de anil
Quanto produz	3.422	0	3.413	1.087	836,5	408,5	594,5	71
Quanto exporta	3.285	0	140	93,5	79	57	629	55
% do exportado sobre o produzido	96%	0%	4,1%	8,6%	9,4%	13,9%	??%	77,4%

Fonte: OLIVEIRA, Victor L. A. A Zona Oeste colonial e os mapas de população de 1797: algumas considerações sobre lavradores partidistas e produção agrária de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba no século XVIII. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n.º. 10 e 11. 2016.

Temos outros indícios sobre a importância da produção de alimentos na freguesia. No começo do século XIX, vemos um conflito de terras no Realengo, freguesia de Campo Grande.

“E nos terrenos [...] moradores vivem ali com seus gados. [...] Ali há terras que servem para pasto de gado. Os moradores antigos deviam ficar naquele campo para comodidade e repouso dos viandantes que passam com seus gados e tropas. Tropas que vêm carregadas da Capitania de Minas com mantimentos que por ali fazem o seu repouso. [...]”¹⁸⁹

Segundo esse relato, a produção não era exportada para o abastecimento da cidade, mas também não servia apenas para a subsistência familiar. Podia servir para alimentar as rotas econômicas locais. Outro trecho parece confirmar tal hipótese:

“[Escritura de] venda de terras que faz Dona Clara Pimenta de Oliveira, viúva do Tenente Francisco de Oliveira Coutinho ao Capitão José Antunes Suzano – com 321 braças de testada e meia légua de sertão, com casa de vivenda coberta de telha e outra casa também coberta de telha que serve de venda na estrada que vai para Santa Cruz sitas no lugar chamado Santo Antônio de Juará da freguesia de Campo Grande [...]”¹⁹⁰ [grifo nosso]

¹⁸⁹ N.º 01939, BI 16.73, Microfilme: 063-2000. Sesmarias, município do Rio de Janeiro – Inventário analítico (1731-1858). Código do Fundo: BI/ Seção de Guarda: SDE, Instrumento SDE 035. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro.

¹⁹⁰ Disponível em: <http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=4704>.

Segundo relatório de 1797, uma estrada real cortava a freguesia, vindo de São Paulo e/ou Minas Gerais.¹⁹¹ Somando estas informações podemos inferir que teria havido na freguesia algumas casas, vendas e ranchos para alimentar as tropas comerciais que por ali passavam para abastecer a cidade.

Ainda que marcada por engenhos de açúcar que organizavam as formas de acessar à terra, tal freguesia talvez fosse intrinsicamente articulada aos circuitos internos da economia local.¹⁹² Bacelar já apontou que lavradores podem estar articulados com redes de tropeiros.¹⁹³ A freguesia de Campo Grande, mais do que um polo exportador, parece estar ligada às variadas dinâmicas internas. A vida dos pequenos e médios lavradores não tem sentido somente pelo açúcar.

Ainda que não seja objetivo deste trabalho desenvolver questões sobre a produção de alimentos, devemos indicar que esta era uma realidade fundamental da freguesia de Campo Grande e pode ter tido função essencial nas dinâmicas econômicas da região. A despeito da noção, a priori, de que esta freguesia fosse extremamente dependente do mercado externo, estava vinculada às dinâmicas econômicas internas de abastecimento e isto teria tido importância para o cotidiano dos pequenos e médios lavradores.

A forma de acessar à terra também, como tentaremos demonstrar nos próximos capítulos, passava longe de uma lógica empresarial, apelando aos matrimônios, parentescos, redes de vizinhança e à qualidade dos personagens envolvidos. Consequentemente, os instrumentos micro analíticos ainda têm muito a contribuir na compreensão de processos socioeconômicos, auxiliando tanto em estudos de formações econômicas, em geral, como nos impactos da mestiçagem sobre as dinâmicas socioeconômicas da América Lusa da segunda metade do século XVIII.

¹⁹¹ Relato descrevendo o Distrito de Guaratiba em 1797, pelo Capitão Sebastião José Guerreiro Franca. Acervo: Alberto Lamego, Código de Ref.: AL-022-002, Caixa 34 - Códices 022 e 023 (Sala 1). 1797.

¹⁹² Como já apontavam Frago e Manolo. FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. Op. Cit. 2001, p. 54.

¹⁹³ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII-XIX. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2001, p. 137.

CAPÍTULO 2 - AS QUALIDADES DOS DOMICÍLIOS: COMPORTAMENTOS DIFERENCIAIS

"[...] a força e a riqueza de todos os países consistem principalmente no número e multiplicação da gente que o habita"¹⁹⁴

Carta de Sebastião José de Carvalho e Melo para Gomes Freire de Andrade. Lisboa, 21 de Setembro de 1751.

Segundo o historiador português Paulo Teodoro de Matos, no decorrer da segunda metade do século XVIII, a administração portuguesa é orientada para um maior controle e sistematização das informações sobre os vários domínios da Monarquia Lusa. Essa política se estende na gestão dos dados sobre as populações, finanças e questões militares. É uma conjuntura sublinhada pela tentativa de compreender os diferentes modos de ocupação das conquistas - extensas, descontínuas geograficamente e diversificadas socialmente.¹⁹⁵

De acordo com Marcílio, nesse contexto, ocorre um intenso levantamento estatístico das populações dos territórios lusos, um pouco mais organizado e rico de informações do que até então. Tais dados passam a ser pensados como instrumentos de ação do Estado português, documentados pela necessidade de identificar e contar os habitantes alistáveis para fins militares ou os desenvolvimentos agrícolas nas várias paragens ultramarinas.¹⁹⁶

Devemos destacar que censos populacionais mais ou menos do mesmo tipo são feitos nas colônias espanholas no mesmo período e, segundo Matos, também na França e Inglaterra,¹⁹⁷ como bem exemplificam Meriño e Perera para a América Espanhola, com o caso de Cuba na transição do século XVIII e XIX.¹⁹⁸

Algumas cartas populacionais foram feitas na primeira metade do Setecentos, mas a partir da década de 1770 há uma tentativa de padronização dos dados, além de uma maior regularidade no levantamento das informações. Açores, por exemplo, recebe instruções para

¹⁹⁴ AHU, Rio de Janeiro. Documentos Catalogados por Castro e Almeida, doc. 15.192. Sobre a influência da *Political Arithmetick*, de William Petty, na administração portuguesa durante o período pombalino, ver: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. *Aritmética política e a administração do Estado português na segunda metade do século XVIII*. Revista *Temas Setecentistas*, p. 143-152. *Aritmética política entendida como a "arte de raciocinar por números as matérias que se relacionam com o Governo"*.

¹⁹⁵ MATOS, Paulo Teodoro. *Population censuses of the Portuguese empire (1750-1820): notes for a comparative approach*. Center for Overseas History, New University of Lisbon - University of the Azores. 2008, p. 1.

¹⁹⁶ A autora propõe uma periodização para as fontes de natureza demográfica: 1) fase pré-estatística: do início da colonização até a metade do século XVIII; 2) fase proto-estatística: a partir da segunda metade do século XVIII até o primeiro recenseamento nacional de 1872; 3) era estatística: a partir de 1872. Para mais informações sobre essas classificações, ver: MARCÍLIO, Maria Luiza. *Op. Cit.*, 2000, p. 32-33.

¹⁹⁷ MATOS, Paulo Teodoro. *Op. Cit.*

¹⁹⁸ MERIÑO, Maria de los A.F.; PERERA, A. D. *Familias, agregados y esclavos. Los padrones de vecinos de Santiago de Cuba (1778-1861)*. Ed. Oriente: Santiago de Cuba, 2011, p. 17-21.

produzir tais documentos ao fim de cada mês de Janeiro. Diversos presídios de Angola também possuem levantamentos estatísticos no mesmo período, assim como São Tomé.¹⁹⁹

Para a América Portuguesa, muitos trabalhos de história demográfica, econômica ou social utilizam os mapas populacionais ou listas nominativas produzidas a partir da segunda metade do século XVIII. Destacamos muitas pesquisas deste tipo para regiões de São Paulo, devido a maior incidência de fontes, mas também para algumas áreas dos atuais territórios de Minas Gerais ou mesmo de Pernambuco – os últimos em menor escala.²⁰⁰

Nota-se um lento esforço régio no estímulo à feitura desses documentos, o que proporcionaria a comparação entre as características dos territórios. Por exemplo, a ordem régia de 21 de maio de 1776 instrua que fossem produzidos anualmente e tentassem padronizar os dados. Entretanto, era difícil promover um consenso quanto à discriminação dos grupos que compunham a população. Em todo o Império, alguns censos diferenciavam as gentes por suas cores ou condições jurídicas, outros as dividiam por taxionomias de caráter religioso, outros nem um, nem outro.²⁰¹ O consenso reside no fato de que a pluralidade de classificações dos agentes incidia na produção do documento.

Desta maneira, devemos tomar precauções com as informações destas fontes. Por exemplo, os indicativos de qualidade dos chefes ou dos agregados podiam variar de acordo com essas mesmas posições no interior dos fogos.²⁰² Talvez, por isso, alguns mapas apontem o alto nível proporcional de agregados pardos ou pretos e o baixo nível de pardos e pretos entre os chefes de domicílio – ser agregado significa estar submetido ao chefe do fogo, a princípio, uma posição subalterna.²⁰³ Tal qual a lista nominativa de Campo Grande que, como vimos,

¹⁹⁹ MATOS, Paulo Teodoro. Op. Cit. p. 7.

²⁰⁰ Trabalhos clássicos: MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836). São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000. COSTA, Iraci del Nero. A estrutura familiar e domiciliária em Vila Rica no alvorecer do século XIX. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 19, 1977. MARCÍLIO, Maria Luiza. Caiçara: terra e população. Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba, São Paulo, Edições Paulinas/CEDHAL, 1986. Alguns trabalhos mais recentes: RODARTE, Mário M. S. O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução nas Minas Gerais Oitocentista. Tese de Doutorado, Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2008. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. A terra e seus homens: roceiros livres de cor e senhores no longo século XVIII. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016. GUEDES, Op. Cit. 2008. LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. LIMA, Carlos A. M. Roças de libertos e seus descendentes nas partes meridionais da América Portuguesa (Castro, 1804-1835). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. n. 426, jan/mar.2005. SILVA, Kalina Vanderlei Paiva. Nas solidões vastas e assustadoras: os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Tese de História, UFPE, 2003.

²⁰¹ MATOS, Paulo Teodoro. Op. Cit. p. 10.

²⁰² Guedes defende esse ponto de vista, ver: GUEDES, Op. Cit. 2008, p. 107.

²⁰³ Agregados seriam ex-escravos, pardos e pretos, geralmente. Como demonstra Machado, remetendo a textos clássicos, como Oliveira Vianna em Populações Meridionais, ou à própria documentação. MACHADO, Cacilda. A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. Guedes relativiza a brancura dos chefes dos domicílios de Porto Feliz, ver: GUEDES,

apresenta um baixo número de chefes com qualidade de cor, em torno de 5%. Por outro lado, a qualidade de cor podia ser silenciada quando o sujeito chefiava um fogo.

Daí a necessidade de compreender que tais listas nominativas ou mapas populacionais eram produzidas de acordo com as especificidades das classificações costumeiras locais. E a posição hierárquica que a personagem ocupa no interior de um domicílio acaba funcionando como um indicativo de sua qualidade, muitas vezes, camuflando suas origens. Uma maneira de driblar isso é a construção de fichas para os chefes da região, costurando as trajetórias de cada personagem – tal qual apresentado no capítulo um.

As tentativas de padronização e de detalhamento prosseguem na década de 1790. Destacam-se ordens para que as listas contivessem informações como sexo, profissão, etc. De todo modo, em cada conquista ultramarina, os documentos possuem especificidades, diferindo de lugar para lugar, não só quanto às idiossincrasias de seus grupos e populações, mas por caprichos dos agentes que produziam tal documentação.²⁰⁴ Em outras palavras, embora motivadas por determinações do Reino, do ponto de vista dos indicativos de qualidade dos personagens, essas fontes parecem ter sido elaboradas de acordo com as organizações costumeiras locais – embora esta afirmação careça de mais pesquisas.

No caso do Rio de Janeiro, as descrições populacionais aparecem para as freguesias da cidade, em 1799, contando as gentes entre livres e escravos, e diferenciando-as por cores (branco, pardo, preto).²⁰⁵ Há também descrições mais detalhadas para a região do atual norte fluminense, Campos dos Goytacazes, que divide a população por família, enumerando-as e nomeando o chefe de cada domicílio.²⁰⁶ Para o imediato derredor da cidade não tínhamos documentos deste tipo até recentemente. No entanto, através da descoberta dos historiadores Victor de Oliveira e Ana Paula Rodrigues veio à luz um conjunto de listas populacionais nominativas para oito freguesias do Distrito de Guaratiba, área rural da cidade.²⁰⁷

Roberto. Op. Cit., p. 105-108. Para Samara, os agregados seriam mestiços, majoritariamente. SAMARA, Eni de Mesquita. Lavoura canavieira, Trabalho livre e cotidiano. São Paulo: Ed. da USP, 2005, p 120.

²⁰⁴ MATOS, Paulo Teodoro. Op. Cit. p. 10.

²⁰⁵ População do Rio de Janeiro, 1799-1900. IBGE. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RJ1799_1900.pdf>. Acesso em 30 set.15, 20:19:00.

²⁰⁶ Ver: FARIA, Sheila. A Colônia em Movimento, Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

²⁰⁷ RODRIGUES, Ana Paula. Mapas populacionais: análise demográfica do Rio de Janeiro, em 1797. Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio. 2016. OLIVEIRA, Victor L. A. A Zona Oeste colonial e os mapas de população de 1797: algumas considerações sobre lavradores partidistas e produção agrária de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba no século XVIII. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, nº. 10 e 11. 2016.

São documentos muito detalhados que ao invés de dividir a população por grupos de idade e/ou qualidade apresentam-nos uma organização por família, realçando o nome de cada chefe de domicílio, descrevendo a composição familiar e a produção no ano de 1797.

Destacamos que na América Portuguesa existem cartas populacionais, que apresentam a soma de habitantes, divididos por grupos de idade, gênero, condição jurídica, cor, etc., tal qual o Resumo Total da População das freguesias da cidade do Rio de Janeiro de 1799. E encontram-se também as listas nominativas, que nomeiam cada chefe de domicílio. As últimas são muito mais frutíferas, numa perspectiva de cruzamento onomástico ou de feitura de fichas por razões óbvias: as primeiras só trazem números, as segundas trazem também os nomes dos habitantes.

A despeito da crescente centralidade da cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII, tais listas foram encontradas apenas para o ano de 1797 e não incluem importantes freguesias do Recôncavo da Guanabara. Restringem-se ao Distrito de Guaratiba, nomenclatura que se refere à organização militar dos corpos auxiliares de localidades que distavam mais de 50 quilômetros do centro da cidade: Campo Grande, Jacutinga, Guaratiba, Jacarepaguá, Iguazu, Marapicu e Itaguaí.

Curiosamente, foi nas praias do Distrito de Guaratiba que, em Setembro de 1710, os franceses desembarcaram para invadir a cidade do Rio de Janeiro.²⁰⁸ Talvez estudos futuros avancem na relação entre a produção da lista nominativa e o ataque francês na região. Por enquanto, podemos especular que a preocupação com a defesa militar tenha motivado a produção das listas nominativas exatamente para esta área do Rio de Janeiro. Além da preocupação econômica, já que a documentação apresenta detalhada descrição da produção agrícola. O mapa populacional da freguesia de Campo Grande, finalizado em 1797 por solicitação do Vice-Rei, Conde de Rezende, serve como documentação base para a escrita deste capítulo. Por meio destas listas podemos conhecer a produção e exportação de gêneros agrícolas, a renda adquirida com tais vendas, o consumo para subsistência de cada agrupamento familiar, o tamanho das famílias, um cadastro rudimentar da propriedade fundiária, quantidade de escravos por fogo, perfil demográfico da área, etc.²⁰⁹

Todavia, devemos salientar que, ao contrário de alguns trabalhos sobre freguesias de São Paulo, não contamos com mapas populacionais para vários anos, o que impossibilita análises mais precisas sobre o movimento de organização do objeto em estudo. Por isso,

²⁰⁸ Carta do governador do Rio de Janeiro, Francisco de Castro de Moraes, ao rei D. João V, sobre o ataque dos corsários franceses. Rio de Janeiro, 12 de Outubro de 1710. AHU_ACL_CU_017, Cx. 8, D. 898.

²⁰⁹ MARCÍLIO, Maria Luiza. Op. Cit. 2000. p. 47-48.

somamos informações retiradas de registros paroquiais como os batismos e/ou livros de casamento. Além disso, a documentação não é tão rica quanto àquelas descobertas em outras regiões. Em listas de Minas Gerais, por exemplo, discriminam-se também o nome das esposas, filhos, agregados e suas respectivas idades.²¹⁰ Em Campo Grande, tais informações não constam. Abaixo apresento um exemplo de como as informações nos são apresentadas na fonte:

Imagem 2. Trecho do Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba de 1797

C.º dos Fidei	Nomes dos Chefes de Famílias	Idade	Sua Residência	Estação	Filhos do		Agregados				Quil. de						
					Esposa		Machos		Fêmeas		Dist. de		Famílias				
					Machos	Fêmeas	Machos	Fêmeas	Sexo	Dist.	Machos	Fêmeas	1797	1798			
1	Jeronimo Pinó (Pai)º	62	Agenda de Vigas	Solteiro													
2	Ignacio Perina	20	Vigas	Solteiro	2		8	7	10								
3	Alf. Dom. Pin. da Cunha	22	Vigas	Casado	1	2	2	8	7	1							
4	Jos. João de Almeida	22	Vigas	Casado	1	2	2	1	2								
5	João (Pai) da Costa	30	Dila	Casado		2	2	2	2	1							
6	Antonio José do Passos	36	Dila	Casado	1	1											

Fonte: Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

²¹⁰ PAIVA, Clotilde A.; RODARTE, Mário M. Notas metodológicas sobre o ciclo vital e mobilidade social em S. José do Rio das Mortes, década de 1830. LIBBY, Douglas; MENESES, José Newton; FURTADO, Júnia F.; FRANK, Zephyr L. (Orgs.) História da família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): Novas análises e perspectivas. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

Quadro 14. Demonstração da organização das informações no Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba de 1797

Nome do chefe de família	João Reis
Idade	45
Sua Residência	Capoeiras
Número do domicílio	30
Estados	Casado
Filhos do chefe	
Machos Maiores	1
Machos Menores	-
Fêmeas Maiores	-
Fêmeas Menores	2
Agregados	
Agregado casado	1
Agregado solteiro	-
Filhos dos agregados	
Machos Maiores	1
Machos Menores	-
Fêmeas Maiores	1
Fêmeas Menores	-
Escravos	
Machos Maiores	2
Machos Menores	-
Fêmeas Maiores	-
Fêmeas Menores	-

Na fonte, o campo “chefe das famílias” é o único que traz informações referentes aos nomes dos personagens da freguesia. Além disso, é o único que possui registro de idade. Destaca-se ainda o estado matrimonial dos moradores livres. Os outros componentes do domicílio não são mencionados pelo nome, são apenas números. Em relação aos cônjuges, filhos, escravos ou agregados indica-se apenas a quantidade por fogo a partir dos parâmetros macho maior, menor; fêmea menor, maior (categorias da fonte). Desta maneira, é impossível identificar relações de parentesco no interior do domicílio, o nome dos agregados e suas qualidades, a naturalidade dos chefes e muitas outras perguntas.

Como já dissemos, uma forma de superar estas limitações foi empreender uma análise socioeconômica dos domicílios a partir da construção de fichas, tendo como eixo o nome dos

personagens.²¹¹ No entanto, a compreensão das relações de parentesco entre agregados e chefes de fogo fica bastante prejudicada.

O problema da não identificação nominal dos agregados gerou algumas dificuldades analíticas. Superando a básica definição de que os agregados são força de trabalho subsidiária,²¹² Fuentes e Díaz demonstraram, recentemente, que muitos dos agregados eram parentes dos domicílios,²¹³ aparecendo ora como chefes de fogo, ora como agregados. Desta maneira, apresentaram as dinâmicas de organização dos domicílios e das famílias, os auxílios entre familiares, em suma, o movimento dos domicílios.²¹⁴ Infelizmente, não será possível seguir estas sugestões.

Outra observação se faz necessária. Só contamos com uma lista nominativa, apenas para o ano de 1797. Logo não teremos como avaliar o movimento dos fogos, neste momento. Por isso, por enquanto, tentaremos demonstrar que os lavradores de cana tinham muitas formas de organização familiar e isto podia estar atrelado a seus indicativos de qualidade.

TIPOLOGIA DOS DOMICÍLIOS

A lista populacional da freguesia apresenta um total de 357 domicílios, organizados de acordo com o tipo de ocupação da terra: partidistas, foreiros, gratuitos, proprietários que possuem título legal da terra, além de senhores de engenho – 14 engenhos de açúcar. Tentaremos demonstrar alguns indícios sobre o conjunto de domicílios da região, em especial, os chefiados por lavradores.

O primeiro deles diz respeito ao estado civil dos chefes de fogo. Sabe-se que em sociedades pré-industriais, a família é o parâmetro básico de estruturação social,²¹⁵ especialmente, em regiões agrícolas.²¹⁶ Inclusive, a organização e distribuição econômica

²¹¹ GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico. A micro história e outros ensaios. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

²¹² SAMARA, Eni de Mesquita. Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano, Itu, 1780-1830. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 27.

²¹³ Entretanto, segundo Marcílio, em São Paulo de fins do século XVII e inícios do XIX, a maior arte dos indivíduos e famílias que viviam sob a casa de um chefe de domicílio não era composta de parentes. MARCÍLIO, Maria Luiza. Op. Cit. 2000, p. 103.

²¹⁴ MERIÑO, Maria de los A.F.; PERERA, A. D. Familias, agregados y esclavos. Los padrones de vecinos de Santiago de Cuna (1778-1861). Ed. Oriente: Santiago de Cuba, 2011, p. 83.

²¹⁵ HESPANHA, António M. Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre modelo político do império colonial português. In: GOUVEA, M. F.; FRAGOSO, J. (orgs.) Na trama das Redes: política no Império Português, séc. XVI-XVIII. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

²¹⁶ Cf. FARIA, Sheila. A Colônia em Movimento, Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 51. CASTRO, Hebe M^a Mattos. As cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista, século XIX. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995, p. 67.

passavam pelas famílias.²¹⁷ A economia se confunde com a administração doméstica – semelhante ao conceito de oikonomia.²¹⁸

Neste sentido, interpretamos o fogo como unidade de pessoas, aparentadas ou não, sob a chefia de uma personagem. A própria feitura da documentação classificava estes domicílios como grupos de parentesco e grupos de trabalho, atrelando os filhos e cônjuges aos dados produtivos de cada grupo doméstico. As atividades produtivas se desenvolvem no seio da casa. Em outras palavras, analisar as formas de organização familiar em questão significa também analisar as estimativas econômicas daquela comunidade. Este conceito se distingue da ideia de família tal como a concebemos hoje, voltada à solidariedade parental e que não atua, em essência, como unidade de produção. Concebemos o domicílio como uma unidade plurifuncional que mescla atributos reprodutivos (biológicos), mas também produtivos (do ponto de vista econômico).²¹⁹

O reconhecimento da importância da família como elemento explicativo do passado brasileiro tem longa tradição. Em Sérgio Buarque de Holanda há uma relação umbilical entre família e política no Brasil.²²⁰ Para Gilberto Freyre, a família foi o principal meio da colonização portuguesa nos trópicos.²²¹ De lá pra cá, a historiografia tem desenvolvido o tema do ponto de vista demográfico, da composição domiciliar, de suas transmissões patrimoniais, perfis dos casamentos, etc.

Alguns estudos²²² buscam compreender as muitas modalidades de organização socioeconômica das famílias do passado brasileiro, destacando o papel dos livres pobres e dos ex-escravos. Um dos aspectos de análise diz respeito à composição dos domicílios,

²¹⁷ MARCÍLIO, Maria Luiza. Demografia histórica: orientações técnicas e metodológicas. São Paulo: Ed. Novos Ubrais, 1977, p. 6.

²¹⁸ POLANYI, Karl. Aristóteles descobre a economia. In: A subsistência do homem e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 250.

²¹⁹ Ver o importante trabalho de Mario Rodarte. Ver: RODARTE, Mário M. S. O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução nas Minas Gerais Oitocentista. Tese de Doutorado, Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2008. p. 177.

²²⁰ “O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2014, p. 96-97.

²²¹ FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

²²² Inspirados nos métodos de reconstrução familiar, Cf.: GOUBERT, Pierre. História social e demografia In: LABROUSSE, E. (org.) A história social: problemas, fontes e métodos. Lisboa: Ed. Cosmos, 1973. HENRY, Louis. Técnicas de análise em demografia histórica. Curitiba: Ed. Universidade Federal do Paraná, 1977. Sobre a importância do trabalho de Peter Laslett na historiografia brasileira, Cf.: SCOTT, Ana Sílvia Volpi. Entre a “curva” e o “caso”: três décadas de história da família no Brasil. LIBBY, Douglas; MENESES, José Newton; FURTADO, Júnia F.; FRANK, Zephyr L. (Orgs.) História da família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): Novas análises e perspectivas. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. Sobre a aplicabilidade de tais métodos, ver: MARCÍLIO, Maria Luiza. Caiçara: terra e população. Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba, São Paulo, Edições Paulinas/CEDHAL, 1986.

extremamente variados devido à presença da escravidão e dos intensos fluxos migratórios.²²³ Críticos à ideia de família patriarcal, confundida com família extensa, destacam unidades pequenas e chefiadas por ex-escravas solteiras, por exemplo.²²⁴

Superando uma interpretação em que a ênfase sobre os homens pobres e pequenos lavradores estava na desclassificação social e na marginalização dentro dos sistemas explicativos²²⁵, esta geração de historiadores chamou atenção para estes esquecidos, famílias de caiçaras, escravos e libertos, ressaltando as dinâmicas internas de organização da sociedade colonial e indicando o papel destes segmentos naquelas estruturas sociais.²²⁶

A partir da década de 1980, muitos outros autores chamam atenção para a agência de escravos e homens livres pobres no cotidiano, nas estratégias em busca de alforria e a possibilidade de construção de família estável e de trabalho.²²⁷ Contrapondo-se a leituras como as de Bastide e Florestan Fernandes, que ressaltam a desestruturação social da vida escrava, ou a de Emília Viotti, que sublinha a violência do cotidiano escravo, manifesta nas fugas e/ou rebeliões, como aspectos centrais do mundo da escravidão brasileira.²²⁸

Desde então, a historiografia brasileira consolidou a ideia de que havia uma pluralidade de modelos familiares na América Portuguesa, especialmente no que diz respeito à atuação de mulheres solteiras na chefia dos fogos ou à existência de uniões consensuais, amasiamentos.²²⁹

²²³ Para a leitura de um trabalho clássico, Cf. MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836). São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000. Para uma discussão historiográfica e um trabalho recente importante nesta temática, ver: RODARTE, Mário M. S. Op. Cit., 2008.

²²⁴ Crítica às noções de família. Cf. CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: Notas para o Estudo das formas de organização familiar do Brasil. Cad. Pesq. São Paulo, nº 37, 1981. Sobre a importância de mulheres forras. Cf. FARIA, S. de C. Sinhás Pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Tese para professor Titular em História do Brasil. Niterói: UFF, 2004. PAIVA, Eduardo França. Op. Cit., 1995.

²²⁵ Cf. PRADO JR., Caio. Op. Cit. 1996. p 29. SOUZA, Laura de Mello. Op. Cit.

²²⁶ CASTRO, Hebe M. Mattos. Ao Sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. RJ: Ed. FGV, Faperj, 2009. EISENBERG, Peter. Op. Cit. FRAGOSO, J. Op. Cit. 1998.

²²⁷ Cf. SAMARA, Eni. A família negra no Brasil: escravos e libertos. VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Anais. Olinda: APEB, 1988. LEWKOWICZ, Ida. Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII. Revista brasileira de História. SP, n 17. SCHWARTZ, S. B. Op. Cit., 1988. LARA, Silvia Hunold. Campos da Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. SLENES, Robert. "Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX)", Estudos Econômicos, v.17, n. 2, 1987. EISENBERG, Peter L. Op. Cit. Muitos desses autores inspirados na obra de GENOVESE, Eugene D. A terra prometida: o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CNPq, 1988.

²²⁸ BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: Anhembi/UNESCO, 1955. COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989. IANNI, Octavio. Raças e classes sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 1966. BOXER, Charles R. Relações raciais no império colonial português, 1415-1825. Porto: Afrontamento, 1988.

²²⁹ CORRÊA, Mariza. Op. Cit. FARIA, Sheila. Op. Cit. 1998, p. 47. Sobre agregadas amásias, ver: SAMARA, Eni de Mesquita. Op. Cit. p. 148.

Esta variedade de famílias não seria exclusividade da América Portuguesa, sendo discutida também para áreas da América Espanhola.²³⁰

Neste sentido, a análise da composição familiar da freguesia de Campo Grande é uma tentativa de compreensão de um universo formado pelo açúcar de segunda categoria, nas bordas do principal centro mercantil do Atlântico Sul, num contexto de pluralização das qualidades. Mais do que isso, impõe-se a possibilidade de analisar as estratégias de diferentes agrupamentos sociais, o perfil da chefia dos domicílios, a escolha ou não pelo matrimônio, a capacidade de agregar, a possibilidade de ter escravos, os perfis dos casais, os indicativos de qualidade, etc. Tudo isto nos aproxima dos modelos familiares construídos por lavradores de cana pardos, pretos ou reinóis, acessando, pois, estratos diferentes da sociedade em questão.

Quadro 15. Distribuição do sexo e Estado dos Chefes de Domicílio em 1797.

Sexo	Casado (a)	Solteiro (a)	Viúvo (a)	Padre	Totais	%
Mulher	2	15	50	-	67	18,7
Homem	206	44	29	11	290	81,3
Totais	208	59	79	11	357	100
%	58,3	16,5	22,2	3	100	

Fonte: Dados coletados em Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Como vemos acima, 58,3% dos chefes de domicílio eram casados e outros 22,2% eram viúvos. Ou seja, o matrimônio esteve presente em torno de 80% dos casos. Inclusive, a maior parte das mulheres chefes de domicílio era composta, justamente, por viúvas. Logo, a formação de família aparece como elemento importante nessa área rural, especialmente, por que filhos, maridos e esposas poderiam trabalhar juntos na terra, colaborando com a produção familiar e isto não é nenhuma novidade historiográfica.²³¹

À constatação de que estamos lidando com uma área caracterizada pelo matrimônio, acrescentemos outras análises da lista populacional. Na tabela abaixo, apresento uma tipologia dos domicílios inspirada nos trabalhos do professor Iraci del Nero Costa.²³² O autor desenvolveu a tipologia baseado em textos do historiador inglês Peter Laslett e do historiador

²³⁰ MERIÑO, Maria de los A.F.; PERERA, A. D. Familias, agregados y esclavos. Los padrones de vecinos de Santiago de Cuba (1778-1861). Ed. Oriente: Santiago de Cuba, 2011, p. 30-31.

²³¹ FARIA, Sheila. Op. Cit. 1998, p. 53. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII-XIX. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2001, p. 73.

²³² COSTA, Iraci del Nero. A estrutura familiar e domiciliária em Vila Rica no alvorecer do século XIX. Revista do IEB. São Paulo, IEB-USP, (19):17-34, 1977.

francês Jean-Claude Peyronnet,²³³ mas tendo em vista as especificidades das organizações familiares na América Lusa.

Os dados da tipologia são preenchidos a partir das relações de parentesco para com o chefe, o que nem sempre é possível no mapa da freguesia aqui trabalhado. Por exemplo, a categoria “domicílio familiar ampliado” se refere a possíveis parentes do chefe (netos, pais, irmãos) que residissem no fogo. No nosso caso, a relação de parentesco dos agregados para com o chefe não é possível de ser identificada, pois a lista não dá nome aos agregados (únicos componentes contabilizados no fogo, além dos filhos e escravos). Isto torna impossível: 1) descobrir laços consanguíneos ou mesmo de compadrio entre os agregados e chefes do domicílio; 2) classificar famílias com parentes (irmãos, tio-sobrinhos, avós, etc. que viveriam como agregados, coabitando o mesmo domicílio: domicílio familiar ampliado ou domicílios múltiplos).

A falta de informação sobre as relações dos indivíduos para o com o chefe de domicílio foi colocada como uma das dificuldades para adoção da metodologia de Laslett. Além disso, o próprio Laslett teria reconhecido o problema da essencialidade do parentesco na definição da tipologia e o caráter secundário dos aspectos produtivos do fogo.²³⁴

No entanto, tal tipologia ainda é bastante usada na historiografia brasileira, pois além de permitir a comparação entre as diversas áreas da América Lusa, possui conceitos mais precisos, segundo Rodarte, quando comparados com outras tentativas historiográficas que terminaram confusas e/ou com dificuldade de diálogo.²³⁵ Ainda que novas metodologias venham sendo empregadas nos últimos anos,²³⁶ acreditamos que, para as finalidades deste trabalho, a tipologia de Laslett é uma porta de entrada interessante para a compreensão dos fogos, desde que cercada por outras perguntas que superem a dimensão parental dos fogos, abrangendo sua plurifuncionalidade.

Por isso, tentaremos percorrer um trajeto em que as esferas parentais e econômicas não se desvinculem. E, especialmente, buscaremos privilegiar as relações entre os domicílios, muitas vezes tomados de forma isolada. Assim, procura-se superar as deficiências da tipologia

²³³ COSTA, Iraci del Nero. Op. Cit. 1977.

²³⁴ RODARTE, M. Op. Cit. p. 185.

²³⁵ RODARTE, M. Op. Cit. p. 26-49.

²³⁶ Sobre as novas propostas ver: RODARTE, M. Op. Cit. Para uma revisão historiográfica do tema, ver: SCOTT, Ana Silvia Volpi. Entre a “curva” e o “caso”: três décadas de história da família no Brasil. LIBBY, Douglas; MENESES, José Newton; FURTADO, Júnia F.; FRANK, Zephyr L. (Orgs.) História da família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): Novas análises e perspectivas. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 31-42.

de Laslett. Não nos esqueçamos que o domicílio não deve ser entendido como unidade isolada. A família ultrapassa a fragmentação espacial.²³⁷

Veremos, na tabela abaixo, uma tipologia dos domicílios, acrescida de uma identificação dos tipos de agregado e da presença de escravos para cada categoria de fogo. Ressalta-se que cada organização domiciliar só possui um tipo de agregado. Caso mesclasse mais de um tipo, entraria na categoria “outra configuração”. Ou seja, não apresento a soma de todos os agregados da freguesia, apenas indico o perfil do agregado no interior de cada tipo de fogo. Por exemplo, existem quatro domicílios classificados no tipo 1a, homem viúvo sem filhos. Em 1 domicílio nota-se a presença de agregado(s) solteiro(s) sozinho(s); em 2 domicílios notam-se a presença de agregada(s) solteira(s) sozinha(s); em 1 domicílio nota-se a presença de agregada(s) solteira(s) com filho(s). Vejamos.

²³⁷ MERIÑO, Maria de los A.F.; PERERA, A. D. Familias, agregados y esclavos. Los padrones de vecinos de Santiago de Cuna (1778-1861). Ed. Oriente: Santiago de Cuba, 2011, p. 102.

Quadro 16. Tipologia de domicílios na freguesia de Campo Grande (1797)

Tipologia dos Fogos		Agregados		O tipo de fogo possui agregados na condição de...									Escravos nos fogos		
	% do tipo do fogo	Quant.	Com agregados	% Com agregado	Casais sem filhos?	Casais com filhos?	Solteiro?	Solteira?	Criança só?	Solteiro com filho?	Solteira com filho?	Outro	Sem escravo	Com escravo	% com escravo
1. Domicílios Singulares															
1a. Homem viúvo sem filhos	1,13	4	4	100%	-	-	1	2	-	-	1	-	1	3	75%
1b. Mulher viúva sem filhos	3,08	11	6	55%	-	2	1	3	-	-	-	-	-	11	100%
1c. Homem solteiro sem filhos (incluindo padres)	13,72	49	18	37%	2	1	4	6		-	2	3	13	36	73%
1d. Mulher solteira sem filhos	1,40	5	4	80%	-	-	2	1	-	-	-	1	1	4	80%
1e. Mulher casada sem filhos, cônjuge ausente	0,29	1	0	0%	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	0%
2. Domicílios sem estrutura															
2a. Irmãos e/ou irmãs sem filhos coabitando		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2b. Coabitantes sem laços		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Domicílios Simples															
3.a Casais sem filhos	13,16	47	18	38%	2	2	3	3	2	-	1	5	13	34	72%
3.b Casais com filhos	44,53	159	36	22%	4	3	10	9	-	1	3	6	61	98	61%
3.c Homens solteiros com filhos	1,68	6	3	50%	-	-	1	1	1	-	-	-	2	4	66%
3.d Mulheres solteiras com filhos	2,80	10	3	30%	-	1	-	1	-	-	1	-	9	1	10%
3.e Homens viúvos com filhos	7	25	17	32%		1		4	1		1	1	5	20	80%
3.f Mulheres viúvas com filhos	10,92	39	14	35%	1	1	-	8	-	1	1	2	19	20	51%
3.g Mulher casada com filhos, cônjuge ausente	0,29	1	1	0%	-	-	-	-	-	-	-		1	-	0%

Quadro 16. Tipologia de domicílios na freguesia de Campo Grande (1797)

Tipologia dos Fogos		Agregados		O tipo de fogo possui agregados na condição de...									Escravos nos fogos		
	% do tipo do fogo	Quant.	Com agregados	% Com agregado	Casais sem filhos?	Casais com filhos?	Solteiro?	Solteira?	Criança só?	Solteiro com filho?	Solteira com filho?	Outro	Sem escravo	Com escravo	% com escravo
4. Domicílio familiar ampliado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Domicílios múltiplos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	100	357	114	32%	9	11	22	38	4	2	10	18	126	231	64%

Fonte: Dados coletados em Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Quadro 17. Distribuição populacional nos tipos de domicílios – Freguesia de Campo Grande (1797)

Domicílios de engenhos e de lavradores				Domicílios de Lavradores			
	Quant. de fogos por tipo	Total de pessoas por tipo de fogo (livres e escravos)	Média de pessoas por tipo de fogo		Quant. de fogos por tipo	Total de Pessoas no tipo de fogo (livres e escravos)	Média de pessoas por fogo
1. Domicílios Singulares				1. Domicílios Singulares			
1a. Homem viúvo sem filhos	4	97	24	1a. Homem viúvo sem filhos	3	17	5,6
1b. Mulher viúva sem filhos	11	143	13	1b. Mulher viúva sem filhos	9	74	8,2
1c. Homem solteiro sem filhos (incluí padres)	49	427	8,7	1c. Homem solteiro sem filhos (incluí padres)	46	263	5,7
1d. Mulher solteira sem filhos	5	37	7,4	1d. Mulher solteira sem filhos	5	37	7,4
1e. Mulher casada sem filhos, cônjuge ausente	1	1	1	1e. Mulher casada sem filhos, cônjuge ausente	1	1	1
2. Domicílios sem estrutura familiar				2. Domicílios sem estrutura familiar			
2a. Irmãos e/ou irmãs sem filhos coabitando	-	-	-	2a. Irmãos e/ou irmãs sem filhos coabitando	-	-	-
2b. Coabitantes sem laços	-	-	-	2b. Coabitantes sem laços aparentes	-	-	-
3. Domicílios Simples				3. Domicílios Simples			
3.a Casais sem filhos	47	408	8,6	3.a Casais sem filhos	46	313	6,8
3.b Casais com filhos	159	1576	9,9	3.b Casais com filhos	157	1438	9,1
3.c Homens solteiros com filhos	6	26	4,3	3.c Homens solteiros com filhos	6	26	4,3
3.d Mulheres solteiras com filhos	10	47	4,7	3.d Mulheres solteiras com filhos	10	47	4,7
3.e Homens viúvos com filhos	25	461	18,4	3.e Homens viúvos com filhos	22	187	8,5
3.f Mulheres viúvas com filhos	39	360	9,2	3.f Mulheres viúvas com filhos	37	219	5,9
3.g Mulher casada com filhos, cônjuge ausente	1	6	6	3.g Mulher casada com filhos, cônjuge ausente	1	6	6

Quadro 17. Distribuição populacional nos tipos de domicílios – Freguesia de Campo Grande (1797)							
Domicílios de engenhos e de lavradores				Domicílios de Lavradores			
	Quant. de fogos	Total de Pessoas no tipo de fogo (livres e escravos)	Média de Pessoas por fogo		Quant. de fogos	Total de Pessoas no tipo de fogo (livres e escravos)	Média de Pessoas por fogo
4. Domicílio familiar ampliado	-	-		4. Domicílio familiar ampliado	-	-	
5. Domicílios múltiplos				5. Domicílios múltiplos			
Totais	357	3589	10	Totais	343	2628	7,6

Fonte: Dados coletados em Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Nas tabelas acima, cada fogo foi classificado tendo em vista sua organização familiar acrescida da presença de agregados e escravos. Como mencionado, os itens 2, 4 e 5 não foram preenchidos, pois era impossível verificar as relações parentais dos agregados para com o chefe. De todo modo, 114 dos 357 fogos (ou cerca de 30% dos fogos) possuíam agregados. Apenas este estrato poderia ser classificado nas categorias de famílias múltiplas ou extensas. E isto apenas se todos os agregados fossem parentes dos chefes, o que não se pode comprovar.

Assim sobressaem dois grandes tipos: domicílios singulares e simples. O primeiro tipo é aquele em que o chefe aparece sozinho(a), solteiro(a) ou viúvo(a), sem filhos e sem cônjuge. Como se vê, a prática era muito comum entre homens, especialmente, os solteiros (1c), que perfazem mais da metade do tipo singulares. Ainda que tenham sido acrescentados 11 padres neste segmento, chama atenção que são os domicílios em maior número entre os solitários e, entre os lavradores, são tão numerosos quanto os casais sem filhos - homens solteiros sem filhos (1c) em 49 fogos, contra 47 fogos de casais sem filhos (3a). No entanto, no geral, os domicílios singulares representam algo em torno de 20% do total de fogos. O que difere Campo Grande de áreas urbanas, onde, geralmente, os domicílios solitários são mais comuns, especialmente, os chefiados por mulheres.²³⁸

Os domicílios simples são fogos organizados em torno de laços de parentesco simples: chefes de domicílio, seus cônjuges e/ou filhos, acrescentados dos agregados e escravos, caso existam; mães solteiras e seus filhos; casais sem filhos, etc. Tais chefes podiam ser solteiros, viúvos ou casados. Como se vê, correspondem a cerca de 80% do total de fogos da freguesia. Categoria semelhante, também inspirada em trabalhos de Peter Laslett, foi testada por Marcílio para a Capitania de São Paulo de fins do século XVIII. A autora identificou 81% dos domicílios como domicílios de famílias simples, porcentagem próxima a que foi encontrada para a nossa freguesia fluminense, com a ressalva que as listas de São Paulo são mais ricas em informações. Em São Paulo também predominam os casais com filhos.²³⁹

No tipo simples, os fogos formados por casais com filhos são a maioria, seguidos por casais sem filhos. Entre os domicílios deste tipo habitam mais pessoas em média, caso os comparemos com os chefiados por solteiros com filhos. Destacam-se pela alta capacidade de posse de escravos: mais de 60% dos domicílios possuem escravos. Entre os casais sem filhos, 72% dos domicílios possuem escravos.

²³⁸ FARIA, S. de C. Op. Cit., 1998, p. 53. FARIA, S. de C. *Sinhás Pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Tese para professor Titular em História do Brasil. Niterói: UFF, 2004, p.5.

²³⁹ MARCÍLIO, Maria Luiza. Op. Cit. 2000, p. 102.

Ao contrário dos singulares, a taxa de agregado por fogo do tipo simples é sempre abaixo de 38%. Para termos uma ideia, apenas 22% dos fogos chefiados por casais com filhos possuem agregados, enquanto que entre os domicílios singulares essa taxa fica sempre acima dos 37%, chegando a 80% e 100%.

De modo geral, notamos que a escravidão era mais disseminada do que o fenômeno do agregamento, pois, 64% dos fogos da freguesia possuíam escravos e apenas 32% possuíam agregados. No entanto, vale ressaltar que esse quadro não era homogêneo, alguns tipos de domicílio tinham menor capacidade de ser senhores de escravos, enquanto outros tinham maior capacidade de agregar. Tentaremos demonstrar isso.

Os domicílios chefiados por mulheres solteiras com filhos são os que menos possuem escravos (apenas 10% destes fogos possuem escravos), ao contrário dos fogos de mulheres solteiras sem filhos que possuem escravos de forma mais representativa (em 80% dos fogos) – o que indicaria a escolha pelo celibato feminino e maior estabilidade econômica, no último caso. Isto é, mulheres solteiras com filhos estavam no lugar mais precário do ponto de vista produtivo, praticamente sem escravos e com baixas médias de pessoas por fogo. Já as mulheres solteiras que se mantiveram sem filhos possuem um fogo mais populoso, seja somando agregados, seja escravos. Como veremos, talvez as mulheres solteiras com filhos preferissem agregar-se à casa de alguém ao invés de chefiar um fogo.

Os agregados estão levemente mais propensos a aparecer nos domicílios de tipo singular. Ainda que com números modestos, os fogos chefiados por homens viúvos sem filhos possuem agregados em 100% dos casos, e os fogos chefiados por mulheres solteiras, sem filhos, possuem agregados em 80% dos casos. O que leva a crer que, na falta de filhos, pudesse haver necessidade de mão de obra nas lavouras ou que parentes optassem por viver com os celibatários – hipótese que não pode ser comprovada, devido falta de informações sobre agregados na documentação. A porcentagem de celibato definitivo entre homens chefes solteiros sem filhos era de 30%, entre as mulheres solteiras sem filhos ultrapassava 60%.

Como vemos no quadro abaixo, de modo geral, a capacidade em atrair agregados era muito baixa, nota-se pela média de agregados por fogo, quase sempre abaixo de 1. No entanto, os capitães e senhores de engenho tinham as maiores médias de agregados por fogo. Nesse caso, entre os lavradores, os chefes com mais capacidade de agregar tinham também indicativos de qualidade de mais prestígio, eram capitães.

Entre os chefes com indicativos de qualidade de cor, os pardos ganham destaque, com média acima dos padres, e mesmo dos livres, sem cor e sem título. Os pardos parecem ter tido maior capacidade de agregar do que os pretos e crioulos. Os pretos forros com patente militar

possuem média acima de 1 por fogo, mas são apenas dois chefes desse tipo, o que prejudica a análise.

Quadro 18. Quantidade total e média de agregados por tipo de chefe de domicílio – baseado nas fichas familiares

Indicativo de qualidade	Quantidade	Total de agregados por fogo	Média de agregados por fogo
Pardos	53	42	0,79
Pretos	24	14	0,58
Donas	4	0	0
Capitão	4	25	6,2
Patente militar preto forro	2	3	1,5
Alferes	4	0	0
Tenente	5	0	0
Padre	10	5	0,5
Livre, sem cor, sem título	128	73	0,57
Não identificado	106	97	0,9
Crioulo-forro	3	1	0,3
Senhor de Engenho	14	27	1,9
Total	357	287	0,8

Fonte: Dados coletados em Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Dessa forma, parece que a qualidade do chefe podia interferir na capacidade de agregamento. De certa forma, Machado expressa essa possibilidade. Segundo a autora, a capacidade em atrair agregados não parentes é vista como fonte de distinção. Num cenário de poucos escravos, os senhores mais poderosos de uma dada área usavam de seu prestígio para agregar. E o agregado se dispunha a “perder sua autonomia como preço a pagar pela possibilidade de viver da melhor maneira possível, até conseguir melhor condição”, buscando proteção dos principais da terra. Logo, o fenômeno do agregamento é entendido como “mecanismo de constituição e reprodução das hierarquias no interior dos vilarejos”.²⁴⁰

Para Bacellar, o agregamento estava, antes, relacionado ao ciclo familiar. Muitos idosos agregavam-se ao domicílio de seus filhos para fugir da miséria na velhice. Da mesma forma, segundo Aisnara e Fuentes, muitas vezes, os agregados eram parentes do chefe do fogo. As

²⁴⁰ Ver o Capítulo 2: MACHADO, Cacilda. A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

autoras demonstram que parentes não nucleares se agregavam à casa dos seus congêneres, transitando entre os fogos. Esta mobilidade dos agregados entre sua parentela também podia estar relacionada ao ciclo familiar.²⁴¹

Segundo Samara, os agregados podiam ser mão-de-obra de baixo custo, substituindo escravos quando necessário, algo como força de trabalho subsidiária. Na lavoura açucareira de Itu, os agregados seriam personagens dependentes dos proprietários de terras, com vida instável, móveis, com pouca capacidade de casamento, desajustados no sistema. O agregamento funcionava como mecanismo de projeção política dos proprietários de terras sobre o conjunto de agregados.

Infelizmente, não pudemos avaliar essas possibilidades para o cenário de Campo Grande, devido ausência dos nomes e idades dos personagens. A relação de parentesco entre os chefes e os agregados não pode ser verificada, igualmente a questão do ciclo familiar.

No entanto, podemos seguir algumas pistas, no intuito de compreender melhor as estratégias daquelas famílias. Já vimos que os capitães e os senhores de engenho, chefes de maior prestígio, possuem maior possibilidade de agregar. Com isso, o argumento de que os agregados funcionam como substitutos de escravos pode ser testado.

O quadro abaixo apresenta a relação entre os fogos com agregados e com escravos. Notamos que os escravos se distribuem entre os fogos com e sem agregados. Os 114 domicílios com agregados possuem quase 50% dos escravos da freguesia. E os outros 243 fogos sem agregados possuem os outros 50%. Nessa perspectiva, há uma tendência de que os escravos apareçam com mais frequência nos fogos com agregados. Em número menor, os 114 domicílios concentravam quase a mesma quantidade de escravos do que outros 243.

Quadro 19. Relação entre fogos com agregados e fogos com escravos no mapa de 1797

Tipo de Fogos	Nº de fogos por tipo	% de fogos por tipo	Nº de escravos por tipo	% de escravos por tipo
Com agregados	114	32	962	49,7
Sem agregados	243	68	973	50,3
Totais	357	100	1935	100

Fonte: Dados coletados em Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

²⁴¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII-XIX. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2001, p. 136-137. MERIÑO, Maria de los A.F.; PERERA, A. D. Op. Cit, p. 105.

Na tentativa de detalhar a questão tratada acima, abaixo apresentamos um quadro relacionando os domicílios por faixas de posse de escravos e a presença de agregados. Notamos que 74% dos fogos sem agregados também não possuíam escravos. E a presença dos agregados se torna cada vez maior a medida em que os fogos possuem mais escravos. Na faixa de posse de escravos entre 16 e 20 escravos, os fogos possuem agregados em mais de 60% dos casos.

Em Campo Grande, os agregados eram mais frequentes nos domicílios com mais escravos. Essa informação se soma à tendência dos chefes com indicativos de qualidade de prestígio possuírem maiores médias de agregados por fogo, apontando que o prestígio podia potencializar o agregar. Nesse sentido, os pequenos e médios lavradores pouco acionavam os agregados como fonte de trabalho auxiliar ou mesmo pouco recebiam a colaboração de parentes não nucleares. As suas estratégias de composição domiciliar passavam por outros caminhos.

Quadro 20. Presença de agregados por faixa de posse de escravos dos domicílios na lista nominativa de 1797

Faixa de escravos	Qnt. de fogos por faixa	Com agregado	Sem agregado	% sem agregado
0	126	32	94	74,6%
01 a 05	151	52	99	65,5%
06 a 10	42	10	32	76,0%
11 a 15	13	3	10	76,9%
16 a 20	8	5	3	37,3%
21 a 30	4	3	1	25,0%
30 a 50	6	4	2	33,0%
> 51	7	5	2	28,0%
Totais	357	114	243	

Fonte: Dados coletados em Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Essas características do fenômeno “agregamento” nos ajudam a compreender as estratégias dos pequenos e médios lavradores locais. Como observamos páginas atrás, outro dado relevante sobre os agregados diz respeito à intensa presença de solteiros neste segmento. Especialmente, agregadas mulheres solteiras, tanto sozinhas, quanto com filhos pequenos, tanto em fogos chefiados por mulheres quanto por homens. Estas mulheres solteiras, com ou sem filhos, somadas, são maioria entre os agregados, pois estão presentes em mais de 40% dos fogos com agregados (48 dos 114 fogos com agregados). Lembrando que as mulheres solteiras com filhos que aparecem como chefes têm poucos escravos e poucos agregados.

A maioria dos fogos com agregados possui solteiros e solteiras sozinhas (22 fogos com homens solteiros e 38 fogos com mulheres solteiras sem filhos, perfazendo um total de 60 fogos com agregados solteiros sem filhos). Logo em seguida, destacam-se os agregados solteiros e solteiras com seus filhos (2 fogos com homens solteiros com filhos; 10 fogos com mulheres solteiras com filhos). Mais do que isto, o baixo número de casais de agregados (20 fogos com casais (com ou sem filhos) frente aos 72 solteiros (com ou sem filhos)) talvez indique que, para casados, a opção por construir um novo fogo predominava em relação à opção de permanecer na casa dos pais, parentes ou mesmo agregar-se.²⁴²

Isto nos leva à hipótese de que mulheres solteiras com filhos preferissem ou fossem levadas a viver como agregadas ao invés de chefiar fogo. No entanto, é impossível identificar seus nomes e qualidades para tecer mais hipóteses.

Talvez agregados pudessem ser ex-escravos, em fase de transição para constituição de um fogo. Talvez forasteiros. No entanto, só temos hipóteses impossíveis de serem testadas. Podemos ficar com a ideia de que, quando casados, os personagens desta freguesia tendiam a chefiar um domicílio. A importância do matrimônio entre os chefes de fogo e a baixa presença de casados entre os agregados podem indicar que o casamento alçava as famílias à formação de domicílio independente.

Como já dissemos, em Campo Grande, a maioria esmagadora dos fogos tem como chefe personagens que são ou foram casados, desde casais com filhos, passando por viúvos com seus filhos. Vale salientar que a maior parte dos filhos era formada por crianças pequenas, como podemos observar no quadro abaixo. Embora os filhos com mais de 15 anos, idade da maioridade,²⁴³ também estivessem presentes.

Quadro 21. Distribuição dos filhos nos domicílios por faixa etária

Filhos maiores	%	Filhos menores	%	Filhas maiores	%	Filhas menores	%
101	30	228	70	130	31	286	69

Fonte: Dados coletados em Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Enquanto os agregados tendem a aparecer mais entre os capitães, os chefes com qualidade de cor apresentam médias mais altas de filhos por domicílio. No quadro abaixo, levantamos a média de filhos por tipo de chefe de fogo, com base nas informações da lista de

²⁴² BACELLAR, Carlos de A. P. Op. Cit., p. 74.

²⁴³ A partir desta idade, os rapazes podiam ingressar nas companhias de milícias da terra e jovens podiam se casar. Idem, p. 81.

1797. Sabemos dos problemas do nosso método, pois, encobre chefes com idades diferentes, logo em ciclos familiares distintos. No entanto, pode servir como indício de que talvez os lavradores tivessem mais filhos para compensar a falta de agregados entre os chefes com qualidades de cor.

Quadro 22. Média de filhos por tipo de chefe de domicílio – baseado nas fichas familiares

Indicativo de qualidade	Quant. de chefes	Quant. de filhos	Média de filhos
Pardos	53	147	2,77
Pretos	24	42	1,75
Donas	4	5	1,25
Capitão	4	4	1
Patente militar preto forro	2	2	1
Alferes	4	19	4,75
Tenente	5	6	1,2
Padre	10	-	-
Livre, sem cor, sem título	128	338	1,64
Não identificado	106	140	1,32
Crioulo-forro	3	10	3,33
Total	343	713	2,07

Fonte: Dados coletados em Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Representamos todos os chefes lavradores. Destes, notamos que os quatro lavradores com a patente de Alferes e sem cor possuem a maior média de filhos em 1797. Logo em seguida, destacam-se os fogos de lavradores crioulos, pardos e pretos, acima dos livres, sem cor e sem título e de outros chefes com prestígio. Com todo os problemas do método, notamos a tendência de que esses domicílios chefiados por lavradores com indicativos de qualidade de cor tinham mais filhos no fogo. Ao contrário dos dados referentes aos agregados, aqui destacam-se com a maior tendência à presença de filhos.

Estes dados se assemelham com a tendência encontrada por Lima para a cidade do Rio de Janeiro na transição do século XVIII para o XIX. Os pardos libertos tinham taxas brutas de natalidade superiores aos brancos.²⁴⁴

²⁴⁴ LIMA, Carlo Alberto M. Pequenos patriarcas: pequena produção e comércio miúdo, domicílio e aliança na cidade do Rio de Janeiro (1786-1844). Tese de doutorado, UFRJ, 1997. p. 243.

Como vimos nos quadros das tipologias domiciliares, a média de pessoas por fogo era de 10 (incluindo livres e escravos de engenhos e de lavradores). Excluindo os engenhos, contando apenas os domicílios de lavradores, a média de pessoas por fogo cai para 7,6 (somando livres e escravos).

Em Marcílio, a média de pessoas por domicílio (livres e escravos), na São Paulo de 1798, era de 6,2.²⁴⁵ Rodarte aponta para as regiões rurais de Minas Gerais, na década de 1830, uma média de 6,7 pessoas.²⁴⁶ No entanto, ao contrário destas áreas mencionadas, a freguesia de Campo Grande conta com uma alta taxa de posse de escravos entre a população, pois mais de 60% dos fogos possuem escravos. Assim, nota-se a existência de unidades domiciliares maiores se comparadas às pequenas unidades encontradas para as regiões rurais de São Paulo e Minas, mesmo entre domicílios de chefes solitários (sem cônjuge e sem filhos). Este tamanho dos fogos talvez seja fruto da forte disseminação de escravos e do caráter econômico da região estudada, que exigiria mais braços nas lavouras.

POSSE DE ESCRAVOS NOS DOMICÍLIOS DA FREGUESIA DE CAMPO GRANDE EM 1797.

“Entre os pequenos proprietários, que quasi todos erão gente de côr, era este estado suavizado, como entre os Orientaes e entre os selvagens, pela paridade de condição que a todos os outros respeitos se dava entre o senhor e escravo: junctos trabalhavão e junctos comião, e esta igualdade criava no ultimo um sentimento de honrado orgulho, fazendo-o olhar como seus os interesses da familia, de que quasi era membro”.²⁴⁷

A presença de pardos e pretos entre partidistas não é, necessariamente, uma novidade. Por muito tempo, os livres e/ou forros foram tratados como população que, quase exclusivamente, vivia à margem da ordem estabelecida, onde boa parte dos forros viveria “sem espaço próprio na sociedade, identificados à vadiagem”. Estes homens livres e pobres viveriam, majoritariamente, “costeando a desclassificação, constantemente empurrados para ela pelo sistema econômico e pelas violentas superestruturas do poder”.²⁴⁸ No entanto, parte da

²⁴⁵ MARCÍLIO, M. L. Op. Cit. 2000, p.97.

²⁴⁶ RODARTE, M. Op. Cit., p. 199.

²⁴⁷ SOUTHEY, Robert. Historia do Brazil, Tomo sexto, Rio de Janeiro: 1862, p. 422.

²⁴⁸ SOUZA, Laura de Mello e. Op.Cit. 1982. p. 154 e p. 211.

historiografia recente tem buscado apresentar estes personagens como agentes, com acesso ao trabalho e até como senhores de engenho, em processos de mobilidade social.²⁴⁹

O exercício feito a seguir tentará superar as fragilidades do método de Laslett a fim de dimensionarmos melhor a plurifuncionalidade dos domicílios. Acrescenta-se assim, à taxa média de pessoas por fogo, acima referida, uma maior especificação do segmento de escravos e dos seus senhores.

Vejamos a estrutura da posse de escravos da região, um dos principais indicadores de riqueza, tendo em vista o mapa populacional de 1797.

Neste ano, 64,7% dos chefes dos domicílios possuíam escravos. Ou seja, ao contrário dos agregados, a posse de escravos estava presente na maior parte das famílias. No entanto, como vemos abaixo, esta distribuição não era uniforme entre os domicílios, pois, podia variar de acordo com a modalidade de acesso à terra. Por exemplo, os fogos que acessavam a terra de forma gratuita só possuíam escravos em 6% dos casos. Enquanto os partidistas, foreiros e proprietários tinham escravos em mais de 60% de suas casas.

Quadro 23. Presença de escravos por domicílio de acordo com o tipo de acesso à terra (1797)

Forma de acesso à terra - Lavradores	Nº de domicílios	Domicílios com escravos		Domicílios sem escravos	
		Nº	%	Nº	%
Partidistas	210	140	66,6%	70	33,3%
Foreiros	64	42	65%	22	35%
Possuem terra	27	27	100%	-	-
Grátis	18	1	6%	17	94%
Sem identificação	24	7	30%	17	70%
Engenho	14	14	100%	-	-
Total	357	231	64,7%	126	35,3%

Fonte: Dados coletados em Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

²⁴⁹ A trajetória do pardo Plácido das Neves é um exemplo. Cf. GUEDES, R. Op. Cit. 2008, p. 278-289.

Quadro 24. Média de escravos por domicílios a partir da forma de acesso à terra – Freguesia de Campo Grande,

1797

Partidistas			Proprietários/Sesmeiros			Foreiros			S/I			Senhor de Engenho			Total
Nº	TE	Média	Nº	TE	Média	Nº	TE	Média	Nº	TE	Média	Nº	TE	Média	TE
210	591	2,8	27	279	10,3	64	169	2,6	24	29	1,2	14	866	61,8	1934 ¹
Porcentagem de cada segmento sobre o total de escravos da freguesia															
30,6%			14,5%			8,7%			1,5%			44,7%			100%
TE: Total de Escravos. S/I: Sem informação. ¹ Os 18 domicílios que acessavam à terra de modo gratuito, juntos, possuíam 1 escravo e não foram mencionados na tabela. Ou seja, o total é de 1935 escravos – excluindo os escravos dos agregados.															

Fonte: Dados coletados em Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Analisando as duas tabelas acima, percebemos que há uma alta disseminação da posse de escravos. Esses dados são bem superiores aos apontados para freguesias de São Paulo, no mesmo período aqui analisado, quase sempre abaixo dos 50%.²⁵⁰ Numericamente, os domicílios de lavradores partidistas representavam a maior parte dos proprietários de escravos ainda que com uma média baixa por domicílio. Os 210 partidistas contam com 591 escravos (ou seja, possuíam cerca de 30% do total de escravos da freguesia, enquanto que os foreiros possuíam apenas 8% do total). Já os 27 lavradores proprietários ou sesmeiros que possuem terras em Campo Grande somam 279 escravos (cerca de 15% do total de escravos da freguesia). Já os 14 senhores de engenho detinham 866 escravos, concentrando 45% do total de escravos da região com um mínimo de 25 e máximo de 126 escravos, numa média de 61 escravos por engenho. Ou seja, ainda que a posse de escravos fosse muito concentrada nos engenhos e nos proprietários/sesmeiros, os lavradores (partidistas, foreiros e sem definição do acesso à terra) possuem cerca de 40% do total de escravos da freguesia, número bem significativo.

Nesse cenário, a posse de escravos apresentava fortes índices de concentração entre proprietários de terras (via compra), sesmeiros e senhores de engenho. O que corrobora com a lógica de uma estrutura de posse concentrada, mas disseminada²⁵¹ entre a população livre. Em Campo Grande de fins do século XVIII, ser senhor de escravos era importante para 6 em 10 pequenos lavradores. Nas palavras de Schwartz: “a escravidão era uma instituição perniciosa que se infiltrara em cada nível da sociedade. Era um modo de vida que atingia a todos”.²⁵²

²⁵⁰ MOTTA, José Flávio. Op. Cit. 1999, p. 89.

²⁵¹ GUEDES, R. Op. Cit. 2008, p. 133. SCHWARTZ, S. Op. Cit., 1988, p. 369.

²⁵² SCHWARTZ, S. Op. Cit., p. 355.

Os dados referendam muitos estudos a respeito da estrutura de posse de escravos na América Lusa, em que sobressaem os pequenos senhores de escravos. Motta fez um balanço historiográfico, há mais de vinte anos, que já confirmava a predominância deste segmento em várias regiões do Brasil. Os senhores com menos de 5 cativos, os pequenos plantéis, eram maioria e detinham parte significativa dos escravos.²⁵³ Esta seria uma tendência percebida, inclusive, para algumas áreas, século XIX adentro.²⁵⁴

No entanto, a média de 2,8 escravos por domicílio partidista é muito mais baixa do que a apresentada por Schwartz para a Bahia. Tendo em vista a região de São Pedro do Rio Fundo, área açucareira de desenvolvimento recente no ano de 1788, o autor aponta uma média de 10 escravos por partidista.²⁵⁵ A região de Porto Feliz, no Oeste Paulista, contava, em 1798, com 39 partidistas numa média de 6,3 escravos por partidista. Para áreas mais tradicionais do recôncavo baiano, o tamanho médio era de 20 escravos.²⁵⁶

Em Campo Grande, a média de escravos por partidista é baixa até mesmo para o parâmetro fluminense do século XVII. Abreu ao analisar transações de partidos de cana do Rio de Janeiro de fins do século XVII indica uma média de 11 escravos por partido para a década de 1671-80, 15 para 1681-90, 12 para 1691-1700.²⁵⁷ Uma comparação com a principal área açucareira do Rio de Janeiro em fins do século XVIII, Campos dos Goytacazes, talvez seja mais adequada. Segundo o mapa populacional de Couto Reis, em 1785, a média era de 6 escravos por lavradores de cana. Em Campos, 83% dos lavradores de cana possuíam escravo, números mais robustos do que os encontrados em Campo Grande.²⁵⁸

A consideração que resulta deste emaranhado de informações é que aqueles partidistas baianos conseguiriam dar conta do trabalho necessário, já que com forte mão-de-obra cativa. Já os lavradores da freguesia de Campo Grande não possuíam grande quantidade de escravos, não raro, podendo apoiar-se no trabalho familiar para desenvolver suas atividades produtivas. No entanto, os engenhos compensavam a baixa capacidade produtiva dos partidos com uma grande quantidade de lavradores por engenho – como vimos no capítulo um, alguns engenhos de Campo Grande possuíam mais de 30 partidistas.

²⁵³ MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Anablume, 1999, p. 67-108.

²⁵⁴ Ver, por exemplo. MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao Sul do Império Brasileiro (Bagé, 1820-1870)*. Tese de Doutorado – PPGHIS/UFRJ. 2016.

²⁵⁵ SCHWARTZ, S. Op. Cit., 1988, p. 255. SCHWARTZ, Stuart. Op. Cit., 2005, p. 236. MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Anablume, 1999, p. 81.

²⁵⁶ Idem, p. 358.

²⁵⁷ ABREU, Mauricio de A. Op. Cit., 2010, p. 104-111

²⁵⁸ FARIA, Sheila. Op. Cit. 1998, p. 237-256.

Quando se diz baixa capacidade produtiva, temos como parâmetro a quantidade de arrobas produzidas por partidistas do engenho de Nossa Senhora do Desterro de Salvador Correia de Sá e Benevides em 1665. Segundo Abreu, entre os quatro lavradores deste engenho, a quantidade de açúcar branco que ficava em suas mãos, em arrobas, variava entre 66 e 342 arrobas.²⁵⁹ Já em Campo Grande, entre os 71 partidistas livres, sem cor e sem título, cerca de 80% produziam até 19 arrobas. Dos quatro alferes, dois produzem entre 100 e 140 arrobas; dois capitães produzem entre 100 e 322 arrobas e um padre produz 100 arrobas. Note-se: aqui a maior parte dos grandes partidistas tinha indicativos de qualidade com prestígio, no entanto, nem todos os que possuíam tais qualidades eram grandes partidistas. De todo modo, apenas um capitão de Campo Grande chega perto das 342 arrobas produzidas por um partidista de Salvador Correia de Sá e Benevides no século XVII, de acordo com os dados de Abreu.

Logo, a esmagadora maioria dos partidistas produz muito pouco açúcar, com baixa posse de escravos. No entanto, estão vinculados aos engenhos como pequenos produtores de cana. Na região açucareira do Oeste Paulista, por exemplo, a menor parte dos fogos participa diretamente da lavoura de cana, enquanto a grande maioria produz alimentos.²⁶⁰ Do ponto de vista fundiário, no caso da freguesia de Campo Grande, a maior parte dos lavradores parece estar ligada às atividades da produção de cana, embora aliem isto a uma intensa produção de alimentos.

Logo, parece que muitas destas famílias não estavam submetidas estritamente a uma lógica empresarial. A pequena produção de cana-de-açúcar da maioria dos lavradores parece não se vincular, necessariamente, à geração de excedentes, pois a pouca cana plantada possuía feição de taxa para o uso da terra, que nem sempre voltava como açúcar processado. Atrelavam pequenos canaviais aos gêneros alimentícios, gerando uma peculiar experiência produtiva. Chayanov já demonstrou como a lógica de reprodução socioeconômica das unidades de produção doméstica não se pautava, necessariamente, pela busca do lucro. Estas pequenas unidades violavam, frequentemente, as regras empresariais, baseando-se provavelmente no trabalho familiar (vide a baixa posse de escravos) visando à estabilidade na terra e o sustento de suas famílias, mais do que o impulso de excedente econômico.²⁶¹

Assim, a plantation açucareira,²⁶² com grandes quantidades de escravos parece não ter moldado, exclusivamente, a vida cotidiana desta área rural, do ponto de vista da produção

²⁵⁹ ABREU, M. Op. Cit. p, 116.

²⁶⁰ GUEDES, Op. Cit, p. 45 e p. 67.

²⁶¹ CHAYANOV, Alexander V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. p. 32.

²⁶² Cf. BARICKMAN, B. J. Um Contraponto Baiano, Açúcar, Fumo, Mandioca e Escravidão no Recôncavo 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

agrícola (já que muitos lavradores plantavam pouquíssima cana e talvez dependessem mais das suas plantações de alimentos para sua subsistência ou para alimentar as rotas comerciais que cortavam a freguesia no intuito de complementar a renda familiar).

Neste momento, olharemos mais de perto o conjunto de lavradores de cana, demonstrando suas especificidades, de acordo com os indicativos de qualidade dos chefes, reconstruídos com base nas fichas.

Quadro 25. Total de partidistas por indicativo de qualidade (entre 1750-1800) e total de escravos por tipo (1797) – Freguesia de Campo Grande – RJ. Baseado nas fichas familiares

Tipologia dos partidistas	Quant. de partidistas por tipo	Total de escravos por tipo	Média de escravos por domicílio
Livre, sem cor, sem título	71	298	4
Pardo forro	37	42	1,13
Preto forro	19	3	0,15
Capitão preto forro	1	1	1
Crioulo forro	2	0	0
Capitão	2	25	12,5
Tenente	1	3	3
Dona	3	13	4,3
Alferes	4	49	12,2
Padre	6	26	4,3
Não identificado	64	131	2
Totais	210	591	2,8

Fontes: Fonte: Dados coletados em Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1705-1811. Disponível em <<http://familysearch.com>> Acesso em 23 jun.15, 18:00:00.

Habilitações matrimoniais da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, 1700-1795.

Livro de batismos de Livres da freguesia de São Salvador do Mundo de Guaratiba, 1762-1788.

Os domicílios chefiados por indivíduos com algum tipo de prestígio local - como manifestam os títulos de dona²⁶³ ou mesmo alta patente em alguma milícia ou companhia de ordenança sem menção à cor – possuem as maiores médias de posse de escravos. Prestígio, nestes casos, resultava em riqueza na forma de escravos. A tendência de donas e personagens

²⁶³ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de F. S. Monarquia pluricontinental e repúblicas: reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. Tempo, Niterói, v.14, n. 27, p. 36-50. 2009.

com patentes militares possuírem mais escravos também foi apontada para regiões de São Paulo, em inícios do século XIX.²⁶⁴

Embora as grandes concentrações de escravos estejam nos engenhos com seus 62 escravos como no caso do Engenho do Viegas ou os 126 escravos do Engenho Cabuçu, os partidistas também apresentam substancial desigualdade na posse de escravos. Sujeitos que em algum momento daquela freguesia foram classificados como crioulo forro simplesmente não possuem escravos, o que indica uma fragilidade associada à sua qualidade – ou o sujeito foi classificado como crioulo forro, justamente por isso. Logo em seguida, os sujeitos denominados pretos forros.²⁶⁵ Os pretos forros também aparecem em situação extremamente frágil. Como uma média de escravos, por domicílio, próxima a zero. Os 19 pretos forros, juntos, possuem apenas 3 escravos e, no máximo, com 1 escravo no fogo.

Os pardos forros vêm logo em seguida com seus 42 escravos distribuídos entre 37 domicílios,²⁶⁶ demonstrando pobreza, mas sendo um agrupamento intermediário do ponto de vista da posse de escravos. Em outras palavras, ter escravos parece ter sido mais fácil para sujeitos classificados como pardos forros do que para os pretos, assim como ser chefe de domicílio casado e com filhos legítimos parece ter sido prioridade para os sujeitos classificados como pardos forros. E isto se demonstra pelo fato de alguns pardos forros possuírem mais de 1 escravo por domicílio em média, em um caso chegam a ter mais de 6 escravos. Enquadram-se na população como um todo, na faixa dos senhores com menos de 5 escravos e com substancial número de não senhores.

Outro dado é que a soma dos senhores de escravos pardos forros, pretos forros e crioulos forros e do capitão preto-forro representa apenas 14% do total de senhores da região. Destacamos que não é novidade a presença de forros como senhores de escravos. Em Sabará (Minas Gerais), por exemplo, indivíduos não brancos representavam 30% dos proprietários em 1831.²⁶⁷ Enquanto, Oliveira demonstrou, a partir de testamentos, que um número significativo de libertos possuía escravos em Salvador de fins do século XVIII e inícios do XIX.²⁶⁸

²⁶⁴ MOTTA, J. Op. Cit. 1999, p. 160.

²⁶⁵ Ressalto que a qualidade preto é a única que aparece no mapa populacional, todas as outras, com exceção das classificações de prestígio, foram retiradas dos cruzamentos de dados.

²⁶⁶ A questão da inserção de libertos no mundo livre já foi colocada por alguns autores. Klein destaca as características aproximadas entre pardos e pretos libertos e brancos livres pobres. Cf. KLEIN, Herbert S. The colored freedmen in brazilian slave society. *Journal of Social History*, vol 3, n. 1, California, 1989, p. 30-52. Tannenbaum, Frank. *El negro en las Americas: esclavo y ciudadano*. Buenos Aires: Paidós. 1968.

²⁶⁷ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Op. Cit. 2005, p. 143.

²⁶⁸ Cf. OLIVEIRA, Maria Inês Cortes. *O Liberto: o seu mundo e os outros*, Salvador: 1790-1890. Salvador: Ed. Corrupio, 1988.

Já os livres, sem cor e sem título são famílias que aparentam não ter a marca da escravidão nos contextos em que estão inseridas ou, ao menos, conseguiram apagá-la entre 1750 e 1800. Representam a maioria do objeto em análise. No quadro acima, aparecem com quatro escravos por fogo, em média. Superam a média global da freguesia, colocando-se como segmento intermediário entre pretos, crioulos e pardos e as famílias de prestígio.

Como veremos no quadro abaixo, mais de 60% dos domicílios de livres, sem cor e sem título estava na faixa de 1 a 5 escravos. Há, ainda, intensa concentração de escravos em poucas mãos, com apenas 6 partidistas com mais de 10 escravos. Dentre os partidistas, em geral, algo em torno de 50% possuem entre 1 e 5 escravos e 33% nada possuem.

Em termos comparativos, no Rio de Janeiro do século XVII, 62% dos lavradores de cana possuía entre 6 e 15 escravos.²⁶⁹ Nota-se, portanto, que esta realidade açucareira de fins do século XVIII possuía estrutura de posse com menos escravos por senhor, mesmo que marcada por intensas desigualdades. Em fins do século XVIII, quase todos eram senhores de escravos, pequenos senhores de escravos.

Uma última observação. O mapa populacional é uma espécie de fotografia da organização socioeconômica da região. E estes dados sobre a posse de escravos não são nada mais do que indícios. Sujeitos que aparecem sem escravos, em 1797, podem aparecer com escravos em outros documentos. Por exemplo, a parda forra Ana de Oliveira não possui escravos no mapa de 1797, no entanto, em 1806 aparece como proprietária da escrava Maria. A escrava preta Maria estava se casando com Antônio, pardo escravo de José de Mattos. Os cônjuges eram escravos de membros da mesma família, pois Ana de Oliveira era mãe de José de Matos, embora morassem em domicílios diferentes. O mais curioso é que nos registros de batismo, José de Mattos e Ana de Oliveira foram classificados como pardos forros, mas no momento do casamento de seus escravos estão sem cor.

Neste sentido, os mapas são indícios de uma organização socioeconômica, mas deixam na sombra estas possíveis vicissitudes das classificações sociais e da posse de escravos dos pequenos senhores que, ora possuem escravos, ora não. Além do mais, deve-se ter em vista que numa comunidade extremamente organizada pela família, um escravo pode servir a vários domicílios parentes, o que colabora para que as dinâmicas de auxílio e parceria sejam mais complexas. O escravo podia servir à família, não era propriedade, necessariamente, de apenas um único indivíduo.²⁷⁰

²⁶⁹ ABREU, Mauricio. Op. Cit. vol. 2. 2010, p. 109.

²⁷⁰ Esta última observação foi feita pelo professor Roberto Guedes durante a disciplina “Senhores Forros”, realizada no segundo semestre de 2016, na UFRRJ.

Quadro 26. Faixas de posse de escravos entre partidistas de 1797 de acordo com o indicativo de qualidade dos chefes entre 1750-1800, Freguesia de Campo Grande-RJ. Baseado nas fichas familiares

	Pardo forro		Preto forro		Patente militar		Dona		Padre		Livre, sem cor, sem título		Não identificado		Capitão Preto-forro		Crioulo-forro			
Faixa - posse de escravos	Nº de partidista	%	Nº	% ¹	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Nenhum escravo	70	33,3	21	56,7	16	84,2	-	-	-	-	-	-	8	11,3	23	36	-	-	2	100
Entre 1 – 2	54	25,8	9	24,3	3	15,8	-	-	1	33,3	-	-	19	26,8	21	32,8	1	100	-	-
Entre 3 – 5	51	24,3	6	16,3	-	-	2	28,6	1	33,3	4	66,6	25	35,2	13	20,3	-	-	-	-
Entre 6 – 10	24	11,4	1	2,7	-	-	1	14,3	1	33,3	2	33,4	13	18,3	6	9,4	-	-	-	-
Entre 11 - 20	11	5,2	-	-	-	-	4	57,1	-	-	-	-	6	8,4	1	1,5	-	-	-	-
20 +	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	210	100	37	17,6	19	9	7	3,3	3	1,4	6	2,9	71	33,9	64	30,4	1	0,5	2	1

¹ A porcentagem da linha se refere à faixa de posse de escravos correspondente e não ao conjunto do tipo.

Fonte: Dados coletados em Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1705-1811. Disponível em <<http://familysearch.com>> Acesso em 23 jun.17, 18:00:00.

Habilitações matrimoniais da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, 1700-1795.

Livro de batismos de Livres da freguesia de São Salvador do Mundo de Guaratiba, 1762-1788

*

Desta forma, notamos que a maior parte dos domicílios opta pelo matrimônio e pela composição da família nuclear, com filhos. No entanto, a configuração dos fogos é extremamente variada de acordo com os indicativos de qualidade dos chefes de domicílio – que foram recuperados a partir da feitura das fichas familiares.

Em Campo Grande, os lavradores de cana acessam à terra na condição de partidista, mas manifestavam intensas clivagens tanto em relação aos indicativos de qualidade e quanto à composição domiciliar.

Pudemos identificar que o agregamento era fenômeno pouco comum na freguesia, embora fosse tendencialmente mais frequente nos fogos com mais escravos e com chefes de mais prestígio. Notamos também que a maior parte dos agregados era composta por solteiros e solteiras (muitas delas com filhos), os agregados casados eram minoria.

Vimos também que a posse de escravos era bastante difundida entre os domicílios, variando tanto de acordo com a forma de acesso à terra, quanto pelos indicativos de qualidade dos chefes.

Quadro 27. Quantidade e média de pessoas por tipo de chefe de domicílio – Baseado nas fichas familiares

Indicativo de qualidade	Quantidade	Total de Pessoas no fogo	Média pessoa/fogo
Pardos	53	327	6,1
Pretos	24	100	4,1
Donas	4	22	5,5
Capitão	4	86	21
Patente militar preto forro	2	10	5
Alferes	4	76	19
Tenente	5	72	14,4
Padre	10	100	10
Livre, sem cor, sem título	128	1188	9,2
Não identificado	106	631	5,9
Crioulo-forro	3	16	5,3
Total	343	2628	7,6

Fonte: Dados coletados em Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Como demonstramos, o tamanho desses fogos era razoavelmente grande entre os lavradores. A média era de 7,6 pessoas por fogo. No entanto, podemos refinar esta análise, tendo em vista todos os elementos apresentados: matrimônio, filhos, agregamento e escravos. No quadro acima, notamos que os domicílios dos lavradores com maior prestígio possuíam os fogos mais populosos. Os capitães possuíam, em média, 21 pessoas por fogo; os tenentes com 14; os alferes com 19. Os livres, sem cor e sem título possuíam uma média acima do geral, com 9,2 pessoas por fogo. Já os pardos tinham, em média, 6,1 pessoas por fogo. Desta forma, possuíam os fogos com mais gente entre os chefes com qualidade de cor, já que os pretos possuíam 4,1 pessoas por fogo. Destarte, nota-se uma clara desigualdade nas dimensões dos domicílios, de acordo com os indicativos de qualidade dos chefes.

Com isso, notamos algumas características dos fogos. No caso dos pardos: tendencialmente mais filhos, poucos agregados e poucos escravos. No caso dos pretos: tendência a pouquíssimos filhos, não posse de escravos e poucos agregados. No caso dos livres, sem cor e sem título: poucos agregados e um número razoável de escravos. No caso dos lavradores de prestígio: tendencialmente mais agregados e muitos escravos.

Identificamos uma forte desigualdade socioeconômica entre os lavradores no que diz respeito à composição domiciliar. O fato de que as maiores famílias eram também as mais prestigiadas, possuindo mais escravos e agregados o demonstra claramente. Esses fogos mais populosos revelam o desejo de ter ampla criadagem, numa espécie de mimetismo aristocrático.²⁷¹ A composição domiciliar ampliada presente nas casas dos lavradores mais ilustres sublinha a tendência de que as elites teriam domicílios populosos, com ampla gama de criados, escravos e parentes. Eles buscavam se distinguir dos demais lavradores na qualidade – o que parece ser representado também no tamanho de seu fogo.

Lima lembra bem que a crítica de parte da historiografia à leitura de Freyre sobre a família patriarcal (e extensa) esquece que este padrão familiar era típico das elites, e não, necessariamente, difundido em todos os segmentos da sociedade.²⁷² Na freguesia urbana da Candelária, área que concentrava muitas famílias prestigiadas com títulos de prestígio e patentes nas milícias, os domicílios tendiam a ser maiores do que os de Santa Rita, que possuía uma população mais pobre.²⁷³

²⁷¹ IMÍZCOZ, José Maria B. Op. Cit. p. 72.

²⁷² Cito um texto clássico sobre a crítica a Freyre. CORRÊA, Mariza. Op. Cit. 1981.

²⁷³ Advertimos, no entanto, que Lima busca demonstrar que vigia uma tendência aos domicílios alargados em todos os setores da sociedade, quando lhes fosse possível. LIMA, Carlo Alberto M. Pequenos patriarcas: pequena produção e comércio miúdo, domicílio e aliança na cidade do Rio de Janeiro (1786-1844). Tese de doutorado, UFRJ, 1997. p. 198-217.

Os lavradores eram extremamente desiguais. Ao lado dos lavradores ilustres, notamos a existência de pequenos domicílios, entre os quais, os chefiados por sujeitos classificados como pretos ou por mulheres solteiras com filhos que possuíam as menores taxas de pessoas por fogo – as solteiras possuíam qualidade de cor.

Indo mais fundo no argumento, acrescentamos que a composição domiciliar variava de acordo com a qualidade das famílias e era também um indicativo da qualidade das mesmas. Cabia aos capitães brancos ostentarem grandes domicílios, enquanto os pretos possuíam baixa capacidade de agregar e de se tornar senhores de escravos. Os pardos forros atuam nos interstícios dessa ambiguidade, diferenciam-se dos demais forros, possuindo fogos populosos, buscam angariar escravos e agregados, ainda que, na média, não chegassem ao patamar dos livres, sem cor e sem título.

Quadro 28. Total e média de pessoas por tipo de acesso à terra na lista nominativa de 1797

Tipo	Quant. por tipo	Pessoas por tipo	Média
Engenho	14	961	68,6
Foreiro	64	490	7,6
Grátis	18	79	4,3
Partidista	210	1494	7,1
Possuem terra	27	413	15,2
Sem definição	24	152	6,3

Fonte: Dados coletados em Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

As diferenças nos tamanhos das famílias aparecem também de acordo com a forma que acessam à terra. A forma gratuita, por exemplo, apresenta a menor média de pessoa por fogo. Como vimos anteriormente, 61% dos chefes de domicílio desta modalidade de acesso à terra possuem qualidade de cor e 94% dos fogos não possui escravos. Na outra ponta da escala, os sesmeiros e proprietários por compra possuem as maiores médias de pessoa por fogo, abaixo dos engenhos, com 15 pessoas por fogo. Entre os partidistas, a média é de 7,1 pessoas por fogo, no entanto, já demonstramos as intensas clivagens de classificação social e composição domiciliar nesse agrupamento. Entre os foreiros a média é bem parecida com a dos partidistas, 7,6.

A relação entre composição domiciliar e forma de acesso à terra poderia ser melhor aproveitada caso tivéssemos os tamanhos médios das propriedades para cada tipo de terra. No entanto, acredito que os indicativos de qualidade dos chefes são elucidativos para a compreensão da composição domiciliar dos lavradores, além disso, as características dos

próprios fogos também impactavam as percepções das qualidades dos seus chefes. Eram também indicativos de suas qualidades.

A LEGITIMIDADE NO TEMPO

É importante salientarmos que esta configuração domiciliar diferencial existe no cenário de crescimento econômico e populacional que vimos no capítulo um. Além disso, deve ser compreendida no quadro mais geral das lógicas e das vivências matrimoniais da região, durante toda a segunda metade do século XVIII. Estes domicílios não existem num vácuo.

Caso recuperemos os 50 anos que antecedem o momento de feitura da lista nominativa, acreditamos que seja possível compreender valores daqueles lavradores. Em outras palavras, qual a representatividade dos dados dos chefes de domicílio no âmbito mais geral das práticas daquela sociedade?

No quadro abaixo, mostramos os indicativos de qualidade entre todos os lavradores da região, esmiuçando o estado civil dos mesmos (excluímos os senhores de engenho). Notamos mais uma vez a disseminação do casamento entre os lavradores. Predominam, entre os chefes, os homens casados em todos os segmentos sociais.

Do ponto de vista dos comportamentos diferenciais, vislumbramos que, curiosamente, todos os homens pardos forros e chefes de domicílio não aparecem solteiros chefiando fogo. Todos os homens pardos forros aparecem formando família, com filhos e esposa. Os homens livres, sem cor e sem título também são majoritariamente casados. Por outro lado, os homens cujos perfis não puderam ser identificados têm o maior número de solteiros, já que podem aglomerar diversos segmentos sociais não detectados. Enquanto isso, alguns chefes pretos eram solteiros, ainda que a maioria também passasse pelo matrimônio.

Quanto às mulheres, são, majoritariamente, viúvas. Dentre as quinze solteiras, contamos sete que possuem qualidades de cor – cinco pardas forras e duas pretas (lembrando que este é um dos segmentos mais frágeis do ponto de vista da posse de escravos, com baixas médias de pessoas por fogo).

São esses os agrupamentos com maiores percentuais de mulheres solteiras chefiando domicílio: os de qualidades “preta forra” e “parda forra”. As pardas forras solteiras somam quase 10% dos fogos chefiados por pardos forros (5 mulheres em 53 fogos). Já as pretas forras solteiras somam 12% dos fogos chefiados por pretos-forros (3 em 24 fogos). Portanto, nota-se que a solteirice na chefia de um fogo estava atrelada a classificações de cor. Comparando estes dados com o grupo de livres, sem cor e sem título, vemos que nenhuma mulher deste segmento

aparece como solteira e chefe. Entre os chefes cujo indicativo de qualidade não foi possível detectar, 7 mulheres chefiavam domicílio num universo de 106 fogos (6% do total de lavradores).

De todo modo, olhando de outro ângulo, a família era fundamental para 90% dos domicílios de pardos forros, 76% de pretos-forros e 95% dos livres, sem cor e sem título. Este dado torna fundamental a tentativa de apreensão das modalidades de parentesco entre os lavradores de cana das mais distintas qualidades: relações de consanguinidade e matrimônio, as múltiplas possibilidades oferecidas pelas parentelas, o caráter dos matrimônios do ponto de vista social, etc.²⁷⁴ Estes elementos são fundamentais para a compreensão das dinâmicas de acesso à terra de tais fogos.

²⁷⁴ Cf. LIMA, Carlos A. M. “Além da Hierarquia: Famílias negras e casamento em duas freguesias do Rio de Janeiro (1765- 1844)”. Revista Afro-Ásia, n.º 24, 2000, p. 129-164. GUEDES, Roberto. O vigário Pereira, as pardas forras, os portugueses e as famílias mestiças. Escravidão e vocabulário social de cor da freguesia de São Gonçalo (Rio de Janeiro, período colonial tardio) In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). O Brasil Colonial (1720-1821), vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

Quadro 29. Lavradores segundo estado civil na lista de 1797, tendo em vista seus indicativos de qualidade nas fichas (excluindo os senhores de engenho) – Baseado nas fichas familiares

	Pardo- forro		Preto- forro		Crioulo- forro		Capitão	Patente militar preto- forro	Livre, sem cor, sem tít.		Não identificado		Dona	Tenente	Padre	Alferes	Totais
	H	M	H	M	H	M	H	H	H	M	H	M	M	H	H	H	
Solteiro	-	5	4	3	-	-	1	-	6	-	29	7	-	2	10	-	67
Casado	36	-	13	1 ¹	2	-	3	2	94	-	46	1 ¹	-	3	-	4	205
Viúvo	5	7	1	2	-	1	-	-	15	13	4	19	4	-	-	-	71
Totais	41	12	18	6	2	1	4	2	115	13	79	27	4	5	10	4	343

Fontes: Fonte: Dados coletados em Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1705-1811. Disponível em <<http://familysearch.com>> Acesso em 23 jun.15, 18:00:00.

Habilitações matrimoniais da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, 1700-1795.

Livro de batismos de Livres da freguesia de São Salvador do Mundo de Guaratiba, 1762-1788.

Legenda:

H – homens, M – mulheres, ¹ São mulheres casadas como chefes de domicílio, provavelmente, os maridos estavam ausentes no momento de feitura da listagem.

Tendo em vista a predominância dos chefes casados entre os lavradores, a partir daqui buscamos identificar as dinâmicas matrimoniais de acordo com os distintos segmentos sociopolíticos das mães daquela freguesia para o período entre as décadas de 1750 e 1790. Em quais estados matrimoniais os filhos eram gerados, comparativamente?

A historiografia brasileira consolidou a tendência de que as mestiças e pretas forras eram as responsáveis pelas altíssimas taxas de ilegitimidade na América Lusa. Seja por conta dos altos custos do casamento, seja por desequilíbrio entre os sexos ou por conta do perfil da área. Segundo Marcílio e Faria, por exemplo, as regiões urbanas tendiam ter maiores taxas de ilegitimidade, devido à constante migração dos homens, as possibilidades de trabalho para mulheres solteiras no comércio local, etc., enquanto as zonas rurais possuíam taxas menores.²⁷⁵

A questão da ilegitimidade também é estudada para Portugal, em virtude das altas taxas de algumas zonas do Reino. Segundo Brettell e Metcalf, notam-se costumes que toleravam a ilegitimidade, ainda que a prática fosse condenada pela Igreja.²⁷⁶

Todavia, a ilegitimidade era mais marcante no norte português do século XVIII. Ainda que desde fins do século XVII, com a publicação das Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga, tenha havido melhor definição das regras e impedimentos do matrimônio. Vale ressaltar que, segundo Scott, a ilegitimidade pode ser dividida em cinco escalões: prole natural, prole espúria, prole incestuosa, prole adúlterina e prole sacrílega. Naturais são os que podiam ser legitimados com maior facilidade, fruto de cópula ilícita. Espúrios são os filhos cujos pais possuem algum impedimento, cópula proibida. Os incestuosos e adúlterinos são autoexplicativos, já os sacrílegos referem-se aos filhos de padres.²⁷⁷

Nesse cenário, os números apresentados por Scott saltam aos olhos. Algumas áreas como Gonça, no conselho de Guimarães, apresentam 29,8% de filhos ilegítimos em 1790. Briteiros, também no conselho de Guimarães, aparece com 27% de ilegitimidade em 1760.

²⁷⁵ Este tema, destacado na obra de Gilberto Freyre, tem grande repercussão na historiografia brasileira. Segundo Freyre, havia uma multidão de filhos ilegítimos no Brasil. Inclusive, destaca a existência de filhos ilegítimos da elite, dos senhores de engenho ou mesmo dos padres. FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003, p. 525-531. Sobre concubinato, Cf. SAMARA, Eni de Mesquita. Op. Cit. p. 148. Sobre a tendência de que as forras são as que mais geram filhos ilegítimos, ver: capítulo 5 de MACHADO, C. Op. Cit. Sobre a tendência de que a ilegitimidade era mais frequente em áreas urbanas do que rurais, ver: FARIA, Sheila. Op. Cit. 1998, p. 57. MARCÍLIO, Maria Luiza. Op. Cit. 1986, 148-149.

²⁷⁶ A literatura a este respeito é vastíssima. Para uma introdução ao tema, ver: SCOTT, Ana Sílvia Volpi. Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX). Guimarães: NEPS, 1999, p. 213. Comparando com outras partes da Europa Ocidental, Portugal e Espanha possuíam altas taxas de ilegitimidade. Cf. BRETTELL, Caroline B., METCALF, Alida C. Costumes familiares em Portugal e no Brasil: paralelos transatlânticos. População e família. São Paulo, n. 5, 2003, p.132.

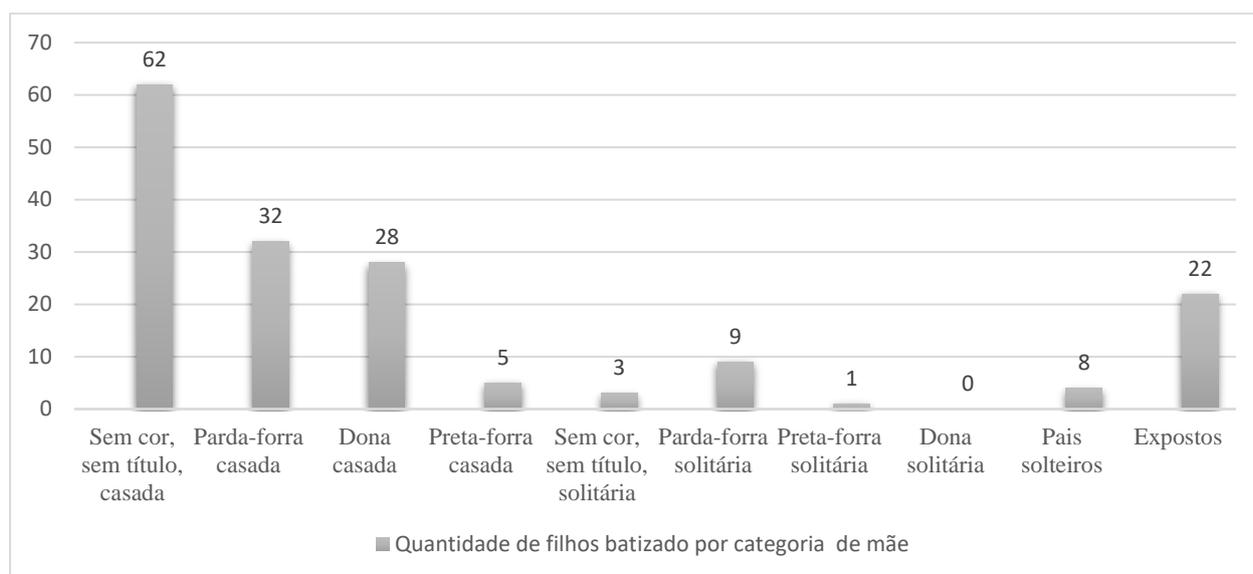
²⁷⁷ SCOTT, Ana Sílvia Volpi. Op. Cit., p. 170, p. 219.

Inclusive, a autora demonstra que o concubinato era de longe a denúncia mais frequente nas Visitações em terras lusas.²⁷⁸

Tanto Brettell e Metcalf, quanto Scott chamam atenção para o fato de que a prática era mais comum nos grupos pobres. Scott questiona se o respeito às normas eclesiásticas estava atrelado ao estatuto social e identifica um subgrupo de mulheres que geravam mais de um filho natural. Eram mulheres de um estatuto social mais baixo e não tinham acesso à terra.²⁷⁹ Outro aspecto levantado por Metcalf é a maior frequência de ilegitimidade entre as mais pobres famílias camponesas,²⁸⁰ embora a ilegitimidade dentro da elite não fosse menos comum.²⁸¹

Vejamos como a questão da ilegitimidade aparece na nossa freguesia, distinguindo as mães por seus indicativos de qualidade.

Gráfico 12. Quantidade de filhos batizados por categoria de mãe entre os anos 1750 - 1759



Fonte: Dados coletados em Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1705-1811. Banco de dados do grupo de pesquisa Antigo Regime nos Trópicos.

Na década de 1750, 170 crianças foram batizadas nos livros de livres. O gráfico nos mostra os números de legitimidade dos nascimentos, de acordo com os indicativos de qualidade das mães. Explico: as mães que não tiveram parceiro mencionado no momento do batismo são classificadas como solitárias. O fato de algumas mães não terem seus parceiros mencionados

²⁷⁸ Idem, p. 298.

²⁷⁹ SCOTT, Ana Sílvia Volpi. Op. Cit., p. 305.

²⁸⁰ BRETTELL, Caroline B., METCALF, Alida C. Op. Cit., p. 142.

²⁸¹ Ver nota 74, Cf. FREYRE, Gilberto. Op. Cit. Sobre filhos ilegítimos em famílias da elite fluminense, ver: OLIVEIRA, Victor. Retratos de Família: sucessão, terras e ilegitimidade entre a nobreza da terra de Jacarepaguá, séculos XVI – XVIII. Dissertação de mestrado, PPGHIS/UFRJ, 2014.

na hora do batismo (pais incógnitos), indica que a igreja católica inibia a menção de pais em circunstância de ilegitimidade (seja adúlterina, natural, incestuosa, etc),²⁸² ainda que o pai estivesse ao lado da mãe no momento do ritual – no entanto, a menção aos pais junto das mães no momento do batismo parece ter sido comum em freguesias do Rio de Janeiro do século XVII.²⁸³

De todo modo, os filhos de solitárias são vistos como frutos de relacionamentos ilegítimos e são classificados como prole natural em nossas fontes. Por outro lado, todas as mães casadas caracterizam nascimentos legítimos.

O gráfico indica que entre as mães pardas forras, as que mais pariam eram as mães casadas formalmente. Caso somemos todos os filhos nascidos por mães classificadas como pardas forras, notamos que 78% dessas crianças, nascidas na década de 1750, eram fruto de relações legítimas. As mães livres, sem menção à cor e sem título apresentam a taxa de 95% de legitimidade. Já as donas aparecem sempre como casadas ao batizarem seus filhos, ou seja, 100% dos filhos de donas eram tidos como legítimos, o que indica o prestígio do matrimônio.

Em outras palavras, vemos que a prática do matrimônio era disseminada em todos os segmentos e já estava sedimentada na década de 1750, ainda que as mães com qualidade de cor tivessem maior tendência à ilegitimidade.

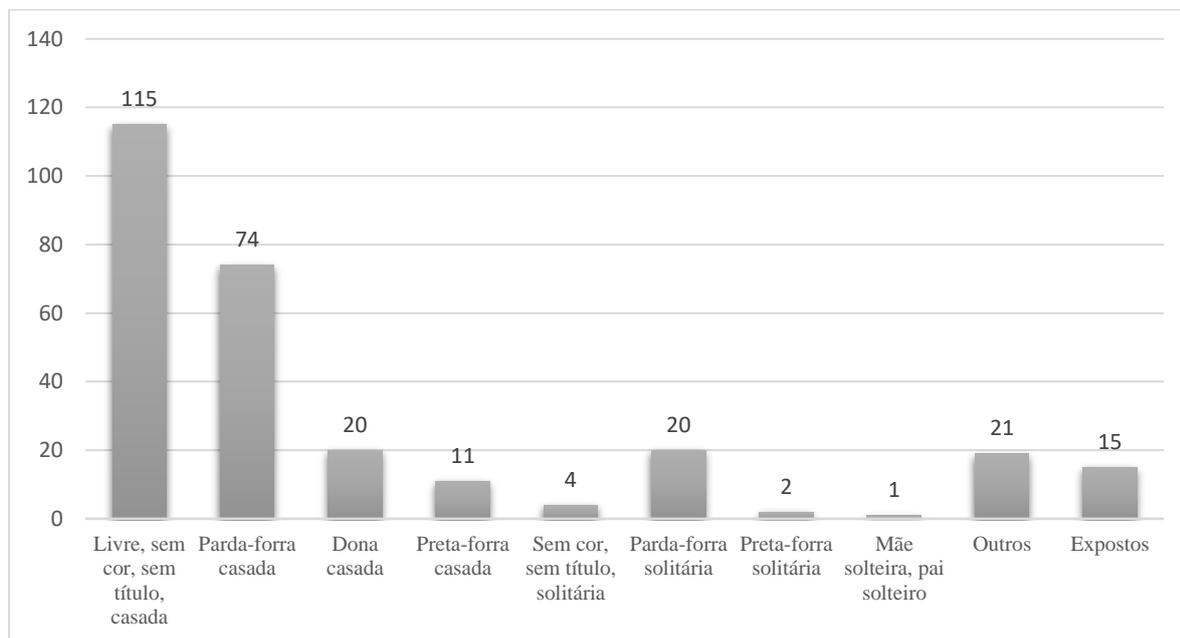
A taxa de legitimidade da população local aparece acima dos 70% durante toda a segunda metade do século XVIII. Na década de 1750, apenas 22% dos nascimentos eram ilegítimos, na década de 1790 aumenta para 27%. Os números são altos, mas não absurdos, nem mesmo para realidade lusa, como vimos anteriormente.

Os gráficos da década de 1760 e 1770 comprovam esta tendência que se alastra por todo o período em questão. Na década de 1760, temos 283 nascimentos, destes 220 em circunstâncias de legitimidade, com um índice de 77%. Na década de 1780, 478 nascimentos, dos quais 352 legítimos, 73,6% de legitimidade.

²⁸² FARIA, Op. Cit., 1998, p.72.

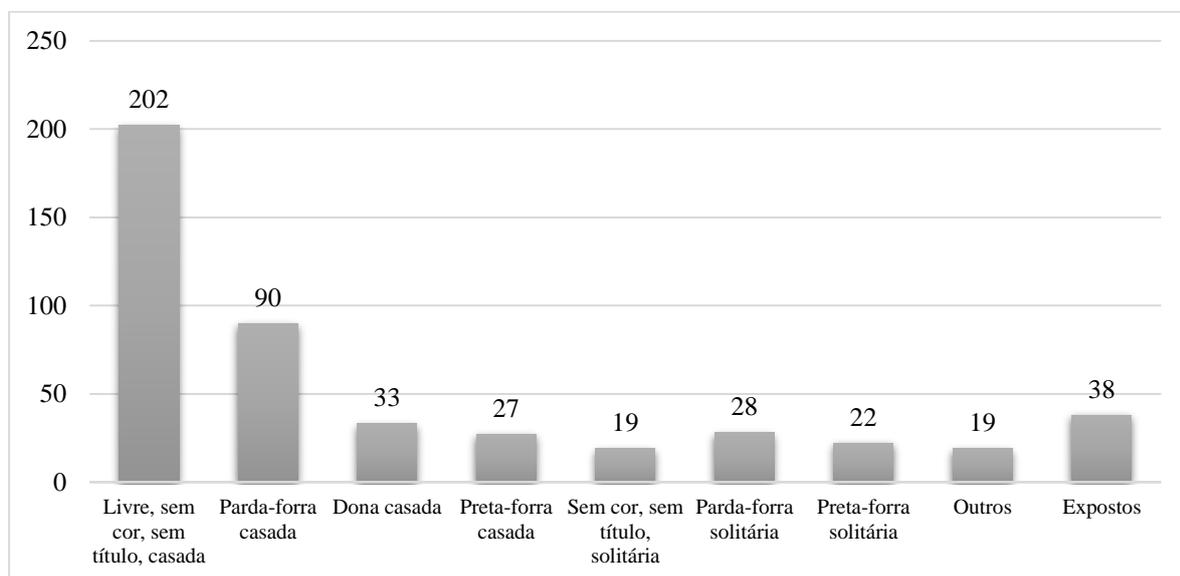
²⁸³ RIBEIRO, Julia. Op. Cit., 2015, p. 55-56.

Gráfico 13. Quantidade de filhos batizados por categoria de mãe entre os anos 1760 - 1769



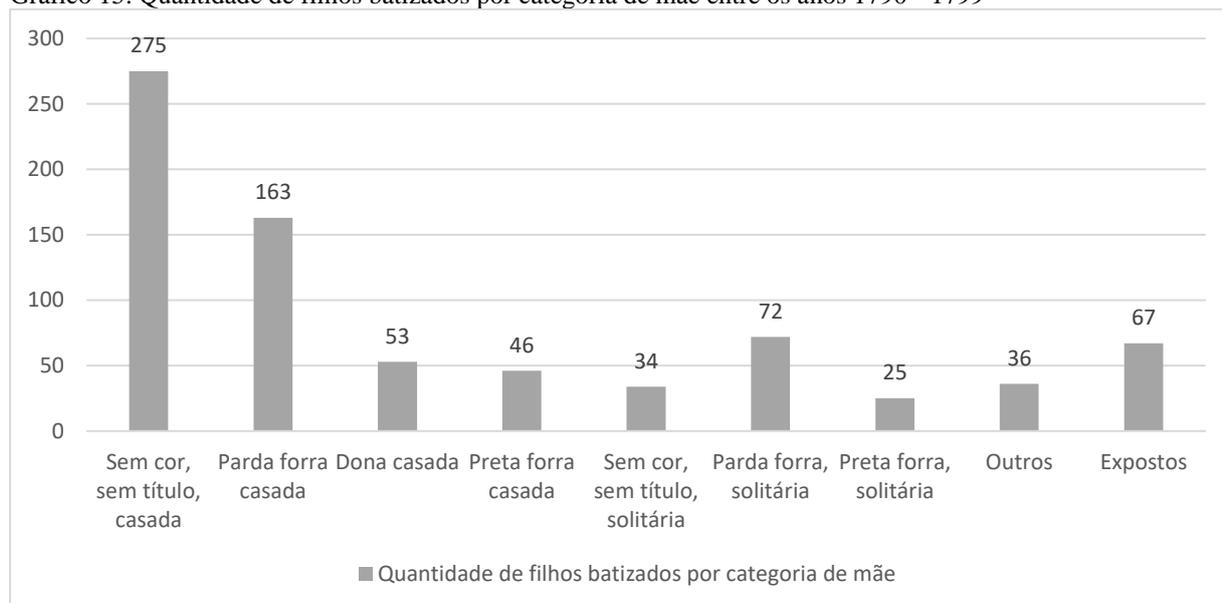
Fonte: Dados coletados em Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1760-1779. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Gráfico 14. Quantidade de filhos batizados por categoria de mãe entre os anos 1780 - 1789



Fonte: Dados coletados em Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1780-1799. Banco de dados do grupo de pesquisa Antigo Regime nos Trópicos.

Gráfico 15. Quantidade de filhos batizados por categoria de mãe entre os anos 1790 - 1799



Fonte: Dados coletados em Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1780-1799. Banco de dados do grupo de pesquisa Antigo Regime nos Trópicos.

Na década de 1790, cerca de 771 crianças foram batizadas nos livros de livres e em 73% dos nascimentos os filhos advinham de relações legítimas. Foram 235 batismos de filhos cujas mães foram classificadas como pardas forras, com uma taxa de legitimidade de 69,3% (na década de 1750 era de 78%). Foram 309 registros de batismos cujas mães eram livres, sem cor e sem título, com uma taxa de 88,9% de legitimidade (na década de 1750 era de 95%). Entre as pretas forras, foram 71 registros e 64,7% dos filhos ocorreram em relações legítimas.

As taxas de legitimidade caem no momento de crescimento da população campo-grandense. E isto em todos os segmentos. Mesmo assim, não ficam muito distantes dos universos rurais fluminenses,²⁸⁴ mas ficam acima dos níveis para áreas não rurais da capitania de São Paulo.²⁸⁵

²⁸⁴ Faria apontou que mais de 80% dos filhos nasciam na legitimidade em freguesias fluminenses de fins do século XVIII. FARIA, S. Op. Cit., p. 157.

²⁸⁵ Marcílio apontou 60% de legitimidade em áreas de São Paulo. MARCÍLIO, M. L. Op. Cit. 93.

Quadro 30. Legitimidade dos nascimentos da freguesia nas décadas de 1750 e 1790.

Indicativo de qualidade	1750			1790		
	Legítimos	Ilegítimos	% de legitimidade	Legítimos	Ilegítimos	% de legitimidade
Livre, sem cor, sem título	62	3	95	275	34	88,9
Dona	28	0	100	53	0	100
Parda forra	32	9	78	163	72	69,3
Preta forra	5	1	80	46	25	64,7
Outros	-	-	-	-	-	-
Expostos	0	22	-	0	67	0
Totais	127	35	78,3%	537	198	73%
	162			735		

Fonte: Dados coletados em Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1750-1799. Banco de dados do grupo de pesquisa Antigo Regime nos Trópicos. Excluí da contagem a categoria “Outros”, devido a multiplicidade de categorias em pequeno número, por isso, a diferença nos totais.

De modo geral, as taxas de legitimidade caíram pouco, de 78,3% na década de 1750 para 73% na década de 1790. No entanto, se comparadas por tipo de mãe, as taxas de legitimidade caíram de forma mais marcante entre as décadas de 1750 e 1790, ainda que continuassem majoritárias em todos os segmentos, talvez por impactos do crescimento populacional.

O quadro acima também demonstra esse crescimento da freguesia que na década de 1790 contava com 735 filhos livres sendo batizados, número muito maior do que o registrado na década de 1750, 162 batizados. Números que demonstram o significativo aumento da população na freguesia em pouco menos de 50 anos. Deste total de 735 filhos, 306 são de mães que possuem qualidade de cor, ou seja, 41% do total. Na década de 1750, eram apenas 47 crianças filhas de mães com qualidade de cor, representando 29% do total.

Os índices de casados que tiveram filhos na segunda metade do século XVIII parecem ter sido altos – com exceção das mães pretas forras. Da mesma maneira, os domicílios eram encabeçados por casados (as) e/ou viúvos (as) em 80% dos casos. A família era instituição fundamental para todos.²⁸⁶ Ainda que tenha havido uma queda percentual nas legitimidades de

²⁸⁶ Utilizando-se de processos criminais, Castro também demonstra a importância da família no acesso à terra em área fluminense caracterizada pela produção de alimentos no século XIX. CASTRO, Hebe M^a Mattos. As cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista, século XIX. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995, p. 45.

mães pretas e pardas, o ser classificado como parda forra estava mais associado ao casamento do que entre pretas. No entanto, não é possível afirmar, quantitativamente, se as mães solteiras pardas ou pretas da década de 1790 foram alforriadas recentemente ou se são filhas das famílias pardas e pretas da década de 1750.

Fato é que a tendência das altas taxas de ilegitimidade, discutida pela historiografia, aparece entre os moradores da freguesia de Campo Grande. No entanto, a legitimidade se espalha entre todos os segmentos sociais e tem um certo lastro durante toda a segunda metade do século. E, ainda que os filhos ilegítimos aparecessem mais entre os forros, notamos que a legitimidade destes segmentos podia chegar a quase 80% dos casos, como na década de 1750.

Uma advertência: o fato do fenômeno da ilegitimidade estar associado à qualidade de cor (ou condicionar a qualidade de cor) pode encobrir o fato de que talvez a ilegitimidade não impactasse todos os pardos e pretos da mesma forma. Muitos forros optavam pela estratégia da família estável, casados perante à Igreja, chefes de fogo. Outras, eram forras e mães solitárias e, possivelmente, agregadas ao domicílio de alguém.

Ou seja, mais do que atrelada à qualidade de cor por si só, a ilegitimidade talvez estivesse associada a um subgrupo de mulheres.²⁸⁷ Enquanto a esmagadora parte dos pardos estava atrelada à composição da família nuclear, vimos na tipologia domiciliar que a maioria das mulheres solteiras com filhos estava entre os agregados. A hipótese que resulta é que talvez estas mães solteiras e forras fossem agregadas. No entanto, devido as restrições da fonte, não podemos confirmar tal afirmação.

*

Neste capítulo procuramos apresentar os comportamentos diferenciais de acordo com os indicativos de qualidade dos lavradores. Para este objetivo, nos baseamos nas fichas familiares e na lista nominativa. Nesse cenário, constatamos que o conjunto de domicílios dos lavradores variava imensamente de acordo com os indicativos de qualidade dos seus chefes e de composição domiciliar, mas que o matrimônio e a família com filhos eram estratégias disseminadas em todos os segmentos.

De todo modo, o que fica deste emaranhado de informações é a ideia de que o casamento aparece como elemento importante para os distintos segmentos sociais durante toda a segunda

²⁸⁷ É desta maneira que compreendo o trabalho de Tostes sobre pardas solteiras na freguesia de Campo Grande. Eram um subgrupo de mulheres forras, que tendiam ao agregamento, com baixíssima capacidade de chefiar fogo. TOSTES, Ana Paula. Op. Cit.

metade do século XVIII. E isto se manifesta de maneira interessante, no caso dos chefes pardos forros, que nunca aparecem solteiros chefiando um fogo.

Mais do que isto, procuramos demonstrar uma certa historicidade do matrimônio na freguesia. No período de intenso crescimento econômico e populacional, o casamento aparece como eixo central das estratégias daqueles personagens, ainda que as taxas de ilegitimidade fossem razoavelmente altas.

Ao menos desde 1750, famílias de todas as qualidades são identificadas se casando e a tendência se mantém até a década de 1790. É importante destacar esse aspecto, pois, como veremos no capítulo seguinte, em fins do século XVIII, essas famílias antigas terão papel fundamental nas dinâmicas de acesso à terra dos partidos de cana da região.

CAPÍTULO 3

A ANTIGUIDADE NA TERRA: AS FAMÍLIAS E OS PARTIDOS DE CANA

Entre os canaviais de Campo Grande, descobrimos a casa de Isidoro Pereira dos Santos. Em 1797, Isidoro vivia da arte da cirurgia e contava 41 anos. Natural da Sé, era um dos muitos homens que migravam para a freguesia na segunda metade do século XVIII. E foi ali que se casou com uma jovem campo-grandense, cuja família morava por aquelas bandas desde no mínimo 1750.²⁸⁸

Além de seu ofício, Isidoro conseguiu sogros de prestígio - sua esposa era filha do Alferes Caetano Gomes e da Dona Inácia Maria. A patente do sogro e o título de distinção atribuído à sogra sugerem o pertencimento de Isidoro a um grupo de famílias com qualidade de boa estima, honrados naquela pequena comunidade. Lembrando que estamos numa sociedade marcada por uma organização corporativa, onde os grupos que a compunham possuíam qualidades desiguais e eram extremamente hierarquizados.

O lugar da família de Isidoro naquela sociedade talvez ajude a explicar o tamanho de seu domicílio. Ele fazia parte de um reduzido e prestigiado grupo de chefes que possuíam mais de 20 pessoas no interior de sua casa: mais que a família nuclear, identificamos quinze escravos e três agregados, em 1797.

Em 1808, encabeça um requerimento contra o Capitão Manoel Joaquim de Souza, então marido da senhora do Engenho Bangu, Dona Anna Francisca de Castro, questionando uma concessão de sesmaria para o dito capitão. Lembramos que, segundo relatório de 1797, não havia terras devolutas.²⁸⁹

Isidoro apresenta a solicitação junto a outros moradores vizinhos. Segundo o documento “Isidoro Pereira dos Santos e moradores do realengo, vizinhos, boiadeiros, tropeiros e viandantes” apresentaram a queixa.²⁹⁰ Embora não apadrinhasse muitas pessoas na freguesia, no requerimento coletivo, o nome de Isidoro vem à frente, destacado entre os genéricos moradores do realengo, demonstrando seu papel de relevo naquela situação e a dimensão simbólica que seu prestígio assume – por seu ofício, pela suposta origem genealógica de sua esposa, pelo tamanho de seu fogo.

²⁸⁸ O pai de sua esposa, Caetano Gomes, já tinha batizado uma filha na freguesia em 1750.

²⁸⁹ Relato descrevendo o Distrito de Guaratiba em 1797, pelo Capitão Sebastião José Guerreiro Franca. Acervo: Alberto Lamego, Código de Ref.: AL-022-002, Caixa 34 - Códices 022 e 023 (Sala 1). 1797.

²⁹⁰ Nº 01939, BI 16.73, Microfilme: 063-2000. Sesmarias, município do Rio de Janeiro – Inventário analítico (1731-1858). Código do Fundo: BI/ Seção de Guarda: SDE, Instrumento SDE 035. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro.

Este fato demonstra uma característica fundamental das sociedades de Antigo Regime: o acionamento das redes pessoais, construídas por indivíduos ou famílias é de total importância para a reprodução socioeconômica e política. Estas relações fundamentavam trocas de serviços e de favores, baseando-se em redes de amizade, vizinhança, parentesco, linhagem ou clientela.²⁹¹ E, em comunidades rurais, a troca em questão, não raro, envolvia o acesso à terra e mesmo o reforço ou ascenso do lugar social de cada família nas hierarquias locais.

Lembrando que, nesta concepção, a ordem sociopolítica consiste na desigualdade das coisas e na relação harmônica dos desiguais.²⁹² A compreensão do ordenamento daquela sociedade pressupunha a noção de vínculos entre as coisas desiguais, comportamentos devidos, dívidas recíprocas entre as coisas.

Frequentemente, esses vínculos são percebidos pela historiografia através da prática do compadrio entre livres pobres, forros e potentados rurais. De fato, em Campo Grande, é inegável a presença de laços que unem os lavradores entre si e os grandes senhores de engenho locais e os lavradores. Esses elos podiam construir relações de dependência e autoridade entre as pessoas de diferentes estratos daquelas comunidades de Antigo Regime.²⁹³

No intuito de chamar atenção para esse aspecto, buscamos os campeões de batismo,²⁹⁴ ou seja, os personagens que aparecem mais vezes batizando crianças na década de 1790. Destacamos os cinco principais padrinhos.

²⁹¹ IMÍZCOZ, José Maria B. El entramado social y político. In: FLORISTÁN, Alfredo (Org.) Historia de España en la Edad Moderna. Ariel: Universidad del País Vasco, 2012, p. 55.

²⁹² HESPANHA, A M. A Ordem In: Imbecillitas. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. SP: Ed. AnnaBlume, 2010, p. 52-54.

²⁹³ Sobre a importância das redes de compadrio para a legitimidade da nobreza da terra fluminense, ver: FRAGOSO, João. Efigênia angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. Topoi, v. 11, n. 21, jul-dez., 2010. FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre a hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, M. F. (Orgs.). Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Guedes demonstra a importância das redes entre potentados rurais e pardos, em Porto Feliz. GUEDES, Roberto. Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850). Rio de Janeiro: Ed. MAUADX, 2008, p. 256-257. Oliveira também apresenta essas relações para área rural das Minas Gerais do século XVIII, ver: Capítulo 3. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. A terra e seus homens: roceiros livres de cor e senhores no longo século XVIII. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.

²⁹⁴ Termo utilizado por MATHEUS, Marcelo Santos. A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao Sul do Império brasileiro (Bagé, 1820-1870). Tese de doutorado, PPGHIS-UFRJ, 2016.

Quadro 31. Principais padrinhos da freguesia de Campo Grande na década de 1790.

Nº de batismos	Nome do Padrinho	Informação sobre o padrinho
11	Alferes Manoel Borges de Sampaio	Em 1797, não é chefe, mas seu filho é foreiro no Tinguí
12	Alferes Manoel Antunes Suzano	Senhor do Engenho dos Coqueiros
12	Cirurgião-mor Manoel Caetano de Mattos	Foreiro no Santo Antônio
15	Reverendo Francisco Pereira Lemos	Proprietário da Terra do Campinho
17	Marcos Cardoso dos Santos	Senhor do Engenho Cabuçu
24	Capitão José Antunes Suzano	Senhor do Engenho Inhoaíba e Capoeiras

Fonte: Dados coletados em Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1750-1799. Banco de dados do grupo de pesquisa Antigo Regime nos Trópicos.

Vemos no quadro acima que as principais personagens são senhores de engenho ou possuem indicativo de qualidade de prestígio – ainda que eu não conheça trabalhos sobre a importância dos personagens cirurgiões, acredito que o sufixo mor,²⁹⁵ indique uma relevância do sujeito na região. Advirto que esses campeões de batismo são compadres de diversos lavradores, de todas as qualidades – com ênfase nos filhos de pais com prestígio (patentes militares), livres e pardos.

O Senhor dos Engenhos Capoeiras e Inhoaíba, Capitão José Antunes Suzano, aparece como compadre do casal Tomás de Melo e Joana Maria, em 1793. Tomás é um pequeno foreiro no lugar de Manguariba e ali vivia com sua família nuclear e mais um escravo (veremos esse personagem mais a frente). Era também compadre de João Manoel de Brito, chefe de um diminuto fogo, foreiro no Tinguí – João não tinha escravos. Era padrinho do filho do Capitão José Antônio Lisboa Resende, proprietário de terras em Inhoaíba e chefe de um enorme fogo, com 39 pessoas.

Senhor do Engenho Coqueiros, Manoel Antunes Suzano é compadre do partidista de seu engenho, o português Bento José dos Santos. Já o senhor do Engenho Cabuçu, Marcos Cardoso dos Santos, era compadre de Antônio Rodrigues da Mota, partidista no Engenho Capoeiras. Era também compadre do foreiro José Rodrigues Álvares, foreiro no lugar do Palmares (veremos esses lavradores mais a frente).

Um pouco antes, em 1784, o Alferes e senhor do Engenho dos Coqueiros, Manoel Antunes Suzano, aparece como compadre do pardo-forro Antônio Rodrigues Chaves. Embora Antônio não apareça como chefe de domicílio, seu genro, Alexandre José, é partidista no Engenho Guandu do Mendanha (veremos esses lavradores mais a frente).

²⁹⁵ Segundo Bluteau, mor se aplica ao adjetivo maior. BLUTEAU, Raphael. Vocabulário Português e Latino. RJ: UERJ, 2000. 1712-1727.

Como podemos ver com esses compadrios, os foreiros e partidistas podiam costurar relações que extrapolavam as suas terras de origem, não necessariamente submetidos a relações com o senhor de engenho de sua área. Por esses campeões de padrinhos, vemos que aqueles senhores apadrinham indivíduos de suas terras e de fora. A longo prazo, esses vínculos desiguais engendraram estratégias de amizade e clientela que podiam culminar no acesso à terra. Deve ficar claro que os partidistas são compadres dos senhores de engenho, quase sempre. No entanto, buscaremos analisar esta comunidade por outro viés.

Queremos sublinhar, a partir do caso de Isidoro, que podia haver teias de prestígio e dependência entre os próprios lavradores. As profundas clivagens econômicas entre os lavradores podiam ser fundadas em múltiplos vínculos de solidariedade, autoridade e dependência.²⁹⁶

Isidoro possuía um grau de reconhecimento no seu bairro (ou lugar), embora não possuísse ofício, nem patente destacada em nível mais amplo. Sobre a noção de bairro ou lugar, algumas observações são necessárias. Os lugares são subdivisões internas à freguesia, como nos lembra Scott. Em Campo Grande, quase sempre atrelados ao nome de um engenho. Ainda segundo Scott, o lugar/bairro “apresenta uma densidade de relações e de convívio tradicional muito mais intenso e importante que a existente em nível paroquial”,²⁹⁷ daí a necessidade de que nos atentemos para as especificidades sociais de cada lugar, tomando-os como ponto de partida para reflexões de uma dada área.

Em texto clássico, Fukui analisa o conceito de bairro rural como categoria para se estudar famílias de sitiantes. Ao invés das famílias isoladas, busca pensar estas famílias em posição relativa aos demais grupos de uma sociedade, em um universo circunscrito pela vizinhança.²⁹⁸ Destarte, quando falarmos em lugar ou bairro estaremos nos mencionando a este conceito.

Entre os moradores do lugar do Realengo, Isidoro tinha prestígio frente a seus vizinhos para encabeçar uma briga contra o membro de uma elite senhorial do lugar vizinho, Bangu – o que demonstra pequenas dinâmicas de poder nesta organização social.

No entanto, não queremos desenvolver muito esta questão. Gostaríamos de enfatizar que, com esse requerimento, Isidoro e seus vizinhos nos apresentam uma espécie de direito de propriedade. Eles argumentavam que as terras concedidas ao Capitão não eram desocupadas,

²⁹⁶ Idem, p. 57.

²⁹⁷ SCOTT, Ana Sílvia Volpi. Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX). Guimarães: NEPS, 1999, p. 144-162.

²⁹⁸ FUKUI, Lia Freitas Garcia. Sertão e Bairro rural. Ensaios 58. São Paulo: Ed. Ática, 1979. p. 82.

antes, serviam para o descanso de boiadeiros, tropeiros e viandantes que passavam por ali, vindos de rotas comerciais distintas. Vejamos um trecho do processo:

“E nos terrenos [...] moradores vivem ali com seus gados. Não haveria terras devolutas por ali, segundo [testemunho] de Diogo Marciano Barbosa. Manoel Joaquim de Souza teria pedido por sesmaria umas terras sem que pessoa alguma tivesse título [...] Ali há terras que servem para pasto de gado. Os moradores antigos deviam ficar naquele campo para comodidade e repouso dos viandantes que passam com seus gados e tropas. Tropas que vêm carregadas da Capitania de Minas com mantimentos que por ali fazem o seu repouso. Por causa disso, estão vivendo no lugar vários pobres, alguns há 70 anos, terras de pais a filhos [...] com sítios e moradores antigos [...]”²⁹⁹ [grifo nosso].

As duas expressões grifadas remetem aos elementos primordiais do acesso à terra naquela freguesia açucareira. De um lado, a importância da família e de suas lógicas patrimoniais e matrimoniais como referência central para a transmissão da terra. Do outro lado, a antiguidade de um conjunto de famílias como ponto de partida para a expansão da ocupação territorial.³⁰⁰

O argumento utilizado pelos requerentes para a defesa dos seus direitos de propriedade poderia ser utilizado por muitas outras famílias, de diversos bairros da freguesia e de diversas qualidades. Portanto, estamos diante de uma noção de direito de propriedade.

Segundo Serrão, o conceito de propriedade se refere a direitos socialmente reconhecidos entre os indivíduos sobre determinada coisa, fugindo da noção exclusivista de propriedade.³⁰¹ Ou seja, o uso desse conceito de propriedade em determinada região exige reflexão histórica e contextual. Para o autor, os direitos de propriedade podem ter vários nuances naquelas sociedades do período moderno. Obviamente, o reconhecimento destes direitos envolvia, frequentemente, conflito ou negociação. Além disso, os casos dos domínios portugueses devem ser estudados tendo em vista a forma como foram adaptados às diversas formas de acesso à terra. Esta premissa se demonstra de maneira fundamental para compreensão dos arranjos de acesso à terra, possíveis no Império Português, como salienta Serrão:

²⁹⁹ N° 01939, BI 16.73, Microfilme: 063-2000. Sesmarias, município do Rio de Janeiro – Inventário analítico (1731-1858). Código do Fundo: BI/ Seção de Guarda: SDE, Instrumento SDE 035. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro.

³⁰⁰ Talvez a ideia de antiguidade se assemelhe um pouco da noção de propriedade derivada da ocupação efetiva, confirmada pelo tempo de uso. Segundo Mattos, as ordenações filipinas consagram essa possibilidade. CASTRO, Hebe Mattos. As cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista, século XIX. Rio de Janeiro: Ed. Arquivo Nacional, 1995.

³⁰¹ SERRÃO, José Vicente. Property, land and territory in the making of overseas empires In: SERRÃO, José Vicente, DIREITO, Bárbara, RODRIGUES, Eugénia, MIRANDA, Susana M. (Orgs.) Land and Territory in the European Overseas Empires. Lisboa, CEHC, ISCTE-IUL. 2014, p. 7.

“The only possible conclusion that we can deduct from all of this is that the transfer of property rights and other institutions from Europe to colonial contexts could take many forms and generate different outcomes. [...]

Each “solution” was the product of the unique conjunction of a variety of factors in each colonial setting, factors that were of different types (cultural, environmental, economic, geographical, and societal). In that conjunction, also the comparative weight of external elements (those that were brought by European colonisers) and of internal elements (those that were characteristic of the colonised societies) was variable from case to case”.³⁰²

A análise se demonstra interessante para a freguesia de Campo Grande da segunda metade dos Setecentos, pois colabora para se discutir a forma como as instituições de acesso à terra, presentes no reino, foram adaptadas ali.

As famílias de diferentes qualidades sociopolíticas construía, cotidianamente, dinâmicas sobre a terra a partir de foros, sesmarias e partidos. O estudo dessas interações, das estratégias e das tensões daí evocadas colabora para compreensão dos direitos de propriedade locais e para dinâmicas de hierarquização num processo macro de expansão das mestiçagens culturais e biológicas e/ou de pluralização das qualidades sociais.

Vale ressaltar que a terra não era uma mercadoria como as outras numa sociedade de Antigo Regime. Era a “base da produção, mas também do sistema de poder e de proteção social que caracterizava todo o sistema político”.³⁰³ O acesso à terra, inclusive em casos de compra/venda, era transpassado por “direitos familiares, senhoriais, comunitários, monárquicos”, etc.³⁰⁴ Do mesmo modo, não consistia num direito absoluto. Antes, envolvia um sistema complexo de relações de propriedade que não deve ser desprezado ao se pensar as relações socioeconômicas em comunidades rurais.³⁰⁵

Tentaremos desenhar de que maneira esses direitos de propriedade são construídos nesta área açucareira. E a hipótese que tentaremos demonstrar é de que a antiguidade³⁰⁶ na terra é elemento fundamental nas formas de transmissão patrimonial e produção das hierarquias sociais, como nos apontou o requerimento de Isidoro e seus vizinhos.

³⁰² Idem, p. 10.

³⁰³ LEVI, Giovanni. Economia camponesa e mercado de terra no Piemonte do Antigo Regime. In OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de.; ALMEIDA, Carla, Maria C. de. Exercícios de Micro-história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 88.

³⁰⁴ LEVI, Giovanni. Op. Cit 2009.

³⁰⁵ NETO, Margarida Sobral. Propriedade e renda fundiária em Portugal na Idade Moderna. In: MOTTA, Márcia M. M. (Org.) Terras Lusas: a questão agrária em Portugal. Niterói: Editora UFF, 2007.

³⁰⁶ Sobre a estabilidade em área rural Cf. para o caso de libertos Kátia Mattoso. Kátia. Ser Escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 203. Cf. para o caso de sitiantes livres no século XIX: MATTOS, H. M^a. Op. Cit. 1995, p. 64. Seguimos em parte indicações colocadas por Tostes para o caso da população forra. TOSTES, A. P. TOSTES, Ana P. C. O lugar social dos homens “pardos” no cenário rural da Cidade do Rio de Janeiro (Recôncavo da Guanabara, Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, século XVIII). Dissertação de mestrado. UFRJ/IH, 2012. p. 102.

Para muitos daqueles lavradores, inclusive os partidistas, a produção de cana não era movida pela busca de excedente. E, embora, em fins do século XVIII, se destaque o papel de algo como políticas fisiocráticas no processo de produção agrícola na América Lusa,³⁰⁷ a leitura de Polanyi nos alerta que as motivações para produção podiam ser variáveis, não diretamente econômicas, no sentido do lucro por si só.³⁰⁸

Tentaremos demonstrar que muitos lavradores, com baixa capacidade produtiva, acessavam à terra através de mecanismos diversos. Talvez a reciprocidade entre os agentes, as amizades, os casamentos, o desenrolar do cotidiano desencadeassem a produção,³⁰⁹ dando forma a hierarquizações e mobilidades sociais.

Trata-se de um exercício de história econômica e social. Logo, compreender essas dinâmicas é impossível se não nos detivermos aos mecanismos sociais e às noções de parentesco dos agentes envolvidos. E isto se torna mais evidente, quando a sociedade em estudo fundamenta sua organização nas famílias.

A TRANSMISSÃO DOS PARTIDOS DE CANA

A freguesia contava com 210 partidistas. No entanto, encontramos pouquíssimos contratos de partido para a Campo Grande entre as escrituras cartorárias do século XVIII. Esta situação era exclusiva para essa espécie de contrato, pois, identificamos muitas transações de terra de outros tipos, como as de compra e venda.

De modo geral, para a cidade do Rio de Janeiro e seus sertões, os contratos de partido de cana são raríssimos nas escrituras públicas do século XVIII, mas, segundo Abreu, essa não era a realidade do século XVII. No decorrer do Setecentos, “as escrituras deixaram de ser lavradas com os novos partidistas, pois a sucessão já estava prevista no contrato original; boa parte das informações de que necessitamos, deixou, portanto de ser produzida”.³¹⁰ Desta forma, embora o mapa de população de 1797 nos apresente este modelo de organização econômica não é possível identificar as características explicativas das transações entre lavradores de cana e os senhores de engenho.

³⁰⁷ FRAGOSO, J. L. R. Cambios y permanencias en el Sistema Atlántico luso centrado de Río de Janeiro: Esclavitud, Antiguo Régimen y la Economía Atlántica en la América lusa, 1670-1800. In: Jorge Gelman; Enrique Llopis; Carlos Marichal. (Org.). Iberoamérica y España antes de las Independencias, 1700-1820. Crecimiento, reformas y crisis. 1º ed. Mexico: Colegio de Mexico, 2015, v. 1, p. 306-307.

³⁰⁸ POLANYI, Karl. Aristóteles descubre a economia. In: A subsistência do homem e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

³⁰⁹ Idem, p. 236.

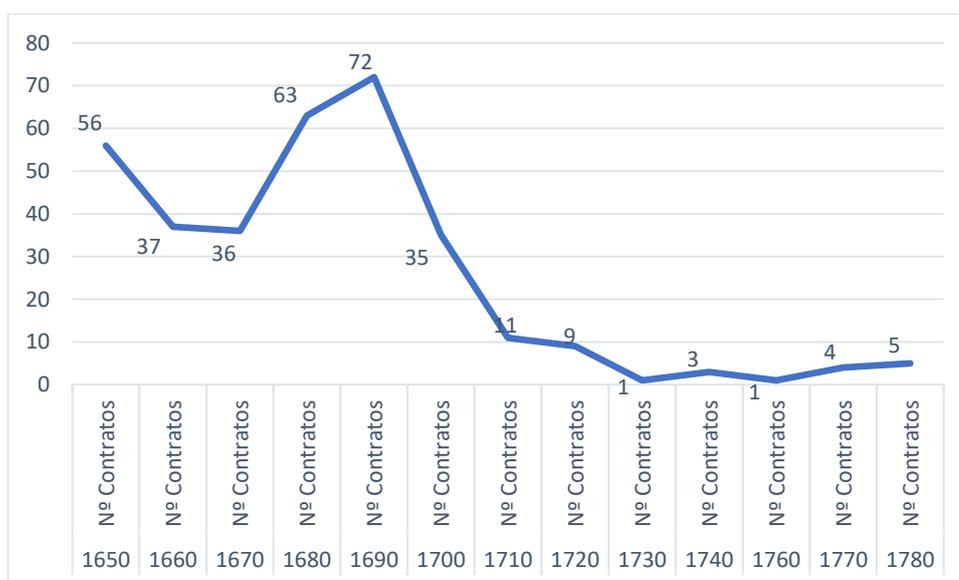
³¹⁰ ABREU, M. Op. Cit., p 108.

Por exemplo, não conseguiremos identificar as diferenças contratuais entre os proprietários de terras que plantavam cana para os engenhos e os partidistas: quais as taxas de cana destinadas aos engenhos em cada tipo, conforme indicado por Schwartz para a Bahia e por Sampaio para o Rio de Janeiro da segunda metade do século XVII.³¹¹

De todo modo, o gráfico abaixo demonstra claramente o sumiço dos contratos. Durante a última metade do século XVII, os contratos eram abundantes. Sampaio já indica que o setor açucareiro tem papel primordial no sistema agrário fluminense do período.³¹² No entanto, vão caindo vertiginosamente a partir de 1710.

E, como vimos até aqui, no caso da freguesia de Campo Grande, esse cenário descrito nas escrituras não significará a inexistência dos partidistas – tendo em vista, a extensão do conjunto de lavradores de cana da região apresentada nos capítulos anteriores: quase 60% dos domicílios foram classificados como partidistas em 1797.

Gráfico 16. Contratos de partido de cana nas escrituras públicas da cidade do Rio de Janeiro, por década – 1650-1780



De qualquer maneira, talvez possamos apreender alguma especificidade da organização açucareira fluminense a partir dessa documentação. Majoritariamente, as escrituras eram de compra, venda, obrigação, doação ou hipoteca. Havia certa complexidade nas formas de acesso às lavouras de cana. Por exemplo, o partidista podia vender seu partido para outro sujeito, já incluindo uma obrigação ao engenho local e mesmo os escravos que trabalhavam na terra:

³¹¹ SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das letras, 1988, p.249-253. SAMPAIO, Antônio C. J. Na encruzilhada do império. Rio de Janeiro: Ed. Arquivo Nacional, 2003. p.101-110.

³¹² SAMPAIO, A. C. J. Op. Cit. p. 106.

“Escritura de venda de dois partidos de cana que faz o Padre Luiz Álvares, clérigo do hábito de São Pedro, a Antônio Machado - com 13 escravos, sitos em Santo Antônio de Sá”. Por 685746 réis, valor pago a prazo e em açúcar.”³¹³

Muitas vezes, a venda era feita por um período: 4 anos, 18 anos, 27 anos, 40 anos ou mesmo perpétuo. Em alguns casos, indicando até a liberdade de plantar outras culturas, desde que estivesse obrigado a pagar determinada quantia de cana, combinada previamente - medida por carros de cana ou arrobas.

“Venda é feita por tempo de 18 anos [...]. Com informação de que Manoel pode plantar bananais, legumes e roça para a sua casa, além de serrar paus para os caixões, devendo trazer a área sempre plantada de cana”.³¹⁴

Em outros casos, o partido era negociado diretamente com o senhor de engenho, que determinava a quantia de cana que o partido lhe devia:

[...] aforamento de umas terras sitas no rio de Aguapeí[mirim], onde hoje está feito um engenho de fazer açúcar, as quais terras lhe deram com obrigação de pagar foro de todo o açúcar que couber à parte do engenho, por cada cem arrobas uma arroba de branco e meia de mascavado [...].³¹⁵

Podia também ser fruto de um dote de casamento:

“Escritura de dote de casamento que faz Prudência de Castilho, viúva de Antonio Correia Brandão, a Manoel Lopes Correia, casando com Maria Correia, sua afillhada – um partido de canas sito no engenho de Sebastião Monteiro, com 13 peças do serviço dele”.³¹⁶

No decorrer do século XVIII, essas escrituras vão desaparecendo, mas notamos escrituras chamando os partidos de “sítios de partidos de cana”. Ou então o aparecimento do

³¹³ AGCRJ, Códice 42-4-89, p. 950. Banco de dados – Maurício de Abreu. Disponível em <http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=2321>. Acessado em 05/06/2017.

³¹⁴ Arquivo Nacional, 1 Ofício de Notas, 42, p. 67; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Códice 42-3-57, p. 234. Banco de dados – Maurício de Abreu. Disponível em <http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=1689>, 13/06/1654. Acessado em 05/06/2017.

³¹⁵ Arquivo Nacional, 1 Ofício de Notas, 41, p. 173v; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Códice 42-3-57, p. 326. 25/10/1653. Banco de dados – Maurício de Abreu. Disponível em <http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=1673>. Acessado em 05/06/2017.

³¹⁶ Arquivo Nacional, 1 Ofício de Notas, 61, p. 229v; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Códice 42-4-90, p. 1203. Banco de dados – Maurício de Abreu. Disponível em <http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=2435>. Acessado em 05/06/2017.

partido de cana junto de outras culturas, salientando a importância da produção de alimentos no Recôncavo da Guanabara, conforme indicado por Sampaio:³¹⁷

Escritura de ½ de um partido de canas, mandioca e mais legumes. Que faz Bernardo Barbosa de Matos a Francisco José (sociedade do mesmo partido). Sito em terras de engenho do capitão Domingos Viana de Castro, na freguesia de São João de Meriti.³¹⁸

Os partidistas acessavam à terra mediante pagamento de uma taxa da cana, previamente acordada com o proprietário da terra. No entanto, como pudemos ver acima, alguns partidos podiam ser transferidos pelos próprios lavradores. A transação se dava por dotes, por vendas e doações, conforme a vontade do partidistas – ainda que obrigação da cana ao engenho persistisse.

Esse indício nos coloca alguns desafios para o estudo do século XVIII. De todo modo, a inexistência desses contratos não inibe nossa tentativa de alcançar aquelas dinâmicas de acesso à terra. Tentaremos apreendê-las lançando olhar sobre as estratégias de ocupação do solo e de fixação das famílias de lavradores de cana: suas lógicas de residência, a configuração das famílias e a disposição matrimonial dos filhos.

Se os partidos podiam ser transmitidos pelos próprios lavradores torna-se importante estudar a reprodução social de suas famílias, como eles transmitem esta terra, caso transmitam. As formas de organização dos domicílios, herança, as lógicas de consanguinidade, germanidade, alianças, afinidade e filiação³¹⁹ interferem, dentre outras coisas, na distribuição de direitos e deveres advindos ora pela linha paterna ou materna, potencializando a "herança da terra por uma linha".³²⁰ A lógica de organização parental poderia se manifestar na escolha do chefe do domicílio, por exemplo.³²¹

As estratégias matrimoniais e parentais podem visar à interdição e/ou prescrição dos possíveis cônjuges. Em outras palavras, tendo em vista noções múltiplas de parentesco e de estratificação social pode-se fechar o acesso matrimonial a alguns grupos de famílias,

³¹⁷ SAMPAIO, Op.Cit., 2003, p. 117-130.

³¹⁸ Arquivo Nacional, 2 Ofício de Notas, 112, p. ?. Banco de dados – Maurício de Abreu. Disponível em <http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=4485>. Acessado em 05/06/2017.

³¹⁹ ZONABEND, Françoise. Da família. Olhar etnológico sobre o parentesco e a família. In: BURGUIÈRE, A.; KLAPISCH-ZUBER, C.; SEGALIN, M.; ZONABEND. História da família: mundos longínquos, mundos antigos. Vol. 1. Lisboa: Terramar Ed., 1996, p. 17-18.

³²⁰ LÉVI-STRAUSS, Claude. A família. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. O olhar distanciado. Lisboa: Edições 70, 2010.

³²¹ GOODY, Jack. Família e casamento na Europa. Oeiras: Celta Editora, 1995, p. 16. CAMPS, Joan Bestard. La estrechez del lugar. Reflexiones en torno a las estrategias matrimoniales cercanas. In: JIMÉNEZ, Francisco Chacón; FRANCO, Juan Hernández (Eds.) Poder, familia y consanguinidad en la España del Antiguo Régimen. Barcelona: Anthropos Editorial del Hombre. 1992, p. 112-113.

promovendo a reiteração de desigualdades no interior de dada comunidade. Exemplo disto são os casamentos homogâmicos – que unem cônjuges de uma mesma condição social, embora parentes.³²²

Desta maneira, compreendo que a reprodução social destes lavradores pode ser estudada “microanaliticamente, através dos meios utilizados por uma família para transferir de uma geração para outra” o estabelecimento dos seus descendentes.³²³ No caso dos lavradores, podemos caracterizá-la como um conjunto de práticas que podia resultar no acesso ou na transmissão do acesso à terra. Tais práticas são perceptíveis através do estudo das gerações de famílias. O uso estratégico desses mecanismos colaboraria, então, na produção e/ou reprodução das unidades domésticas em determinada comunidade.³²⁴

Nesse sentido, a família aparece como um corpo social daquela sociedade corporativa, com autogoverno. O espaço doméstico possui suas prerrogativas e estas devem ser respeitadas, inclusive pelo Rei.³²⁵ Fragoso ressalta que na Monarquia Lusa, aplicando a metáfora do corpo, cada parte daquela sociedade possuía autogoverno, sendo o Rei a cabeça do corpo a quem cabe dirimir possíveis conflitos.³²⁶

Aquelas “[...] comunidades eran jerárquicas, de tal modo que todo cuerpo tenía su cabeza: casas cuyo padre de familia gobernaba a la mujer, a los hijos, a los criados y dependientes”.³²⁷ Nossa lista nominativa apresenta os domicílios a partir das categorias “nome do chefe de família”, demonstrando a proeminência do pater família, da cabeça do corpo doméstico. No entanto, nos contratos dos partidos encontramos a menção ao casal nas transações, como se existisse um casal chefe – ainda que a unidade estivesse sobre a égide do pater.³²⁸ O trecho de uma escritura de 01/03/1652 é revelador nesse sentido: “Escritura de venda de um partido de canas que fazem Diogo Vaz de Escobar e sua mulher Antônia de Aguiar

³²² ZONABEND, Françoise. Op. Cit. p. 31-40.

³²³ PEDROZA, Manoela. Estratégias de reprodução social de famílias senhoriais cariocas e minhotas (1750-1850). *Análise Social*, vol. XLV (194), 2010. p. 143.

³²⁴ PEDROZA, Op Cit. 2010, p.143.

³²⁵ IMÍZCOZ, José Maria B. Op. Cit. 66.

³²⁶ FRAGOSO, João. Monarquia Pluricontinental, repúblicas e dimensões do poder no Antigo Regime dos Trópicos. Séculos XVI-XVIII. In: FRAGOSO, J. SAMPAIO, A. Monarquia Pluricontinental e a Governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Editora MauadX, 2012, p.11.

³²⁷ IMÍZCOZ, José Maria B. Op. Cit. 56.

³²⁸ HESPANHA, António M. A família In: MATTOSO, José; HESPANHA, António M. (org.) História de Portugal, vol. IV. O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Ed Estampa. 1992.

a Fulgêncio Pereira [...]”.³²⁹ Esse é um padrão frequente na documentação e reforça o que Pina Cabral identificou para as casas camponesas do Minho.³³⁰

Desta maneira, o estudo das estratégias das famílias, seus indicativos de qualidade, suas definições de parentesco são primordiais para compreensão das formas de transmissão do acesso à terra e da ocupação do solo em freguesias rurais. Algumas famílias buscavam viver à lei da nobreza, com um vasto espectro de criados e dependentes.³³¹ Outros buscavam assegurar o respeito ao matrimônio e a legitimidade; outros buscavam sobreviver e adaptar-se às circunstâncias.

A FAMÍLIA MOREIRA DA COSTA

Na distante Montailou do século XIV, antes da Contra-Reforma, Ladurie encontrou certa permissividade sexual: concubinatos sem pudor e expostos à luz do dia, padres com amantes, filhos ilegítimos, fornicções; atitudes moralmente discutíveis à época, mas nem por isso escondidas.³³²

Não levemos a comparação com a pequena aldeia francesa muito adiante. Fato é que após o Concílio de Trento desenvolve-se na Europa católica uma série de sínodos que visa implementar as diretrizes reformistas, no que diz respeito aos sacramentos e aos costumes. Nesse contexto, a igreja visa impor novos padrões às relações entre parentesco e casamento, combatendo práticas endogâmicas, por exemplo.³³³

Destacamos que, em fins do século XVII, a publicação das Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga colaborou para melhor definição das regras e impedimentos do matrimônio no norte português.³³⁴ Além das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, terminada em 1707, para o caso da América Lusa. Ambos os textos tiveram forte influência do Concílio de Trento, combatendo, dentre outras coisas, a permissividade sexual que resultava

³²⁹ Arquivo Nacional, 1 Ofício de Notas, 39, p. 63. Banco de dados Maurício Abreu. Disponível em <http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=1606>. Acessado em 31/05/2017.

³³⁰ CABRAL, João de Pina. Filhos de Adão, filhas de Eva: a visão do mundo camponesa do Alto Minho. Minho: Publicações Dom Quixote, 1989, p. 74-75.

³³¹ IMÍZCOZ, José Maria B. Op. Cit.

³³² LADURIE, Emmanuel Le Roy. Montailou: Cátaros e Católicos numa Aldeia Francesa 1294-1324. Edições 70, 1987, p. 217-219.

³³³ GOODY, Jack. Família e casamento na Europa. Oeiras: Celta Editora, 1995, p. 37-38.

³³⁴ SCOTT, Ana Sílvia Volpi. Op. Cit., p. 170, p. 219.

em altos índices de ilegitimidade – as devassas eclesiásticas são um exemplo desse movimento de maior atuação da Igreja.³³⁵

Segundo Scott, as Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga tentariam impor uma moral mais rígida quanto ao matrimônio. E a aplicação dessas diretrizes explicaria a queda nas taxas de ilegitimidade em algumas áreas do norte português.³³⁶

Não iremos enveredar para a discussão sobre os impactos das Constituições do Arcebispado da Bahia nas taxas de legitimidade das crianças do Rio de Janeiro setecentista. De todo modo, como já vimos no capítulo anterior, a partir de 1750, o respeito às normas matrimoniais era disseminado entre os livres e forros da freguesia de Campo Grande, embora fosse mais evidente em personagens de qualidade mais prestigiada ou que não tivessem as marcas da escravidão – ou a qualidade desses personagens foi alterada devido seu perfil matrimonial.

Durante todo o século XVIII, a família Moreira da Costa assume a legitimidade matrimonial como forma de reprodução social. Em nossas fichas, seus membros foram classificados como livres, sem cor e sem título. Portanto, estavam no agrupamento que marcava taxas de legitimidade entre 95% e 88,9% no decorrer da segunda metade do século, números altíssimos para realidade da América Lusa.³³⁷

Vale ressaltar que, segundo Goody, durante a Idade Média europeia vai se desenvolvendo uma gradual perda dos privilégios das concubinas e de sua prole, que é cada vez mais taxada de ilegítima. Nesse sentido, os filhos oriundos de matrimônio legítimo possuem valor positivo nessa cultura católica – inclusive do ponto de vista jurídico, no que diz respeito à herança.³³⁸ Segundo Stolke, “pessoas de nascimento ilegítimo sofriam discriminação social por conta das incertezas que cercavam sua limpeza de sangue”.³³⁹ Sheila de Castro Faria também destaca a importância da procriação legítima como um costume virtuoso naquela sociedade católica.³⁴⁰ Claro que a opção pelo matrimônio não exclui a existência de filhos

³³⁵ TORRES-LONDOÑO, Fernando. A outra família: concubinato, Igreja e escândalo na colônia. São Paulo: Ed. Loyola, 1999. p. 121. Ver o Cap. 5 de MACHADO, Cacilda. A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

³³⁶ SCOTT, Ana Sílvia Volpi. Op. Cit., p. 228.

³³⁷ Ver os dados de FARIA, Sheila. A Colônia em Movimento, Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 56-57.

³³⁸ GOODY, Jack. Op.Cit. p. 70-71, p. 123-124, p. 175-176.

³³⁹ STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. Estudos Feministas, Florianópolis, 14(1): 15-42, janeiro-abril/2006, p. 24.

³⁴⁰ FARIA, Sheila. Op. Cit. p. 95-96.

bastardos ou adultérios.³⁴¹ Lembrando que 80% dos chefes de família da freguesia são ou foram casados.³⁴²

É o momento de acrescentar que as diversas transações dos partidos e o consequente acesso à terra passavam pelas estratégias das famílias. Elas empregavam mecanismos que envolviam todos os seus membros. Em outras palavras, a família é entendida como uma corporação dotada de certa autonomia, que gerenciava a terra e todos os seus membros (filhos, agregados, criados, escravos, etc.), de modo que as estratégias são antes da família do que dos indivíduos.³⁴³

Além disso, a família pode assumir a figura de uma pessoa moral, acima de seus membros. Nesse sentido, há uma relação entre família e patrimônio no desenrolar das lógicas de parentesco, objetivando a continuidade do patrimônio e de sua prole nas terras.³⁴⁴

Frequentemente, estudam-se formas de reprodução social das elites.³⁴⁵ No caso da elite fluminense, a família possui uma vasta parentela, aliados e amigos, são compadres de escravos e pardos forros, como bem demonstra Fragoso para as freguesias rurais do Distrito de Guaratiba.³⁴⁶ No entanto, vamos trilhar outro caminho. A ênfase cairá sobre a autonomia das famílias de lavradores, ressaltando como eles desenvolvem sua permanência na terra a partir de suas estratégias.

Acreditamos que as distinções sociais e os valores dos agentes também podem ser percebidos na maneira como os mesmos constroem suas famílias. A presença de interações entre grupos ou a ausência das mesmas nos níveis do matrimônio e da parentela consanguínea podem indicar as diferenças entre os estratos sociais de uma dada área. A pertença a um segmento social ou outro não é dada apenas pelos critérios quantitativos mensurados até aqui

³⁴¹ CABRAL, João de Pina. Op. Cit. p. 83.

³⁴² Ver capítulo 2.

³⁴³ A família como corporação: HESPANHA, António Manuel. A Ordem. In: Imbecillitas. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. SP: Ed. AnnaBlume, 2010. A família é o sujeito principal das estratégias de reprodução social, diria Bourdieu. Cf. BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre teoria da ação. Editora: Papyrus, 1997. p. 130-133. CABRAL, João de Pina. Op. Cit. p. 65, p. 75. A família organiza a distribuição da parentela. WOORTMANN, Elle F. Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul, sitiantes do Nordeste, São Paulo-Brasília: HUCITEC, Ed. UNB, 1995.

³⁴⁴ CAMPS, Joan Bestard. La estrechez del lugar. Reflexiones en torno a las estrategias matrimoniales cercanas. In: JIMÉNEZ, Francisco Chacón; FRANCO, Juan Hernández (Eds.) Poder, familia y consanguinidad en la España del Antiguo Régimen. Barcelona: Anthropos Editorial del Hombre. 1992, p.133-135.

³⁴⁵ Para um texto importante sobre a reprodução social da alta aristocracia portuguesa, ver: MONTEIRO, Nuno G. - Monteiro, Nuno G. Casa e Linhagem: o vocabulário aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XVIII. Penélope – Fazer e Desfazer a História, n. 12, 1993. Este conceito tem sido empregado por João Fragoso para trabalhar com a nobreza da terra, no Rio de Janeiro, ver: FRAGOSO, João. Op. Cit., 2010.

³⁴⁶ Sobre as relações de compadrio entre a elite senhorial e forros, ver: FRAGOSO, João. Op. Cit. 2010. GUEDES, Roberto. Op. Cit. Nazzari caracteriza a família extensa da elite paulista como clã, que envolve uma vasta parentela, além de parentes, amigos e aliados. NAZZARI, Muriel. O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.

ou mesmo pela forma de acesso à terra,³⁴⁷ mas é entendida também como um processo, visível nas configurações familiares.³⁴⁸

Num forte apego à terra e à freguesia, os lavradores vão casando seus filhos de acordo com os valores de suas famílias. Diferente dos criados, caseiros ou agregados, os lavradores possuem acesso estável à terra, preservando-se nos bairros rurais, mantendo seus nomes e costurando intensas relações de vizinhança e parentesco no decorrer da segunda metade do século XVIII.

Enfatizaremos essas relações ao invés daquelas estabelecidas entre lavradores com senhores de engenho locais. No início do capítulo, identificamos que os senhores de engenho são compadres dos lavradores. Acrescenta-se que estudos recentes têm destacado uma mudança na elite senhorial da região, durante a segunda metade do século XVIII.³⁴⁹ Desta maneira, lavradores que já viviam nas terras em 1730 continuam ali até 1797, ainda que os engenhos tenham sido comprados por outras famílias. Como o caso da família de lavradores da família de Gonçalo de Mattos, que estabelece descendentes nas terras do Engenho Guandu, ainda sobre as mãos dos senhores de engenho da família Freire Alemão, mas que, em fins do século, permanecem por lá mesmo que o Engenho tenha sido comprado pelo Padre Antônio do Couto.³⁵⁰

Nesse sentido, a forma de analisar a família Moreira da Costa é percorrer sua trajetória na freguesia, identificando os seus valores nas relações com os grupos que os cercam. Dito isso, apresentaremos sua genealogia desde seu estabelecimento na freguesia de Campo Grande – construída a partir dos registros de batismo e de casamento.

³⁴⁷ “[...] a estratificação social não pode, portanto, ficar limitada às dimensões das propriedades”. LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 96.

³⁴⁸ BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tomke (Org.). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2000.

³⁴⁹ Cf. TOSTES, Ana P. C. *O lugar social dos homens “pardos” no cenário rural da Cidade do Rio de Janeiro (Recôncavo da Guanabara, Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, século XVIII)*. Dissertação de mestrado. UFRJ/IH, 2012. PEDROZA, Manoela. *Engenhocas da moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (RJ, séc. XIX)*. Rio de Janeiro: Ed. Arquivo Nacional, 2011.

³⁵⁰ Não sem conflito. Em 1792, o Padre cobrava novas demarcações de suas terras, devido a possíveis apossamentos irregulares. AHU_ACL_CU_017, Cx. 146, D. 11297. Outras fontes consultadas: Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203. Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1705-1811. Disponível em <<http://familysearch.com>> Acesso em 23 jun.17, 18:00:00. Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1798. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Genealogia dos Moreira da Costa

1. Francisco Moreira da Costa é natural da freguesia de Irajá, filho de Francisco Moreira da Costa e de Dona Paula Pacheco. Migra para freguesia de Campo Grande por volta de 1730. Nesta freguesia, casa-se com Joana Maria de Jesus, natural de Campo Grande, filha legítima de Isabel Gomes e de Domingos Gonçalves Pereira, este último natural de Braga. Na década de 1730 é morador das redondezas do Juari. Nasceram do casal:

F1. Tereza Violante casa com Vicente de Carvalho.

F2. Rodrigo Moreira da Costa casa com Tereza Maria de Jesus.

F3. Francisco Xavier da Costa casa com Jacinta Maria Antônia.

F4. André Moreira da Costa casa com Florência Maria de Jesus.

F5. Rosa Maria do Amaral casa com Manoel Rodrigues da Mota.

F6. José Moreira da Costa (exposto) casa com Maria de Jesus.

F1. Tereza Violante é natural da freguesia de Campo Grande, nascida em 1733. Casa-se em primeiras núpcias com Vicente de Carvalho, filho legítimo de Pedro Carvalho e de Maria Alves, natural de Braga. Viúva, em 1773, casa-se com Alberto Caetano de Mattos, natural de Lisboa. Em 1797, Alberto é chefe do domicílio 152 no lugar Santo Antônio do Juari – proprietário da terra. Os filhos do primeiro casamento:

N1. Antônio Carvalho de Souza é natural de Campo Grande, nascido em 1751. Em 1774, casa-se com Rosa Francisca, natural de Irajá, filha legítima de Jacinto da Silveira (natural de Lisboa) e Maria da Conceição. É chefe do domicílio 194, em Santo Antônio do Juari – proprietário da terra.

N2. Ana Joaquina é natural de Campo Grande, nascida em 1755. Em 1770, casa-se com Vitorino Borges de Sampaio, filho legítimo de Manoel Borges de Sampaio e de Margarida Gonçalves de Faria, natural de São Paulo. Vitorino é chefe do domicílio 106, foreiro no lugar do Tinguí.

F2. Rodrigo Moreira da Costa é natural da freguesia de Campo Grande, nascido em 1737. Casa-se com Tereza Maria de Jesus, filha legítima de Antônio da Cunha de Araújo e de Maria de Almeida, natural da freguesia de Campo Grande. Rodrigo é chefe do domicílio 109, foreiro no lugar do Palmares. Os filhos do casal:

N3. Tereza Maria de Jesus é natural de Campo Grande. Casa-se com José Rodrigues Álvares, filho legítimo de Antônio Rodrigues Álvares e de Maria da Piedade, natural da Ilha do Pico, nos Açores. José é chefe do domicílio 110, foreiro no lugar do Palmares.

F3. Francisco Xavier da Costa é natural de Campo Grande, nascido em 1740. Casa-se com Jacinta Maria Antônia, filha legítima de Sebastião Correia e Catarina de Santana. É chefe do domicílio 98, foreiro no lugar do Tinguí.

F4. André Moreira da Costa é natural de Campo Grande, nascido em 1750. Em 1774, casa-se com Florência Maria de Jesus, natural de Campo Grande, filha legítima de Antônio Correia de Brito e Catarina Garcês. Sua esposa faz parte da casa dos Brito, é irmã dos chefes de domicílio: Leonardo Correia de Brito, chefe do domicílio 302 e partidista no Engenho de Capoeiras; Maria Correia de Brito, chefe do domicílio 310, partidistas no Engenho Capoeiras. Além disso, é tia de Francisco de Brito, chefe do domicílio 85, no lugar do Tinguí; tia de João Manoel de Brito, chefe do domicílio 76, foreiro no lugar do Tinguí.

André é partidista de cana no lugar do Santo Antônio do Juari, chefe do domicílio 197.

F5. Rosa Maria do Amaral é natural de Campo Grande. Em 1760, casa-se com Manoel Rodrigues da Mota, filho legítimo de Manoel Rodrigues da Mota e de Helena Rodrigues Coutinho, natural de Curitiba. Em segundas núpcias, em 1783, casa-se com Antônio Francisco Pinto, natural de São Paulo, filho legítimo de Manoel Ferreira de Souza e de Maria Rodrigues. Em 1797, Antônio Francisco Pinto é chefe do domicílio 137 – proprietário em Santo Antônio do Juari. Nasceram do primeiro casal:

N4. Antônio Rodrigues da Mota é natural de Campo Grande, nascido em 1766. Em 1794, casa-se com Dona Rosaura Maria de Oliveira. Sua esposa é filha legítima do Tenente Francisco de Oliveira Coutinho e de Dona Clara Pimenta de Oliveira. Em 1797, é chefe do domicílio 333, partidista no Engenho de Capoeiras.

N5. Josefa Tereza de Jesus é natural de Campo Grande, nascida em 1765. Em 1784, casa-se com João Antunes do Amaral, filho legítimo do Capitão Antônio Antunes e da Dona Ana de Campos Feijó, natural da Sé - RJ. Em 1797, João é chefe do domicílio 136, foreiro no lugar Santo Antônio do Juari.

F6. José Moreira da Costa é exposto na casa de Francisco Moreira da Costa. Em 1746, casa-se com Maria de Jesus também exposta. Nascem deste casal:

N6. Gertrudes Maria é natural de Campo Grande. Em 1764, casa-se com Miguel Nunes da Fonseca Ozório, filho legítimo de Manoel Nunes e da Dona Maria de Bragança, natural de Inhomirim. Miguel é chefe do domicílio 198, foreiro no lugar do Campinho.

N7. Inês Moreira da Costa é natural de Campo Grande. Casa-se com Domingos Afonso Pereira, filho legítimo de Vitoriano da Silva e de Joana Crisóstoma, natural do Faro, Portugal. Domingos é chefe do domicílio 130, partidista no lugar do Campinho. Nasce do casal:

BN1. Joana Maria do Espírito Santo é natural de Campo Grande, nascida em 1768. Em 1786, casa-se com Tomás de Melo, filho legítimo de José de Melo e Luiza da Conceição, natural da freguesia de Santa Cruz. Em 1797, Tomás é chefe do domicílio 111, foreiro no lugar do Manguariba. Tomás é aquele identificado como compadre do senhor do Engenho e Capitão José Antunes Suzano.

Resolvemos representar a família destes lavradores de maneira textual em razão da complexidade da teia genealógica e das informações complementares, assim, evitando uma

representação gráfica um tanto caótica. Deste modo, vemos que o primeiro personagem da família na freguesia de Campo Grande aparece por volta de 1730 e que até 1797 alguns dos seus descendentes ostentam seu sobrenome.

Francisco Moreira da Costa é o pioneiro, deslocando-se da freguesia vizinha de Irajá e instalando-se em Campo Grande. Sua mãe é chamada como dona Paula Pacheco, título de prestígio segundo as valorações costumeiras do Rio de Janeiro setecentista. Com isso, tudo indica que Francisco fizesse parte de uma família prestigiada em Irajá e tenha sido forçado a migrar por conta das dinâmicas de transmissão patrimonial de sua família. Desta maneira, na década de 1730 aparece como morador do Juari, batizando seus primeiros filhos.

O estudo das formas de acesso à terra e de reprodução social pode ser aprofundado a partir de alguns critérios. O primeiro diz respeito a legitimidade dos relacionamentos e dos filhos. O chefe da família consegue que todos os seus filhos se casem legitimamente e este valor é transmitido até a quarta geração, durante todo o século. Como vimos no capítulo 2, os livres, sem título e sem cor apresentam índices de legitimidade próximos a 100%. Entre os Moreira da Costa, todos os ramos da família apresentam legitimidade dos descendentes. Isso não exclui a possibilidade de existirem filhos fora do casamento, mas a família oficial manifestava o comportamento da legitimidade – o filho exposto talvez fosse bastardo, já que a ilegitimidade era o principal motivo para a exposição.³⁵¹

Mais do que isso. Os Moreira da Costa têm o preciosismo de não só evitar a publicização de filhos adulterinos ou de que suas filhas sejam mães solteiras, como também casa todos os seus membros com outros filhos e filhas legítimas. Vejamos isto com mais calma.

Ao analisar o livro de casamentos da freguesia notamos que, no registro do casório, os padres discriminam os nomes dos cônjuges, seus indicativos de qualidade e também uma menção à sua origem genealógica: o nome dos seus pais, se era filho legítimo ou ilegítimo, se seus pais eram incógnitos, se era filho de mãe solteira, a qualidade dos pais, etc. Deste modo, pudemos analisar alguns comportamentos desta população de noivos para o período entre 1744 e 1798. Notamos que os cônjuges que são também filhos ilegítimos se comportam de maneira diferenciada. O quadro abaixo nos revela a capacidade de inserção social dos filhos ilegítimos na comunidade estudada.

³⁵¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII-XIX. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2001, p. 201.

Quadro 32. Características das uniões por tipo de filiação dos cônjuges. Freguesia de Campo Grande (1744-1798)

Maridos	Esposas			
	Legítimas	Ilegítimos	Expostas	Totais
Legítimos	188 (78,6%)	40 (16,7%)	11 (4,6%)	239 (74 %)
Ilegítimos	44 (61,9%)	23 (32%)	4 (5,6%)	71 (22%)
Expostos	9 (70%)	3 (23%)	1 (7%)	13 (4%)
Totais	241 (74,6%)	66 (20,4%)	16 (5%)	323 (100%)

Fonte: Livros de Casamentos dos livres da Freguesia de Campo Grande 1744-1798. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

O quadro demonstra que a maior parte dos cônjuges filhos legítimos casavam com filhos legítimos, embora os filhos ilegítimos tivessem capacidade de aceitação, a despeito da marca da ilegitimidade. No entanto, o dado que procuro destacar é o comportamento diferencial entre os cônjuges filhos ilegítimos e os cônjuges filhos legítimos. Os filhos ilegítimos tinham maior probabilidade de se casar com cônjuges que também fossem filhos ilegítimos. Enquanto filhos legítimos casam com filhos ilegítimos em apenas 16% dos casos, filhos ilegítimos casavam com filhos ilegítimos em 32%.

Quadro 33. Perfil de legitimidade dos noivos da Freguesia de Campo Grande nas décadas de 1750 e 1790.

1750									
	Leg.	%	Ileg.	%	Exp.	%	s/i	%	Total
Noivo	35	60,3	13	22,4	3	5,1	7	12,2	58
Noiva	30	51,7	14	24,2	4	6,9	10	17,2	58
1790									
	Leg.	%	Ileg.	%	Exp.	%	s/i	%	Total
Noivo	83	68,6	28	23,2	5	4,1	5	4,1	121
Noiva	85	70,3	27	22,3	4	3,3	5	4,1	121

Fonte: Livros de Casamentos dos livres da Freguesia de Campo Grande 1744-1798. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Podemos ver acima a distribuição dos noivos por seu perfil de legitimidade para as décadas de 1750 e 1790. Destacamos aí que o percentual de filhos ilegítimos se casando aparece proporcionalmente estável, girando em torno de 20-25% do total de noivos durante a segunda metade do século XVIII. No entanto, caso olhemos mais de perto, conseguiremos identificar mais detalhes sobre esses noivos e filhos ilegítimos.

No quadro abaixo, demonstramos os indicativos de qualidade das mães das noivas filhas ilegítimas que se casam nas décadas de 1750 e 1790.

Quadro 34. Indicativos de qualidade das mães das noivas filhas ilegítimas nas décadas de 1750 e 1790.

Indicativo de qualidade da mãe da noiva	1750	%
Parda/ Preta/ Crioula	5	35,7
Livre, sem cor, sem título	9	64,3
Total	14	100
Perfil da mãe da noiva	1790	%
Parda/ Preta/ Crioula	17	63
Livre, sem cor, sem título	10	37
Total	27	100

Fonte: Livros de Casamentos dos livres da Freguesia de Campo Grande 1744-1798. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Notamos que as noivas filhas ilegítimas não possuem mães com prestígio – ou ao menos esses casos não são publicizados. Identificamos ainda uma mudança do perfil desse conjunto de mães. Em 1750, as mães livres eram responsáveis por cerca de 65% das filhas ilegítimas que se casaram na freguesia. Em 1790, o modelo se inverte, pois quase 60% das noivas, filhas de relações ilegítimas, possuem mães com indicativos de cor, ou seja, com marcas da escravidão – dentre as mães solteiras, muitas são ex-escravas, como demonstram trabalhos recentes.³⁵²

Adiante que de modo geral, a proporção das mães de noiva com qualidade de cor gira em torno de 15%, entre as noivas filhas ilegítimas a qualidade de cor marca mais de 60% na última década do século. Isto demonstra o que significa casar sua prole com filhos ilegítimos. Era também unir sua família aos grupos recentemente ligados à escravidão.

Vimos que os filhos ilegítimos optam pelo casamento e podem sim ser incorporados às famílias legítimas locais, no entanto, as relações entre ilegítimos são mais salientes. No intuito de compararmos as possibilidades de inserção dos ilegítimos voltemos às taxas de legitimidade dos batismos entre livres e forros. Vimos no capítulo anterior e demonstramos mais uma vez abaixo:

³⁵² Cf. RIBEIRO, Julia. Por entre as frestas das normas: nobreza da terra, elite das senzalas e pardos foros em uma freguesia rural do Rio de Janeiro (São Gonçalo, sécs. XVII-XVIII). Dissertação de mestrado – PPGHIS/UFRJ, 2015. TOSTES, Ana P. C. Op. Cit, 2012.

Quadro 35. Legitimidade dos nascimentos da freguesia nas décadas de 1750 e 1790.

Indicativo de qualidade	1750			1790		
	Legítimos	Ilegítimos	% de legitimidade	Legítimos	Ilegítimos	% de legitimidade
Livre, sem cor, sem título	62	3	95	275	34	88,9
Dona	28	0	100	53	0	100
Parda forra	32	9	78	163	72	69,3
Preta forra	5	1	80	46	25	64,7
Outros	-	-	-	-	-	-
Expostos	0	22	-	0	67	0
Totais	127	35	78,3%	537	198	73%
	162			735		

Fonte: Dados coletados em Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1750-1799. Banco de dados do grupo de pesquisa Antigo Regime nos Trópicos.

Obs.: Excluí da contagem a categoria “Outros”, devido a multiplicidade de categorias em pequeno número, por isso, a diferença nos totais.

Esse cenário nos mostra que enquanto 21-27% dos nascimentos da freguesia eram ilegítimos entre as décadas de 1750 e 1790, 22-23% dos noivos que se casavam na freguesia eram filhos ilegítimos entre 1750 e 1790. As taxas muito próximas dos dois indicadores demonstram que os ilegítimos eram claramente incorporados em famílias legítimas ou buscavam o matrimônio legítimo, formando novas famílias.

No entanto, esse não era o caso da casa dos Moreira da Costa. Os ilegítimos não tinham lugar por ali. Esse fato pode ser entendido pela correlação muito saliente entre indicativo de qualidade de cor e ilegitimidade, o que prejudicaria a qualidade da família. Uma advertência é que a família possui um exposto, talvez ele seja um filho bastardo. De qualquer maneira, a legitimidade informa a ação desta família.

Em nenhum momento se envolvem matrimonialmente com forros – lembrando que esse é o contexto de crescimento populacional desse segmento na freguesia. Machado demonstrou que, em São José dos Pinhais de fins do século XVIII, os livres que se casam com pardas e pretas são geralmente de fora da freguesia.³⁵³ Por outro lado, assim como muitas outras famílias de livres, sem cor e sem título, eles raramente conseguiam casar um dos seus filhos com alguém que possuísse prestígio. Caso analisássemos os lavradores ilustres, com patentes militares, veríamos que havia uma forte homogamia entre as famílias com patentes militares e/ou títulos costumeiros de prestígio, como dona. Essas famílias de lavradores tendiam a ceder filhos e

³⁵³ Ver Capítulo 4. MACHADO, Cacilda. Op. Cit.

filhas aos senhores de engenho locais – adiantando que não pretendo desenvolver essa questão, pois, famílias ligadas às elites senhoriais já receberam alguns estudos. E os exercícios que fiz sobre os lavradores com prestígio indicam esse perfil.³⁵⁴

O enlace entre Antônio Rodrigues da Mota (N4) e Dona Rosaura Maria de Oliveira, filha do Tenente Francisco de Oliveira Coutinho e de Dona Clara Pimenta de Oliveira é uma exceção na família. De todo modo, muitas famílias de livres, sem cor e sem título estão mais próximas das relações conjugais com personagens com patentes militares e títulos de prestígio do que com os pardos e pretos. Nesse caso, Antônio Rodrigues da Mota (N4) tinha uma bisavó com o título de dona, embora nem seu pai, nem seus irmãos tivessem título de prestígio, essa herança genealógica não foi esquecida.³⁵⁵ Ainda que, lendo a genealogia da família, vemos que não era uma prática comum.

Acredito que esse estrato de lavradores livres, sem cor e sem título não se assemelhe, necessariamente, ao que a professora Manoela Pedroza classificou como excluídos senhoriais – parentes empobrecidos dos senhores de engenho, que cediam suas filhas em casamento aos primos distantes ou que viviam no interior das terras do seu parente bem-sucedido, de forma subalterna.³⁵⁶ Muitos desses excluídos senhoriais parecem ser, na verdade, lavradores com prestígio nas freguesias, com muitos escravos e agregados, além de patentes militares.

Os Moreira da Costa constroem um tipo de direito de propriedade diferenciado, relativamente, autônomo de alguma da elite senhorial – embora fossem compadres dos senhores de engenho.³⁵⁷ Eles buscavam preservar sua família na freguesia e para isto não poupavam esforços. Vejamos.

Um segundo aspecto que podemos destacar é seu apego à terra e como isto impacta na transmissão patrimonial. Vimos que o primeiro Moreira da Costa aparece morando no lugar chamado Juari em meados da década de 1730. Com a escritura abaixo, vemos que o mesmo ainda estava vivo em 1783. Além disso, o texto nos dá outra pista sobre o nome do lugar da terra de Francisco Moreira da Costa. Vejamos:

“Escritura de venda de terras que fazem Inácio Xavier de A... e sua mulher Rita Maria de Jesus, moradores em Juari, freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, ao Tenente Francisco de Oliveira Coutinho – com 321 braças de testada com meia légua de sertão, com casa de vivenda coberta de telha, com ... também coberta

³⁵⁴ Cf. PEDROZA, Manoela. Op. Cit. 2011. p.64-78. FRAGOSO, João. Op. Cit. 2014. p.122.

³⁵⁵ STOLKE, Verena. Op.Cit., p. 30.

³⁵⁶ PEDROZA, Manoela. Engenhocas da moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (RJ, séc. XIX). RJ: Ed. AN, 2011, p. 64-95, p. 131-154.

³⁵⁷ Um exemplo: Em 18/02/1770, Rodrigo Moreira era compadre de Marcos Cardoso dos Santos, o senhor do engenho Cabuçu. Livro de Batismos da Freguesia de Campo Grande, 1760-1779. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, fl. 22.

de telha, com outra casa de telha na estrada que vai para Santa Cruz, que serve de venda, com todos os seus pertences de balanças, pesos, medidas e frascos, com o corpo de uma engenhoca coberta de telha e madeira ... pronta para ... três agulhões, argolas de ferros, duas senzalas, quatro bois, ..., sitas no lugar chamado Santo Antonio, freguesia do Campo Grande, que têm sua testada onde acaba o sertão das terras do engenho ..., partindo por um lado com terras de Francisco Moreira da Costa e do outro com terras de Isabel de Souza, compradas a Joana(?) de Souza [...]”³⁵⁸ [grifo nosso]

Segundo o registro acima, as terras de Francisco Moreira da Costa ficavam em um lugar chamado Santo Antônio. No livro de casamentos da freguesia de Campo Grande é possível ler, em diversos momentos, a Capela de Santo Antônio do Juari como local da realização dos matrimônios.³⁵⁹ Desta forma, identificamos que a área chamada apenas de Juari em 1730 é a mesma que nas décadas de 1780 e 1790 será chamada Santo Antônio ou Santo Antônio do Juari. Essa descoberta foi fundamental para compreensão da estratégia familiar. Embora não tenhamos testamentos ou inventários, acredito que podemos perseguir alguns indícios da sua transmissão patrimonial. Esta é um dos eixos para analisar reprodução social naquelas comunidades. Baseia-se na herança como transmissão do direito de propriedade e na sucessão familiar como transmissão do status e dos papéis sociais para os descendentes.³⁶⁰

Dos seis filhos, quatro saem do lugar-origem da família, de sua casa em Santo Antônio do Juari, se casando, se mudando para bairros vizinhos e acessando à terra através do pagamento de foro ou via partido de cana. Enquanto isso, duas filhas ficam nas terras do pai e são justamente os seus maridos e/ou filhos que chefiam as propriedades do Santo Antônio do Juari em 1797. Tereza Violante (F1) e Rosa Maria do Amaral (F5) foram escolhidas para suceder a casa, os demais filhos homens são obrigados a casar-se nas vizinhanças.

Pina Cabral encontrou uma semelhante preferência pelas filhas nas estratégias de herança das casas camponesas do Minho. Segundo os relatos, as filhas zelariam pelo bem da família muito melhor do que as noras, cuidando dos pais na velhice.³⁶¹ Metcalf e Faria encontraram o mesmo tipo de preferência, para Campos dos Goitacazes e para Santana de Parnaíba, no século XVIII.³⁶²

A filha Tereza Violante (F1), escolhida para suceder a casa possui um filho, Antônio de Carvalho (N1). Em 1798, ele aparece como proprietário de um engenho de aguardente em Santo

³⁵⁸ Escritura de 25/08/1783. Arquivo Nacional, 2 Ofício de Notas, 113. Disponível em <http://mauricioabreu.com.br/escritura?id=4496>. Acessado em 04/03/2018.

³⁵⁹ Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1798. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, fl. 74.

³⁶⁰ PEDROZA, Manoela. Engenhocas da moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (RJ, séc. XIX). RJ: Ed. AN, 2011, p. 144.

³⁶¹ CABRAL, João de Pina. Op. Cit. p. 91-93.

³⁶² FARIA, Sheila. Op. Cit. 380.

Antônio do Juari.³⁶³ Situação que indica que a sucessão acaba em suas mãos e que ele possui maior capacidade de desenvolvimento econômico do que os demais parentes. Essa opção de sucessão pelas filhas acaba bloqueando a transmissão do sobrenome familiar na propriedade principal. No entanto, o nome persiste durante a segunda metade do século através dos ramos masculinos.

A ideia de herança igualitária, característica para plebeus lavradores, parece não ter sido seguida aqui. Segundo Pedroza, as ordenações filipinas prescreviam um sistema de heranças para bens livres, em que prevalecia o respeito à legítima (“aquilo que, por herança, toca a cada filho em particular dos bens de seus pais”³⁶⁴) e à igual partilha de parte do patrimônio entre os filhos herdeiros.³⁶⁵ Ou seja, o sistema de herança possuía como diretriz a divisão igualitária entre a prole.

Sheila de Castro Faria ressalta os impactos desse sistema igualitário de herança nas reproduções sociais de lavradores de Campos dos Goytacazes de fins do século XVIII. Tendo em vista a pobreza, a divisão da terra poderia ser desvantajosa para todos os herdeiros. No entanto, indica que filhos ou genros, frequentemente, estabeleciam moradia nas terras dos seus pais e sogros. Assim, a constituição das unidades domésticas mais pobres se pautava na solidariedade familiar e nas tentativas de manter o patrimônio íntegro, muitas vezes instalando os herdeiros em puxadinhos na terra-origem.³⁶⁶

De forma mais detalhada, acredito que a expansão da ocupação territorial respondia às estratégias costuradas por antigas famílias de lavradores – que já datavam quase 70 anos na freguesia. Muito além dos puxadinhos, os personagens parecem ter atuado estrategicamente para manter a viabilidade da terra, concentrando a sucessão, mantendo a capacidade de reprodução familiar e arranjando casamentos para os demais filhos nos outros bairros da freguesia.

Nesse sentido, os partidos de cana aparecem como uma estratégia secundária mesmo para um grupo de lavradores livres, sem cor e sem título de prestígio. Enquanto o genro da sucessão fica numa terra própria, os elementos excedentários da família tornam-se partidistas ou foreiros em áreas vizinhas, demonstrando a opção por diversificação das formas de acesso à terra para viabilizar a permanência na freguesia (uns foreiros, outros partidistas, outros proprietários). Talvez essa necessidade de expulsar filhos da terra-origem explique os muitos

³⁶³ Relato descrevendo o Distrito de Guaratiba em 1797, pelo Capitão Sebastião José Guerreiro Franca. Acervo: Alberto Lamego, Código de Ref.: AL-022-002, Caixa 34 - Códices 022 e 023 (Sala 1). 1797.

³⁶⁴ BLUTEAU, Raphael. Vocabulário Português e Latino. RJ: UERJ, 2000. 1712-1727.

³⁶⁵ PEDROZA, Op. Cit. p. 144.

³⁶⁶ FARIA, Sheila. Op. Cit. p. 256-265, p. 380.

compadrios dos senhores de engenho com famílias de lavradores de outros bairros da freguesia. Esse parentesco espiritual viabilizaria uma futura instalação em novas terras.

Durães analisou estratégias de reprodução socioeconômicas entre famílias camponesas da região de Braga, no interior da Monarquia Pluricontinental portuguesa. A manutenção da família na terra parece ter sido o ponto central nas estratégias. Durães demonstrou que o “sistema jurídico vigente foi [constantemente] adaptado aos interesses e necessidades de cada família [...] através da utilização do testamento e da adoção de um conjunto de práticas”.³⁶⁷ Ali as práticas sucessórias e de herança visavam manter a indivisibilidade da terra em áreas submetidas a foro. Para isto, distribuíam os “elementos excedentários da família” para outras funções, driblando a partilha igualitária dos bens e conferindo a um herdeiro universal a sucessão na terra. Estas dinâmicas demonstram a agência dos lavradores, como eles podiam manipular regras a fim de conseguir determinados objetivos. E este ambiente de agência pode ser analisado a partir do estudo das estratégias de reprodução socioeconômicas dos mesmos. Prática muito próxima à transmissão patrimonial dos Moreira da Costa.

Um exemplo disso é André Moreira da Costa (F4), que mantém o nome da família na freguesia, mas é um dos filhos que teve que sair da terra-origem. Casa-se com a filha de uma outra família de lavradores de Campo Grande, os Brito. É justamente desta maneira que ele acessa um partido de cana, via casamento, e não, necessariamente, por sua capacidade de produção.

A estratégia dos Moreira da Costa, de concentração da sucessão em uma ou duas filhas, seguida da dispersão dos filhos restantes pelos bairros vizinhos e, inclusive, com diversificação das modalidades de acesso à terra, resultará num perfil de chefia dos fogos da freguesia: os homens de fora são os chefes na maior parte das vezes. Dos quatorze descendentes da casa que possuem acesso à terra, oito deles são mulheres. Não há nenhuma dispensa por consanguinidade na casa, a estratégia é de aliança com outras famílias ou inclusão de forasteiros.

Quadro 36. Indicadores gerais da população livre

Ano	Nº de fogos	População total	Nº de mulheres	Nº de homens	Razão de masculinidade	Nº de crianças menores
1797	357	1596	533	488	91,5	574

Fonte: Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

³⁶⁷ DURÃES, Margarida. Estratégias de sobrevivência económica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (sécs. XVIII – XIX). XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú – MG – Brasil, 2004, p.1.

Vejamos isso aos poucos. Em 1797, a população de livres e forros da freguesia tinha razão de masculinidade de 91,5. Ou seja, havia mais mulheres do que homens entre os adultos. Se acreditarmos que esse era o perfil para a freguesia na maior parte da segunda metade do século XVIII talvez tenhamos mais pistas para explicar as estratégias familiares de acesso à terra.

Como indicamos no capítulo 1 e podemos ver com mais detalhes logo abaixo, os noivos de fora dominam os casamentos na freguesia de Campo Grande, durante a segunda metade do século XVIII. Entre os homens, quase 75% dos noivos da freguesia são de fora, enquanto que entre as mulheres, as noivas de fora representam cerca de 55%.

Quadro 37. Naturalidade dos nubentes – Freguesia de Campo Grande -1744-1798

Homens				Mulheres			
De Campo Grande		De fora		De Campo Grande		De fora	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
103	25,80%	295	74,20%	180	45,20%	218	54,80%

Fonte: Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1798. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

No quadro abaixo, podemos aprofundar ainda mais a questão. Apresentamos o perfil dos casamentos pela naturalidade dos cônjuges. Os homens de fora dominam o mercado matrimonial. Os casamentos entre mulheres de Campo Grande com homens de fora da freguesia são os mais numéricos, seguidos por casais de fora. Já os noivos, naturais de Campo Grande, casam-se com mulheres de Campo Grande e de fora na mesma proporção. No entanto, podemos observar que os casamentos de homens naturais de fora da freguesia representam mais do que o dobro dos casamentos dos homens naturais de Campo Grande.

Quadro 38. Perfil de casamento por naturalidade dos cônjuges entre 1744-1798.

	Mulheres		Total
Homens	Natural de Campo Grande	Natural de Fora	
Natural de Fora	116	92	208
Natural de Campo Grande	50	49	99
Total	166	141	307

Fonte: Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1798. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Já esperávamos encontrar muitos homens de fora se casando com mulheres de dentro da freguesia, vide a baixa razão de masculinidade. Como vimos no capítulo 1, a migração de homens para freguesia é intensa em toda a segunda metade do século XVIII. Abaixo podemos ver com mais detalhes o perfil da migração. Os migrantes são sujeitos vindos, principalmente, de pequenas distâncias, de freguesias adjacentes. Logo depois destacam-se os portugueses e açorianos. Nesse cenário enquadram-se os membros da família Moreira da Costa. Algumas mulheres realizam enlaces matrimoniais com homens de fora da freguesia, alguns homens se casam com filhas de reinóis, numa constante atualização de laços com açorianos e portugueses.³⁶⁸

Quadro 39. Naturalidade dos maridos nos livros de casamentos entre 1744-1798

Região	Nº	%
Campo Grande	103	25,8
Freguesias vizinhas	100	25
Portugal e Açores	56	14,7
Outras partes da América Lusa	40	10
Cidade do Rio de Janeiro	30	7,5
Outros	9	2
S/i	60	15
Total	398	100

Fonte: Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1798. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

³⁶⁸ Como veremos, o auge da chegada de migrantes portugueses é o período entre as décadas de 1750-1770, depois ocorre uma queda. Segundo Godinho, entre 1700 e 1760, o Brasil teria atraído cerca de 600 mil portugueses. SERRÃO, José Vicente. O quadro humano. MATTOSO, José; HESPANHA, António M. (org.) História de Portugal, vol. IV. O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Ed Estampa. 1992.

Tendo em vista esses elementos, pudemos levantar a naturalidade de alguns chefes de domicílio da freguesia de Campo Grande para o ano de 1797, com base nas fichas de família. Encontramos informações de naturalidade para 167 chefes. Os dados indicam que 60% dos que tiveram naturalidade identificada nas fichas vieram de fora da freguesia, numa proporção muito próxima à encontrada para a população de noivos. Os homens de fora dominam o mercado matrimonial e agora parecem dominar também as terras da região.

Quadro 40. Naturalidade dos chefes de domicílio em 1797 – com base nas fichas de família

Região	Nº	%
Campo Grande	67	40,2
Freguesias vizinhas	51	30,5
Portugal e Açores	25	14,9
Outras partes da América Lusa	13	7,8
Cidade do Rio de Janeiro	9	5,4
Outros	2	1,2
Total	167	100

Fontes: Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1705-1811. Disponível em <<http://familysearch.com>> Acesso em 23 jun.17, 18:00:00.

Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1798. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Habilitações matrimoniais da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

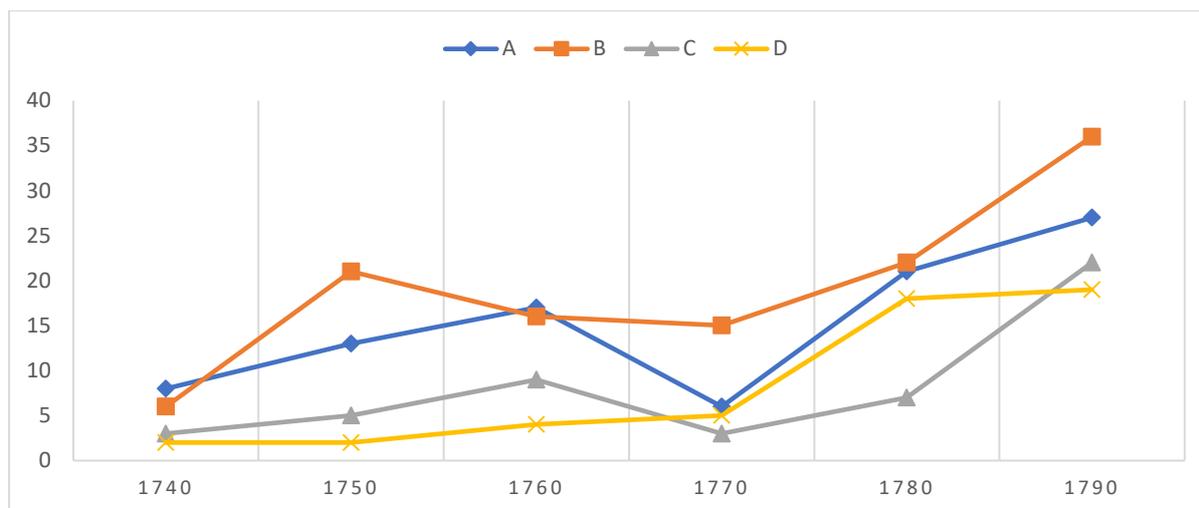
Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, 1700-1795.

Livro de batismos de Livres da freguesia de São Salvador do Mundo de Guaratiba, 1762-1788.

Abaixo podemos identificar que os casais formados por homens de fora e mulheres de Campo Grande são os mais comuns durante quase toda a segunda metade do século XVIII. A partir da década de 1770 consolida-se o perfil dos maridos de fora que se casam com esposas de Campo Grande. Na década de 1740 e 1760 sobressaem os maridos de fora, casados com mulheres nascidas fora da freguesia, indicando talvez uma migração de casais – como o primeiro casal Moreira da Costa.

No entanto, mais do que isso, esse emaranhado de dados demonstra que além de não corresponderem no mercado matrimonial, os homens nascidos em Campo Grande consequentemente não monopolizam as terras da freguesia. Grande parte vai parar nas mãos de forasteiros. Ou seja, as mulheres esperam homens de fora e são as portas de entrada para as terras da região. Casando-se, acessam as terras e chefiam um domicílio.

Gráfico 17. Número de casamentos por perfil de naturalidade dos cônjuges.



A: Ambos os cônjuges de fora da freguesia; B: Marido de fora da freguesia, esposa de campo Grande; C: Marido de Campo Grande, esposa de fora; D: Ambos os cônjuges de Campo Grande.

Fonte: Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1798. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Quadro 41. Número de casamentos por perfil de naturalidade dos cônjuges.

	1740	1750	1760	1770	1780	1790
A	8	13	17	6	21	27
B	6	21	16	15	22	36
C	3	5	9	3	7	22
D	2	2	4	5	18	19

Fonte: Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1798. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Como vimos, isto não quer dizer que as famílias locais forçassem seus filhos homens à migração. Eles casavam e alcançavam a chefia de um fogo nas terras vizinhas. Esta desigual distribuição de filhos sobre a terra, de uma forma ou outra acaba culminando na construção de redes parentais extensas. Ao mesmo tempo que buscava concentrar a sucessão em poucas filhas, os livres, sem cor e sem título procuravam distribuir os filhos excedentes na mesma freguesia. Uma consequência dessa estratégia é disseminação de vínculos parentais, que parecem ser tão importantes quanto proteger suas filhas na distribuição das terras.

Parece ter sido com base nestas famílias antigas, que já estariam casadas e que já aparecem antes da década de 1750, que parte significativa dos domicílios se desenvolverá. A

antiguidade na terra teria resultado numa forma social ³⁶⁹ muito interessante: as extensas parentelas. Consolidam-se o que Giovane Levi chamou de frentes familiares. Levi alerta que as estratégias familiares não podem ser compreendidas caso tomemos a família como unidade residencial isolada, mas sim em solidariedade. Para além da dimensão isolada dos fogos, destacamos as unidades parentais, que se desdobram em teias de vizinhança e parentesco.

“Essas estratégias familiares colocam em jogo [...] frentes familiares formadas por unidades que não residem juntas, mas unidas por laços de parentesco consanguíneo, por alianças ou relações de parentesco fictício”. ³⁷⁰

O acesso à terra na freguesia é mediado por essas estratégias familiares e pode ser explicado por esses vínculos parentais.

Curiosamente, quando analisamos os perfis dos chefes de domicílio, cruzando-os com seus indicativos de qualidade vemos novos comportamentos diferenciais. Vemos abaixo que, enquanto os chefes livres, sem cor e sem título são naturais de fora da freguesia na maioria dos casos, os pardos forros com naturalidade identificada são majoritariamente de Campo Grande. Entre os chefes naturais da freguesia, os pardos compõem 40,3% dos chefes. Os livres alcançam seu menor percentual, 49,2%. Os livres, sem cor e sem título alcançam mais de 60% entre os forasteiros. Para mais detalhes, vejamos a trajetória da família de pardos forros, a casa dos Mattos.

³⁶⁹ SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2006, p. 53-82.

³⁷⁰ LEVI, Giovanni. *Op. Cit.*, p. 30.

Quadro 42. Naturalidade e indicativo de qualidade dos Chefes de Domicílio identificados

Indicativos de qualidade	Campo Grande		Freguesias vizinhas		Cidade do RJ		Outras partes da América Lusa		Portugal e Açores		Outros	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pardo forro	27	40,3	9	17,7	1	11,1	3	23,1	-	-	-	-
Crioulo forro	-	-	2	3,9	-	-	-	-	-	-	-	-
Preto forro	3	4,5	3	5,8	-	-	-	-	-	-	1	50
Livre, sem cor, sem título	33	49,2	35	68,7	6	66,6	8	61,5	22	88	1	50
Patente militar, sem cor	3	4,5	0	-	2	22,3	1	7,7	3	12	-	-
Padre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dona	-	-	2	3,9	-	-	1	7,7	-	-	-	-
Não identificada	1	1,5	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	67	100	51	100	9	100	13	100	25	100	2	100

Fontes: Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1705-1811. Disponível em <<http://familysearch.com>> Acesso em 23 jun.17, 18:00:00.

Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1798. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Habilitações matrimoniais da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, 1700-1795.

Livro de batismos de Livres da freguesia de São Salvador do Mundo de Guaratiba, 1762-1788.

A FAMÍLIA MATTOS

“Escritura de venda de terras que fazem Manoel da Cunha Sampaio e sua mulher Joana da Guarda a Gonçalo de Matos - 125 braças de testada com 500 de sertão sitas em Guandu-mirim, freguesia de Campo Grande, que partem de uma banda com terras de José de Andrade e da outra com terras que foram de Antonio Vaz de Souza, correndo os fundos para terras que foram de Antonio Furtado ..., herdadas de seu pai e sogro Manoel Rodrigues de Alvarenga”. 05 de Maio de 1741.³⁷¹

³⁷¹ Arquivo Nacional, 4º Ofício de Notas, 30, p. 203. Disponível em <http://mauricioabreu.com.br/escritura?id=3817>. Acessado em 05/01/2018.

Em 1741, Gonçalo de Mattos compra uma faixa de terra na freguesia de Campo Grande. De acordo com a escritura de compra, a propriedade estava localizada no bairro chamado Guandu-mirim, indicando proximidade com um dos pequenos rios que até hoje cortam a região.³⁷² Através dos registros paroquiais descobrimos que o local das terras de Gonçalo também era chamado simplesmente de Guandu ou Guandu do Mendanha, como será identificado em 1797.

Gonçalo aparece como um simples carpinteiro,³⁷³ natural da freguesia de São Gonçalo, que chega por volta de 1720 em Campo Grande e que, vinte anos depois, aparece como um pequeno proprietário. Em vários momentos, Gonçalo era classificado como pardo-forro, assim como sua mulher, Leonor de Melo.

Como veremos, a ideia de submissão dos membros à família também aparece aqui. E suas estratégias culminam em mais de sessenta anos de acesso à terra, em começos do século XIX. Ou seja, assim como os Moreira da Costa, os Mattos formam uma família forjada numa antiguidade de seu nome e de suas terras. Isso fica claro na escritura abaixo.

“Escritura de doação de terras para instituição de patrimônio que fazem o Capitão José Álvares de Azevedo e sua mulher Dona Clara Rosa do Sacramento a seu filho José Álvares Pinto de Azevedo – com 125 braças de testada e meia légua de sertão, sitas na freguesia do Campo Grande, fazendo a testada pelo pé e redondezas da serra do Gericinó e sesmaria que foi do Capitão Antonio Coelho Cão, e que hoje pertencem ao padre Antonio do Couto da Fonseca e quem mais de direito for, que partem de uma banda com terras dos herdeiros de Gonçalo de Matos e da outra com quem de direito pertencer, compradas ao Alferes João Barbosa da Silva e sua mulher Mariana Joaquina em 11/10/1796.” 11 de Julho de 1804. ³⁷⁴ [grifo nosso]

A escritura é de 1804, 63 anos após a compra realizada por Gonçalo de Mattos. No entanto, sua família permanecia na pequena freguesia açucareira. Em torno da família se articulam valores e artimanhas para promover a continuidade do patrimônio e de sua prole na freguesia. E, assim como os Moreira da Costa, os Mattos possuem muitos descendentes como chefes de domicílio, em 1797.

Vejamos a genealogia.

³⁷² Guandu. Disponível em: <http://www.comiteguandu.org.br/rio-guandu-mirim.php>. Acessado em 20/05/2018.

³⁷³ Sobre a importância do trabalho para ex-escravos, ver: GUEDES, Roberto. Op. Cit. 2008.

³⁷⁴ Arquivo Nacional, 4º Ofício de Notas, 122, p. 138v. Disponível em <http://mauricioabreu.com.br/escritura?id=4936>. Acessado em 05/03/2018.

Genealogia dos Mattos

Gonçalo de Mattos, pardo forro, é natural de São Gonçalo. Por volta de 1715, junto com sua esposa Leonor de Mello, parda forra, migra para a freguesia de Campo Grande. Em 1743, é proprietário de terras no Guandu. Do casal nascem:

- F1. Marcela de Mello, parda forra, casa com José da Silva.
- F2. Pedro Celestino, pardo forro, casa com Maria Joaquina.
- F3. Antônio de Mattos, pardo forro, casa com Ana de Oliveira, parda forra.
- F4. Manoel de Mattos casa com Clara de Oliveira.
- F5. Maria de Mattos casa com Francisco da Costa Macedo.
- F6. Luiza de Mello, parda forra, com Manoel Rodrigues Chaves.
- F7. Bernardina de Azevedo casa com Antônio Furtado de Mendonça.

F1. Marcela de Melo, parda forra, é natural de Campo Grande, nascida em 1718. Casa-se em 1745, com José da Silva, natural de Lisboa, filho legítimo de Antônio da Silva e de Maria Pereira. Nascem do casal:

N1. Josefa Maria é natural de Campo Grande. Casa-se com Inácio Madureira, natural de São João de Meriti, filho legítimo de Inácio Madureira de Veiga e Maria Amorim Soares. Em segundas núpcias casa com Pedro Marques Barcelos, natural de Marapicu, filho legítimo de Antônio Marques de Barcelos e Germana Freire.

N2. Inácio Manoel da Silva é natural de Campo Grande. Casa-se com Ana de Jesus, natural de São João de Meriti, exposta.

F2. Pedro Celestino pardo-forro, nascido em 1743, é natural de Campo Grande. Em 1766, casa-se com Maria Joaquina, natural de Irajá, exposta.

N3. Brízida Maria, parda forra, natural de Campo Grande, nascida em 1778. Em 1790, casa-se com Ambrózio de Souza Coutinho, filho de Clara Maria de Jesus, parda forra, e de pai incógnito.

N4. Ângela Maria Joaquina, parda forra, nascida em 1770, natural de Campo Grande. Em 1789, casa-se com João Pereira, exposto.

F3. Antônio de Mattos, pardo-forro, é natural de São Gonçalo. Em 1750, casa-se com Ana de Oliveira, parda-forra, filha natural de Jerônimo da Encarnação e de Maria da Cruz de Oliveira, natural de Campo Grande, nascida em 1737. Em 1797, já viúva, Ana de Oliveira é chefe do fogo 30, sem plantação, nem definição de acesso à terra, no lugar do Guandu. Do casal nascem:

N5. Maria da Cruz, nascida em 1760, é natural de Campo Grande. Em 1774, casa-se José Cabral de Melo, natural de Marapicu, filho legítimo de Lourenço Cabral de Melo e de Josefa Maria.

N6. Ana Maria, nascida em 1763, é natural de Campo Grande. Em 1781, casa-se com Inácio Pereira da Costa, natural de Campo Grande, filho legítimo de Francisco Pereira da Costa (português) e de Maria da Assunção.

N7. Rosa Maria de Jesus, parda-forra. Em 1785, casa-se com Vicente Ferreira, pardo-forro, natural da Sé. Filho de Sulana de Araújo, parda liberta, e de pai incógnito. Vicente Ferreira é chefe do fogo 37, partidista no Guandu.

N8. José de Mattos, pardo-forro, natural de Campo Grande, nascido em 1753. Em 1788, casa-se com Joana de Souza, parda-forra, filha legítima dos pardos forros João dos Anjos e de Antônia de Souza. Viúva, sua sogra é chefe do fogo 25, partidista no Guandu. José de Mattos é proprietário das terras do Guandu, fogo 39.

N9. Josefa Maria da Conceição, parda-forra, nascida em 1776, é natural de Campo Grande. Em 1795, casa-se com o pardo-forro Francisco Batista Suzano, natural de Irajá e filho de Maria Luiza, parda liberta, e de pai incógnito. Francisco é chefe do fogo 38, partidista no Guandu.

N10. Joaquim de Mattos, pardo-forro, nascido em 1756, é natural de Campo Grande. Casa-se com Francisca Joaquina, parda-forra. Em 1797, Joaquim é chefe do fogo 40, proprietário de terras no Guandu.

F6. Luiza de Mello, parda-forra, é natural de São Gonçalo. Em 1747, casa-se com Manoel Rodrigues Chaves, natural de Braga, filho legítimo de Manoel Rodrigues e de Maria Gonçalves. Do casal, nascem:

N11. Antônio Rodrigues Chaves, pardo-forro. Em 1765, casa-se com Maria das Candeias, parda-forra, natural de Campo Grande, filha legítima dos pardos forros José de Barcelos e Ana Freire. Do casal:

BN1. Maria do Desterro, nascida em 1767, natural de Campo Grande. Em 1783, casa-se com Alexandre José, natural de São Miguel, nos Açores. Filho legítimo de Manoel da Costa. Alexandre José é chefe do fogo 31, partidista no Guandu do Mendanha.

BN2. Sebastiana Rodrigues, parda-forra. Em 1795, casa-se com Manoel Nunes, filho legítimo dos pardos forro Inácio Nunes e Joana Maria. Seu sogro é chefe do domicílio 353, partidista no Rio da Prata. É cunhada de João Barbosa, pardo-forro, partidista no fogo 72, Campinho, casado com Beatriz Maria, parda-forra.

BN3. Luiza Maria é natural de Campo Grande, nascida em 1778. Em 1794, casa com Manoel de Melo, filho legítimo de José de Melo e Quitéria Maria. José de Melo é natural dos Açores e partidista no fogo 48, Mendanha, casado com Quitéria Maria, parda forra, natural da cidade do Rio de Janeiro.

Esta genealogia ganha contornos interessantes, caso a comparemos com a dos Moreira da Costa. Primeiramente, enquanto os Moreira da Costa são quase sempre livres, sem cor e sem títulos, os Mattos possuem a qualidade pardo forro, que os acompanha durante toda a segunda metade do século XVIII. São quase sempre pardos forros, ainda que nunca tenham sido escravos no período.

Claro que esse indicativo de qualidade variava circunstancialmente. Por exemplo, quando apareciam como proprietários da terra ou como senhores de uma escrava a cor sumia. No entanto, a cor vinha constantemente em todos os livros consultados.³⁷⁵

Comparativamente à questão da legitimidade, vemos outro cenário. Embora todos os descendentes optem pelo casamento, a família Mattos abre exceções sobre a legitimidade dos cônjuges. Analisados em conjunto, muitos dos filhos legítimos casam-se com filhos ilegítimos ou mesmo com expostos, algo que não encontramos entre os Moreira da Costa. Além disso, os cônjuges possuíam indicativos de qualidade que iam do português pobre ou açoriano até filhos de libertos.³⁷⁶

A família parece pouco se importar em casar a filha Josefa Maria da Conceição (N9) com o pardo-forro Francisco Batista Suzano, apesar do mesmo ser filho de uma parda liberta e de pai incógnito. Portanto, nota-se uma abertura aos filhos ilegítimos que, como vimos até aqui, estavam constantemente sendo batizados e, depois, incorporados ao matrimônio na segunda metade do século XVIII. Parecem ser incorporados justamente em famílias de pardos forros, como a dos Mattos. Por outro lado, destacamos que os Mattos evitam a formação de novos ilegítimos, já que seus descendentes casam formalmente.

Em trabalhos sobre as freguesias de São Gonçalo e Campo Grande para o século XVIII, Ribeiro e Tostes demonstraram que a ilegitimidade estava atrelada a mulheres cativas em processo de mobilidade social. Essa condição de mães solteiras, com seus filhos ilegítimos, não seria um problema. Nessas circunstâncias, a

““opção” pela “solteirice” era reflexo de estratégia: podia ser socialmente mais interessante ter um filho ilegítimo fruto do intercuro sexual com homens livres do que casar-se com um escravo. Apesar dos entraves sociais da condição de mãe solteira diante de uma sociedade católica, as relações com homens de condição social e

³⁷⁵ Em 1806, Ana de Oliveira aparece como proprietária da escrava Maria. A escrava preta Maria estava se casando com Antônio, pardo escravo de José de Mattos. Os cônjuges eram escravos de membros da mesma família, pois Ana de Oliveira era mãe de José de Matos, embora morassem em domicílios diferentes. O mais curioso é que nos registros de batismo, José de Mattos e Ana de Oliveira foram classificados como pardos forros, mas no momento do casamento de seus escravos estão sem cor. Fonte: Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1705-1811. Disponível em <<http://familysearch.com>> Acesso em 23 jun.15, 18:00:00. Habilitações matrimoniais da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

³⁷⁶ Sobre o casamento de pardas com portugueses. GUEDES, Roberto. O vigário Pereira, as pardas forras, os portugueses e as famílias mestiças. Escravidão e vocabulário social de cor da freguesia de São Gonçalo (Rio de Janeiro, período colonial tardio) In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). O Brasil Colonial (1720-1821), vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

jurídica superior podiam resultar em acesso à terra, padrinhos de qualidade social, acumulação de recursos materiais e até mesmo na possibilidade da alforria”.³⁷⁷

Francisco Batista Suzano era filho de uma ex-escrava e de pai desconhecido, e isso não foi empecilho para que se casasse com Rosa Maria de Jesus (N7). Diferentemente do grupo de escravas, tal qual demonstrado pelos trabalhos de Tostes e Ribeiro, a legitimidade é um valor buscado pela casa dos pardos. No entanto, esses pardos incorporam os filhos ilegítimos, gerados continuamente por escravas e ex-escravas. Eles colaboram para entrada desses personagens no mundo da legitimidade.

Por outro lado, casam alguns de seus descendentes com filhos legítimos e mesmo com alguns forasteiros. É o caso do açoriano Alexandre José, casado com a parda-forra Maria do Desterro (BN1), do bracarense Manoel Rodrigues Chaves, que se casa com a parda-forra Luiza de Mello (F6), ou do lisboeta José da Silva, casado com a parda-forra Marcela de Mello.

Nesse cenário, assim como os Moreira da Costa, os Mattos aparecem como incorporadores de forasteiros de freguesias vizinhas ou do Reino, no entanto, acrescentam uma novidade: trazem também filhos naturais e ilegítimos de ex-escravas solteiras como noivos de sua prole.

Seguindo na análise, notamos algumas peculiaridades nos indícios de transmissão patrimonial. No caso dos Moreira da Costa, vimos que a sucessão se concentra em duas filhas e que todos os herdeiros excedentários acessam a terra na freguesia. Encontramos uma situação bem diferente agora. Para início de conversa, pouquíssimos Mattos acessam à terra: dos 19 casais identificados na família, apenas 6 aparecem como chefes de fogo, em 1797. Entre os Moreira da Costa, de 15, 13 são chefes, em 1797.

Em 1797, dois dos herdeiros das terras originais da família Mattos aparecem como proprietários de terras no Guandu: Joaquim de Mattos (N10) e José de Mattos (N8). Estas terras são as mesmas compradas por Gonçalo de Mattos na década de 1740. Ambos são netos de Gonçalo e filhos de Antônio de Mattos (F3), o que indica que este foi escolhido para sucessão da casa e, depois, os dois rebentos foram escolhidos para sucedê-lo. Ao contrário dos Moreira da Costa, as terras dos Mattos ficam para um filho homem, Antônio, e depois este transmite para seus dois filhos homens. Os membros excedentários da casa com acesso à terra, restringem-se aos partidos de cana. Nesse caso, o ingresso nos partidos também passa diretamente pelas estratégias dessas famílias de lavradores.

³⁷⁷ RIBEIRO, Julia. Op. Cit. p. 126. TOSTES, Ana P. Op. Cit.

Como vimos, os chefes pardos possuem forte presença entre os homens naturais de Campo Grande, distinguindo-se dos livres, sem cor e sem título. A trajetória dos Mattos é um indício. Talvez haja uma preferência de sucessão pela via masculina, que se manifesta nos indicadores de naturalidade. Num primeiro momento, os Mattos privilegiaram um dos filhos homens na herança, Antônio de Mattos (F3), e este privilegia seus dois filhos homens.

Lembramos que as filhas de Antônio de Mattos (F3), Rosa Maria de Jesus (N7) e Josefa Maria (N9), se relacionam com os filhos ilegítimos e de mãe solteira, demonstrando a baixa preocupação com o relacionamento conjugal com filhos de escravos no ramo de Antônio. Curiosamente, são esses personagens que acessam à terra, no mesmo lugar da terra-origem, no Guandu do Mendanha, como partidistas do Engenho do Guandu do Mendanha.

Dos sete filhos de Gonçalo de Mattos, apenas Antônio de Mattos (F3) e Luiza de Mello (F6) parecem gerar prole com acesso à terra. Luiza é casada com o português Manoel Rodrigues Chaves e sua neta Maria do Desterro (BN1) retoma a tendência de se casar com um reinol, Alexandre José, e este sujeito será partidista no mesmo lugar Guandu Mendanha.

O ramo de Luiza de Mello (F6) não apresenta casamentos com filhos ilegítimos, embora pudesse casar seus rebentos com filhos de outros casais pardos da freguesia ou portugueses recém-chegados, revelando uma tendência homogâmica ou ascendente, do ponto de vista dos indicativos de qualidade - em relação ao ramo de Antônio de Mattos, que é o sucessor.

São claramente ramos desiguais dentro de uma mesma família. E não só do ponto de vista de quem sucede, mas também das lógicas de reprodução das qualidades, através do matrimônio. Um ramo com maior aproximação com a escravidão, um outro com tendência ao afastamento. Fato que confirma Lima, pois, as famílias pardas, pretas ou libertas “não casavam seus filhos em uma direção única”, podiam ter estratégias matrimoniais segmentadas, como as que vemos aqui. Enquanto operavam suas estratégias matrimoniais e sua transmissão patrimonial, os Mattos reproduziam desigualdades, internamente às suas famílias. Lembrando que as relações de parentesco são hierarquizadas e desiguais: “relações de parentesco podem incluir relações de dominação e não apenas generosidade, a reciprocidade do parentesco não é necessariamente igualitária”.³⁷⁸

Acredito que todos os outros elementos excedentários desta família foram levados a migrar ou se agregar. Além disso, diferentemente dos Moreira da Costa, os Mattos vivem todos no mesmo lugar, Guandu do Mendanha. Ao invés da distribuição pelos bairros rurais, a frente familiar se divide pela vizinhança do mesmo bairro. Vale lembrar que os fogos de pardos forros

³⁷⁸ WOORTMANN, Ellen. Op. Cit. p. 54.

possuem menos escravos e menor capacidade de agregar. Nesse sentido, a proximidade física, ou seja, as relações de vizinhança e parentesco ajudam a entender os indicativos de qualidade. Estar perto um do outro buscaria compensar a fragilidade econômica desses ramos familiares.³⁷⁹

Os pardos em suas estratégias colaboram para a uma maior complexidade de uma sociedade que já estava em transformação na segunda metade do século XVIII. Suas estratégias intensificam a desigualdade no interior de suas próprias famílias, num fenômeno de mestiçagem pra cima e pra baixo, segmentado por ramos familiares. São personagens que atuam entre as estratificações sociais, mesclando aquelas múltiplas qualidades que se forjavam.

Devemos acrescentar que o respeito à sucessão familiar parece persistir até 1806. Nesse momento, José Rodrigues Chaves, um dos descendentes de Luiza de Mello, aparece vendendo parte das terras que, em 1797, estavam sob administração dos irmãos Joaquim e José de Mattos. Segundo José Rodrigues Chaves, Gonçalo de Mattos e Leonor de Melo deixaram parte de suas terras como herança à Luiza de Mello, de quem José herdou.

Segundo o documento, José Rodrigues Chaves não morava na freguesia de Campo Grande, mas na Lagoa da Sentinela – segundo Nireu Cavalcante ficava próximo ao atual campo de Santana, no centro do Rio de Janeiro.³⁸⁰ O sujeito não teve dúvidas, vendeu as terras que já estavam nas mãos de seus ancestrais há mais de sessenta anos. Depois que migra, parece ter pouco apego à família. O drible à lei da partilha dura algum tempo, mas agora parece ser desfeito.

Escritura de venda de terras que faz José Rodrigues Chaves, morador na Lagoa da Sentinela, que vive de lavouras, a Manoel Francisco de Santa Ana, morador na Freguesia de Campo Grande, que vive de lavouras – sitas na paragem denominada Guandu do Mendanha, freguesia do campo Grande, que fazem testada na Serra do Gericinó, de uma banda partem com terras do padre Antonio do Couto da Fonseca e da outra com casas do capitão José Alves de Azevedo, correndo os fundos para a parte do Lamarão, livre de foro, a qual houve por herança, a testadora houve por legítima de seus pais Gonçalo de Matos e Leonor de Melo no Inventário e partilha a que se procedeu pelo juízo de Fora do Geral desta cidade no cartório de tabelião Faustino Soares de Araújo, sendo nela inventariante a testadora. 31 de Março de 1806.³⁸¹

³⁷⁹ Sobre a importância das relações de solidariedade entre os forros. GUEDES, Roberto. Op. Cit. 2008, p. 246-247. Ver também o Capítulo 5 de OLIVEIRA, Mônica R. Op. Cit. Ver capítulo 5 de MACHADO, Cacilda. Op. Cit. CASTRO, Hebe Mattos. Op. Ct., 1995, p. 64-66.

³⁸⁰ CAVALCANTE, Nireu. Rio de Janeiro Setecentista. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

³⁸¹ Arquivo Nacional, 3º Ofício de Notas, 163, p. 116. Banco de Dados Maurício Abreu. Disponível em <http://mauricioabreu.com.br/escritura?id=4965>. Acessado em 20/02/2018.

*

O estudo dessas famílias rurais é fundamental para compreensão do direito de propriedade mencionado no requerimento de Isidoro Pereira dos Santos e seus vizinhos, citado no começo deste capítulo. São famílias dotadas de uma antiguidade na freguesia. Esta temporalidade resulta no espraiamento de seus descendentes por toda a freguesia, gerando complexas redes de parentesco e a ocupação do território.

Como vimos no capítulo 2, o indicativo de qualidade podia incidir na composição do fogo. E agora vemos que podia incidir nas formas de reprodução social sobre a terra. Embora chefes livres, sem cor e sem títulos pudessem aparecer no interior de frentes familiares de pardos, o contrário não é verdade. Essas famílias, portanto, tinham base na pardice, mas possuíam múltiplas qualidades, constantemente renovadas no cenário da segunda metade do século XVIII.

Mais do que isso, os Mattos têm uma estratégia um tanto estranha aos nossos olhos. Esperávamos que os ramos de matrimônios ascendentes, formados pelos genros portugueses sucedessem a frente familiar na terra. No entanto, isso não ocorreu. O ramo cheio de cônjuges filhos de ex-escravos e ilegítimos é o escolhido para sucessão. Esse entroncamento entre indicativos de qualidade e parentesco representa um esquema de valores alternativo.

Para terminar, retomemos uma questão deixada em aberto no começo desse trabalho. Perguntávamos, ainda no primeiro capítulo, o porquê de os chefes pretos terem sido mencionados na lista nominativa e os pardos terem perdido a cor. Acredito que já temos alguns elementos para responder a esta questão.

Já sabemos que, na açucareira freguesia de Campo Grande, indivíduos que tiveram atribuída a qualidade preto tinham baixíssima capacidade de possuir escravos e possuíam domicílios com pouca gente. Se compararmos as famílias de pretos com os as famílias de pardos, acima descritas, temos um panorama totalmente diferente.

A primeira grande diferença diz respeito à capacidade de reconstrução genealógica, pois, demonstrou-se muito difícil perseguir esses personagens pelo nome. Encontrei muitos deles, mas não consegui identificá-los em vários momentos de suas vidas. O preto Julião Pereira era partidista no Engenho Guandu. Casado com a preta-forra, Eva Maria, vivia com seus filhos pequenos, sem agregados e sem escravos. Aparece como padrinho de Cristóvão, filho do casal de escravos Antônio e Felícia – eram cativos do senhor do engenho Cabuçu Cardoso dos Santos.

³⁸² Não encontrei menção aos seus pais, nem aos pais de sua mulher. Da mesma forma, o preto

³⁸² Livro de Escravos da Freguesia de Campo Grande, 1794-1799. Banco de dados do Grupo de Pesquisa Antigo Regime nos Trópicos, p. 21v.

Bonifácio Gomes era natural de Irajá e casado com Ana Maria, preta-forra. Foreiro nas terras do Tinguí, não possuía escravos. Assim como Julião, some dos registros.

Outros lavradores classificados como pretos nas listas não possuíam sequer sobrenome. Por exemplo, no Engenho do Viegas, encontrei dois partidistas pretos. O primeiro era chamado simplesmente de Domingos, o segundo de Vitorino. Curiosamente, ambos eram solteiros e, cada um, só contava consigo mesmo em seu fogo. Em 1797, Domingos produziu 10 arrobas de açúcar – talvez fossem ex-escravos.

Essa falta de informação sobre os personagens de qualidade preta nos chama atenção. Em última análise, não encontramos famílias amplas de lavradores de qualidade preta. A falta de escravos, fogos com pouca gente e baixa capacidade de agregação, chefes sem ou com pouquíssimos laços consanguíneos na população livre são características associadas aos indivíduos desta qualidade, são todos indicativos de sua qualidade.³⁸³ Como vimos, tais atributos divergem claramente do segmento de qualidade parda e personificam características das hierarquizações daquela sociedade.

Além disso, a nebulosidade sobre as estratégias desses chefes nos dá indícios das várias incompreensões sobre a qualidade preta, no que tange à terra e suas relações de reprodução social, seus pontos de contato, suas relações com as senzalas e com a elite senhorial. Contudo, são questões para estudos futuros.

³⁸³ Machado já chamou atenção que as famílias de forros podem ser mistas, parte livres, parte escravos. Talvez seja esse o caso. MACHADO, Cacilda. Op. Cit.

CONCLUSÃO

Este trabalho procurou analisar a diversidade de um conjunto de lavradores, numa área açucareira. Para além da classificação ditada simplesmente pela forma de acesso à terra, esta pesquisa buscou trazer os elementos que diferenciavam aqueles personagens: sua composição domiciliar, indícios de suas riquezas e suas estratégias de reprodução social, tendo como eixo as qualidades com que eram classificados.

Procuramos apresentar dados sobre um processo de crescimento demográfico na segunda metade do século XVIII, marcado pela pluralização das qualidades sociais. Nesse cenário, os engenhos de açúcar da freguesia de Campo Grande expandem sua capacidade produtiva. A combinação desses elementos resulta na presença de um significativo número de partidistas de cana ao redor dos engenhos. Como vimos, graças ao método de reconstrução genealógica, identificamos muitos deles como forros, que costumavam um direito de propriedade no local desde a primeira metade do século XVIII.

Apontamos a posse de escravos, a composição dos domicílios, a composição das frentes familiares, a legitimidade matrimonial como indicativos das qualidades dos chefes de domicílio. Desta forma, buscamos trazer novas possibilidades para os estudos sobre *qualidades* dos agentes do passado, historicizando as diferenciações cotidianas que resultavam em distintos lugares sociais. Vimos que os lavradores de prestígio buscavam ostentar domicílios populosos, com grande número de escravos e agregados. Famílias de livres, sem cor e sem título, assim como os pardos assentavam suas estratégias na posse de escravos e na antiguidade na terra, dando margem para intensos laços de parentesco e vizinhança ao redor dos engenhos. Enquanto os chefes classificados como pretos pouco possuíam escravos, nem capacidade de agregação.

Vimos também a importância da legitimidade na segunda metade do século XVIII e as variações dos seus critérios de acordo com a qualidade dos agentes, além da importância da família para segmentos distintos da sociedade. Destacamos ainda a opção pela legitimidade matrimonial entre os pardos forros, que formam famílias estáveis e frentes familiares bastante difundidas pela freguesia, pois vários de seus parentes chefiavam domicílio. Diferentemente dos livres sem cor e sem título, os pardos forros recebem em suas famílias tanto portugueses recém-chegados, como filhos de escravos, atuando como eixo no acesso à terra de distintos segmentos sociais.

Ser partidista de cana em fins do século XVIII era resultado de uma intrincada teia de estratégias familiares costurada por variados estratos sociais. A forma de acessar à terra era a mesma, mas a composição parental e o cotidiano das famílias eram muito diferentes do ponto

de vista de quem era aceito como genro ou nora ou da capacidade de atrair agregados e senhorear escravos.

Mais do que a família nuclear, a produção de extensas parentelas era mecanismo fundamental para pardos forros e livres se reproduzirem na terra, ao mesmo tempo que surgiam como grande empecilho para os indivíduos de qualidade *preta*.

Por último, acredito que este trabalho buscou colaborar no estudo das relações entre as qualidades sociais dos agentes e a dimensão agrária, problematizando as categorias de acesso à terra e dando ênfase a maneira como os personagens históricos eram hierarquizados cotidianamente. A classificação dos personagens pela modalidade de acesso à terra não é suficiente para dar conta das dinâmicas sociais, na medida em que um partidista podia ter origens sociais distintas e qualidades variadas. A modalidade de acesso à terra é fruto dos jogos entre os agentes de parcelas distintas da sociedade. Ao jogarem uns com os outros, estes agentes acabam construindo as hierarquias e desigualdades que marcam determinada sociedade, no interior de suas próprias famílias como entre seus vizinhos.

DOCUMENTAÇÃO

Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro

Freguesia de Guaratiba

Livro de batismos dos livres 1737-1753; livro de batismos dos livres 1762-1784; livro de batismos dos livres 1763-1781; livro de batismos dos livres 1763-1788; livro de batismos dos livres 1784-1786; livro de batismos dos livres 1786-1788 livro de matrimônios dos livres 1763-1791. Imagens disponíveis no site familysearch.org.

Freguesia de Jacarepaguá

Livro de batismos dos livres 1750-1794; livro de batismos dos livres 1791-1802; livro de Matrimônios dos livres 1778-1829; livro de óbitos 1796-1829. Imagens disponíveis no site familysearch.org.

Freguesia de Campo Grande

Livros de Batismo de Livres e Escravos de Campo Grande 1704-1810. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Livros de Casamentos dos livres da Freguesia de Campo Grande 1744-1798. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Arquivo Histórico Ultramarino

Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Requerimentos de Sesmaria para o Distrito de Guaratiba entre 1750 e 1810, Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate - Rio de Janeiro - Avulsos (1614-1830).

Demarcações de terra, certidões para o Distrito de Guaratiba entre 1750 e 1810, Arquivo Histórico Ultramarino - Rio de Janeiro - Avulsos (1614-1830).

Documentos manuscritos referentes à Capitania do Rio de Janeiro – Arquivo Histórico Ultramarino - Rio de Janeiro - Avulsos (1614-1830).

Cartas Patentes para o Distrito de Guaratiba entre 1750 e 1810, Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate - Rio de Janeiro - Avulsos (1614-1830).

AHU – Requerimento de Gregório de Moraes. Castro Almeida cx. 66. doc. 15.465.

Arquivo Nacional - RJ

Sesmarias, município do Rio de Janeiro – Inventário analítico (1731-1858). Código do Fundo: BI/ Seção de Guarda: SDE, Instrumento SDE 035. Arquivo Nacional.

Biblioteca Nacional

Manuscritos sobre o Rio de Janeiro existentes na Biblioteca Nacional para o século XVIII. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol 102, 1982.

Almanaques da cidade do Rio de Janeiro para os anos de 1792 e 1794. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. vol 59, 1937.

Outros

Escrituras públicas que mencionam partidos de cana entre 1650-1800. Escrituras públicas – Banco de Dados Maurício Abreu.

ELTIS, David; RICHARDSON, David; FLORENTINO, Manolo & BEHRENDT, Stephen. The Trans-Atlantic Slave Trade: a Dataset online. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org>

IHGB

IHGB. Almanaque Histórico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 1799. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, volume 267 – abril/junho, 1965, 93-214.

Fontes primárias impressas

Relação do Marquez de Lavradio: Parte II, RIHGB, Tomo LXXVI, 1913. p. 318-328.
ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro. Memórias históricas do Rio de Janeiro e das provincias annexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI, Livro III, 1822. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182898>.

Almanaque Histórico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 1799. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, volume 267 – abril/junho, 1965, 93-214.

GOMES, Joze Caetano. Memória sobre a cultura, e produtos da cana de assucar. Lisboa. 1800.
VIDE, Sebastião Monteiro. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. (1707) São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728, volume 3.

Ordenações e leis do reino de Portugal recopiladas por mandado d'El-Rey d. Philippe I [14ª edição]. (Edição de Cândido Mendes de Almeida). Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Mauricio de Almeida. Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502 -1700). RJ, Ed. Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.
- AMORIM, Maria Norberta. Uma metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvidas sobre registros portugueses. Boletim da ADEH. IX -1. 1991.
- _____ SANTOS, Maribel Y; SALGADO, Filipe; FERREIRA, Antero. Da reconstituição de famílias ao Repositório Genealógico. Uma via aberta para as ciências sociais. Cádiz: Conference: XI Congreso de la ADEH. 2016.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII-XIX. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2001.
- BARICKMAN, B. J. Um Contraponto Baiano, Açúcar, Fumo, Mandioca e Escravidão no Recôncavo 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. LASK, Tomke (Org.). In: O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2000.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: Anhembi/UNESCO, 1955.
- BEZERRA, Janaína dos S. ALMEIDA, Suely C. C. “Pompa e circunstância” a um santo pardo: São Gonçalo Garcia e a luta dos pardos por inserção social no século XVIII. Revista de História Unisinos. Vol. 16, n. 1, Jan/Abr 2012, pp. 118-129.
- BEZERRA, Janaína dos S. ALMEIDA, Suely C. C. “Pompa e circunstância” a um santo pardo: São Gonçalo Garcia e a luta dos pardos por inserção social no século XVIII. Revista de História Unisinos. Vol. 16, n. 1, Jan/Abr 2012, pp. 118-129.
- BOXER, Charles R. Relações raciais no império colonial português, 1415-1825. Porto: Afrontamento, 1988.
- BOXER, Charles. O império colonial português -1415-1825. Lisboa: Edições 70, 1981.
- BRETTELL, Caroline B., METCALF, Alida C. Costumes familiares em Portugal e no Brasil: paralelos transatlânticos. População e família. São Paulo, n. 5, 2003.
- BURGUIÈRE, A, LEBRUN, F. As mil e uma famílias da Europa in: BURGUIÈRE, A et al., História da Família: Mundos longínquos História da Família, vol III, Lisboa, Terramar, 1996.
- CAMPS, Joan Bestard, La estrechez del lugar. Reflexiones en torno sa las estrategias matrimoniales cercanas. In: CHÁNCON JIMENEZ, Francisco, FRANCO, Juan Hernández (eds), Poder, Família y Consanguinidade en la España del Antiguo Regimen, Barcelona: Anthropos, 1992.

CARDOSO, Ciro F. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CASTRO, Hebe M. Mattos. *Ao Sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. RJ: Ed. FGV, Faperj, 2009.

_____. *A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica* In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *As cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista, século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

CAVALCANTE, Nireu. *O comércio de escravos novos no Rio de Janeiro*, In: FLORENTINO, Manolo. *Tráfico, Cativo e Liberdade*. RJ: Civilização Brasileira, 2005.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CORRÊA, Mariza. *Repensando a família patriarcal brasileira: Notas para o Estudo das formas de organização familiar do Brasil*. Cad. Pesq. São Paulo, nº 37, 1981.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

COSTA, Iraci del Nero. *A estrutura familiar e domiciliária em Vila Rica no alvorecer do século XIX*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 19, 1977, p. 17-34.

_____. *A estrutura familiar e domiciliária em Vila Rica no alvorecer do século XIX*. Revista do IEB. São Paulo, IEB-USP, (19):17-34, 1977.

DUPÂQUIER, Jacques. *Histoire et démographie*. Population, 32 année, nº 1, 1977.

DURÃES, Margarida. *Estratégias de sobrevivência econômica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (sécs. XVIII – XIX)*. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, MG – Brasil, 2004.

EISENBERG, Peter L. *Homens Esquecidos: Escravos e trabalhadores livres no Brasil (séculos XVIII e XIX)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989.

ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1995.

_____. SCOTSON, L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1994.

ELLIOT, John. H. *Una Europa de monarquías compuestas*. In: ELLIOT, J. H. *España en Europa: estudios de historia comparada*. Valencia: Universitat de València, 2002.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento, Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. RJ: Nova Fronteira, 1998.

_____. *Sinhás Pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Tese para professor Titular. Niterói: UFF, 2004.

FERLINI, Vera L. A. *A subordinação dos lavradores de cana aos senhores de engenho: Tensão e conflito no mundo dos brancos*. *Revista Brasileira de História*, SP, v.6, nº 12, 1986.

_____. *Sociedades Açucareiras no Mundo Ibérico: estudo comparativo*. XXVIII Simpósio Nacional de História. ANPUH: Florianópolis, 2015.

FIGUEIRÔA-RÊGO, João de; OLIVAL, Fernanda, “Cor da pele, distinções e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVI a XVIII)”, *Tempo*, Niterói, 2011, Vol. XVI, nº 30.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII-XIX)*. Ed. UNESP. 2014.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro*, *Topoi*, Rio de Janeiro, UFRJ, /7 letras, n.1, 200, p. 45-122.

_____. *Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica*. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 41-70.

_____. *Apontamentos para uma metodologia em História Social – RJ, séc. XVII-XVIII*. In: *Arquivos paroquiais e história social na América Lusa*. Guedes, Roberto; Fragoso, João; Sampaio, Antônio Carlos Jucá de (org.) MAUADX. RJ, 2014.

_____. *Elite das Senzalas e nobreza da terra numa sociedade rural do Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (RJ), 1704-1741*. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. *O Brasil Colonial, Vol. 3 (1720-1821)*. RJ: Civilização Brasileira. 2014.

_____. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1998.

_____. *Monarquia Pluricontinental, repúblicas e dimensões do poder no Antigo Regime dos Trópicos. Séculos XVI-XVIII*. In: FRAGOSO, J. SAMPAIO, A. *Monarquia Pluricontinental e a Governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Editora MauadX, 2012.

_____. *Nobreza Principal da terra nas repúblicas de Antigo Regime de base escravista e açucareira: RJ, séc. XVII-XVIII*. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. *O Brasil Colonial, Vol. 3 (1720-1821)*. RJ: Civilização Brasileira. 2014.

_____ ; GOUVÊA, Maria de F. S. Monarquia pluricontinental e repúblicas: reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. Tempo, Niterói, v.14, n. 27, 2009.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

FRÓES, José N. de S.; GELABERT, Odaléa R. E. Rumo ao Campo Grande: por trilhos e caminhos. Rio de Janeiro s.n. 2004.

FUKUI, Lia Freitas Garcia. Sertão e Bairro rural. Ensaio 58. São Paulo: Ed. Ática, 1979.

MOURA, Margarida. Camponeses. São Paulo: Ed. Ática. 1988.

GENOVESE, Eugene D. A terra prometida: o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CNPq, 1988.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, C.; PONI, C.; CASTELNUOVO, E. (Orgs.) A micro história e outros ensaios. Lisboa: Difel; RJ: Bertrand Brasil, 1991.

GOMES, Flávio dos Santos. Uma tradição rebelde: notas sobre os quilombos na capitania do Rio de Janeiro (1625-1818). Afro-Ásia. Salvador: CEAO, UFBA, n.17, 1996.

GOUBERT, Pierre. História social e demografia In: LABROUSSE, E. (org.) A história social: problemas, fontes e métodos. Lisboa: Ed. Cosmos, 1973.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: ALMEIDA, Carla e OLIVEIRA, Mônica. (Org.). Exercícios de micro-história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GUEDES, R. Egressos do cativo (Porto Feliz, SP, 1798-1850). RJ: MAUADX, 2008.

GUIMARÃES, Alberto P. A formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros In: WELCH, Clifford A.; MALAGOGI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de N. B. (orgs.) Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas, vol 1. São Paulo: Editora UNESP. 2009.

HENRY, Louis. O levantamento dos registros paroquiais e a técnica de reconstituição de famílias. In: MARCÍLIO, M. L. (Org.) Demografia histórica. São Paulo: Pioneira, 1977.

_____. Técnicas de análise em demografia histórica. Curitiba: Ed. Universidade Federal do Paraná, 1977.

HESPANHA, António Manuel. A Ordem In: Imbecillitas. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. São Paulo: Ed. AnnaBlume, 2010.

_____. Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre modelo político do império colonial português. In: GOUVEA, M. F.; FRAGOSO, J. (orgs.) Na trama das Redes: política no Império Português, séc. XVI-XVIII. RJ, Civilização Brasileira, 2008.

_____ ; Xavier, Ângela Barreto, A representação da sociedade e do poder. In: História de Portugal, IV. Lisboa: Circulo de leitores, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

IANNI, Octavio. Raças e classes sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1966.

IMÍZCOZ, J. M. B. El entramado social y político. In: FLORISTÁN, Alfredo (Org.). Historia de España en la Edad Moderna. Ariel: Universidad del País Vasco, 2012.

KLEIN, Herbert S. The colored freedmen in brazilian slave society. Journal of Social History, vol 3, n. 1, California, 1989, p. 30-52.

KRAUSE, Thiago Nascimento. Em Busca da Honra – a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das ordens militares (Bahia e Pernambuco, 1641 -1683). São Paulo: Annablume, 2012.

LARA, Silvia Hunold. Campos da Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na. América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LENHARO, Alcir. As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993.

LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do séc. XVII. RJ: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Economia camponesa e mercado de terra no Piemonte do Antigo Regime. In OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de.; ALMEIDA, Carla, Maria C. de. Exercícios de Micro-história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

LEWKOWICZ, Ida. Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII. Revista brasileira de História. SP, n 17. SCHWARTZ, S. B. Op. Cit., 1988.

LIMA, Carlo Alberto M. Pequenos patriarcas: pequena produção e comércio miúdo, domicílio e aliança na cidade do Rio de Janeiro (1786-1844). Tese de doutorado, UFRJ, 1997.

_____. Roças de libertos e seus descendentes nas partes meridionais da América Portuguesa (Castro, 1804-1835). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. n. 426, jan/mar.2005.

LINHARES, M. Y., TEIXEIRA DA SILVA, F. C. A questão da agricultura de subsistência. In: História da agricultura brasileira: debates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

_____. *Caiçara: terra e população. Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba, São Paulo, Edições Paulinas/CEDHAL, 1986*.

_____. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.

_____. *Demografia histórica: orientações técnicas e metodológicas*. São Paulo: Ed. Novos Ubrais, 1977.

MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao Sul do Império brasileiro (Bagé, 1820-1870)*. Tese de doutorado, PPGHIS-UFRJ, 2016.

MATHIAS, Carlos Kelmer. *Participação de segmentos sociais fluminenses nas procações passadas na capitania de Minas Gerais (1711-1730)*. *História e Perspectivas*, Uberlândia, 40, Jan/Jun 2009. P.229. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19213/10350>>.

MATOS, Paulo Teodoro. *Population censuses of the Portuguese empire (1750-1820): notes for a comparative approach*. Center for Overseas History, New University of Lisbon - University of the Azores. 2008.

MATTOSO, Katia. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1714*. São Paulo, Editora 34, 2003.

_____. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

MERIÑO, Maria de los A.F.; PERERA, A. D. *Familias, agregados y esclavos. Los padrones de vecinos de Santiago de Cuba (1778-1861)*. Ed. Oriente: Santiago de Cuba, 2011.

MONTEIRO, Nuno G. 'Casa e linhagem: o vocabulário aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XVIII', in: *Penélope – fazer e desfazer a História*, n. 12, 1993.

_____. *O "ethos" nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social*. *Revista Almanack braziliense*, n.2, nov./2005

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Anablume, 1999.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Pelas bandas d'além: fronteira fechada e arrendatários-escravistas em uma região policultora (1808-1888). Niterói: Dissertação de Mestrado - UFF. 1989.

_____. O Rural à la Gauche: campesinato e latifúndio nas interpretações de esquerda (1955-1996). Niterói: Editora da UFF, 2014.

NETO, Margarida Sobral. Propriedade e renda em Portugal na Idade Moderna. In: MOTTA, Márcia M. (Org.) Terras Lusas: a questão agrária em Portugal. Niterói: Ed. UFF, 2007.

OLIVAL, Fernanda. As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar Editora, 2001.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortes. O Liberto: o seu mundo e os outros, Salvador: 1790-1890. Salvador: Ed. Corrupio, 1988.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. A terra e seus homens: roceiros livres de cor e senhores no longo século XVIII. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.

OLIVEIRA, Victor L. A. A Zona Oeste colonial e os mapas de população de 1797: algumas considerações sobre lavradores partidistas e produção agrária de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba no século XVIII. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, nº. 10 e 11. 2016.

_____. A. Retratos de Família: sucessão, terras e ilegitimidade entre a nobreza da terra de Jacarepaguá, séculos XVI-XVIII. Mestrado. IH – UFRJ, 2014.

PAIVA, Eduardo França. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995. FARIA, S. de C. Op. Cit. 2004.

_____. Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI-XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2015.

PALMEIRA, M. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. Contraponto (Rio de Janeiro), v.2, n.2, 1977.

PEDROZA, Manoela. Engenhocas da moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (RJ, séc. XIX). Rio de Janeiro: Ed. Arquivo Nacional, 2011.

PESAVENTO, Fábio. Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos. Niterói: Tese de doutorado, UFF. 2009.

POLANYI, Karl. Aristóteles descobre a economia. In: A subsistência do homem e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e Localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII. *Pénlope*, n. 6, 1991, pp. 119-144.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes, 1973.

RAMINELLI, Ronald. Impedimentos da cor. Mulatos no Brasil e em Portugal c. 1640-1750. *Varia Historia*, vol. 28, núm. 48, jul-dez., 2012, pp. 699-723

_____. Justificando nobrezas: velhas e novas elites coloniais 1750-1807. *História (São Paulo)*, v. 35, 2017.

_____. Nobreza e riqueza no Antigo Regime ibérico setecentista. *Revista de História*, São Paulo, n. 169, Jul./Dez., 2013,

_____. Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

RAPPAPORT, Joanne ¿Quién es mestizo? descifrando la mezcla racial en El Nuevo Reino de Granada, siglos XVI y XVII. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p.43-60, jan/jun, 2009

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Julia. Por entre as frestas das normas: nobreza da terra, elite das senzalas e pardos foros em uma freguesia rural do Rio de Janeiro (São Gonçalo, sécs. XVII-XVIII). Dissertação de mestrado – PPGHIS/UFRJ, 2015.

RODARTE, Mário M. S. O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução nas Minas Gerais Oitocentista. Tese de Doutorado, Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2008.

RODRIGUES, Ana Paula. Mapas populacionais: análise demográfica do Rio de Janeiro, em 1797. *Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio*. 2016.

RODRIGUES, José Damião. As estruturas pessoais de poder e os mecanismos de reprodução social – capítulo 2, vol II, in: *São Miguel no século XVIII, casa, elites e poder*, 2003.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Escravos e libertos no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SALLES, R. MARQUESE, R. (org.) *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. MARQUESE, Rafael.

As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de História (USP)*, v. 169, 2013, p. 223-253.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, Trabalho livre e cotidiano*. São Paulo: Ed. da USP, 2005.

_____. *A família negra no Brasil: escravos e libertos*. VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Anais. Olinda: APEB, 1988.

SAMPAIO, A. C. J. *Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos, 1850-1888*. Niterói: Dissertação de Mestrado - UFF, 1994.

_____. *Na encruzilhada do império*. Rio de Janeiro: Ed. Arquivo Nacional, 2003.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. *Aritmética política e a administração do Estado português na segunda metade do século XVIII*. *Revista Temas Setecentistas*, p. 143-152.

SCHWARTZ, Stuart B. *A Commonwealth within Itself: The early brazilian sugar industry, 1550-1670*. In: *Tropical Babylons: sugar and the making of the Atlantic World, 1450-1680*. North Carolina: University of North Carolina Press. 2004.

_____. *Brazilian ethnogenesis: mestiços, mamelucos, and pardos*. In: GRUZINSKI, Serge, WACHTEL, Nathan (org.). *Le Nouveau Monde, Mondes nouveaux: L'expérience américaine*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1992.

_____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

_____. *O nordeste açucareiro no Brasil Colonial*. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. *O Brasil Colonial (1580-1720)*. RJ: Civilização Brasileira, 2014.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. SP: Companhia das letras, 1988.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Entre a “curva” e o “caso”: três décadas de história da família no Brasil*. LIBBY, Douglas; MENESES, José Newton; FURTADO, Júnia F.; FRANK, Zephyr L. (Orgs.) *História da família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): Novas análises e perspectivas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*. Guimarães: NEPS, 1999.

SERRÃO, José Vicente. *Property, land and territory in the making of overseas empires* In: SERRÃO, José Vicente, DIREITO, Bárbara, RODRIGUES, Eugénia, MIRANDA, Susana M. (Orgs.) *Land and Territory in the European Overseas Empires*. Lisboa, CEHC, ISCTE-IUL. 2014.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva. Nas solidões vastas e assustadoras: os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Tese de História, UFPE, 2003.

SLENES, Robert. "Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX)", Estudos Econômicos, v.17, n. 2, 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. 13 ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

SOUTHEY, Robert. Historia do Brazil, Tomo sexto, Rio de Janeiro: 1862.

SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro - a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, "raça", sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. Estudos Feministas, Florianópolis, 14(1): 15-42, janeiro-abril/2006.

TANNENBAUM, Frank. El negro en las Americas: esclavo y ciudadano. Buenos Aires: Paidós. 1968.

TAVARES, Geórgia da C. A atuação dos marchantes no Rio de Janeiro Colonial: Estratégias de mercado e redes de sociabilidade no comércio de abastecimento de carne verde (1763-1808). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012.

TOSTES, Ana P. O lugar social dos homens "pardos" no cenário rural da Cidade do Rio de Janeiro (Campo Grande, séc. XVIII). Dissertação de mestrado. IH - UFRJ, 2012.

VERÍSSIMO, Nelson. A sociedade tentativa de caracterização: os séculos XVII-XVIII In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. (Org.). Nova história da expansão ultramarina. Vol. III, Tomo I. Lisboa: Estampa, 2005.

ZONABEND, Françoise. Da família. Olhar etnológico sobre o parentesco e a família. In: BURGUIÈRE, A.; KLAPISCH-ZUBER, C.; SEGALEN, M.; ZONABEND. História da família: mundos longínquos, mundos antigos. Vol. 1. Lisboa: Terramar Ed., 1996.